

Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS)

Doutorado em Museologia e Patrimônio

PROFISSIONALIZAÇÃO DA MUSEOLOGIA NO BRASIL

Construção de uma profissão de museus

Ludmila Leite Madeira da Costa

UNIRIO/MAST - Rio de Janeiro-RJ, 2023

PROFISSIONALIZAÇÃO DA MUSEOLOGIA NO BRASIL

Construção de uma profissão de museus

Por

Ludmila Leite Madeira da Costa

Aluna do Curso de Doutorado em Museologia e Patrimônio

Linha 1 – Museu e Museologia

Tese de Doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Museologia e Patrimônio.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Coelho de Sá

UNIRIO/MAST - Rio de Janeiro-RJ, 2023

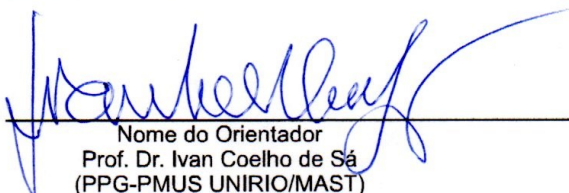
FOLHA DE APROVAÇÃO

**PROFISSIONALIZAÇÃO DA
MUSEOLOGIA NO BRASIL****Construção de uma profissão de museus**

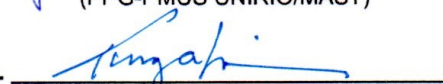
Tese de Doutorado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT, como requisito final para a obtenção do grau de Doutor em Ciências, em Museologia e Patrimônio.

Aprovada por

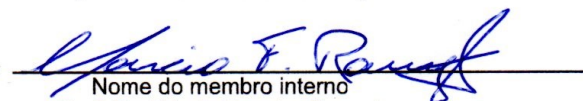
Prof(a). Dr(a).


Nome do Orientador
Prof. Dr. Ivan Coelho de Sá
(PPG-PMUS UNIRIO/MAST)


Prof(a). Dr(a).


Nome do membro interno
Prof.ª Dr.ª Tereza Cristina Moletta Scheiner
(PPG-PMUS UNIRIO/MAST)

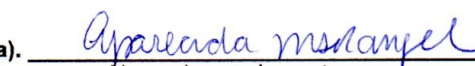
Prof(a). Dr(a).


Nome do membro interno
Prof. Dr. Márcio Ferreira Rangel
(PPG-PMUS UNIRIO/MAST)

Prof(a). Dr(a).


Nome do membro externo
Prof.ª Dr.ª Marília Xavier Cury
(Museu de Arqueologia e Etnologia da USP)

Prof(a). Dr(a).


Nome do membro externo
Prof.ª Dr.ª Aparecida Marina de Souza Rangel
(Fundação Casa de Rui Barbosa)

Rio de Janeiro, 04 de julho de 2023

C837 Costa, Ludmila Leite Madeira da
Profissionalização da Museologia no Brasil.
Construção de uma profissão de museus / Ludmila
Leite Madeira da Costa. -- Rio de Janeiro, 2023.
257

Orientador: Ivan Coelho de Sá.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação
em Museologia e Patrimônio, 2023.

1. Profissionalização. 2. Museologia-Museografia.
3. Curso de Museus. 4. Conservador de Museus. 5.
Museólogo. I. Coelho de Sá, Ivan, orient. II. Título.

Às conservadoras e conservadores de museus que trilharam, no Brasil, um caminho ousado diante do inesperado a fim de construir a profissão museólogo neste país.

Às museólogas e museólogos do presente/futuro a fim de terem na memória as lutas e conquistas dos que nos antecederam e nos trouxeram até aqui.

Prosseguir é preciso!

AGRADECIMENTOS

Dou-te graças, porque me respondeste
e foste a minha salvação.
Salmo 118:21

Aos meus queridos pai e mãe, Elias e Marlene, pela compreensão e respeito às minhas escolhas de vida, pelo acesso à educação e aos ensinamentos de amor a Deus e ao próximo, amor ao nosso país e à nossa cultura. Ao meu irmão, Leandro, quem me apresentou à Museologia quando me indicou a opção do curso num caderno de carreiras para o vestibular. Ao meu avô Amaro (*in memoriam*), pelo legado do olhar atento à cultura brasileira e à diversidade do nosso povo, herança a mim transmitida pelo hábito materno de ver e ouvir tudo que é da nossa terra e da nossa gente com deferência e admiração, sem julgamento de valores.

Aos homens e mulheres de fé que atravessaram e atravessam minha trajetória e me ajudam a manter meus pés calçados no Evangelho, o que pondera minha paixão pela ciência e pelo gênio criativo do ser humano.

Às minhas professoras e professores de toda a vida estudantil, do jardim de infância à alfabetização primária, onde desenvolvi meu senso criativo, pensamento lúdico e atividades motoras; do ensino médio onde fiz meus primeiros experimentos e vislumbrei minha carreira profissional. Experiências vividas em escolas públicas do Município e do Estado do Rio de Janeiro. Agradeço aos mestres e mestras que participaram da minha educação até o doutorado. Esta tese fecha um ciclo sem, contudo, findar meu caminho no ensino público brasileiro. Foram nesses espaços onde desenvolvi meu senso de curiosidade. Foi na universidade pública que aprendi a pesquisar. Entregar essa pesquisa é o resultado do esforço de muitos entes que, apesar de todas as dificuldades, se mantiveram corajosos e dedicados.

Agradecimento especial dedico à pessoa do meu orientador, sem o qual não seria possível vislumbrar o objeto de estudo desta pesquisa. Ao professor e museólogo Ivan Coelho de Sá, exemplo de profissional e de paixão pelo ofício que pratica, agradeço a determinação e a obstinação que reverberam no Núcleo de Memória da Museologia do Brasil-NUMMUS, fonte de inspiração para centenas de investigações no campo museal brasileiro.

Agradeço à todas e todos os pesquisadores do NUMMUS através do **Grupo de Pesquisa Recuperação e Preservação da Memória da Museologia no Brasil**, por meio de suas publicações divulgaram pensamentos e informações de significativa relevância para os resultados desta tese, contribuições bibliográficas sem as quais eu não teria conseguido formular os questionamentos estruturantes desta investigação. Dentre os vários colegas que contribuíram, destaque, as museólogas Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira, Anna

Laudicéa Itaboraí Echternach, Graciele Karine Siqueira, Natália de Figueirêdo Biserra, Raquel Villagrán Reimão Mello Seoane e o museólogo Gustavo Tostes.

Deixo registrada minha gratidão à professora e museóloga Diana Farjalla Correia Lima que me orientou durante a pesquisa de dissertação de mestrado, neste mesmo Programa, e com quem aprendi o rigor do método científico e o sentido e o propósito das pesquisas. Ensinamentos que foram essenciais para o processo investigativo registrado nestas páginas.

Agradeço à banca avaliadora composta pelas pesquisadoras, professoras e museólogas Marília Xavier Cury, Aparecida Marina de Souza Rangel e Tereza Cristina Moletta Scheiner e o pesquisador, professor e museólogo Márcio Ferreira Rangel, docentes e profissionais que muito admiro e que, agora, tenho o privilégio em tê-los marcados na minha biografia acadêmica. Suas contribuições na qualificação foram essenciais na continuidade desta tese. Os elogios e apontamentos assertivos reverberaram em mim durante toda a escrita e sistematização da pesquisa. Muito obrigada!

À amiga e colega de turma de Doutorado Anna Echternach, agradeço o compartilhamento de ideias que sempre refrescaram minha mente cansada.

Aos demais colegas, Turma do Doutorado PPGPMUS/2019, agradeço os momentos de parceria e inspiração no período das aulas presenciais e por meio das redes sociais, principalmente durante o difícil momento que atravessamos de isolamento social e distanciamento corporal devido à pandemia provocada pelo vírus da Sars Covid-19, o que afetou nossas pesquisas significativamente.

Às amigas que fiz desde a Graduação, pessoas que a Museologia me trouxe...gratidão pelos exemplos de profissionalismo e de parceria em diferentes etapas da minha vida e de nossas carreiras: Ana Carolina Carvalho Vigorito Silva, Caliane Giselle Bessa Lima, Jéssica Tarine Moutinho de Lima e Natasha Ferrão Coutinho.

Agradeço às alunas e alunos das turmas que lecionei, paralelamente, durante todo o processo do Doutorado. As dúvidas e interjeições de vocês muito me ajudaram a (re) construir a pesquisa e a (re) formar minha autocrítica, tão necessária durante todo o processo investigativo. Um agradecimento especial faço à aluna e ex-bolsista Laura Soares Maffei, pedagoga e futura museóloga que se tornou uma amiga, com quem pude contar para colaboração na revisão dos meus textos, quando meu olhar já não detectava mais as falhas.

À todas as colegas de trabalho que cruzaram meu caminho, desde a primeira experiência de trabalho formal na coleção do Ateliê Carlos Vergara – “as meninas de Vergara” –, passando pelas parceiras que fiz nas coleções Carvalho Hosken, até a saudosa e inesquecível equipe do Museu Antonio Parreiras e todas as queridas museólogas do Museu do Ingá e da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro/FUNARJ. Pessoas que compartilharam comigo o espaço laboral de suas atividades profissionais entre os anos de 2009 e 2013. Do Museu de Arte do Rio, minha última morada enquanto profissional praticante,

agradeço às corajosas colegas de profissão e aos demais profissionais e funcionários tão essenciais para aquele museu.

Aos gestores, produtores culturais, bibliotecários, colecionadores, fotógrafos, técnicos administrativos, designers, comunicadores sociais, serviços gerais, recepção, educadores, diplomatas, artistas, restauradores, arquitetos, iluminadores, guardas de sala/seguranças, críticos de arte, arquivistas e tantos outros com quem trabalhei em minha trajetória e foram essenciais para me fazer reconhecer minha identidade profissional. À todas e todos meu muito obrigada!

E, finalmente agradeço ao trabalho em Museologia, que desde 2009 tenho exercido em toda sua dinamicidade e múltipla perspectiva sobre os patrimônios culturais humano e sobre o meio ambiente transformado e ressignificado por nós!

[...] o homem, animal social e essencialmente ocupado pelo trabalho, só pode exprimir-se e expandir-se na coletividade em que exerce a sua atividade profissional.

MAYO, 1933 apud FRIEDMANN, 1973, p. 3

RESUMO

COSTA, Ludmila Leite Madeira da. **Profissionalização da Museologia no Brasil. Construção de uma profissão de museus**. Doutorado (Tese). Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2023: 257 p. Orientador: Ivan Coelho de Sá.

A finalidade da pesquisa é analisar o processo de profissionalização da Museologia no Brasil, visto que foi observado processo singular de profissionalização no cenário sociopolítico brasileiro, onde foi regulamentada a profissão museólogo. Pesquisa exploratória com base em fontes bibliográficas e documentais, a análise tem caráter retrospectivo ao voltar-se para os eventos que fundaram e conformaram uma profissão específica para o trabalho em museus no Brasil. O aporte teórico-metodológico advém da Sociologia das Profissões, da qual o principal teórico utilizado é Eliot Freidson, cuja abordagem interacionista relaciona o processo específico de profissionalização com variáveis políticas e geográficas, por meio da investigação das instituições e agentes nelas envolvidos. Entende-se, assim, a profissionalização enquanto fenômeno histórico circunstancial, dinâmico e mutável. Neste sentido, a tese verifica e analisa o papel das seguintes instituições: 1) o Curso de Museus sediado nas instalações do Museu Histórico Nacional, onde a formação especializada (treinamento no conhecimento) e de caráter superior foi precursora no Brasil; 2) O cargo de “Conservador de Museus” no âmbito do DASP, no qual encontramos a formação de um grupo social (membros de ocupação) cujas ações desdobradas em movimento associativo contornaram o processo de profissionalização; 3) O movimento associativo, em especial o momento da criação e a gestão dos dois primeiros triênios da “Associação Brasileira de Museologistas”. O contexto institucional exposto define nosso recorte de análise que é conceitual e está inserido na escrita histórica da Museologia como fase empírico-descritiva, segundo Ivo Maroevic (1998). A discussão considera, ainda, a representação social – como a interpreta Serge Moscovici (2015) – do cargo de “Conservador de Museus”, entendida como uma das principais estruturas para a conformação de um dos perfis da profissão museólogo. A tese descreve, também, sob perspectiva memorial, a participação no processo de profissionalização, as ações e as trajetórias de três conservadoras de museus, são elas: Regina Monteiro Real, Lygia Martins Costa e Therezinha de Moraes Sarmento. Por consideração final entende-se que as contribuições dos membros de ocupação do cargo de “Conservador de Museus” lotados no DASP (1940-1973) foram os sujeitos (e agentes) fomentadores da defesa de uma profissão de museus específica, da qual a primeira conquista dentro do processo de profissionalização no Brasil foi o autorreconhecimento de uma identidade profissional, com posterior reivindicação pela regulamentação da profissão museólogo. Concluiu-se que esse processo de profissionalização não está acabado e que, ainda é preciso à classe conquistar sua autonomia profissional.

Palavras-chave: Profissionalização. Museologia-Museografia. Curso de Museus. Conservador de Museus. Museólogo.

ABSTRACT

COSTA, Ludmila Leite Madeira da. Professionalization of Museology in Brazil. Construction of a profession of museums. Doctorate (Thesis). Graduate Program in Museology and Heritage, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2022: 257 p. Advisor: Ivan Coelho de Sá.

The finality of the research is to analyze the process of professionalization of Museology in Brazil, as a singular development of this process was observed in the Brazilian socio-political scenario, culminating with the regulation of the museology profession. Exploratory research with base on bibliographical and documentary sources, the analysis has a retrospective character as it turns to the events that founded and conformed specific profession for work in museums in Brazil. The theoretical-methodological contribution comes from the Sociology of Professions, of which the most theoretician used Eliot Freidson was, whose interactionist approach relates the specific process of professionalization with political and geographic variables, through the investigation of the institutions and agents involved in them. Understanding thus, professionalization as a circumstantial, dynamic and changeable historical phenomenon. In this sense, the thesis verifies and analyzes the role of the following institutions: 1) the Museums Course based on the installations of the National Historical Museum, currently the UNIRIO School of Museology, where specialized training (training in knowledge) and of a higher nature was a precursor in Brazil; 2) The position of “Museums Curators” within the scope of DASP, in which we find the formation of a social group (occupation members) whose actions split into an associative movement outlined the professionalization process; 3) The associative movement, in special the moment of creation and the management of the first two trienniums of the “Brazilian Association of Museologists”. The exposed institutional context defines our analysis clipping, which is conceptual and is inserted in the historical writing of Museology as an empirical-descriptive phase, according to Ivo Maroevic (1998). The discussion still considers the social representation – as interpret Serge Moscovici (2015) – of the position of “Museums Curators”, understood as one of the main structures for the conformation of one of the profiles of the museologist profession. The thesis also describes, under a memorial perspective, the participation in the professionalization process, the actions and trajectories of three museums curators, namely: Regina Monteiro Real, Lygia Martins Costa and Therezinha de Moraes Sarmiento. For final consideration, it is understood that the contributions of occupation members the position of “Museums Curators” crowded in the DASP (1940-1973) were the subjects (and agents) fomenters defense of a specific museum profession, from which the first achievement within the process of professionalization in Brazil was the self-recognition of a professional identity, with a subsequent claim for regulation of the museology profession. It was concluded that this professionalization process is not finished and that the class still needs to conquer its professional autonomy.

Keywords: Professionalization. Museology-Museography. Museum Course. Museum Curator. Museologist.

SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

- ABM – Associação Brasileira de Museologistas/Associação Brasileira de Museologia
- AAM – Associação Americana de Museus
- CCH – Centro de Ciências Humanas e Sociais
- CBO – Classificação Brasileira de Ocupações
- DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público/ Departamento Administrativo do Pessoal Civil
- DPHAN – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- FAMMARO – Faculdade de Arqueologia e Museologia Marechal Rondon
- FEFIEG – Federação das Faculdades Isoladas do Estado da Guanabara
- FEFIERJ – Federação das Faculdades Isoladas do Estado do Rio de Janeiro
- FESP – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
- ICOM – Conselho Internacional de Museus
- ICTOP – Comitê Internacional para o Treinamento Profissional
- ICOFOM – Comitê Internacional para a Museologia
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- I.T.M – Introdução à Técnica de Museus
- MHN – Museu Histórico Nacional
- MNBA – Museu Nacional de Belas Artes
- MEC – Ministério da Educação e Cultura
- NUMMUS – Núcleo de Memória da Museologia no Brasil
- OIM – *Office International des Musées* ou *International Museums Office* (IMO) (Escritório Internacional de Museus)
- ONU – Organização das Nações Unidas (*United Nations Organization*)
- ONICOM – Comitê Nacional do ICOM ou Organização Nacional do ICOM
- PPGPMUS – Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio
- SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- TAC – Técnico em Assuntos Culturais
- TAE – Técnica em Assuntos Educacionais
- UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura)
- UFBA – Universidade Federal da Bahia
- UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

LISTA DE FIGURAS

		Pág.
Figura 01	Principais instituições que compõem a organização social do processo de profissionalização da Museologia no Brasil segundo o recorte analítico desta pesquisa	38
Figura 02	Gravura da publicação <i>Museographia, oder Anleitung zur rechten, Begriff und nützlicher Anlegung der Museorum oder Karitäten-Kammer</i> . Leipzig, 1727. Apresenta Neickel em seu gabinete de estudos, com sua biblioteca e parte de sua coleção	77
Figura 03	Carteira funcional Museu Histórico Nacional - Curso de Museus. Nair de Moraes Carvalho. 1940. Conservadora do “Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde.”	99
Figura 04	Gustavo Barroso veste beca de formatura de Bacharel em Direito. Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais, 1911	125
Figura 05	Anúncio concurso para cargo de “Conservador de Museus”	147
Figura 06	Detalhe Jornal Correio da Manhã. Seção Notícias Fluminenses. Junho de 1962	158
Figura 07	Folder do III Congresso Nacional de Museus. Salvador, Bahia. 1962	162
Figura 08	Fundação da Associação Brasileira de Museologistas, em cinco de novembro de 1963, Dia da Cultura. Auditório do Museu Nacional de Belas Artes. Membros da Comissão responsável por elaborar os Estatutos da ABM	164
Figura 09	Capa dos Estatutos da Associação Brasileira de Museologistas ABM, 1963	164
Figura 10	Membros fundadores da ABM sentados no auditório do Museu Nacional de Belas Artes em 5 de novembro de 1963. O local abrigou frequentemente as reuniões durante a presidência de Regina Monteiro Real	166
Figura 11	Folha datilografada. Diário do Congresso Nacional, 13 de agosto de 1963. Projeto 801/1963 deputado Muniz Falcão, “Dispõe sobre a profissão Conservador de Museus, Museólogo e Auxiliar Técnico e regula seu exercício”	170
Figura 12	Diário do Congresso Nacional, 13 de agosto de 1963. Projeto 801/1963 deputado Muniz Falcão, “Dispõe sobre a profissão Conservador de Museus, Museólogo e Auxiliar Técnico e regula seu exercício.” Justificativa	172
Figura 13	Anteprojeto de Lei datado no ano de 1968	174
Figura 14	Temário do IV Congresso Nacional de Museus, 1965	180
Figura 15	Primeiro concurso do DASP. Da esquerda para direita, de pé: Luiz Marques Poliano; Antonio dos Santos Oliveira; Maria Helena Neves e Silva; Octávia C. dos S. Oliveira; Lucília Ferreira; Lygia Martins Costa; Maria Barreto; Regina Monteiro Real (com destaque); Nair de Moraes Carvalho; Elza Ramos Peixoto. Sentados: secretária Ana de Alencar; Ministro Orlando Guerreiro de Castro; examinador Dr. Pedro Calmon; examinador Fernando Nereo de Sampaio; examinador Tenente Egon Prates	200
Figura 16	Regina M. Real. Dicionário de Belas Artes. Primeira edição, agosto de 1962	202

Figura 17	Páginas da apresentação do livro “O Museu ideal” de Regina Monteiro Real, escrito pelo também conservador de museus Guy De Holanda. 1958	207
Figura 18	Bilhete de Regina Real à Lygia Martins Costa. Dezembro de 1968	209
Figura 19	Carteira Funcional Fundação Nacional Pró-Memória	211
Figura 20	Passaporte de Lygia Martins Costa. Viagens de 1965 a 1972	214
Figura 21	Passaporte de Lygia Martins Costa. Viagens de 1965 a 1972. Carimbos das viagens realizadas para participar da VII Conferência Geral do ICOM	214
Figura 22	Passaporte de Lygia Martins Costa. Viagens de 1965 a 1972. Carimbos das viagens realizadas para participar da VII Conferência Geral do ICOM	215
Figura 23	Therezinha de Moraes Sarmiento. Foto com data atribuída c. 1961-65	219
Figura 24	Ficha do Curso de Museologia – Therezinha de Moraes Sarmiento	220
Figura 25	Credencial de participante de Therezinha de Moraes Sarmiento no III Congresso Nacional de Museus	222
Figura 26	Ofício Nº 16 de 1980 Presidência da ABM, página 1	226
Figura 27	Ofício Nº 16 de 1980 Presidência da ABM, página 2	227

LISTA DE QUADROS

		Pág.
Quadro 01	DISCIPLINAS CURSO DE MUSEUS-MHN DÉCADA DE 1930 RELAÇÃO DE “PROFESSORES PIONEIROS” QUE INAUGURARAM A MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE MUSEUS DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL	102
Quadro 02	DISCIPLINAS CURSO DE MUSEUS-MHN APÓS REFORMA CURRICULAR DE 1944	107
Quadro 03	ANÁLISE DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE CONSERVADOR DE MUSEUS E CONSERVADOR DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, DASP	114
Quadro 04	CICLOS DA CONSTRUÇÃO DE UMA PROFISSÃO DE MUSEUS ESPECÍFICA NO BRASIL	154
Quadro 5		244

SUMÁRIO

	Pág.
INTRODUÇÃO	17
Cap. 1 DO PROBLEMA DA PROFISSIONALIZAÇÃO, DA DIVISÃO DO TRABALHO E DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE UMA PROFISSÃO ESPECÍFICA DE MUSEUS	34
1.1 Análise teórico-metodológica de Eliot Freidson aplicada à profissionalização da Museologia no Brasil	36
1.2 Ocupação e profissão no contexto da profissionalização	43
1.3 Divisão e organização do trabalho em museus	47
1.4 Profissão ou profissões de museus?	56
1.5 Conhecimento e sistema de credenciamento sob abordagem freidsoniana	60
1.6 Teoria das Representações Sociais como contributo à análise da profissionalização da Museologia no Brasil	63
1.6.1 Ancoragem e objetivação da representação social aplicada ao contexto do cargo de conservador de museus do DASP	65
Cap. 2 TREINAMENTO NO CONHECIMENTO: SUJEITOS E INSTITUIÇÕES NA PROFISSIONALIZAÇÃO DA MUSEOLOGIA	72
2.1 Entre a Museografia e a Museologia, o conhecimento técnico-científico	74
2.1.1 Museografia: o desenvolvimento de uma técnica, das coleções renascentistas aos museus abertos ao público	75
2.1.2 Museologia: base cognitiva dos profissionais de museus em desenvolvimento	82
2.2 O Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional: treinamento no conhecimento técnico-científico da “Museologia-Museografia” no Brasil	93
2.2.1 Curso técnico ou superior?	97
2.2.2 Um curso para um Museu? Curso de Museus-MHN, anos inaugurais	100
2.2.3 Um Curso para o Brasil. A Reforma de 1944	110
2.2.4 A formação profissional em expansão	117
2.3 Técnica de Museus: primeiros passos para o treinamento no conhecimento do profissional de museus no Brasil	124
2.3.1 Romantismo e erudição em Gustavo Barroso: seu modo de fazer Técnica de Museus	125
2.3.2 Técnica de Museus: conteúdo e abordagem	132
2.3.3 “Técnica de Museus, parte aplicada”, no contexto do MHN	137
Cap. 3 DO CONSERVADOR DE MUSEUS AO MUSEÓLOGO, A CONFORMAÇÃO DE UMA PROFISSÃO	143
3.1 O cargo de “Conservador de museus” do Departamento Administrativo do Serviço Público-DASP	143

	3.2 Associativismo e autorreconhecimento profissional: movimento de classe no processo de profissionalização	156
	3.2.1 “Associação Brasileira de Museologistas”: o movimento associativo	160
	3.3 Representação social do cargo de “Conservador de Museus”	181
Cap. 4	MEMÓRIA PROFISSIONAL E DO PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DA MUSEOLOGIA NO BRASIL	196
	4.1 Regina Monteiro Real (Petrópolis, 1901. Salvador, 1969)	197
	4.2 Lygia Guedes Martins Costa (Pinheiral, 1914. Rio de Janeiro, 2020)	208
	4.3 Therezinha de Moraes Sarmento (1929 – 2012, Rio de Janeiro)	218
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	232
	REFERÊNCIAS	244

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

“O Museu é um mundo onde as dificuldades, para serem resolvidas, se transformam em prazer”¹

Regina Real, 1958.

A concepção moderna de indivíduo tem, em grande medida, sua construção pautada a partir das atividades de trabalho que exerce, quais serviços oferece e, por fim, qual posição ocupa na divisão social do trabalho². O trabalho, neste sentido, deixa de ser percebido como algo penoso e resultante da tortura (*tripalium*), como fora entendido entre as culturas do Mediterrâneo na Antiguidade e na Europa medieval, concepção esta anterior àquela difundida após serem lançadas as bases da sociedade moderna cujo alicerce veio de uma cultura burguesa sobre o trabalho, entendido como propósito de vida, vocação e ofício regular e continuado, constituinte da dignidade humana.

Uma visão impregnada pela religiosidade do cristianismo católico no qual o ato de trabalhar foi interpretado com referência ao trecho bíblico de Gênesis que diz: “Com o suor do seu rosto você comerá o seu pão, até que volte à terra, visto que dela foi tirado”³; o trabalho fora tido como resultando do pecado original, pois tendo se afastado de Deus, o criador, Adão foi condenado a buscar através do seu trabalho o suprimento das suas necessidades básicas para sobreviver. Soma-se a esta visão o acúmulo de práticas abusivas do emprego da mão de obra escrava que sustentou várias culturas, sobretudo a greco-romana, base da cultura dita ocidental, tivemos como resultado a percepção negativa sobre a atividade do trabalho, sobretudo aquele que necessita do emprego da energia física ou da habilidade das mãos. Contudo, desde o movimento de ascensão da classe burguesa e da mudança na visão religiosa na cultura cristã com as Reformas Protestantes, aquela concepção negativa sobre o trabalho começou a disputar lugar com uma ideia positivada de realização pessoal, esvaziando assim o sentido de castigo para dar espaço a ideia de prazer por meio dos ofícios. Foi quando, ao fim e ao cabo, a atividade laboral recebeu a dimensão de identidade do Ser e passou a conectar o indivíduo à sua realidade vivida, proporcionando sentido à vida a partir da ação produtora de obras e serviços úteis, os quais atendem a determinadas necessidades sociais. Deste modo, o trabalho passou a compor, também, o mundo das profissões, ou poderíamos dizer, a dar sentido a ele.

¹ REAL, 1958, não paginado.

² Ou Divisão do Trabalho, termo/conceito estudado em diferentes áreas do conhecimento como a Economia, a Sociologia, a Antropologia, a História, a Saúde, e a Educação. Segundo Pires (2009) “[...] refere-se às diferentes formas que os seres humanos, ao viverem em sociedades históricas, produzem e reproduzem a vida.” (2009, p. 125).

³ Gênesis capítulo 3, versículo 19, (BÍBLIA SAGRADA, Nova Tradução Internacional – NVI).

As profissões, diferentemente da ideia pura de trabalho, “dão um sentido à existência individual e organizam a vida de coletivos” (DUBAR, 2012, p.354). Sua ligação com o mundo do trabalho está mais na perspectiva da atividade remunerada, contudo, afasta-se deste quando alça o reconhecimento social via prestígio e confiabilidade, *status* e poder via autonomia técnica e política, o que nem sempre é verificado em todas as atividades de trabalho. Por este motivo, o campo da Sociologia diferencia as análises sobre o trabalho do das profissões, apesar de ambos estarem relacionados.

O termo profissão – sob concepção anglófona – pressupõe trabalho especializado como o conjunto de competências e habilidades que um sujeito adquire via treinamento (educação formal restrita e humanística) e do qual o indivíduo garante seu sustento financeiro (COELHO, 1999, p.21-22). Já, na perspectiva francófona como a do sociólogo Claude Dubar.

[...] Quer sejam chamadas de “ofícios”, “vocações” ou “profissões”, essas atividades **não se reduzem à troca econômica** de um gasto de energia por um salário, mas **possuem uma dimensão simbólica** em termos de **realização de si** e de **reconhecimento social**. Providas de um **nome coletivo** (DUBAR, TRIPIER, BOUSSARD, 2011), permitem àqueles que as exercem **identificar-se por seu trabalho** e serem assim reconhecidos. (DUBAR, 2012, p.354, grifo nosso)

Ao transpassar a camada pragmática que conecta as profissões ao trabalho e vislumbrar a dimensão simbólica do fenômeno da profissionalização, pode-se entender que a análise do histórico de legitimação e **reconhecimento de qualquer profissão** não trata, apenas, de fatos que demonstram a organização de suas atividades de trabalho, mas **evoca as relações coletivas que visam o reconhecimento e a diferenciação de suas atividades de trabalho em uma dada sociedade**. As atividades de trabalho, para determinados grupos sociais, possibilitam um “processo específico de socialização” (DUBAR, 2012), gerador de identidade profissional percebido por meio dos laços firmados na educação formal, nas atividades cotidianas e no desenvolvimento de uma carreira. A identidade profissional visa organizar as interações do coletivo e das instituições que com ele interagem, enquanto a “dimensão simbólica” da profissão é parte constitutiva da memória coletiva do grupo ocupacional no compartilhamento de um mesmo ofício – saberes e técnicas – e colabora na promoção do reconhecimento daqueles indivíduos sob um mesmo “nome coletivo”.

Ao estudar a teia de relações que envolve a profissionalização da Museologia no contexto brasileiro, parte do intuito desta pesquisa é destacar que **a profissão museólogo se constituiu enquanto identidade de uma coletividade** que formou a memória, não apenas de indivíduos, membros de um determinado grupo ocupacional e geracional, mas de uma coletividade profissional, através da engrenagem que envolve o processo de profissionalização. Importante frisar: não está entre os objetivos desta investigação apontar uma definição sobre o que é profissão visto que, como indica Coelho (1999, p.20), profissão é um termo polissêmico. Há, na verdade, diferentes e diversas definições sobre o termo e veremos que para conceituá-lo é necessário definir muito bem os métodos da análise

proposta. Nossas escolhas teórico-metodológicas levaram-nos a considerar variáveis como região geográfica, sociedade e instituições civis e estatais em interação, como propõe o sociólogo Eliot Freidson⁴. Assim, a fim de entendermos o sentido de uma profissão numa dada organização social foi adequado verificar o sentido do termo profissão como um fenômeno resultante de ações engendradas por um determinado grupo ocupacional e que envolveram variáveis como: o treinamento no conhecimento⁵ via ensino formal; o credenciamento via movimento associativo; e as relações com a máquina estatal. Neste sentido, as ocupações⁶ – termo usado para identificar o ofício regular e preexistente ao *status* profissional, como o entende a matriz anglófona⁷ – são diferenciadas das profissões por não estarem numa mesma posição de favorecimento, falta-lhes as articulações políticas necessárias e, portanto, a autonomia devida. São carreiras com maior fragilidade sob o controle (poder de restrição) da aplicação do conhecimento técnico-científico da área.

Há, ainda, exemplos de profissões que podem ter conquistado a regulamentação legal de suas atividades, contudo não alcançaram o reconhecimento social do seu ofício ou não chegaram ao devido estágio de autonomia necessário para tal. Outras podem perder o *status* de profissão devido às mudanças estruturais que impactam o mundo social do trabalho a partir de transformações tecnológicas ou ascensão de ideologias políticas que inibem sua atuação. E há, também, que se considerar a perda do *status* profissional devido a intervenção das forças políticas governamentais de momento, que pode alterar critérios de formação e aplicação das atividades, isso quando o coletivo profissional não tem meios fortes de controle sobre seu próprio trabalho. Neste caso, até mesmo as chamadas profissões históricas como a Medicina e o Direito já sofreram, no Brasil, perda de *status* em período histórico determinado, como apontou o estudo de Edmundo Campos Coelho (1999) em “Profissões Imperiais”. Na referida investigação o autor demonstra como essas duas profissões históricas sofreram com uma espécie de desprofissionalização dos seus ofícios e tiveram seu controle de atuação ameaçado, ao passo que as credenciais de ensino foram deslegitimadas como elemento central do reconhecimento de quem podia exercer ou não as atividades de trabalho

⁴ Eliot Freidson (Boston, Massachusetts, 1923 – São Francisco, Califórnia, 2005) sociólogo formado em Chicago, de ascendência judia e veterano da Segunda Guerra Mundial. Seu principal trabalho refere-se à análise empírica da profissão médica entre as décadas de 1960 e 1970, nos EUA, Inglaterra e URSS. É identificado por alguns autores como pertencente à segunda geração da Escola de Chicago, cuja abordagem é definida como interacionista simbólica (BONELLI, 2019 p.27-29).

⁵ A expressão “treinamento no conhecimento” será usada no decorrer da tese no lugar de capacitação (termo relacionado à formação e usual na Museologia), a fim de respeitar a tradução dos textos de Freidson e ser fiel ao sentido do pensamento teórico do autor e de sua área do conhecimento.

⁶ Conceito utilizado pelos teóricos da Sociologia das Profissões para identificar indivíduos de um mesmo grupo social que compartilham práticas de trabalho e se identificam a partir delas em uma mesma ocupação.

⁷ “Com o desenvolvimento da estrutura ocupacional do industrialismo capitalista na Inglaterra do século XIX e, posteriormente, nos Estados Unidos, o consenso terminológico tornou-se altamente confuso em virtude das tentativas das recém-reorganizadas ou recém-formadas ocupações de classe média de perseguir o título de ‘profissão’ porque este estava associado à condição de honradez das profissões liberais tradicionais (Reader, 1967; Larson, 1977).” (FREIDSON, 2019, p.51).

naquelas áreas, durante o período final do Segundo Reinado. Destarte, definir profissão sem considerar a sociedade e a organização social, no tempo e no espaço, na qual se encontra pode resultar num grande equívoco, como apontado criticamente pelo teórico que fundamenta nossa investigação.

O objeto de estudo desta tese se concentra, portanto, no processo histórico e social da profissionalização da Museologia no Brasil e como ela se deu a partir de um grupo ocupacional bem específico, aquele dos membros de ocupação do quadro da administração pública federal que ficou reconhecido e identificado pelo nome “Conservador de Museus”. Entende-se que os membros dessa ocupação lideraram ações que resultaram na construção de uma identidade profissional e consolidaram uma representação social que foi desenhada num período de fundação da ideia de uma profissão específica de museus. Tópicos que, até hoje, não são pontos pacíficos no campo museal e nem na Museologia brasileira, contudo, estão na base dos debates sobre formação e perfil profissional, bem como sobre o exercício laboral das várias ocupações que atuam em museus.

Os questionamentos sobre a identidade profissional e sobre a aplicação dos conhecimentos museológicos e museográficos no trabalho prático daqueles com formação em Museologia surgiram, ainda, no período da pesquisa para a dissertação de mestrado⁸. Contudo, o recorte investigativo selecionado naquele momento não comportava o desenvolvimento dessas indagações de forma ampliada. O que só pode ser construído, posteriormente, com a experiência profissional da autora que colaborou para a melhor elaboração da problemática desta tese. Assim, assumimos a proximidade investigador/objeto investigado, tendo em vista que a autora exerceu a profissão – no lugar de praticante – e hoje integra o grupo acadêmico – lugar dos intelectuais –, espaços que sustentam o abrigo profissional no mercado de trabalho (BONELLI, 2019 p. 25). Dessa maneira, assume que o objeto desta pesquisa atravessa sua condição profissional e de pesquisadora. Apesar da probabilidade de prejuízo crítico que tal proximidade com o objeto de estudo pudesse acarretar ao comportamento que exige a metodologia científica, entendemos que foi a mesma proximidade a responsável pela elucidação do problema a ser investigado. E, como aponta Gilberto Velho “O que sempre **vemos** e **encontramos** pode ser familiar, mas não é necessariamente **conhecido** [...]” (1980, p.126, grifo do autor). No intuito de conhecer mais sobre a própria profissão é que autora desta tese se posiciona diante do seu objeto de

⁸ Defendida no PPGPMUS, em 2013, a dissertação sob o título “Termo/conceito museólogo: identificando e definindo sua atuação em coleções de artistas plásticos contemporâneos”, analisou o trabalho de cinco museólogas (a autora inclusa) em coleções visitáveis de artistas em atividade ou sob a tutela de herdeiros. Na dissertação foi identificada a atuação profissional em comparação com as atribuições do museólogo regulamentadas por Lei, 7.287/1984, art. 3º. Para acessar o trabalho: http://www.unirio.br/ppg-pmus/ludmila_leite_madeira_da_costa.pdf.

pesquisa e vai buscar, em registros documentais e em memórias profissionais, os elementos que conformaram uma profissão de museus específica, como é entendida no Brasil.

Os documentos levantados e os dados identificados no decorrer do processo investigativo tiveram por base o contato com as coleções do **Núcleo de Memória da Museologia no Brasil – NUMMUS**⁹, cuja origem está, em sua maioria, em fontes documentais doadas por museólogas e museólogos que guardaram parte de sua trajetória profissional e, por conseguinte, do desenvolvimento do campo museal e do patrimônio no Brasil. Essas fontes são, mais do que documentos e dados, memórias que precisam ser reveladas e interpretadas. A partir de registros textuais, imagens e depoimentos orais ou escritos, analisados a luz de uma metodologia científica, é possível conhecermos mensagens que irão colaborar para a melhor compreensão das diferentes realidades profissional e epistemológica da “Museologia-Museografia” produzida em nosso país. A maioria das coleções que compõe o NUMMUS têm feição biográfica, visto seu caráter testemunhal e oriundo dos olhares pessoais de profissionais pertencentes às diferentes gerações de museólogos brasileiros.

Além das coleções do NUMMUS o acesso às fontes bibliográficas, fruto de pesquisas precedentes, realizadas por membros do **Grupo de Pesquisa Recuperação e Preservação da Memória da Museologia no Brasil**, proporcionou relacionarmos diversas informações relativas ao trabalho cotidiano do grupo ocupacional que atuou no cargo de “Conservador de Museus” com as instituições de uma dada organização social, no que tange à formação, atuação no mercado de trabalho e eventos políticos relacionados aos museus, variáveis estruturantes do objeto de estudo desta tese.

Assim, a problematização formulada visa **discutir a profissionalização da Museologia no Brasil como um fenômeno histórico e social processual**. Para tanto, o caminho teórico-metodológico selecionado relaciona-se com os estudos sociológicos sobre a divisão social do trabalho e do fenômeno da profissionalização na sociedade moderna e industrial. A partir de então, perguntamos: **Quais as contribuições dos membros de ocupação do cargo de “Conservador de Museus” (egressos do Curso de Museu - MHN) para o autorreconhecimento desta carreira como uma profissão específica de museus, no Brasil?** Este questionamento converge para a formulação da hipótese de que o processo de profissionalização da Museologia no Brasil está em curso. Isto posto, entende-se que as bases do processo de profissionalização tiveram início a partir da atuação prática, política e

⁹ O NUMMUS foi criado em 2005 e é vinculado à Escola de Museologia e ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - PPG-PMUS-UNIRIO/MAST, do Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Constitui-se como um núcleo multidimensional na medida em que se fundamenta no desenvolvimento de programas e projetos integrados de ensino, pesquisa, extensão e cultura do campo da Museologia e especialmente no que tange às suas interfaces com a Preservação e a Memória. (Art. 1º - Regulamento Interno NUMMUS).

conceitual de um determinado grupo de membros de ocupação, cuja maioria exercia atividades em cargo público federal no âmbito do Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP. Neste sentido, o objetivo da pesquisa é o de verificar e analisar os elementos institucionais que compõem o processo de profissionalização da Museologia no Brasil, a contar da criação da primeira instituição de ensino formal de “Museologia-Museografia” no país, o Curso de Museus - MHN (1932) até a transposição do cargo de “Conservador de Museus” para Técnico em Assuntos Culturais no âmbito do DASP, Decreto nº 72.493/1973¹⁰ como, também, avaliar a dimensão da representação social da carreira de “Conservador” naquele contexto e o reflexo dessa imagem na conformação de uma profissão específica de museus no Brasil.

A partir dos dados levantados durante o percurso investigativo, o objeto de estudo foi estruturado em dois ciclos complementares, porém distintos, são eles:

Ciclo de fundação de uma profissão específica de museus no Brasil (1932-67).

Decorrente dos seguintes fatores:

- Técnica museográfica estabelecida e difundida pelo sistema de ensino superior e aplicada no mercado de trabalho;
- Construção de um “abrigo no mercado de trabalho”¹¹ via estrutura governamental da administração do serviço público;
- Constituição de uma *expertise* fundamentada em formação específica e através da experiência prática dos agentes com formação específica;
- Crise no credenciamento do cargo de “Conservador de Museus” /DASP quanto à diplomação para ocupar cargo na administração do serviço público federal;
- Crises do “abrigo no mercado” de trabalho;
- Organização de movimentos de classe;
- Processo de ancoragem da representação social da carreira/cargo de “Conservador”, interpretado como uma profissão de museus.

Ciclo de conformação de uma profissão específica de museus no Brasil e constituição de uma representação social com base nas experiências dos membros de ocupação do cargo de conservador de museu (1968-70's):

¹⁰ “Dispõe sobre o Grupo Outras Atividades Nível Superior, a que se refere o artigo 2º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e dá outras providências”. O referido Decreto sinaliza a transposição de categoria: para Técnico em Assuntos Culturais aqueles que ocupavam os cargos de Conservador do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Conservador de Museu; [...] “cujos ocupantes possuam diploma de curso superior de [...] Museologia” (art.5º inciso XXVI).

¹¹ Expressão utilizada pelos teóricos das profissões para identificar e discutir as relações entre a classe profissional e o Estado no que diz respeito ao domínio do mercado de trabalho. É uma expressão que, para Freidson (2019), conceitua a conquista da autonomia profissional quando este abrigo é administrado pelos próprios profissionais, ou seja, quando o abrigo no mercado de trabalho foi uma conquista da classe e sua manutenção está sob domínio de seus membros.

- Objetivação da representação social do que foi interpretado como uma profissão de museus;
- Consolidação do movimento associativo de feição corporativa;
- Processo de reformas no curso de ensino superior para formação específica em Museologia-Museografia e expansão desta formação em âmbito universitário;
- Estabelecimento e difusão do termo museólogo como profissão específica de museus;
- Empreendimento da luta associativa pela regulamentação da profissão museólogo;
- Princípios da construção de uma base cognitiva da Museologia.

Os dois ciclos têm por base o tripé de variáveis que fundamentam a abordagem interacionista da pesquisa: treinamento no conhecimento; movimento associativo; relações do grupo ocupacional com o Estado. O **ciclo de fundação** é aquele no qual detemos maior parte de nossa análise, enquanto o **ciclo de conformação** por ter maior complexidade de dados e por avançar para eventos ocorridos a partir da década de 1970¹², não foi analisado em sua totalidade nesta tese. Contudo, esse ciclo é mais bem explorado na seção 4, onde Therezinha de Moraes Sarmiento, uma das conservadoras/museólogas apresentadas, é analisada como agente representante do início desse ciclo, quando atuou frente à ABM.

Esta tese constitui-se como um trabalho aberto, ou seja, não pretende chegar à uma conclusão final, todavia, aponta para as ramificações que o tema estudado implica e à continuidade dessa discussão, que terá sequência em projetos de pesquisa docente no âmbito da universidade, a fim de ampliar as análises.

O recorte investigativo não está demarcado de forma cronológica, mas através da percepção conceitual sobre o desenvolvimento do pensamento museológico, como o definiu o teórico da Museologia Ivo Maroevic¹³ (1998), tendo em vista que este é o conhecimento específico da profissão de museus, como entendido nesta pesquisa. O **período crítico da análise** vai do **período entreguerras até a crise do capitalismo industrial**, que culminou com reivindicações de diferentes movimentos sociais desde o final da década de 1960, momento que abrange, de acordo com a narrativa historicizada de Maroevic, a **fase empírico-descritiva da Museologia**, que foi delimitada pelo autor entre os anos de 1934 e 1976. Para esse autor, a delimitação do período está entre dois importantes eventos institucionais que proporcionaram o desenvolvimento disciplinar da Museologia: a Conferência de Madri organizada pelo *Office International des Musées*, OIM, em 1934 e a criação do *International Committee for Museology*, ICOFOM, no ano de 1977 (1998, p.79). Este período abrange,

¹² E se estende até a década de 1980, culminando com a regulamentação da profissão museólogo em 1984.

¹³ Ivo Maroevic (1937, Stari Grad, Croácia – 2007 Zagreb, Croácia). Historiador da arte e membro do ICOFOM participou ativamente das discussões sobre os termos e conceitos museológicos. Defensor do entendimento da Museologia enquanto conhecimento científico e disciplinar.

justamente, a atuação dos membros de ocupação do cargo de “Conservador de Museus” no Brasil sob este termo, que vigorou legalmente até o ano de 1973, quando passou a ser identificado, na administração pública, dentro do escopo dos Técnicos em Assuntos Culturais (TAC).

A fase empírico-descritiva foi marcada por reflexões sobre as ações práticas e as funções dos museus. E, o museu em sua forma institucional, foi entendido como tema central da Museologia (MAROEVIC, 1998, p.80). Este entendimento foi endossado no Brasil daquela mesma época, quando mesmo havendo o reconhecimento do potencial educativo e transformador dos museus para a sociedade enfatizava-se as características museográficas e técnicas, ou seja, o funcionamento institucional. As práticas cotidianas e os problemas diários moldaram sobremaneira as concepções sobre o que era Museologia naquele período. Ao voltarmos nosso olhar para as origens do pensamento museológico, nos deparamos com a predominância de reflexões sobre as práticas e o trabalho em museus. A busca pela eficiência, a definição de funções e técnicas e, conseqüentemente, os meios pelos quais estas deveriam ser aplicadas, resultou na sistematização de técnicas expositivas, na conservação da cultura material e dos espécimes, nas adaptações arquitetônicas... e na *expertise* em determinados assuntos especiais, presente nos diferentes temas museais através dos objetos e espécimes selecionados e preservados em coleções.

No período seguinte deu-se o desenvolvimento da “fase de sistematização teórica” da Museologia (MAROEVIC, 1998) definição que aponta para uma importante transformação no campo. Assim, os acontecimentos que ocorreram a partir da década de 1970 apresentam questões cuja complexidade merece um estudo pormenorizado e de envergadura crítica exclusiva, o que não cabe nessa proposta investigativa.

Para tratarmos do conhecimento técnico-científico vigente no período investigado – primeira metade do século XX –, optamos por utilizar o binômio “Museologia-Museografia” como identificado por Sá (2019). Sabemos, contudo, que o período foi marcado pela supervalorização das técnicas museográficas entendidas, naquele momento, como reunião de saberes especiais para o trabalho em museus. O termo Museografia nomeou publicações e congressos do período e foi interpretado, por alguns, como *expertise* dos profissionais que trabalhavam em museus – em sentido *lato*. O conceito de *expertise* estava ligado à ideia advinda da ciência administrativa que embasou a reformulação de tarefas no ambiente de produção fabril ao separar as ações dos trabalhadores e profissionais, cujo princípio influenciou vários setores da sociedade, com o objetivo de aperfeiçoar e ordenar as atividades de trabalho. A influência deste pensamento pragmático, que vigorou no alvorecer do século XX, gerou uma demanda por profissionalização em vários setores e os museus não ficaram

de fora. O recorrente amadorismo¹⁴ vigente em instituições museais passou a ser criticado e a busca pela capacitação e preparo de pessoal tornou-se uma meta entre os agentes dedicados aos museus. É claro que esta onda de profissionalização não atingiu todas as instituições da mesma maneira, ocupadas por especialistas, mas em disciplinas ligadas ao recorte epistemológico e disciplinar das coleções. Já ideia de um novo conteúdo específico e ligado ao funcionamento dos museus passou a ser, então, um campo de disputas através das técnicas e dos saberes que nele eram aplicadas.

O museu e suas funções enquanto axioma para a compreensão de uma nova profissão

O processo de desenvolvimento dos museus sempre esteve submetido a diferentes campos do conhecimento, como a História, a História Natural, a Arte, a Arqueologia, a Antropologia, dentre outros. E, no cerne dessas disciplinas pressupunha-se uma *expertise* ligada à tipologia das coleções a elas subordinadas, cujo princípio da coleta e seleção, direcionada por pesquisadores ou estudiosos eruditos, fundamentou métodos científicos e se desdobraram em novos conhecimentos e saberes como a Zoologia, a Botânica, a Mineralogia, a Egíptologia, a Assiriologia, a própria Museografia e muitos outros. Como destacado pelo museólogo Márcio Rangel, a Museologia foi desenvolvida, enquanto conhecimento, a partir de olhares plurais, convergentes ou divergentes,

[...] Aquilina (2011) aponta, de forma bem humorada, a torre de babel que se desenvolve nos estudos da museologia, ou seja, cada um fala uma língua inviabilizando a possibilidade de compreensão, contudo, diversos autores irão buscar uma definição para este campo, tentarão construir os alicerces da museologia com o intuito de permitir o seu desenvolvimento e sua consolidação. (RANGEL, 2013, p.413)

As relações multidisciplinares preexistentes nos museus contribuíram e muito para as mudanças necessárias na maneira de apresentar e conservar os bens culturais musealizados. Novas técnicas foram criadas especialmente para a preservação da integridade física dos bens culturais e para exibição pública e, assim, as relações de trabalho nos museus tornaram-se cada vez mais complexas, pois com o incremento de diversas ocupações neste espaço, ações que antes podiam ser executadas por uma figura proeminente em diferentes saberes – o erudito generalista e coletor e/ou colecionador – agora passavam a ser dividido com diferentes indivíduos, que se alternavam em tarefas de pesquisa e na aplicação de técnicas com os mais diversos objetivos que apontavam para uma nova divisão do trabalho nesses espaços, a fim de aprimorar suas funções. Esse processo não foi simples, pois cada instituição, de acordo com o contexto no qual estava inserida, tinha especificidades técnicas, administrativas e de abordagem conceitual e disciplinar sobre os patrimônios musealizados, o que influía diretamente na percepção sobre seu funcionamento.

¹⁴ [...] 1. dedicação à arte ou ofício, sem caráter profissional; diletantismo. (HOUAISS, 2015, p. 48).

No Brasil um perfil polivalente da ocupação que fora criada para o trabalho específico em museus foi legitimado tanto pelo modelo de treinamento instituído no país, como pelas experiências de trabalho, como as destacadas nesta pesquisa. Considera-se, ainda, que o cenário instável de políticas públicas relacionadas ao investimento nos museus, a longo prazo, fez da exceção uma regra: a escassez de mão de obra especializada em diferentes frentes de atuação gerou, nos “Conservadores de Museus”, devido ao treinamento recebido, uma atuação ampla entre os setores e funções da instituição. O que nem sempre é a realidade, por exemplo, de museus em países estrangeiros, sobretudo nos grandes centros do hemisfério norte. Algumas dessas sociedades, então, defendem o emprego de múltiplas ocupações/profissões para atender às diferentes funções institucionais dos museus, tendo em vista a viabilidade de uma divisão social do trabalho mais diversificada no quesito especialidade.

A profissionalização da Museologia no Brasil, como veremos, não é um fenômeno acabado, pelo contrário, ainda há muito a ser feito e conquistado para que esse coletivo profissional garanta seu espaço de reconhecimento perante a sociedade brasileira. Nossa pesquisa, portanto, tem como propósito não somente contribuir para a narrativa historiada da Museologia no Brasil, mas também na reflexão sobre a autonomia profissional que tem sido buscada no transcorrer das últimas décadas, pelos museólogos.

Entendemos autonomia profissional como Eliot Freidson a defende, como aquela que é garantida não somente através do domínio do conhecimento técnico-científico do campo, mas através da capacidade de domínio das estruturas administrativas e políticas responsáveis pela tomada de decisão referente à profissão, assim como dos espaços de atuação a fim de garantir os interesses públicos, no caso da Museologia, no que concerne à preservação das memórias e dos patrimônios musealizados dos diferentes grupos sociais. Para tanto, faz-se necessário que museólogas e museólogos ocupem de forma plena os três espaços da profissão, como praticantes, administradores e acadêmicos, onde as influências técnica, política e conceitual são estabelecidas. Estas categorias referem-se ao desempenho de determinadas funções, em diferentes instâncias e que conduzem o contexto organizacional de uma profissão (BONELLI, 2019, p.23-27). E, é possível que um mesmo indivíduo atue em duas ou nas três categorias em momentos diferentes ou simultâneos.

Estrutura da tese e proposta de discussão

A estrutura desta tese foi pensada de modo a evidenciar a organização social e a interação entre instituições que participaram do processo de profissionalização da Museologia no Brasil, bem como, destacar a atuação de alguns agentes no período. Dividida em quatro seções contendo, distribuídas entre elas, 15 subseções, a análise aprofunda-se em alguns aspectos relacionados às instituições e aos agentes que nelas atuaram. Os conceitos de

divisão social do trabalho e das representações sociais aparecem como pontos focais que orbitam o objeto de estudo.

O cargo de “**Conservador de Museus**” é investigado como origem de uma ocupação que possibilitou a conformação de uma profissão específica de museus no contexto brasileiro. Assim, serão discutidas nesta tese, a conjuntura que permeou esse cargo, sua feição de especialidade técnica, formação e organização política em torno do processo de profissionalização.

Na primeira seção estão apresentadas as principais características da divisão social do trabalho no contexto dos museus e de seus conflitos. E assim, detemos, na primeira parte do trabalho, aos autores e conceitos que estruturam e fundamentam nossa abordagem teórico-metodológica.

A abordagem interacionista freidsoniana se desdobra por meio de variáveis institucionais que contextualizam o ambiente social da ocupação/profissão a ser analisada, neste caso, através do cargo da administração pública federal denominado “Conservador de Museus”. A escolha metodológica firmou-se no entendimento de Eliot Freidson de que o *status* de profissão é uma construção histórico social e envolve uma organização de fatos verificáveis. Este caminho mostrou-se coerente para a análise proposta, levando em conta as instituições que foram verificadas para essa discussão.

Foram destacadas as instituições que inauguraram as ações políticas relacionadas aos museus e à “Museologia-Museografia” em nosso país, bem como aquelas que proporcionaram cenário favorável para o autorreconhecimento profissional do grupo ocupacional analisado. Identificamos assim, três instituições cujo papel estruturou a organização social do processo de profissionalização da Museologia no Brasil: o Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional; o cargo de ocupação específico na administração pública federal a partir do DASP; e o movimento associativo da Associação Brasileira de Museologistas, ABM, entendido aqui como um amálgama relacional entre as ações técnicas e políticas de reivindicação do reconhecimento legal de uma profissão específica de museus no Brasil.

O treinamento no conhecimento é o foco da segunda seção. O conhecimento, segundo Freidson, é uma chave que abre o caminho para a construção da autonomia profissional. O domínio de saberes e técnicas específicas garante *status* e poder a um campo profissional.

[...] Torna-se necessário, como em qualquer campo do conhecimento de formação recente, que se realize a consolidação das ideias do plano teórico e prático da Museologia para ser identificado o seu papel cultural e disseminá-lo junto a sociedade, a fim de que o Museólogo possa ser amplamente reconhecido pelo tecido social composto pelos profissionais dos demais campos do conhecimento e por outros grupos que usufruem dos seus serviços. (COSTA; LIMA, 2013)

A Teoria das Profissões defende que cada profissão domina um conhecimento técnico-científico específico, o qual deve ser configurado como um “saber esotérico”, ou seja, conhecimento restrito e divulgado para indivíduos selecionados que poderão ter acesso ao exercício profissional por meio de um treinamento exclusivo. Dentre as variantes que impactaram diretamente o processo de profissionalização da Museologia no Brasil, as características do treinamento no conhecimento são das mais significativas. Neste sentido, direcionou-se a análise para a experiência nacional de ensino dos saberes e técnicas museográficas disponíveis no período que abrange o escopo desta pesquisa, que começa na década de 1930 e se estende aos primeiros anos da década de 1970. Antes, contudo, é apresentado um quadro síntese do treinamento em países como a França e os Estados Unidos da América, duas nações que, assim como o Brasil, investiram no ensino formal de pessoal para o trabalho em museus desde o início do século XX. O foco direcionado a esses dois países, além da identificação do pioneirismo de algumas iniciativas, foi o fato de suas experiências pedagógicas e de aplicação prática terem servido de modelo e exemplo para agentes do campo museal brasileiro.

A trajetória do **Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional** não deixa dúvidas de que esta foi a primeira instituição de ensino formal e superior de “Museologia-Museografia” no Brasil, um país em intensa construção e modernização entre as décadas de 1930 e 1950. O Curso de Museus - MHN representa um dos pilares do sistema de credenciamento de uma profissão específica de museus neste país. A partir de fontes documentais da época e dados sistematizados por pesquisas anteriores, percorremos o período de criação e consolidação desse curso enquanto instituição legitimadora e difusora dos saberes e técnicas museográficas para diferentes gerações de conservadoras e conservadores de museus, egressos daquele curso. O pensamento que orientou a matriz curricular inaugural da instituição de ensino era semelhante, em alguns aspectos, com aquela instituída pelos franceses no século XIX e aperfeiçoada na década de 1920, acompanhando as discussões de caráter transnacional (PASSINI, 2015) motivadas pelos Encontros do *Office International des Musées* (Escritório Internacional de Museus) do período entreguerras (SÁ, 2019).

A análise da pesquisa abarca duas gerações de conservadores egressos do Curso de Museus - MHN, aqueles formados antes da primeira reforma estrutural do curso, entre 1933 e 1944 e as gerações posteriores formadas até a reestruturação do ensino superior no Brasil, o que abrange os formados entre os anos de 1946 até 1968. Essas foram as gerações de conservadoras e conservadores que protagonizaram o momento da tomada de consciência de uma identidade profissional.

Ainda na análise sobre o treinamento no conhecimento foi destacado o conteúdo identificado como de especialidade para a formação dos “Conservadores de Museus”, a disciplina Técnica de Museus. Nesse sentido, descrevemos o perfil do idealizador do conteúdo

e apresentamos as principais características da disciplina, em especial, o método de análise dos acervos que tiveram destaque no ensino devido à relação do curso com o Museu Histórico Nacional e a narrativa historiada do passado pelo viés nacionalista e romântico, baseado em objetos e imagens testemunhais. Essa interpretação dos acervos do MHN foi transmitida aos alunos, o que é comprovado através da análise de conteúdo de alguns estudos produzidos por ex-alunos e publicados no periódico ANAIS MHN, identificados nos 10 primeiros volumes da revista. Foram selecionados artigos onde o objeto do museu estava no centro do estudo, ou melhor, da narrativa museográfica construída para validar as coleções daquele museu.

Na terceira seção, o foco da pesquisa volta-se às políticas de Estado a partir do Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP. Como a estrutura burocratizante do Estado Novo construiu um “abrigo no mercado” de trabalho para os egressos do Curso de Museus e favoreceu elementos do processo de profissionalização da Museologia no Brasil? O cargo de “Conservador de Museus” do DASP é um dado central nesse questionamento e se relaciona diretamente às demais variáveis previamente analisadas na pesquisa.

Os autores, citados abaixo, apresentam as mudanças na administração pública e na organização do Estado brasileiro a partir das reformas burocratizantes estadonovista de 1937 a 1945 e com a implementação do DASP.

A administração pública burocrática se destaca pela ideia de sua submissão às leis e regras socialmente estabelecidas, pela impessoalidade, pelo **profissionalismo** e pelo formalismo dos procedimentos. **A impessoalidade** explicita que as posições hierárquicas existentes em uma organização não **pertencem às pessoas, mas, sim, à própria organização, em especial ao cargo.** (BRASIL *et al*, 2014 p. 74, grifo nosso)

O Departamento teve quase 50 anos de existência (entre 1938 e 1986) e passou por inúmeras dificuldades tendo enfrentado tentativas de extinção por diversos momentos. Nesse histórico conturbado, o caráter da impessoalidade e do mérito foi o que mais sofreu desgaste na política administrativa. A grande reforma pela qual o DASP passou no ano de 1967 não preservou esse princípio, então, em declínio e foi também, nesse momento, que o cargo de “Conservador” começou a ter suas atribuições revisadas e posterior denominação modificada, para Técnico em Assuntos Culturais (TAC).

O destaque que conferimos ao cargo instituído no DASP tem sentido conceitual e contextual, o objeto da pesquisa considera diferentes elementos institucionais em interação e, deste modo, a participação do Estado na criação de cargo específico para o trabalho em museus é de suma importância para o escopo investigado. O período do Estado Novo acaba por ter papel de destaque na análise, tendo em vista as políticas centralizadoras que este regime empreendeu no Brasil, fato que se relacionou diretamente com a divisão social do trabalho nos museus federais. Foi, também, naquele período que as relações de trabalho em

museus começaram a ser tratadas de forma mais complexa e com feição de profissionalização no Brasil.

O final da década de 1930 e os anos que se seguiram demarcaram um período de profusão de criação de museus em nosso país e de mudanças em políticas de institucionalização das ações preservacionistas do patrimônio nacional. Como principal exemplo temos a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN atual IPHAN, que centralizava a gestão de muitos museus federais. O **cargo de ocupação específico no serviço público** que abrigou os egressos do Curso de Museus - MHN demonstrou o forte papel de atuação do Estado no processo de profissionalização da Museologia no Brasil, não só neste sentido, mas também no quesito do treinamento, tendo em vista que o curso de formação ocorria numa instituição da gestão federal.

A criação de um cargo específico para o trabalho em museus foi mais um fator que favoreceu a identidade profissional das conservadoras e conservadores que receberam um treinamento no conhecimento em comum, via ensino formal numa mesma instituição de ensino. Ainda que a atuação dos egressos do Curso de Museus - MHN não tenha se limitado ao contexto do DASP, para fins metodológicos, foi dado enfoque nesta realidade de trabalho. A grande maioria dos ocupantes do cargo no DASP tinha a mesma formação, eram egressos do Curso de Museus. As afinidades em relação ao ofício e a formação comum proporcionaram a conformação de uma identidade profissional, o que pôde ser observado através dos registros dos membros daquele grupo ocupacional no contexto do movimento associativo de classe, então criado em 1963.

O associativismo que, no contexto do campo museal e em nosso recorte cronológico, abrange duas instituições: a **ONICOM**, Organização Nacional do ICOM, também conhecida como Comitê Nacional do ICOM¹⁵, filiado ao Conselho Internacional de Museus criado em 1946; e a Associação Brasileira de Museologistas, **ABM**¹⁶ criada em 1963, teve papel de relevo nas discussões que levaram os membros de ocupação a enxergar-se a partir de uma identidade profissional.

A ONICOM foi um organismo criado no contexto inaugural do ICOM para convocar apoio e participação de diferentes países à causa dos museus, tendo por base o espírito universalista da UNESCO. A ABM “foi fundada com a finalidade de congregar todos os técnicos e cientistas de museus e seus auxiliares” (ABM-Histórico apud COSTA, 2013, p. 32); em sua primeira configuração não havia somente os conservadores egressos do Curso de Museus - MHN, mas outros agentes que trabalhavam em museus e se envolviam com as

¹⁵ Precursor do ICOM-Brasil.

¹⁶ Esta denominação foi alterada para Associação Brasileira de Museologia no ano de 1979.

questões do campo museal, como por exemplo a naturalista¹⁷ Heloísa Alberto Torres¹⁸. A iniciativa associativa teve como seu principal objetivo a busca pela regulamentação do trabalho que vinha sendo realizado nos museus brasileiros, sobretudo, aqueles da gestão pública.

Partindo da premissa de que a identidade profissional é uma dimensão simbólica (DUBAR, 2012), adentramos na questão analítica sobre as **representações sociais** (RS) do cargo de “Conservador de Museus” no Brasil. A fim de realizar esta análise selecionamos, como parte da fundamentação teórica, a Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici¹⁹ com o objetivo de sinalizar no desdobramento do percurso da profissionalização da Museologia, a imagem icônica que serviu de referência para moldar o perfil da ocupação e, conseqüentemente, um dos perfis da profissão museólogo. A investigação partiu da hipótese de que a representação social do “Conservador de Museus”, naquele momento, teve por “ancoragem” a imagem do *conservateur* (contexto francês) e seu equivalente na cultura anglófona, o *curator*. As semelhanças com a realidade francesa estavam refletidas na denominação do cargo público e aparecem também nos principais assuntos estudados na instituição de ensino onde o primeiro modelo de treinamento no conhecimento foi difundido, o Curso de Museus - MHN²⁰. Esta instituição de ensino apresentava conteúdos semelhantes aos do curso francês (*de Muséographie da École du Louvre*) que formava os *conservateurs* em França com o ensino de técnicas como a Epigrafia, Cronologia e Diplomática, além da Museografia enquanto técnica e saber específico daquela formação.

Podemos aferir, a partir desta experiência do Louvre, que a ideia de utilizar a estrutura de um museu como suporte para ensino formal foi aplicada primeiramente à arqueologia, à epigrafia e à história da arte e somente num terceiro momento à museologia propriamente dita. [...] Não obstante, independente de sua relação de antiguidade na escala internacional, é este curso do Louvre que exportará para o mundo uma matriz curricular que será modelo para a formação em museologia e influenciará o próprio curso de museus do MHN, consolidado a partir de 1932. (SÁ, 2013 p.40)

¹⁷ Termo que designava o cargo de pesquisador ligado à formação das coleções do Museu Nacional, a partir de coletas expedicionárias e científicas.

¹⁸ Heloísa Alberto Torres (Rio de Janeiro, 1895-1977) foi Antropóloga e a primeira mulher a dirigir o Museu Nacional. Sócia fundadora da ABM. Presidiu a ONICOM entre as décadas de 1950 e 1960.

¹⁹ Serge Moscovici (1925 Braila, Romênia – 2014 Paris, França) judeu romeno radicado em França no contexto da Segunda Guerra Mundial a partir de autoexílio do regime soviético comunista. Criador da TRS Moscovici teve como ponto de partida o conceito de representação coletiva definido por Émile Durkheim, pensador cuja teoria separou as questões das representações do indivíduo e do coletivo, defendendo que a primeira seria do campo da Psicologia e a segunda da Sociologia. Moscovici, contudo, revisa esta teoria e desenvolve a interpretação na qual as representações sociais devem perpassar questões do individual e do social simultaneamente. Publicada entre as décadas de 1960 e 1970, a Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici defende que as representações sociais são modalidades que compõem o conhecimento cotidiano ou do senso comum. Deste modo valida o senso comum como conhecimento capaz de constituir conceitos, ideias, imagens e juízos sobre determinados objetos, principalmente quando estes objetos não são “familiares” à determinada sociedade.

²⁰ As disciplinas do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional estão apresentadas a partir das matrizes curriculares expostas no capítulo 2.

Para Moscovici (2015) a experiência sensível, definida pelo cientificismo como senso comum, é parte do processo de desdobramento dos conhecimentos e molda nossa relação com as coisas novas, “não familiares”. No caso de nosso objeto de pesquisa o que é entendido por “não familiar” era a ideia de uma profissão específica para os museus, tendo em vista que, naquele espaço, havia muitas ocupações diferentes e convergentes. Porém, um dado fez toda a diferença no processo de conformação de uma nova profissão no Brasil, o treinamento no conhecimento de caráter específico, aliado à construção de um “abrigo no mercado” de trabalho na esfera da administração pública, ainda que repleto de crises e disputas. Sem os saberes e técnicas apreendidos em um curso de formação especialmente voltado para o trabalho em museus e sem a experiência prática exercida nesses espaços por pessoas treinadas, acreditamos que a ideia de uma profissão específica para atuar nos museus brasileiros não teria sido concretizada.

Por fim, na quarta e última seção, estão destacadas as trajetórias individuais de trabalho de três mulheres formadas pelo Curso de Museus - MHN e que atuaram no cargo de “Conservador de Museus”, bem como, participaram ativamente do movimento associativo da ABM. A análise, em tom memorialístico, evidencia as ações e pensamentos dessas três conservadoras/museólogas enquanto feições do fenômeno da profissionalização, o que nos ajudou a compreender melhor não só a organização social do período, mas a visão dos agentes atuantes, sobretudo, no que tange ao autorreconhecimento de uma profissão de museus específica no Brasil.

Para essa análise foram selecionadas as conservadoras de museus Regina Monteiro Real, Lygia Martins Costa e Therezinha de Moraes Sarmiento. Personalidades que tiveram em seus percursos de atuação, papel de relevo durante o período que a pesquisa priorizou investigar. Foram verificadas, por meio dos registros das atividades de trabalho e das experiências empíricas dessas conservadoras, as contribuições que elas deram ao debate da profissionalização e para a *práxis* museológica, bem como o testemunho das bases lançadas para a formação da base cognitiva do campo, desenvolvida pelas gerações subsequentes de museólogos.

CAPÍTULO 1

DO PROBLEMA DA PROFISSIONALIZAÇÃO, DA DIVISÃO DO TRABALHO E DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE UMA PROFISSÃO ESPECÍFICA DE MUSEUS

1. DO PROBLEMA DA PROFISSIONALIZAÇÃO, DA DIVISÃO DO TRABALHO E A DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE UMA PROFISSÃO ESPECÍFICA DE MUSEUS

“Museólogos genuínos. Afinal, o que éramos nós, este grande grupo de bons praticantes de certas habilidades técnicas variadas de museus aprendidas na universidade e através da prática cotidiana [...]?”²¹

Maria de Lourdes Parreiras Horta [Barretto], 1987²²

A década de 1980 teve como marco para a Museologia brasileira a conquista da regulamentação da profissão de museólogo (Lei 7.287/1984 e Decreto 91.775/1985). No cenário internacional a década foi marcada pela intensificação do debate para a construção do paradigma conceitual da Museologia enquanto disciplina científica. A epígrafe do capítulo é uma fala deste contexto, demonstra o autorreconhecimento profissional de uma agente do campo museal brasileiro e nos apresenta alguns pontos estruturantes de nosso objeto de pesquisa.

A museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta [Barretto]²³ (1987) dialoga com os membros do *International Committee for Museology*, ICOFOM e revela a imagem herdada do perfil do antigo cargo de “Conservador de Museus”. Este foi o cargo que, entre as décadas de 1930, 1940, 1950 e 1960 abrigava aqueles com formação equivalente ao profissional museólogo da atualidade e cuja atuação se deu, em grande parte, na esfera pública federal no contexto do Departamento Administrativo do Serviço Público, DASP²⁴. A múltipla identificação – conservador / técnico de museu / museólogo / museologista²⁵ – relacionada à ocupação – foi uma realidade até a consolidação do termo museólogo. O Decreto nº 58.800 de 13 de julho de 1966, que “Aprova o Regimento do Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional” em seu Art. 3º, reconhece o termo museólogo como título aos diplomados que concluíssem aquele curso. Desde então, constitui-se a identificação pelo termo museólogo àqueles que concluíssem o Curso de Museus - MHN e ocupassem o cargo de conservador

²¹ *Pure “museologists”. What were we, by all means, this large group of very good practitioners of some varied museum technical skills learned at the university and through daily practice [...]?* Tradução nossa.

²² HORTA BARRETTO, 1987, p. 152.

²³ Maria de Lourdes de Alencar Parreiras Horta (Rio de Janeiro-RJ, 1944) formou-se pelo Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional no ano de 1965. Recebeu bolsa de estudos da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, Portugal 1967-68. Exerceu função de professora conferencista no Curso de Museus - MHN nos anos de 1967, 1969 e entre 1970-72. Foi a primeira museóloga brasileira a obter título de Doutora em Museologia, pela Universidade de Leicester, Inglaterra, com a tese “A Semiótica dos Museus, uma abordagem da comunicação museológica”, ano de obtenção do título 1992. (SÁ e SIQUEIRA, 2007 p. 170).

²⁴ Denominação de quando foi criado, em 1938, durante o Estado Novo. Com a Reforma Administrativa do Serviço Público realizada no ano de 1967, passou a ser denominado Departamento Administrativo do Pessoal Civil, sem perder a referência da sigla, a qual iremos sempre nos referir a partir de agora.

²⁵ BARROSO, 1954, p.231.

do DASP, onde a denominação perdurou oficialmente até 1973²⁶. É a partir desse lugar que a autora se reporta.

O cargo de “Conservador de Museus” abrigou o grupo de membros de ocupação que identificamos nesta pesquisa como responsáveis por ações que consolidaram o processo de **autorreconhecimento** da **profissão museólogo** cujo ofício era desempenhado na atuação do grupo ocupacional do DASP. As iniciativas do grupo abrangeram questões no âmbito salarial, legal e social. Com este grupo Horta se identifica devido a sua **formação** e perfil de **atuação**, tendo ocupado o cargo de conservador do DASP (e seu equivalente) entre o período de 1967 e 2008. No trecho “um grande grupo de bons praticantes” a autora deixa claro a característica do cargo e da formação que recebeu. Praticantes são aqueles profissionais que atuam diretamente no mercado de trabalho, aplicam e refletem as diretrizes formuladas por acadêmicos (intelectuais) e vivenciam o desdobramento das políticas condicionadas por administradores.

A museóloga ressalta no trecho que destacamos de sua fala, a presença do **ensino superior universitário** na formação dos museólogos e salienta que **suas habilidades técnicas se desenvolveram na prática de trabalho em museus**. Este trabalho será indicado pela autora, mais adiante no texto, como reconhecido legalmente ao se referir à regulamentação da profissão ocorrida dois anos antes do encontro no qual publicou o texto. A seleção da fala de Horta para a abertura de nosso capítulo deve-se a dois aspectos importantes que estruturam nossa pesquisa: 1) **o treinamento no conhecimento**, a partir de um ensino formal e de caráter superior e 2) **o sistema de credenciamento** que envolve, além do ensino formal as **ações políticas do movimento associativo** e as **ações do Estado** que estruturam as instituições da organização social na qual se desenrolou os primeiros passos da profissionalização da Museologia no Brasil.

Com o objetivo fim de pensarmos a profissionalização da Museologia no Brasil, voltamo-nos às ações que inauguraram a organização social na qual esse processo de profissionalização se desenvolveu. A análise inclui, ainda, a identificação das representações sociais difundidas no período percorrido entre 1930 e 1960, principalmente, e que forjou a imagem da profissão específica de museus no Brasil. Nesta análise é aplicado o conceito de **representações sociais** sob interpretação do teórico Serge Moscovici, com o objetivo de analisar mecanismos de origem psicossociais inseridos no processo de profissionalização, porque fazem parte de todos os fenômenos sociais humanos. Todavia, esta não é a

²⁶ Segundo Decreto nº 72.493/1973 “Dispõe sobre o Grupo Outras Atividades Nível Superior, a que se refere o artigo 2º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e dá outras providências”. O referido Decreto sinaliza a transposição de categoria: para Técnico em Assuntos Culturais aqueles que ocupavam os cargos de Conservador do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Conservador de Museu; [...] “cujos ocupantes possuam diploma de curso superior de [...] Museologia” (art.5º inciso XXVI).

fundamentação central. A teoria da Sociologia das Profissões, em especial aquela de abordagem interacionista onde a profissionalização é analisada como um processo histórico e político é a base metodológica da pesquisa. Seguimos os conceitos de Eliot Freidson, cuja linha investigativa se desenvolve a partir da interação entre diferentes elementos institucionais em determinada organização social, contexto este que abrange, objetivamente, um grupo de membros de ocupação, no caso desta pesquisa²⁷, aqueles que ocupavam o cargo “Conservador de Museus” do DASP.

Analisar o fenômeno da profissionalização implica também em compreender a formação da base cognitiva da Museologia. Temos assim, em nosso recorte temporal e conceitual dois fenômenos paralelos: a disciplinarização dos conhecimentos técnico-científicos que compõem a Museologia e a profissionalização da ocupação de “Conservador de Museus”. Peter Burke (2016) reconhece, enquanto processo social que permeia a disciplinarização do conhecimento, a profissionalização.

Os sociólogos usam o termo “profissionalização” para se referir a um **processo** que incluiu não só a **multiplicação de ocupações** em tempo integral, cada uma com **seu próprio tipo de conhecimento**, como também o **estabelecimento de órgãos que criam as regras que regem a admissão a um determinado tipo de ocupação, organizam treinamentos, mantêm padrões coletivos**, dentre outras atividades. (PERKIN apud BURKE, 2016, p. 60. Grifo nosso)

O escopo da nossa investigação está centrado num momento de transição do “pensamento museológico”, entre o reconhecimento da Museografia enquanto técnica específica dos museus, baseada numa “tradição museal” (BALLÉ, 2011) para a construção da Museologia enquanto base cognitiva (conhecimento abstrato) a isto chamaremos de fase empírico-descritiva segundo o entendimento do teórico Ivo Maroevic (1998). Este período histórico e social compreendeu profundas transformações para o campo museal, não somente em sua dimensão institucional e de organização do trabalho, mas no sentido de pensá-lo conceitualmente. Sendo assim, a análise está tensionada entre, apresentar os elementos propulsores da formação da base cognitiva da Museologia e a interação entre diferentes variáveis institucionais, como propõe Freidson, o que inclui o treinamento no conhecimento via ensino formal organizado pelo Estado brasileiro em sua fase de burocratização.

Vamos agora compreender melhor a metodologia aplicada neste trabalho e apresentar os conceitos e autores que a fundamentam.

1.1 Análise teórico-metodológica de Eliot Freidson aplicada à profissionalização da Museologia no Brasil

²⁷ Neste sentido nos aproximamos da abordagem microsociológica, na qual um grupo específico de sujeitos e suas relações e interações cotidianas são priorizados na análise investigativa.

O tema da profissionalização está imbricado às questões conceituais e práticas do pensamento museológico. A instituição museu e suas funções, o desenvolvimento do arcabouço conceitual da Museologia e o exercício prático da profissão, são questões que interagem entre si.

A teoria das profissões identifica **o conhecimento** como “questão crucial para os profissionais e um aspecto fundamental à profissionalização” (BOSI, 1996, p. 141). Dentre os conceitos desenvolvidos por teóricos da Sociologia das Profissões destacamos aqui aqueles relacionados com o “saber como” e o “saber que”²⁸, são eles: “corpo de conhecimentos” e “ideal de serviço” (GOODE. W., 1969 apud BOSI, 1996); “base técnica” (WILENSKY H., 1970 apud BOSI, 1996); “base cognitiva” (LARSON, 1977 apud BOSI, 1996). Com o objetivo de pensarmos a profissionalização da Museologia no Brasil de forma a contribuir para a construção da narrativa historiada do pensamento museológico, que consideramos singular, selecionamos os conceitos do teórico Eliot Freidson “**autonomia**” e “**técnica (saber)**” (FREIDSON, 1978 apud BOSI, 1996, grifo nosso), porque compreendemos que sua abordagem contempla nossa análise sobre o escopo proposto, **entender como os membros de ocupação do cargo público federal de “Conservador de Museus”, instituídos no contexto do DASP, conformaram seu autorreconhecimento profissional e alçaram status de profissão.**

A abordagem metodológica freidsoniana advém do pensamento interacionista anglo-saxônico e consiste na análise da interação entre diferentes elementos institucionais que, segundo ele, não devem ser considerados com pesos diferentes na investigação dos processos de profissionalização. Maria Lígia Barbosa (1999) ao analisar os artigos que Freidson escreveu na segunda parte do livro “Renascimento das profissões”, aponta que o autor teve como ponto de partida o estudo da divisão do trabalho limitado à organização social na qual a ocupação está inserida. Por outro lado, para Maria Lúcia Magalhães Bosi (1996), o autor analisa ocupação/profissão a partir de fatores que “engloba[m] um conjunto de relações” (1996, p. 51) que corroboram com a **percepção do que é profissão em uma dada organização social.**

E, o que seria a organização social defendida por Freidson? A organização social, como entendida por esse autor é criticada por Barbosa (1999) como “um corpo pronto” tendo em vista que o teórico não demonstra, em suas reflexões, a construção das fronteiras existentes dentro desta organização. Em nossa análise buscou-se entender as linhas fronteiriças entre as instituições através dos sujeitos que as integravam e estavam envolvidos no processo da profissionalização da Museologia; neste sentido a representação social discursada por esses mesmos sujeitos, formadores do grupo ocupacional analisado, também

²⁸ “Saber como”, do latim *ars* em contraposição a *scientia*, “saber que” ou do grego *techne* em contraponto a *episteme* (BURKE, 2016, p. 21).

colabora para a compreensão do processo naquela organização social. Diante disso, **nossa análise se configura como uma investigação aberta**, ou seja, **sem conclusões absolutas tendo em vista que o processo de profissionalização da Museologia no Brasil ainda está em curso.**

Cabe-nos aclarar quais instituições têm destaque nesta análise. A figura a seguir sintetiza, em cinco instituições, a organização social que identificamos no processo de profissionalização da Museologia no Brasil. A conexão das instituições, representada por setas, se deu a partir dos sujeitos/membros de ocupação que puderam articular ações desde a instituição de origem, de onde receberam o treinamento (Curso de Museus - MHN) até a constituição de uma classe profissional via movimento associativo (ONICOM/ABM), passando, é claro, pelas instituições onde atuaram, o que está representado na figura e na pesquisa pelo DASP, órgão catalisador dos postos de trabalho das conservadoras e conservadores de museus.

Figura 01. Principais instituições que compõem a organização social do processo de profissionalização da Museologia no Brasil, segundo o recorte analítico desta pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora

O Curso de Museus - MHN colocado na posição de instituição irradiadora, central no processo de profissionalização, indica que os sujeitos – conservadoras e conservadores de museus – tiveram nesta instituição de ensino o ponto de partida para trilhar suas carreiras, tendo em vista que aquele foi o local de formação, ou seja, do treinamento no conhecimento.

O MHN, além de sede do curso especializado, teve papel como um dos espaços de trabalho onde atuaram alguns dos primeiros egressos do Curso de Museus - MHN sob a exigência de *expertise* inserido, assim, num novo perfil de servidores do Estado, como ficou estabelecido no final da década de 1930. É bom aclarar que, no caso do MHN alguns dos servidores que integravam o quadro de funcionários fizeram o Curso de Museus - MHN para adquirir o credenciamento do treinamento, contudo, já exerciam seu ofício naquele Museu. O

MNBA foi o primeiro museu, junto com o MHN, a receber servidores com formação específica para a ocupação do cargo de “Conservador de Museus” a partir do primeiro concurso público realizado pelo DASP em 1939-40²⁹. Este museu tornou-se um dos principais a contar com uma equipe de conservadoras em seu quadro de funcionários. O MNBA foi também o cenário onde as primeiras reuniões da ABM ocorreram e foi o local de criação daquela associação, pois a figura de liderança do movimento trabalhava naquele Museu, a conservadora Regina Real. Os dois museus em destaque, claro, não foram as únicas do período a receber membros de ocupação com *expertise* na “Técnica de Museus”, contudo foram os principais espaços de atuação desse novo grupo ocupacional, tendo deixado registros das suas atividades em publicações como os Anais MHN e o Anuário MNBA.

Quanto ao DASP, este foi o braço estatal no processo de profissionalização. Instituição com papel essencial, que garantiu a entrada dos egressos do Curso de Museus - MHN no mercado de trabalho via concurso público, durante o Estado Novo e em anos posteriores, apesar da menor incidência de concursos até o final da década de 1960.

O entrelaçamento dessas instituições que fizeram parte da organização social que levou à conformação de uma profissão específica de museus no contexto brasileiro **é ponto chave em nossa discussão**. No presente estudo serve-nos essa metodologia que, além de verificar diferentes instituições partícipes do processo, entende que a ocupação pode seguir o caminho da profissionalização através de mecanismos sociais endógenos e exógenos ao grupo ocupacional em questão.

O teórico selecionado, Eliot Freidson pertence a uma geração de sociólogos estadunidenses reconhecidos como pertencentes à segunda geração da Escola de Chicago³⁰. Segundo os analistas do pensamento sociológico, estes teóricos cujas publicações ocorreram entre as décadas de 1960 e 1970 ampliaram a abordagem sociológica do funcionalismo, vigente nas pesquisas sobre as profissões e a divisão do trabalho. Outro ponto fundamental do pensamento teórico-metodológico do autor e que motivou nossa seleção como fundamento da pesquisa, é a visão não hierarquizada entre profissões reconhecidas historicamente³¹ e as ocupações, aquelas que ainda não são socialmente reconhecidas como profissões.

²⁹ Antes da criação do DASP não eram realizados concursos públicos para a ocupar vagas no trabalho em museus. Ver Cap. 3, página 146.

³⁰ Esta geração foi formada, em sua maioria, por veteranos de guerra que ingressaram na universidade incentivados pelo programa do governo federal e suas ações políticas educacionais de apoio aos jovens que serviram na II Guerra Mundial (BONELLI, 2019 p.14). Segundo Freidson, sua geração, com perfil mais amadurecido, onde muitos já tinham constituído família, vivenciou contexto em que não favorecia um contato contínuo e coeso entre os estudantes a ponto de formar um grupo de sociólogos com ideias em comum. De todo modo, Freidson reconheceu que a ‘atmosfera intelectual de Chicago, quando estive lá, tenha me influenciado [...] e com certeza pincei ideias e orientações de estudiosos como Everett Hugues [...]’ (BONELLI, 2019, p.15).

³¹ As profissões históricas (ou profissões sábias) são assim identificadas na Sociologia das Profissões a partir do parâmetro da institucionalização do ensino/estudo encontrado na fundação das universidades medievais, no século XI. Sendo assim, as primeiras profissões a se inserirem neste

Foi a partir [da década de 1960] que boa parte da literatura sobre as profissões começou a esclarecer o caráter histórico e social do processo de hierarquização intra e entre grupos profissionais. Essa literatura permite um novo enfoque, que busca, nas ‘profissões sábias’ e nas ocupações em geral, o que têm de comum, e não tanto sua diferenciação. **As novas abordagens passam a entender a formação dos grupos profissionais como uma disputa de monopólio pelo mercado, inserida na divisão social do trabalho, mostrando também que o caráter ‘mais’ ou ‘menos’ científico do conhecimento monopolizado por cada grupo profissional não é dado, mas socialmente construído.** (FRANZOI, 2009, p. 329. Grifos nossos)

Em vários de seus artigos Freidson alerta sobre o entendimento de que cada ocupação/profissão tem suas características específicas, o que dificulta uma metodologia comparativa entre ocupações/profissões diferentes, mas que isso não deve ser impedimento para analisarmos “profissões” não históricas. O processo de profissionalização é singular em cada ocupação e, em cada sociedade que possui sua “economia política” e “experiência histórica” de relações com o Estado (FREIDSON, 2019, p. 67). Destarte, a profissionalização dentro de uma organização social **deve ser investigada como um fenômeno social a partir de fatos concretos**, apesar de dinâmicos, que sofrem mudanças no tempo e no espaço geográfico. Freidson (2019, p. 65) nos diz que devemos “[...] estudar fenomenologicamente as profissões, [...] evitar o uso de alguma definição fixa e examinar, ao invés disso, as diversas perspectivas sobre as ocupações chamadas profissões, assim como a maneira pela qual foi construído o *status* social da profissão. [...]”.

Definir profissão a partir de uma lógica única de poder e que tenha as profissões históricas estabelecidas como parâmetro (sacerdote, advogado e médico) não é uma boa opção para Freidson, ele prefere tratar por **ocupação todas as atividades que dominam determinados conhecimentos e habilidades** e investigar o processo de profissionalização destas ocupações. O autor parte da **observação do trabalho cotidiano** da ocupação e investiga sua organização social e **considera os elementos institucionais** existentes naquele espaço/tempo do recorte da pesquisa³². É importante destacarmos que os estudos da Sociologia das Profissões, em sua maioria, foram feitos tendo por objeto de investigação as profissões históricas, incluindo o estudo de Freidson sobre a profissão médica. Atualmente encontramos pesquisas³³ cuja problemática volta-se para o cenário de outras ocupações, como é o caso do nosso objeto de estudo que visa analisar o processo de profissionalização

contexto foram a do Sacerdócio, do Direito e da Medicina. “É só com a expansão e a consolidação das universidades que se passa a fazer [...] distinção entre as ‘profissões’, derivadas das *septem artes liberales*, aí ensinadas, e os ofícios, derivados das ‘artes mecânicas’” (DUBAR, 1997 apud FRANZOI, 2009, p.328-329).

³² A pesquisa empreendida por Eliot Freidson e que apresenta esta estrutura metodológica pode ser lida no livro “Profissão médica: um estudo de sociologia do conhecimento aplicado”, 1970.

³³ No processo de levantamento bibliográfico para esta pesquisa, além do trabalho de Bosi (1996) sobre a profissão do nutricionista, foi encontrado trabalhos sobre a profissão do assistente social, a exemplo de Martins (2015), alguns sobre a profissão docente e a profissão de arquivista e museólogo como a pesquisa de Alves (2019), intitulada “Contribuições da Sociologia das Profissões para a análise das profissões de arquivista e museólogo no Brasil”.

da Museologia no Brasil, que resultou na construção de uma profissão específica e regulamentada para o trabalho nos museus.

A defesa de que as ocupações/profissões são conformadas de acordo com marcos históricos e variam entre as nações modernas e seu estágio industrial, bem como a verificação da intervenção estatal no processo de profissionalização, foram as principais contribuições do pensamento freidsoniano para os estudos da Sociologia das Profissões e que ele também identifica como Sociologia do Conhecimento.

Segundo Barbosa (1999) a abordagem de Freidson pode ser entendida como “institucionalista” devido ao caráter das variáveis que sua metodologia enfatiza, variáveis de essência institucional. Sua metodologia também é classificada como neoweberiana, por considerar em relevo as implicações políticas do Estado burocrático, como desenvolvido por Max Weber. A indicação da proximidade da abordagem freidsoniana com a weberiana é pertinente para nossa pesquisa, visto que a burocratização do Estado, estudo empreendido por Weber, está presente em nosso contexto quando analisamos a condição do cargo de conservador no âmbito do DASP, principalmente no período em que este foi criado, no Estado Novo de Vargas.

As análises da administração sobre a década de 1930 (em especial no período posterior a 1937) destacam a reforma administrativa que se instalou como orientadas pelo propósito de constituição de um serviço público aparelhado de quadros técnicos nos moldes da burocracia weberiana. (BRASIL et e tal, 2014 p.63).

Analisar o processo de profissionalização implica em discutir as estruturas formadoras dos conhecimentos que as ocupações dominam. Para Freidson não há separação entre conhecimento e profissionalização. Há que se discutir e analisar estes dois em conjunto a fim de evitar reducionismo³⁴. O teórico reconhece no conceito de **autonomia** o ponto de diferenciação entre o *status* profissional e a ocupação, para ele “a autonomia aparece como um conceito que engloba um conjunto de relações representando, portanto, a resultante de uma série de elementos que, aos poucos, vão sendo identificados” (BOSI, 1996, p. 51). A autonomia, neste raciocínio, está na dimensão do conhecimento e da competência técnica que as ocupações possuem. Com autonomia as ocupações podem ser reconhecidas como profissões e garantir independência para exercer seu trabalho. Em síntese, o percurso da profissionalização é uma construção social pela qual todas as ocupações, que buscam o reconhecimento de suas competências, devem percorrer. **Para conformar uma profissão é preciso ter domínio sobre os meios do sistema de credenciamento e do conhecimento**

³⁴ Aqui cabe-nos fazer uma ressalva, mesmo que em nossa análise busquemos considerar o máximo de fatores institucionais em contexto histórico e social determinado – como pede a metodologia freidsoniana – sabemos que não teremos todos os elementos verificados e analisados de maneira total, sempre estaremos limitados a uma perspectiva parcial dos fatos que as fontes nos fornecem.

técnico-científico, aspectos que moldam aquilo que na teoria das profissões chamam de “saber esotérico”.

O “saber esotérico” é restrito e constituído pelo conjunto de conhecimentos e habilidades que a sociedade reconhece que o profissional possui, os quais um “homem comum não tem acesso” (BOSI, 1996, p.42). Então, além do aparato institucional que compõe o sistema de credenciamento é imprescindível o domínio do “saber” técnico e científico, capaz de ser identificado enquanto base cognitiva daquela profissão, não apenas entre os membros de ocupação, mas por seus concorrentes e as diferentes instâncias da sociedade, dentre elas o Estado. É sobre este processo de construção no seio de uma organização social que é conformada uma profissão e sua manutenção enquanto tal (Idem).

O caminho investigativo proposto por Freidson nos fornece condições para analisar a profissionalização como fenômeno.

O caráter fenomenológico de uma profissão, então, não é determinado unicamente pelos membros de ocupação que realizam seu trabalho de modo a levar outros a tratá-los como profissionais. Há numerosas perspectivas e desempenhos diferentes, nenhum dos quais pode ser considerado mais bem embasado fenomenologicamente do que qualquer outro. Alguns, porém, apresentam mais consequências do que outros, quanto mais não seja porque estão ligados a posições em que é possível exercer um poder econômico e político substancial de grande significado. **Ainda que não tenha talvez a autoridade do saber em qualquer sentido epistemológico, eles poderiam ser tomados como autorizados num sentido pragmático de estabelecimento de limites econômicos e políticos dentro dos quais o trabalho profissional de todos os dias pode prosseguir e de fornecimentos dos recursos econômicos e políticos sem os quais algumas circunstâncias e oportunidades de trabalho não podem acontecer.** (FREIDSON, 2019, p.57, grifo nosso).

Investigamos a profissionalização da Museologia como um “fenômeno concreto, mutável, histórico e nacional” (FREIDSON, 2019, p. 59). Analisamos como fato concreto a ocupação de “Conservador de Museus” que não contava com uma base cognitiva consolidada quando foi criada, porém em vias de desenvolvimento, o que correspondia à falta de “autoridade do saber” pelo “sentido epistemológico”, mas foi construída uma autoridade pelo “sentido pragmático”. Os membros de ocupação do cargo de “Conservador de Museus” estavam autorizados, pela prática de suas atividades na condição de funcionários do Estado, a estabelecer critérios para atuação ocupacional que mais tarde se refletiram no perfil do museólogo no Brasil³⁵. Há que se levar em conta, ainda, as relações políticas desenhadas durante este processo de conformação de uma profissão “específica” para o trabalho nos museus, a partir de uma disciplina também “específica”. Nessas relações políticas faz-se presente o elemento institucional, para o treinamento no conhecimento, o movimento de

³⁵ É ao que Horta Barretto (1987) se refere na epígrafe deste capítulo e, o que indicam os tradutores na publicação Conceitos-Chave da Museologia sobre o perfil híbrido do museólogo brasileiro em relação à concepção francesa.

classe e a constituição do arcabouço legal, que culminaram com a regulamentação da profissão.

O enfoque freidsoniano envolve as estruturas do conhecimento formal e das instituições que credenciam a profissão a fim de discernir sua autonomia. O teórico propõe a observação do processo de profissionalização de forma dinâmica e identifica a profissão como “abrigo no mercado de trabalho ocupacional” (BONELLI, 2019, p. 24). Esta condição, contudo, deve ser considerada circunstancial. A metodologia proposta por Freidson é aplicável a diferentes ocupações, pois o autor não limitou seu método de análise às características da profissão histórica à qual dedicou seus estudos, a profissão médica. Em nossa investigação trabalhamos a partir dessa metodologia considerando a constituição do conhecimento formal de nível superior, os movimentos de classe empreendidos pelo grupo de membros de ocupação e a participação do Estado nestes enlances.

Na próxima subseção pontuaremos os conceitos que estruturam e clarificam nosso pensamento investigativo.

1.2 Ocupação e profissão no contexto da profissionalização

Devido nossa escolha teórico-metodológica vamos trabalhar com a concepção anglo-saxã sobre os conceitos profissão e ocupação e por isso apontaremos suas distinções nessa corrente de pensamento. As ocupações³⁶ guardam um estreitamento com sua funcionalidade prática, enquanto a **profissão** é um conceito amplo e que **envolve laços éticos e políticos** entre, não somente os membros de ocupação, mas entre eles e seus concorrentes, a sociedade e o Estado (FREIDSON, 2009).

Em seu estudo emblemático sobre a profissão médica, Freidson destaca que não há consenso quanto à definição conceitual de profissão. Ele alerta que “a palavra é tanto valorativa quanto descritiva” (2009, p.23-24) e, assim, diferentes grupos ocupacionais podem fazer uso dela a fim de encontrar prestígio. Outro problema apontado pelo autor é a construção

³⁶ Segundo a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, o Brasil identificou pelo levantamento CBO2002 o número de 2.422 ocupações. Segundo a página oficial da internet, a CBO “instituída por portaria ministerial nº. 397, de 9 de outubro de 2002, tem por finalidade a identificação das ocupações no mercado de trabalho, para fins classificatórios junto aos registros administrativos e domiciliares. Os efeitos de uniformização pretendida pela Classificação Brasileira de Ocupações são de ordem administrativa e não se estendem às relações de trabalho. Já a regulamentação da profissão, diferentemente da CBO é realizada por meio de lei, cuja apreciação é feita pelo Congresso Nacional, por meio de seus Deputados e Senadores, e levada à sanção do Presidente da República.” Para a CBO ocupação tem por definição: “Ocupação é a agregação de empregos ou situações de trabalho similares quanto às atividades realizadas.” A estrutura da CBO foi elaborada a partir do ano de 1977, portanto foge ao escopo de nossa análise e demonstra que o período investigado foi um momento de construção e identificação dos grupos ocupacionais existentes no Brasil. A criação da CBO deveu-se ao convênio firmado entre o Estado Brasileiro e a ONU por intermédio da OIT, Organização Internacional do Trabalho e teve como base a Classificação Internacional Uniforme de Ocupações, de 1968. Disponível em: <http://cbo.maisemprego.mte.gov.br/cbosite/pages/informacoesGerais.jsf>. Acesso em: 03/08/2022.

da definição a partir da realidade ocupacional específica de um determinado grupo, o que cria a falsa compreensão de que, por caber em uma definição certas ocupações podem ser classificadas como profissão enquanto outras estariam fora do mesmo escopo. Seria como comparar a realidade social dos museólogos com a realidade dos médicos, por exemplo e pressupor que tudo o que aconteceu no campo da Medicina deveria acontecer no da Museologia. Nem mesmo as profissões históricas se desenvolvem de igual forma em contextos sociais diferentes, como comprova o próprio autor em seu estudo sobre a “Profissão Médica”. As profissões históricas não devem ser parâmetro para os demais processos de profissionalização. Franzoi (2009) ao fazer referência ao método de Freidson destaca que para o autor, a “estratégia de análise é tomar as ocupações mais como casos empíricos individuais que como espécies de algum conceito fixo e mais geral” (FREIDSON, 1988 apud FRANZOI, 2009).

No conjunto de textos selecionados para nossa fundamentação teórica, que abrange pouco mais de vinte anos de estudos³⁷ realizados por Freidson, este autor defende que profissão não deve ser um termo empregado como um conceito rígido. Ele explica que diferentes propósitos são responsáveis por diferentes entendimentos para definir profissão.

[...] algumas definições têm, primeiro, uma intenção hostil e, somente depois, analítica. Quando o intuito é analítico, o interesse analítico pode variar muito: alguns enfatizam valores culturais ou cognitivos; outros valorizam a dedicação individual e a auto-identificação (sic). As variações da definição são consequências de interesses bastante diferentes. (FREIDSON, 2009, p. 24)

Sobre os quesitos de *status* e poder profissional, o teórico aponta para o problema da identificação dos critérios utilizados nas análises que, a depender das variáveis, tendem a ser analisados sem suscitar respostas satisfatórias sobre o tema, “O quadro da importância profissional é uma imagem virtual, especular do quadro do poder profissional.” (FREIDSON, 2019, p. 67). O caminho desenhado pelo autor para entender o que é uma profissão foi o de considerar “variáveis analíticas da organização social” (2009, p. 24). Assim, ele entende que pode se aproximar da realidade cotidiana do trabalho e identificar o problema prático da ocupação (2009, p. 33).

Freidson entende **profissão como o controle que uma ocupação adquire sobre seu próprio trabalho**, não só sobre as atividades práticas, mas também de toda a organização institucional que implica sustentar a ideologia singular de competência. Assim, não descarta de todo o caráter pragmático da ocupação para entender profissão, mas agrega o sentido político que o grupo ocupacional organiza socialmente para garantir *status* profissional e, claro, o êxito destas ações.

³⁷ Desde sua premiada pesquisa “Profissão médica: um estudo de sociologia do conhecimento aplicado”, publicada em 1970 até o livro “O Renascimento do profissionalismo”, publicado pela primeira vez em 1994 e que reúne artigos do período de 1973-1993.

Coelho (1999, p.20-21), também entende que profissão é um termo polissêmico e explica que, no Brasil, a partir de definições lexicais do século XIX, profissão encontrava três sentidos: “declaração pública”, “voto” e “ofício”. Foi assim até 1943, quando a palavra “liberal” foi incluída nos Dicionários. Profissão liberal garante sentido de autonomia para aquele que a exerce e prestígio social, reconhecimento e boa situação material, ou seja, liberdade política para exercer e estudar seu campo de atuação e remuneração salarial pelo ofício que exerce.

Enquanto ocupação se refere a uma condição organizacional, constituída por membros que se dedicam a determinadas tarefas no mundo do trabalho e desenvolvem técnicas e saberes a partir da experiência cotidiana e, assim, se diferenciam de outras ocupações. A profissão tem por estabelecido não somente o trabalho, mas a seleção dos agentes capazes de executá-lo (treinamento no conhecimento via ensino formal), as políticas que regulam ou promovem a reserva de mercado, ou seja, tem autonomia sobre as esferas que lhe garantem espaço definido na divisão social do trabalho. E controle, sobretudo da base cognitiva da profissão, conhecimentos abstratos (conceituais) e técnico-científicos aplicados (práticos).

O conceito de ocupação, para alguns autores, está ligado à dimensão laboral da profissionalização, refere-se às práticas e seu cotidiano (MARTINS, 2015, p.66). Todavia, para que uma ocupação seja reconhecida como profissão não somente os aspectos técnicos laborais de uma atividade são suficientes, mas devemos entender a dimensão social que um membro de ocupação tem no bojo da organização social do trabalho para além de suas habilidades técnicas, que podem ser facilmente substituídas por avanços tecnológicos (FREIDSON, 2019). Nesse sentido a abordagem interacionista defende que toda e qualquer ocupação pode conquistar o *status* de profissão desde que seus membros passem por processos sociais que garantam o reconhecimento de sua autonomia técnica e conceitual, bem como da dimensão política do reconhecimento da competência para reserva no mercado de trabalho. E quando a ocupação consegue, além da reserva de mercado, selecionar e treinar novos membros garante o monopólio sobre o domínio do conhecimento e sua atuação prática. Tal dimensão política é o reflexo da autorregulação e autorreconhecimento do grupo ocupacional que gera ações de controle do domínio profissional.

Devido seu caráter complexo, aplicar o termo profissão de maneira indiscriminada refletiria, em nosso trabalho, uma consciência pouco crítica e deslocada da fundamentação teórica a qual nos propusemos seguir e que tem como critério analisar profissão como um conceito “histórico mutável” e não genérico, como usualmente costuma ser empregado (FREIDSON, 2019, p. 50). No decorrer de nosso trabalho adotamos o termo ocupação para fazer referência aos diferentes ofícios, cujos sujeitos pertencem a diferentes áreas do conhecimento e se ocupam de atividades participantes do conjunto de funções presente nas diversas tipologias de museus e seus modelos de gestão, mesmo sabendo que algumas

podem estar em movimento avançado de profissionalização. Sendo assim, os museus reúnem diferentes ocupações, visto que poucas exceções podem ser percebidas como profissões modernas, segundo a ótica interacionista. As profissões são aquelas ocupações consagradas socialmente pelo fato de possuírem jurisdição sobre seus conhecimentos e controle de seu campo de atuação e sobre seu próprio trabalho (autonomia).

Esclarecidos estes pontos, entendemos que o uso do termo ocupação para nos referirmos ao grupo ocupacional de “Conservadores de Museus” seja o ideal na abordagem do recorte investigativo, assim como para tantas outras ocupações que trabalham no espaço instituído do museu.

A comunidade que compõe o Conselho Internacional de Museus, ICOM, firmou o termo *museum professional* desde a VII Conferência Geral do ICOM, realizada em Nova Iorque (1965) e a partir de então a expressão “profissionais de museus” passou a identificar os diferentes trabalhadores de museus (MENSCH, 1984, p.20). Inseridos nessa mesma realidade foi desenvolvido a definição do termo profissão (*profession*) do *Dictionnaire Encyclopédique de Muséologie* (2011), segundo o pensamento francófono. Dubar (2012) aponta que, neste pensamento o sentido de profissão é alargado e pouco se diferencia de ocupação, enquanto uma distinção entre os termos é predominante na abordagem anglo-saxã. Sendo assim, faz sentido que os autores do *Dictionnaire* utilizem o termo *profession* em suas análises para discutir sobre aquilo que, para os ingleses e estadunidenses, seja mais bem designado por ocupação. Interessante observar que a perspectiva francófona, mesmo não sendo a única divulgada no ICOM prevaleceu nas discussões sobre o tema através da legitimação do uso da expressão “profissionais de museus”.

E quem seriam esses “profissionais de museus”? Esta questão para ser respondida precisa ser localizada no tempo histórico, visto que o entendimento de quantas profissões são necessárias em uma instituição museológica é um processo contínuo que sofre mudanças administrativas a partir de novas e diversas perspectivas sobre essas instituições que, por conseguinte, acompanham as transformações da sociedade. Em 1965, segundo Boylan, foram identificadas as atividades e ocupações essenciais, até aquele momento, para os museus, ou seja, quais ocupações atenderiam em seus ofícios toda a complexidade funcional da instituição museu.

A conferência geral de Nova York de 1965 foi, talvez, a mais importante e influente dos primeiros anos do ICOM, reconhecendo como válido e importante a questão da profissão de museu em sua diversidade e enquanto uma categoria de, pelo menos, onze profissionais de museus para o trabalho, como a seguir: “curadores de museus, pessoal de laboratórios científicos, restauradores de obras de arte, técnicos de conservação, pessoas qualificadas selecionadas para o trabalho educativo e de ações culturais, pessoal técnico em montagem de exposições, audio-visual, iluminação,

climatização, segurança, bibliotecários e documentalistas etc.”. (BOYLAN, 2010, p. 418. Tradução nossa)³⁸.

A visão que aparece na citação supracitada é pragmática e é um reflexo da necessidade de atender às funções dos museus, a depender de sua estrutura administrativa. O número de pessoal habilitado para atender à realidade institucional dos museus reúne diferentes saberes e técnicas ligadas às atividades de manutenção predial e expositiva, segurança e conservação de coleções, atendimento aos públicos, bem como outras ações específicas e que exigem formação de nível superior. As atividades vão desde a figura de autoridade (com formação universitária) até os funcionários da segurança predial e incluiu diferentes níveis de técnicas aplicadas. Sobre a questão do escopo de trabalho das “profissões de museus”, Chaumier e Mairesse (2011) apontam que mesmo na França há museus e museus. Instituições pequenas com equipes reduzidas apresentam trabalhadores com uma carga de atribuições bem maior do que naqueles que possuem maiores equipes com multiplicidade de capacitações e habilidades. Sendo assim, a divisão do trabalho em museus não é uniforme em todas as instituições, seja pelas características administrativas ou por razões sociais locais.

1.3 Divisão e organização do trabalho em museus

Para entendermos o desenvolvimento do pensamento museológico e do processo de profissionalização da Museologia é condição *sine qua nom* observar a definição e os desdobramentos das funções estabelecidas para o museu moderno³⁹ consagrado no século XIX em contexto europeu, sua forma institucional e as práticas que sobrevieram deste modelo.

Olhar para o museu enquanto espaço institucional de trabalho nos leva ao contexto da **sociedade dita ocidental** em sua primeira e segunda **fase industrial** e a considerar, em especial, as circunstâncias que **marcaram o século XIX** e a **primeira metade do século XX**. Falamos dos avanços tecnológicos e meios de transporte, intensificação dos meios de comunicação e do desenvolvimento da Administração científica, como também, da ocorrência das duas grandes guerras mundiais.

³⁸ *The New York general conference of 1965 was perhaps the most important and influential in the earlier years of ICOM, recognising as valid and important parts of the museum profession a diverse range of at least eleven categories of professional museum work as follows: “museum curators, scientific laboratory personnel, restorers of works of art, conservation technicians, qualified persons ... recruited from the teaching profession’ in charge of educational and cultural activities, a wide range of technical personnel including specialists in: audio-visual techniques, [exhibit] installation and presentation, lighting, climate conditioning, security, library techniques and documentation etc.”*

³⁹ Consideramos, aqui, por museu moderno aquele modelo histórico e social de instituição ligada ao pensamento científico positivista e conectada aos princípios que fundamentaram as sociedades industriais do hemisfério norte do século XIX e suas políticas colonialistas. Por moderno entendem-se assim, todos os museus reconhecidos através dos critérios estabelecidos pelas disciplinas científicas e os “museus como símbolos de uma pretensa supremacia cultural europeia” (SÁ, 2019, p. 603). Tal abordagem e percepção de museu vigorou majoritariamente no Oitocentos e passou a ser um modelo veementemente criticado por pensadores da Museologia a partir da década de 1970.

A Modernidade e a velocidade das mudanças cognitivas e comportamentais foram refletidas no sentido lato de Museu, como aponta Scheiner,

As teorias do homem e a valorização do papel das sociedades na construção do corpus cultural provocam, no Museu, uma mudança de sentido: **antes orientado para o objeto**, ele é agora orientado para a sociedade. **Consequência da multiplicação de formas de entender o mundo, multiplicam-se e especializam-se os museus**: a ênfase do período e a das coleções especializadas, ilustrativas de todo e qualquer domínio do pensamento (numismática, belas artes, história, antropologias, folclore, medicina, física, e tantas outras). É também o tempo dos museus tecnológicos, das exposições industriais, das grandes mostras científicas, que comprovam materialmente a inserção da sociedade ocidental no domínio do maravilhoso. (SCHEINER, 1998, p.64. Grifo nosso)

O pensamento predominante no ocidente difundido a partir dos processos de industrialização – séculos XVIII e XIX – refletiu no conceito de Museu, bem como, de sua organização institucional no que tange à divisão social do trabalho. Assim, recorreremos à **perspectiva sociológica** para discutir nosso objeto de estudo no que concerne a esta **organização e divisão do trabalho no espaço dos museus**.

No contexto histórico e social das sociedades europeias, durante os processos da primeira e segunda revoluções industriais, os fenômenos da profissionalização e da disciplinarização eclodiram e foram consolidados. Sendo o modelo industrial a mola propulsora de tais fenômenos, a divisão do trabalho foi tema para os principais teóricos da Sociologia moderna. As principais abordagens colaborativas para o tema foram desenvolvidas no século XIX por autores clássicos, como: Karl Marx⁴⁰, Émile Durkheim⁴¹ e Max Weber⁴². Não é nosso intuito discorrer sobre as diferentes contribuições destes autores sobre o problema, contudo é importante frisar que as teses defendidas por eles influenciaram e fundamentaram pesquisas posteriores dedicadas ao tema, bem como foram e são o ponto de partida para diferentes abordagens teórico-metodológica que criaram a teoria das profissões. Eliot Freidson e Serge Moscovici tiveram influência do pensamento durkheimiano.

⁴⁰ Karl Marx (1818, Tréveris, Alemanha - 1883, Londres, Inglaterra) foi um pensador que contribuiu para os campos da Economia, História, Sociologia e Filosofia. Ficou mais reconhecido como revolucionário socialista devido ao seu pensamento crítico sobre o sistema capitalista. Desenvolveu a metodologia analítica do “Materialismo Histórico Dialético” e o entendimento da divisão do trabalho, a partir da existência de duas classes: Dominados e Dominantes (ALVES, 2014, p. 48).

⁴¹ Émile Durkheim (1858, Épinal, França -1917, Paris, França) considerado como um dos pais da Sociologia Moderna, também contribuiu para outros campos do conhecimento como a Antropologia, Ciência Política e Psicologia Social. Uma de suas principais obras e contribuição para a Sociologia foi a publicação “Divisão do Trabalho Social”. Durkheim seguia o método empírico e desenvolveu a abordagem funcionalista, reproduzida por outros autores de diferentes disciplinas.

⁴² Maximilian Weber (1864, Erforte, Alemanha -1920, Munique, Alemanha) economista, jurista e um dos fundadores do pensamento da Sociologia Moderna. Seus estudos foram relacionados à racionalização e burocracia. Dentre suas obras a mais conhecida é “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, onde identificou o Espírito do Capitalismo associado ao comportamento religiosos protestante e percebe uma Divisão do Trabalho entre Católicos e Protestantes (ALVES, 2014, p. 51).

Freidson (2019), teórico que norteia nossa pesquisa, apresentou as visões de Adam Smith⁴³ e Émile Durkheim, a fim de discutir a estrutura organizacional da divisão do trabalho, problematizando-a como interação social. O autor expôs as interpretações de Smith e Durkheim e destaca que, para o primeiro, a divisão do trabalho era como um meio para alcançar a necessidade de produtividade e troca de uma “política econômica nacional” (2019, p.85) entendendo um contexto de competição entre indivíduos, enquanto para Durkheim, a divisão do trabalho é como uma regulação social, algo que só poderia acontecer através dos membros de uma sociedade constituída (2019, p.86).

Durkheim utilizou-se de uma abordagem funcionalista e interessa-nos destacar um ponto de sua análise: no estudo que gerou a publicação “Da Divisão do Trabalho Social”⁴⁴ defendeu que a divisão do trabalho sustenta o processo de civilização; para ele **a função** rege todas as organizações existentes e não somente o fator econômico é seu validador, mas a solidariedade⁴⁵ entre os grupos sociais em suas diferentes funções dentro do processo de civilização. Durkheim entendia que, sem uma divisão do trabalho, a sociedade sucumbiria. Esta divisão, segundo ele, a partir da função do serviço não ocorre somente no ambiente de produção de bens (industrial), mas no âmbito científico também,

Mas a divisão do trabalho não é específica do mundo econômico: podemos observar sua influência crescente nas regiões mais diferentes da sociedade. As funções políticas, administrativas, judiciárias especializam-se cada vez mais. O mesmo ocorre com as funções artísticas e científicas (DURKHEIM, 1999, p.2).

Esta visão é uma das principais contribuições do pensamento sociológico de Durkheim para a problemática da divisão do trabalho. O pensamento funcionalista pode ser percebido no campo museal no que tange à definição das **funções do museu** em sua dimensão **institucional** e que refletiu nas atividades daqueles que delas se ocupavam. Segundo Maroevic (1998) as discussões que levaram ao entendimento de uma disciplina específica chamada Museologia passaram, gradualmente, pela concepção de técnicas e ações desenvolvidas em museus para fins de conservação, organização, educação e melhorias na exibição dos objetos e, assim, teve início a organização do trabalho nos museus e a busca pela formação de pessoal que pudesse se ocupar das diferentes funções daquele estabelecimento e pudessem realizá-las a partir de determinadas competências.

Foram formuladas as bases do trabalho em museu, determinadas as condições, métodos, e formas fundamentais para a coleta, armazenamento [guarda], manutenção, pesquisa e avaliação dos objetos museológicos enquanto unidade básica do trabalho em museu. **O museu é definido como**

⁴³ Adam Smith (1723-1790, Escócia, Grã-Bretanha) pensador e economista que desenvolveu o liberalismo econômico. Sua mais célebre obra é o livro “A Riqueza das Nações”. Defendia a valorização do indivíduo e das limitações do papel do Estado.

⁴⁴ Publicado pela primeira vez em 1893.

⁴⁵ Solidariedade segundo Durkheim, de maneira resumida aqui exposta, seria o fator de coesão entre os grupos sociais. É um fator específico (em tempo e espaço – contexto) de interdependência entre as tarefas e seus executores.

tema central da museologia. ⁴⁶ (MAROEVIC, 1998, p. 80. Grifo nosso e tradução livre)

Dessa forma, a Museologia teve como sua primeira definição consensual a ideia de “estudo do museu” e de suas funções institucionais. Falamos de um momento de construção de práticas por meio de técnicas que visavam à seleção de bens representativos da cultura, da ciência e da tecnologia; práticas que conservassem estes bens e fossem capazes de autenticá-los e credenciá-los como referências materiais do passado e da civilização; práticas de preservação e exibição agradável, porém, educativa da cultura material eleita como documento de uma narrativa que, em geral, era construída através de outra disciplina científica.

Ao observarmos o desenvolvimento institucional dos museus, precisamos pontuar as diferentes condições econômicas, sociais e culturais que contornaram a criação dessa instituição. Num período de pouco mais de três séculos – compreendendo o movimento cultural do Renascimento e filosófico do Iluminismo – o fascínio por coletar coisas antigas e espécimes exóticos (animados ou inanimados) resultou na formação de inúmeras coleções privadas – de variedade tipológica exuberante – cujo acesso era restrito àqueles que podiam viajar e despender tempo para atividades intelectuais, bem como, conviver em círculos de afortunados que cultivassem o mesmo interesse de estudo e deleite. Porém, por razões diversas, essas coleções começaram a ser abertas a públicos mais diversificados e ao serem integradas às universidades passaram, também, a servir de maneira contundente aos discursos científicos que se estruturavam a partir de então, bem como às narrativas políticas ideológicas da época.

As coleções originárias dos primeiros museus abertos ao público, como veremos no capítulo 2, embasaram não só discursos políticos de domínios territoriais, como o próprio desenvolver científico e disciplinar dos diferentes campos do conhecimento. O que isso importa para nossa discussão? Ora, o museu desde sua gênese institucional apresenta-se como um espaço de disputa política e social entre diferentes agentes do conhecimento, fosse no âmbito das doutrinas cristãs (católica e reformada), fosse para atender aos saberes científicos que se conformavam. E ambos tinham o pressuposto de apresentar a verdade.

As diferentes coleções transformadas em museus não apresentavam um perfil único de ocupação para seu cuidado e organização. O *conservateur* (do ponto de vista francófono), *curator* (do ponto de vista anglófono)⁴⁷ eram um misto de guardião mordomo da coleção real, ao mesmo tempo que eram conhecedores eruditos sobre as temáticas e suas especialidades.

⁴⁶ “*The bases of museum work were formulated, determining the fundamental conditions, methods, and ways of gathering, storing, maintaining, researching and evaluating museum objects as the basic units of museum work. The museum is defined as the central theme of museology*”. Tradução livre.

⁴⁷ Concepção de função semelhante para contexto sociocultural distinto. Eram eruditos dedicados aos cuidados das coleções burguesas e aristocráticas. Pode ser considerada como primeira ocupação de museus. Ver mais detalhes na subseção 1.6 e no capítulo 2.

A figura do diretor, surgida posteriormente, nada mais era do que a legitimação do sujeito douto na temática da coleção principal.

Segundo Gob e Drouguet, na Europa “observou-se [...] até o fim do século XIX, um verdadeiro frenesi de criação de novos museus e a diversidade de sua temática. As palavras de ordem seriam ecletismo, romantismo e nacionalismo” (2019, p.45), isso impulsionou o desenvolvimento de práticas que servissem ao papel catalisador das funções que passaram a ser atribuídas à instituição. No mesmo período, ainda, segundo os autores, foram constituídas três grandes categorias de museus nas quais se dividiam os temas das coleções ligados aos assuntos disciplinares:

1. Museus de arte, em maior número devido à herança do colecionismo ilustrado e humanista daí, também se explica o porquê de tantos historiadores da arte se envolveram e contribuírem para as questões museográficas;
2. Museus de ciências naturais, os mais diversificados e que incluem os jardins e zoológicos – cuja origem remonta coleções vivas renascentistas, mas que no oitocentos receberam outra abordagem, tendo sido organizadas para estudo científico;
3. Museus de história que, de acordo com os autores, eram galerias que exibiam retratos e pintura histórica forjando narrativas sobre fatos e acontecimentos.

Gob e Drouguet (2019) destacam, ainda, o desenvolvimento da Arqueologia e sua independência do escopo da História da Arte, o que garantiu mais uma temática e especialidade na concepção tipológica dos museus.

Na onda do nacionalismo foi feito o uso instrumental dos museus para a educação pública em prol de interesses ideológicos e políticos. Toda essa profusão de museus fez aumentar o círculo de pesquisadores e especialistas nesses espaços e, conseqüentemente, a necessidade de organização da sua divisão social do trabalho.

No Brasil do século XIX, com a chegada da corte portuguesa foram criados alguns museus⁴⁸ a exemplo do que acontecia na Europa.

Como pontuado por Durkheim, a divisão do trabalho não foi exclusiva do ambiente produtivo das indústrias capitalistas, mas reverberou em toda a sociedade. A divisão do trabalho do século XIX foi muito influenciada pela visão advinda do contexto industrial britânico focado nas especialidades (*expertise*) que influenciou tanto o universo científico, quanto as

⁴⁸ Panorama de museus brasileiros no século XIX: Museu Nacional, Rio de Janeiro - RJ (1818) / Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro - RJ (1838) Museu do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Recife - PE (1862) / Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém - PA (1866) / Museu Naval, Rio de Janeiro - RJ (1868) / Museu do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, Maceió - AL (1869) / Museu Paranaense, Curitiba - PR (1874) / Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto - MG (1876) / Museu Inaldo de Lyra Neves – Manta, Rio de Janeiro - RJ (1889) / Museu de Numismática Bernardo Ramos, Manaus - AM (1900). Museus em número, v.1, p. 61.

relações de trabalho no meio produtivo capitalista. Este último teve sua sistematização da organização do trabalho intensificado com a difusão das ideias do taylorismo, teoria atribuída ao engenheiro estadunidense Frederick Taylor⁴⁹. O taylorismo constituiu um sistema de organização do trabalho baseado no rendimento das ações do trabalhador a partir do uso de métodos racionais de cunho científico. Este caráter conferido à Administração serviu para o “empenho no sentido de aplicar os métodos científicos aos problemas complexos e crescentes do controle do trabalho nas empresas capitalistas em rápida expansão” (BRAVERMAN, 1987 apud RIBEIRO, 2015 p.66).

Segundo Serge Chaumier e François Mairesse (2011, p. 477) é possível identificar uma influência do pensamento taylorista na mudança organizacional do trabalho em museus, nas primeiras décadas do século XX. O período testemunhou avanços quanto às abordagens na elaboração das exposições e atendimento aos públicos pelas instituições museais, bem como sobre métodos de análises para conservação, avaliação e restauro dos bens culturais e monumentos. Laboratórios e seções setoriais começaram a ser criados em grandes museus da Europa, iniciando o movimento de departamentalização de grandes instituições como o Louvre, por exemplo⁵⁰. Era preciso especializar o pessoal que trabalhava nos museus para atuar em seu propósito institucional, sobretudo em suas diferentes funções de educar, comunicar, autenticar, conservar, documentar e restaurar as referências da cultura material, onde era comum a existência de ações experimentais e recorrente o amadorismo, em oposição ao profissionalismo.

O início do século XX foi impactado por uma nova divisão do trabalho onde a *expertise* foi compreendida como separação de habilidades e competências. Assim, diferentes atividades passaram a ser atribuídas a diferentes sujeitos de grupos ocupacionais distintos. Em museus com maior estrutura administrativa, principalmente, e reconhecida representatividade cultural e política, houve um acompanhamento, com as devidas proporções, dessa mentalidade. O entendimento de que era preciso diferentes ocupações para executar cada uma das funções do museu, fez com que outras e novas ocupações entrassem em lugares antes dominados por apenas um indivíduo, o *conservateur* ou *curator*.

⁴⁹ Frederick Winslow Taylor (1856-1915 Pensilvânia, EUA) foi o engenheiro mecânico reconhecido como o principal responsável pelo sistema de organização denominado taylorismo. O modelo influenciou diferentes esferas do trabalho no início do século XX e seus métodos são considerados a gênese da disciplina da Administração científica.

⁵⁰ O Museu do Louvre pode ser apontado como um marco deste momento de reformulação dos museus devido ao que ficou conhecido como Plano Verne realizado em 1927 e que “consistiu num amplo e profundo projeto de modernização que atingiu completamente o museu, da arquitetura às galerias de exposição passando por grandes obras para ampliação e criação de novos departamentos, laboratórios e reservas técnicas.” (SÁ, 2020, p.146). Um dos reflexos deste plano foi a criação do laboratório de ciência dedicado ao estudo da pinacologia para a investigação da autenticidade de pinturas, projeto dos médicos argentinos e mecenas da arte Fernando Perez e Carlos Minini no ano de 1930 (PERINO, 2020), fato que impulsionou desde então a aplicação de tecnologias e análises científicas aos estudos da restauração de pinturas e peritagem de obras de arte.

A especificidade da supervisão dos museus (incluindo medidas de segurança precisas e planos de evacuação para o público e para as coleções, etc) impôs, gradualmente, ao longo do século XIX, categorias específicas de recrutamento, em particular a de um corpo distinto do restante da equipe administrativa. Ao mesmo tempo, é a figura do *conservateur* que aparece como a primeira profissão museológica específica. Por muito tempo, o *conservateur* era aquele responsável por todas as funções diretamente relacionadas com os objetos de uma coleção, isto é, a sua preservação, pesquisa e comunicação (segundo o modelo PPC, da Reinwardt Academie). [...] (DESVALLÉES e MAIRESSE, 2013, p.82-83).

As mudanças na divisão do trabalho, contudo, não excluíram por completo a permanência da figura do *conservateur*, como é entendida na França, ocupação que concentrava várias atividades práticas e essenciais ao museu no seu cotidiano de trabalho. Chaumier e Mairesse destacam que o estudo da organização do trabalho nos museus atesta, desde o início para “[...] a necessidade de resolver **a questão do poder**, num contexto de incompetência dentro do museu [...]”⁵¹ (2011, p.478, grifo nosso, tradução livre), o que suscita um quadro de concorrência ainda mais acirrado.

A formação do *conservateur* foi primeiramente associada ao estudo de coleções (de história da arte, ciências naturais, etnologia, etc), mesmo se ela fosse – como foi o caso ao longo de muitos anos – sustentada por uma formação mais museológica como aquela fornecida por certo número de universidades. Muitos *conservateurs* que se especializaram no estudo de coleções – o que permanece incontestado como seu principal campo de atividade – não podem se intitular “museólogos” ou *muséographes* (que exercem a prática museológica)⁵², mesmo se na prática alguns deles conseguem combinar esses diferentes aspectos do trabalho em museus. [...] (Idem).

No que tange à busca pela qualificação técnica das equipes e organização do trabalho em museus e suas coleções, é importante destacar o papel dos alemães e britânicos ao pensar processos de organização e classificação dos museus de maneira precoce, no início do século XIX, o que contribui para o caminhar gradual de uma ideia de gestão museológica, apesar do pouco avanço até o final daquele século quando começam a ser divulgadas as contribuições do pensamento norte americano nas discussões sobre a profissionalização das equipes dos museus (CHAUMIER e MAIRESSE, 2011, p. 478). Na Grã-Bretanha as discussões proporcionaram a criação da mais antiga associação que reúne trabalhadores de museus, a Associação Britânica de Museus, criada em 1889 o que fez consolidar a visão de divisão do trabalho através de diferentes especializações naquele país, com bases disciplinares distintas formadoras das equipes dos museus. No mundo anglófono não foi estabelecido um ensino formal dedicado exclusivamente às técnicas e saberes do trabalho em museus a fim de identificar uma disciplina emergente, como ocorreu em outros lugares. Mesmo as experiências de cursos realizadas no início do século XX no contexto norte

⁵¹ “[...] la necessite de résoudre la question du pouvoir, sur fond d’incompétence au sein du musée [...]].

⁵² Ver páginas 41-42.

americano não trouxeram mudanças na percepção anglófona daquele país que defende a multiplicidade de profissões no contexto museal⁵³.

Um fator complicador quando pensamos sobre a organização do trabalho em museus é que o Museu, em sua forma institucional, possui características plurais e de difícil equivalência em determinados contextos, a depender da dimensão da instituição (físico e/ou organizacional), a composição da equipe, a tipologia, o modelo de gestão, a responsabilidade financeira (pública, privada ou mista), as políticas estatais e/ou governamentais e, ainda, a abordagem ideológica que defende. E o fator ideológico é o mais delicado, pois sua abordagem é determinante para a organização do trabalho nos museus⁵⁴. A busca pela *expertise*, reflexo daquele momento de virada de século em diferentes setores da sociedade moderna, não passou ao largo do campo museal europeu, que refletiu essa busca ao pensar uma técnica específica para o trabalho em museus – a Museografia. Esta ideia, contudo, nos parece um tanto conflituosa devido à própria essência dos museus enquanto um lugar dos saberes e da manifestação do gênio criativo humano, espaço plural em suas mais variadas representações, materializadas ou não. Quem, então, poderia ser o especialista deste amplo e complexo tema que é o Museu, quem poderia ser o especialista na técnica museográfica?

Sobre o conceito de especialização, Freidson (2019, p. 85-86) faz a reflexão reproduzida a seguir, a partir da origem do conceito da divisão do trabalho na discussão inaugurada por Smith e reavaliada por Durkheim um século depois. Vejamos o que Freidson discute sobre a especialização:

Na verdade, a “**especialização**” é uma **abstração particularmente ambígua**, visto que é intrinsecamente relativa. [...] A própria noção de uma “tarefa inteira” que, ao ser dividida em tarefas separadas, se transforma em “especialização” é inteiramente arbitrária. No famoso exemplo de Smith da produção de alfinetes, a “tarefa inteira” era a feitura de um alfinete por uma única pessoa, e a especialização ocorreu quando o processo foi cindido em tarefas separadas, como, por exemplo, estirar o arame, apontá-lo, fazer a cabeça, prender a cabeça e assim por diante. Mas a feitura de um alfinete por uma única pessoa como sua tarefa exclusiva já é em si uma especialização no sentido de que a pessoa não pode subsistir dos alfinetes feitos sem entrar numa relação de troca com outros para obter os “meios necessários” para a vida, como alimento, vestuário e abrigo. Mesmo a “tarefa inteira” básica de produzir diretamente a própria subsistência tende a envolver a especialização de membros da unidade doméstica auto-suficiente(sic) (cf. Bücher, 1907), mesmo que os trabalhadores especializados possam não participar de uma economia de mercado e, por isso, não possam ser considerados trabalhadores produtivos. (FREIDSON, 2019, p. 87, grifo nosso)

O teórico confronta duas ideias de especialização: uma focada no trabalho de um indivíduo que completa de forma integral a construção de um único produto; a outra se trata

⁵³ Ver capítulo 2.

⁵⁴ Quando falamos de ideologia trata-se de seu sentido ontológico: político, social, intelectual e filosófico.

da divisão da produção em diferentes etapas⁵⁵, cada uma feita por indivíduos diferentes, seria a ideia de especialização por meio da separação de ações para um único fim e, portanto, não exclusiva a um indivíduo. O autor entende que ambas as ideias dizem da especialização, contudo o que difere são seus contextos no “processo histórico” e “vinculado ao tempo e ao espaço” (FREIDSON, 2019, p. 87), visto que qualquer pessoa pode se deter a um assunto ou ação, mas jamais dominará um todo complexo e maior do qual toda tarefa é dependente, porque ninguém é isolado em uma sociedade, haverá sempre a troca e a necessidade de outras especialidades. Por este motivo, **a especialização é relativa e depende da estrutura e do resultado almejado**. Desta forma, o entendimento do “Conservador de Museus” como especialista é um “processo histórico” e vinculado a uma determinada organização social, da mesma maneira ocorre com o museólogo.

Ao observarmos a questão da divisão do trabalho no espaço instituído dos museus, a ocupação que serviu como parâmetro para ideia de “especialista” via ideia de domínio de um conjunto de tarefas ligadas às funções da instituição museu e cuja atuação foi muito frequente no século XIX e em boa parte do século XX no contexto europeu, esteve refletida na imagem do *conservateur* e *curator*. Foram estas as ocupações dedicadas aos cuidados das coleções e à execução de práticas museográficas básicas. Todavia, a maioria dos indivíduos que ocupavam estes cargos quando tinham uma formação, era em diferentes disciplinas e geralmente ligadas ao tema ou tipologia das coleções, pois neste período a Museologia não era entendida como disciplina e a Museografia estava para ser definida como âmbito profissional vinculado aos museus, o que ocorreu no período entre as duas grandes guerras mundiais. Em França o *conservateur* obteve um perfil diferenciado quando a formação passou a conter o ensino das técnicas museográficas, em 1927 na *École du Louvre*. O fator ensino formal para o treinamento no conhecimento foi elemento determinante para que naquele país

⁵⁵ A produção em etapas descrita no clássico exemplo dos alfinetes de Smith e tomado por Freidson, teve por desdobramento o modelo fordista de produção – sistematizado pelo engenheiro mecânico estadunidense Henry Ford (1863-1947 Michigan) – e cuja contribuição para a sociedade moderna e industrial foi a racionalização do uso da força de trabalho, ou melhor, da mudança de comportamento sobre a relação homem x trabalho x produção. Harvey (1992) apud Ribeiro (2015) diz que o fordismo foi o responsável pelo conceito de produção de massa e consumo de massa: ‘[...] um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência da força de trabalho, **uma nova estética** e uma **nova psicologia**, em suma, um **novo tipo de sociedade democrática** [...]’ (grifo nosso). Ribeiro cita, ainda, Gramsci (1976) para indicar que o fordismo foi o método responsável pela “discriminação” e “qualificação” como forma de consumo da força de trabalho (RIBEIRO, 2015 p.69). Este contexto do início do século XX concernente à divisão do trabalho influenciou não somente a produção fabril, mas toda a ideia de organização do trabalho. Segundo Gramsci (1976) apud Ribeiro (2015), a principal mudança, desde então, foi a reivindicação por melhoria salarial pela classe trabalhadora (GRAMSCI apud RIBEIRO, 2015, p.70). O aumento dos salários foi uma resposta de Ford às greves do período de implementação do método, uma estratégia para manter seus operários no sistema fordista. Essa mudança nas relações de trabalho se refletiu nas ocupações de caráter liberal em seu processo de profissionalização, sendo o salário uma prerrogativa do reconhecimento do Estado e/ou do mercado sobre o profissional. Quando analisarmos o papel do associativismo no processo de profissionalização, veremos como que a questão do salário é uma pauta importante e recorrente nas discussões dos conservadores associados à ABM.

o *conservateur* conquistasse espaço de poder num primeiro momento de profissionalização das atividades museais.

O trabalho de *conservateur/curator* conformou o que viria a ser uma imagem social de uma profissão de museus “genuína”, tendo em vista que a grande maioria das instituições não possuía equipes com habilidades para todas as atividades que se faziam necessárias e muitas destas atividades estavam, assim como a própria Museografia, em formação/definição. Não esqueçamos que as práticas museográficas começaram a ser empregadas, em algumas coleções, entre os séculos XVI e XVIII⁵⁶ e, desde então, o desenvolvimento da Museografia atravessou um longo percurso até chegar a ser reconhecida como uma técnica específica para os museus.

Partindo destes pressupostos, entendemos que a questão da divisão do trabalho nos museus é ponto nevrálgico para a *práxis* museológica e que o tema da profissionalização não deve passar ao largo das reflexões conceituais da Museologia. Neste sentido é preciso entender que “[...] superada a definição de Museologia como ciência dos museus, é forçoso reconhecer que a **instituição museal, a ciência museológica e o exercício da profissão têm tido desenvolvimento que pode ser inter-relacionado**” (GUARNIERI, 2010, p.244, grifo nosso), destarte não há como pensarmos a construção do conhecimento disciplinar da Museologia sem considerar a trajetória da ideia de trabalho nos museus e este totalmente ligado ao entendimento de função no contexto de uma sociedade moderna e industrial.

1.4 Profissão ou profissões de museus?

O tema das profissões está presente na publicação de referência da Museologia: *Dictionnaire Encyclopédique de Muséologie* (2011) que define os termos e conceitos do campo museal e dentre os quais encontramos o *profession*. A definição do termo corrobora com a abordagem (francófona) predominantemente difundida no Conselho Internacional de Museus, ICOM e de seus Comitês ICTOP e ICOFOM⁵⁷, a partir da ideia de que não existe apenas uma profissão, mas várias profissões de museus. No artigo que acompanha a definição do termo *profession*, de autoria de Chaumier e Mairesse, encontramos uma breve narrativa que descreve o percurso e as mudanças na organização profissional dos museus, bem como algumas de suas complexidades, que variam entre contexto institucional, geográfico, político e histórico.

Chaumier e Mairesse (2011) desenvolvem a ideia de profissão no plural. Segundo a abordagem conferida em nossa pesquisa, entendemos que a maioria das profissões descritas

⁵⁶ Tendo como marcos as publicações: “*Inscriptiones vel Tituli Theatri Amplissimi*”, de Samuel Quiccheberg, 1565 e *Museographia* de autoria de Caspar Friedrich Neickel, em 1727. Ambas serão comentadas no capítulo 2.

⁵⁷ Comitê Internacional para Treinamento de Pessoal e Comitê Internacional de Museologia, respectivamente.

pelos autores são, no entanto, ocupações. Os autores começam por pontuar, a partir da imagem social do *conservateur/curator*, a discussão sobre as transformações ocorridas no quesito “profissão de museus”.

O *conservateur* (equivalente ao *curator* no pensamento anglófono) representou, em um único indivíduo, um conjunto de ocupações para o cumprimento das primeiras funções definidas para as coleções e os museus no decorrer do século XIX e início do XX. Para os autores, as atividades realizadas pelo *conservateur* àquela época oscilavam entre ações corriqueiras de cuidados diários com o objeto de coleção e/ou relacionadas ao prédio que a abrigava, até aquelas de excelência e maior prestígio social exigindo perícia⁵⁸ em determinados assuntos e, em alguns casos, detentor de conhecimento generalista remetendo à figura decadente do polímata⁵⁹ (2011, p.476).

O museu oitocentista, segundo Chaumier e Mairesse (2011, p.477), abrigava duas ocupações fundamentais: a do *conservateur* que era o responsável direto pelas coleções em ações como a coleta, os cuidados e a conservação e, o *gardien et manutentionnaire*, uma espécie de guardião vigilante. A primeira função foi aquela que serviu como **mecanismo de ancoragem** para a **representação social** do cargo de “Conservador” no Brasil⁶⁰.

“Entre o amadorismo e a benevolência” indicam os autores, transitava a figura do *conservateur*, cujo perfil era um tanto variado podendo ser um amante das letras e artes, possuidor de forte diletantismo ou um pesquisador que utilizasse dos rigores do método científico. Dominique Poulot (2013) tem visão semelhante a respeito do perfil da ocupação do *conservateur* na França,

A denominação de conservador ainda não está, segundo parece, completamente desconectada, durante o século XIX, da tradição do **guardião**, ou do **custódio**, tal como ela havia marcado a **época moderna**; seu *status* oscila entre o de um **funcionário incumbido da vigilância de um edifício público** e o de um **professor de desenho** ou, ainda, de um **amador filantropo**, dedicando seu tempo e, até mesmo, sua fortuna a uma tarefa de interesse geral. (POULOT, 2013 p. 116, grifo nosso).

O *conservateur* com o passar das décadas, tornou-se, em muitos casos, o diretor do museu⁶¹, cargo geralmente ocupado na França por historiadores da arte, no caso dos museus

⁵⁸ Perícia no sentido de domínio de um saber – *expertise*.

⁵⁹ Segundo Peter Burke (2011), polímata foi um tipo de estudioso consciente de seu enciclopedismo. Suas contribuições no campo do conhecimento ocorriam em diferentes áreas. “A ideia do polímata surgiu como uma reação à especialização crescente, da mesma maneira que no século XX a ideia de interdisciplinaridade apareceu no contexto de uma era de disciplinas. Tanto o surgimento quanto o declínio do polímata ocorreram no mesmo século, o XVII [...]”.

⁶⁰ Sobre o mecanismo de ancoragem e o conceito de representação social ver seção 1.6 deste capítulo.

⁶¹ Burke (2016) comenta que com o nível de especialidade cada vez mais apurado era difícil “transitar entre uma ilha e outra”, ou seja, os cientistas não transitavam entre assuntos diferentes, como fazia o polímata de antes; e a linguagem da filosofia positivista em sobreposição às demais narrativas de cunho generalista afetou a construção das narrativas dos museus oitocentistas, que se tornaram instituições de cunho disciplinar. Este contexto refletiu diretamente no cargo de diretor de museus, estes cargos foram ocupados pelos cientistas que dominavam o conhecimento disciplinar referente ao objeto ou espécime coletado e salvaguardado no museu sob sua responsabilidade. Esta realidade permeou (e

de arte ou por cientistas cuja *expertise* era em uma disciplina relacionada à temática do museu (Chaumier e Mairesse, 2011, p.477), vem daí um indício que, para os franceses fez corroborar a ideia de uma formação base precedente à formação em Museologia. Os autores pontuam, ainda, que era de responsabilidade do *conservateur* a questão da autenticação das obras e objetos pertencentes às coleções dos museus – autoridade e perícia nos temas das coleções musealizadas. Para tal medida era essencial um conhecimento profundo e “especializado” sobre os objetos que compunham tais coleções.

Chaumier e Mairesse usaram a palavra benevolente para ressaltar que, durante muitas décadas o fator financeiro nem sempre foi o atrativo para a ocupação dos cargos de *conservateur* e isso ocorria na França, principalmente; o prestígio de formar e promover coleções como referências para o estudo científico ou educar a nação poderiam ser tidos como *status*, somente. O *status*, sempre que condição predominante em relação ao sistema de credenciamento, remonta ao pensamento do Antigo Regime sobre profissões e à estrutura das universidades medievais, em oposição ao período das sociedades industriais e do pensamento burguês que consolidou a ideia de profissões liberais (FREIDSON, 2019, p. 51). O *status* do *conservateur* sob ponto de vista de figura proeminente, detentora de erudição, que permeou o século XIX e boa parte do século XX fez parte da representação social que viria a ser percebida como a ocupação específica para o trabalho dos museus⁶². Esta representação social, contudo, não se coadunava à ideia de profissão liberal que é a base do fenômeno da profissionalização. Temos aqui um conflito de ideias opostas que fizeram, todavia, parte do processo de profissionalização da Museologia no Brasil, como veremos no decorrer de nossa pesquisa, principalmente quando tratarmos da representação social do cargo de conservador a partir da realidade política e administrativa imposta com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP, ambiente burocrático defensor do saber técnico e especializado.

Chaumier e Mairesse (2011) avançam a explanação sobre as profissões que fazem parte do cenário institucional do museu. Não faz parte do escopo desta pesquisa a questão da inserção das ocupações que foram sendo percebidas como necessárias na organização do trabalho em museus e por isso não iremos comentá-las. Todas as profissões que entraram em cena e integram a divisão do trabalho em museus carregam suas especificidades e os autores reconhecem que todas elas precisam compartilhar os objetivos e a visão da instituição

ainda é um fato) nos museus científicos e ligados às disciplinas que estudam os fenômenos da natureza e da *bios* e, também no tema da arte são os formados nesta disciplina que dominam os cargos de direção dos museus dedicados à temática.

⁶² E aqui incluímos a visão de Gustavo Barroso, idealizador do Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional. Veremos por meio do método da análise de conteúdo aplicado ao texto de autoria desse intelectual, como os mecanismos da Teoria das Representações Sociais estão presentes na percepção de Barroso para o cargo de conservador durante as décadas de 1930, 1940 e 1950.

para aplicarem suas habilidades em prol das funções e missão dos museus no qual estão inseridas (2011, p. 479).

Para a nossa problemática é imperativo comentar a definição do verbete *profession* do *Dictionnaire Encyclopédique de Muséologie* (2011), autoria de André Desvallées e François Mairesse, da qual usaremos a tradução do verbete para o português, a fim de destacar o cenário brasileiro e sua singularidade. Na descrição, os autores reconhecem que as ‘profissões’ de museus têm suas especificidades cada qual e que a grande maioria delas não tem formação em Museologia, “[...] a maior parte dos agentes que trabalham em museus está longe de ter recebido a formação devida, e muitos poucos podem pretender ser museólogo simplesmente por trabalharem num museu.” (2013, p. 82)⁶³. A definição dos autores franceses deixa claro, também, que uma profissão não constitui um campo teórico, sendo assim apresenta diferentes agentes de outros campos do conhecimento como possíveis detentores do *status* de museólogo por dominarem somente os **conhecimentos abstratos do campo**. E complementa que as técnicas aplicadas estariam a cargo de uma outra ocupação, “O *muséographe*, por suas competências técnicas, detém uma visão de especialista sobre o conjunto das modalidades de funcionamento de um museu – preservação, pesquisa e comunicação – e pode gerir particularmente (por exemplo, pela redação de cadernos de diretrizes e referências) os dados ligados tanto à conservação preventiva quanto às informações comunicadas aos diferentes públicos.” (2013, p. 83). Outras definições, ainda na primeira metade do século XX, indicavam que o museógrafo “é aquele que descreve Museus” (BARROSO, 1946, p.5); ou como aponta a publicação que sistematizou as discussões do Encontro Regional de Museus de 1958, museógrafo tinha sua definição ligada ao perfil profissional do *design* com especialização em Museologia fosse bacharelado ou pós-graduação (RIVIÈRE, 1960, p.15), visão que conjugava o perfil profissional às atividades de exibição das coleções e ao espaço físico do museu para mostras e exposições.

Sobre a separação dos dois perfis na concepção francesa de profissão comentam os responsáveis pela tradução do verbete para a publicação em português “Conceitos - Chave da Museologia” (2013), Brulon e Cury que “[...] a descrição das ações de *muséographe* corresponde, no Brasil, às ações do museólogo. Podemos, então, aproximar as duas perspectivas às funções do museólogo – pesquisa da relação homem e realidade e ações museográficas.” (2013, p. 83). A observação dos tradutores brasileiros é totalmente alinhada com o histórico de desenvolvimento de uma profissão de museus específica como se deu no Brasil, objeto de nossa análise, na qual agrega os conhecimentos abstratos e os conhecimentos técnicos de uma disciplina ou área de conhecimento.

⁶³ DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (ed.). Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury (tradução e comentários). **Conceitos - chave de museologia**. ICOM, ICOM-BR: Pinacoteca do Estado de São Paulo. Secretaria de Estado de Cultura. 2013. p.81-85.

O *Dictionnaire* trata a questão da profissão como uma concepção socialmente construída durante as relações de trabalho a qual pode conferir *status* profissional (como museólogo) por parte de alguns, que mesmo com outra base de formação, que não a Museologia, tem esse reconhecimento (2011, p 473), apesar da indicação dos autores franceses pela necessidade de formação em Museologia em pós-graduação.

O comentário no verbete profissão na versão em português deixa claro, no entanto, que na realidade brasileira a ocupação (caráter prático) não se afasta ou não se opõe ao perfil intelectual (caráter conceitual). Na teoria das profissões estes são papéis de um mesmo campo profissional com formação comum. O elemento treinamento no conhecimento, como é identificado pelos teóricos da Sociologia das Profissões, via ensino formal, tem papel de relevo no sistema de credenciamento da profissão. O conhecimento é, em nossa orientação teórico-metodológica, um elemento aglutinador do reconhecimento profissional, mais do que um *status* socialmente construído a partir das relações de trabalho ou relações com elites dirigentes e detentoras da tutela dos bens culturais. Não que este sentido de *status* não tenha peso no processo de profissionalização, mas o conhecimento é garantidor também da manutenção ou não do poder da ocupação/profissão quando as disputas pelo espaço de trabalho são manifestas.

1.5 Conhecimento e sistema de credenciamento sob abordagem freidsoniana

O fortalecimento do domínio do trabalho, controle e monopólio do conhecimento técnico-científico promovem a **autonomia** da ocupação e, conseqüentemente seu reconhecimento enquanto profissão. Esta autonomia é um processo de construção a partir de uma organização social capaz de convencer, por meios institucionais, a competência do grupo ocupacional em relação aos seus concorrentes e para a sociedade em geral (FREIDSON, 2009; 2019).

Segundo Freidson, o apoio ou não do Estado no processo de profissionalização de uma ocupação interfere nos diferentes lugares que uma profissão ocupa ou não no mercado de trabalho. Os lugares são papéis de uma estrutura organizacional, são eles: os praticantes, os administradores e os acadêmicos (ou intelectuais), como apresentado no início deste capítulo.

Os praticantes são aqueles que divulgam a profissão por meio de sua atuação, são responsáveis pelo êxito do reconhecimento social da profissão; os **administradores** ocupam **lugares de representação** em comitês e instâncias governamentais, contribuem em decisões que definem os espaços de poder dos praticantes; os **acadêmicos** produzem o **conhecimento abstrato**, substancial para administradores e praticantes terem a **autonomia** necessária para exercerem o **controle de seu trabalho**. Os acadêmicos não têm poder de atuação, na maioria dos casos, mas fundamentam as regras para tomada de decisão dos

praticantes e administradores (BONELLI, 2019, p. 25), e toda esta representatividade é garantida a partir de influência política, capacidade que os membros de ocupação possuem para construir e conquistar estes espaços, fundamentais na organização social de uma profissão.

O sistema de credenciamento reúne fatos concretos e elementos institucionais que colaboram para o autorreconhecimento da ocupação enquanto profissão e visam atingir o “abrigo no mercado” de trabalho, ou seja, o reconhecimento de profissão no âmbito legal e social – nisto se constituiu o fenômeno da profissionalização.

Para Freidson o **abrigo no mercado é o sintoma da conquista da autonomia profissional**. Então, dentro do sistema de credenciamento a abordagem freidsoniana analisa as **instituições em sua dimensão processual**, as políticas para o ensino formal, os movimentos associativos e o reconhecimento pelo Estado, neste último, tanto por meio da promoção de vagas de trabalho e alocação em postos políticos estratégicos relacionados ao campo do conhecimento, como por meio de leis que favorecem o exercício da ocupação – estes dois últimos colaboram para o “abrigo no mercado” e reconhecimento legal e social da profissão. Sobre o reconhecimento legal ele se dá a partir de ações das representações de classe e pauta-se em documentação legal que confere jurisdição ao exercício da profissão, porém ele não é suficiente para o reconhecimento social. Este último envolve questões mais complexas construídas nas relações e no cotidiano de trabalho entre os sujeitos envolvidos no processo de profissionalização.

Quanto ao conhecimento técnico-científico da profissão há a dimensão conceitual e a institucional: a primeira envolve experiência analítica e sistematização de técnicas e conceitos para conformação da base cognitiva para a *práxis*; a segunda está ligada ao ensino formal – reconhecido pelo Estado – e transferência de técnicas e saberes aos grupos restritos (universitários) que terão autorização para seu domínio e aplicação.

A profissionalização envolve questões de treinamento e da formação de pessoal – parte do sistema de credenciamento. E é preciso lembrar que a formação irá habilitar pessoal para diferentes papéis na profissão, como explicados parágrafos acima, por meio dos praticantes, administradores e acadêmicos. Nosso olhar investigativo partiu de questões pertinentes aos praticantes, em destaque as atuações de três conservadoras/museólogas e suas contribuições ao processo de profissionalização. É importante ressaltar que, alguns membros da ocupação de conservador também atuaram na docência o que gerou contribuição à disciplinarização da Museologia. O que veremos, de fato, é que o grupo ocupacional de conservadoras e conservadores de museus viveu num momento em que o papel ‘profissional’ desta ocupação estava em construção, visto que a própria ideia de profissão para a Museologia estava em conformação, bem como a disciplinarização desse saber.

A fim de ilustrar o exposto no parágrafo anterior, podemos destacar o exemplo de Horta Barretto (1987) – autora da fala descrita na epígrafe deste capítulo – cujo perfil alinha características dos papéis de praticante e intelectual, com o domínio do “saber como”, o qual obteve por meio do ensino formal e, principalmente, pela vivência prática no cotidiano da ocupação, bem como, no “saber que” vivenciado enquanto docente e através de produção conceitual e doutoramento no campo museológico. Há outros exemplos de conservadores com este perfil, como os próprios professores (ex-alunos) do Curso de Museus - MHN que eram também funcionários daquele Museu. Esta condição demonstra como a organização social em que viviam os membros de ocupação estava em construção, sendo bem mais comum do que atualmente, uma atuação simultânea entre os três papéis que uma profissão conjuga. Demonstra, também, que não há, necessariamente, impedimento de atuação entre os papéis ‘profissionais’ e que **saber técnico e saber teórico constituem tanto o processo de disciplinarização, quanto de profissionalização**. Ambos os processos integram o cenário de reconhecimento da Museologia pela sociedade.

No Brasil, o marco institucional referente à inserção da universidade no processo de profissionalização foi, em 1951, a outorga do Mandato Universitário para emissão de Diplomas do Curso de Museus - MHN pela Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Lembramos, contudo, que o Curso de Museus sempre exigiu formação secundária para o ingresso de seus alunos, (art. 6º, Decreto 21.129/1932) o que o configurava como um curso de caráter superior mesmo antes da outorga do Mandato Universitário. Neste mesmo curso o fato demarcador no que concerne a presença efetiva da universidade se deu com a vinculação à FEFIERJ, em 1977 e posterior transferência para o ambiente universitário em 1979, com a criação da Uni-Rio. Contudo, de maneira geral, considera-se que o primeiro curso universitário foi o curso de Museologia criado na Universidade Federal da Bahia⁶⁴. Na década de 1970, o credenciamento via treinamento no conhecimento em contexto universitário se expandiu no formato de graduação e pós-graduação, como veremos no capítulo 2.

O treinamento no conhecimento é apontado por Freidson como desdobramento essencial para que a ocupação construa os demais elementos institucionais que possam conformar seu caráter de profissão. É no ensino superior e na instituição universitária que se desenvolve a base cognitiva, e o arcabouço técnico-científico da profissão é firmado como saber restrito.

⁶⁴ Decreto nº 83.327, de 16 de Abril de 1979. “Concede reconhecimento ao curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia, com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia”.

Exposta a fundamentação teórica advinda dos estudos sociológicos sobre profissão e profissionalização, apresentamos outra teoria, esta advinda da Psicologia Social, no intuito de complementar nossa análise.

Através do pensamento de Serge Moscovici com sua Teoria das Representações Sociais, verificamos o elemento representacional e de *status* que compôs o cenário da profissionalização da Museologia no Brasil dentro do recorte temporal selecionado para a nossa pesquisa.

1.6 Teoria das Representações Sociais (TRS) como contributo à análise da profissionalização da Museologia no Brasil

Como já mencionado neste capítulo, o museu fundamentado na sociedade moderna e industrial agregou muitas funções e especialidades e, conseqüentemente, diferentes ocupações e orientações disciplinares em seu cotidiano de trabalho. Com o estabelecimento do fenômeno da disciplinarização, os museus passaram a abrigar especialistas com formação variada, porém, ainda havia os amadores ou figuras sem qualquer especialização, remanescentes de uma prática que remontava ao período renascentista, quando não havia a busca pela *expertise* (CHAUMIER e MAIRESSE, 2011; BURKE, 2016).

Por quatro séculos o trabalho de organização de coleções particulares (aristocráticas e burguesas), posteriormente musealizadas e, em sua maioria, estatizadas foi feito por estudiosos com interesse investigativo múltiplo e formação variada, como explicamos anteriormente a partir de Burke (2016) sobre a polimatia. A ausência de profissionalização no cotidiano do trabalho em coleções musealizadas foi recorrente até o século XX, o que promoveu discussões em instituições como o *Office International des Musées* (1926) e, posteriormente, o *International Council of Museums* (1946).

A atuação do *conservateur/curator* emergiu das necessidades cotidianas das coleções particulares, seguidamente, dos museus e de práticas alinhavadas com o pensamento estabelecido em algumas regiões da Europa e sendo transmitido às colônias desses países. E, assim, o *conservateur* tornou-se uma ocupação associada à ideia de *expertise* em relação aos assuntos e temas das coleções dos museus, até ser construída a estrutura funcional das instituições museais, como a entendemos hoje.

Entre as décadas iniciais do início do século XX ocorreu um movimento crescente de profissionalização que impactou o perfil francófono do *conservateur*, uma das primeiras ocupações a receber formação direcionada às práticas desenvolvidas nos museus. O que segundo Michela Passini (2015) foi um movimento transnacional, fruto das trocas com agentes que trabalhavam em coleções localizadas na região da Alemanha e, mais tarde, dos

estudos e perspectivas norte-americanos sobre a função dos museus, especialmente no que concernia ao seu papel educacional⁶⁵.

No contexto brasileiro, onde as classes intelectuais e dirigentes se orientavam por uma via eurocêntrica e francesa, sobretudo, entendemos que o modelo constituído naquele país foi uma referência para algumas questões da profissionalização da Museologia no Brasil. No bojo dessas questões, a identidade profissional teve relevância para o processo de profissionalização. Para tratarmos desse aspecto trabalharemos sob a perspectiva das representações sociais, esclareceremos este sentido à luz da Teoria das Representações Sociais (TRS) de Serge Moscovici.

A Teoria das Representações Sociais⁶⁶ moscoviciana defende que as **representações sociais** (RS) são fenômenos de **formulação de conhecimentos** advindo de **experiências do cotidiano**. Para Moscovici a representação social é necessária para o ser humano comunicar sua compreensão de mundo, para si e para os grupos sociais com os quais se relaciona. Segundo o teórico, as ideias precisam ganhar forma e sentido cognitivo a fim de serem comunicadas. Neste processo ocorre a **classificação** e a **nomeação** das ideias percebidas como novidade – ou de origem “não familiar” como ele denomina. O teórico entende que para verificarmos este processo é preciso analisar os registros comunicacionais dos grupos sociais e indivíduos envolvidos, sendo assim, os textos, as imagens, gravações, conversas, depoimentos são fontes de análise para a TRS.

Sempre e em todo lugar, quando nós encontramos pessoas ou coisas e nos familiarizamos com elas, tais representações estão presentes [...] Tais representações aparecem, pois, para nós, quase como que objetos materiais, pois eles são **o produto de nossas ações e comunicações**. (MOSCOVICI, 2015, p.40. Grifo nosso).

O processo de profissionalização da Museologia no Brasil não passou, somente, por elementos institucionais, mas também, pelo fenômeno das representações sociais que os indivíduos partícipes do processo construíram em seu meio social. Nas palavras de Moscovici,

Pessoas e grupos criam representações no decurso da comunicação e da cooperação. Representações, obviamente, não são criadas por um indivíduo isoladamente. Uma vez criadas, contudo, elas adquirem uma vida própria, circulam, se encontram, **se atraem e se repelem** e dão oportunidade ao

⁶⁵ No Brasil a primeira seção educativa em museus foi o Serviço de Assistência ao Ensino de História Natural, do Museu Nacional, hoje denominada Seção de Assistência ao Ensino. Criada em 15 de outubro de 1927 pelo então diretor do museu Roquette Pinto. Para saber mais: <https://sae.museunacional.ufrj.br/a-sae>. Acesso em: 29/07/2023.

⁶⁶ A teoria e metodologia moscoviciana tem sido amplamente utilizada por pesquisas de diferentes disciplinas das Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas (SANTOS, 2013). Em Museologia, encontramos alguns estudos que utilizam o conceito de representações sociais para analisar as ações de educação museal ou em relação a processos de musealização liderados por grupos sociais identitários. Quanto à relação com estudos na educação museal, esta influência deve vir das experiências do campo da Educação que muito se utiliza do modelo conceitual da TRS de Serge Moscovici.

nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem. (MOSCOVICI, 2015, p. 41. Grifo nosso).

A Teoria das Representações Sociais é uma ferramenta de análise para investigações que examinam a inserção de novos conceitos nas relações cotidianas e que geram conhecimentos capazes de formar estruturas sobre fatos da realidade. O novo ao qual nos referimos é o entendimento de uma **profissão específica para o trabalho em museus**, noção que não encontrou ressonância de igual modo em outros países, pelo menos, não na mesma proporção e período.

A metodologia da TRS exige que os grupos sociais a serem analisados sejam previamente determinados, por exemplo, **o grupo deve conter um discurso comum entre si e relacionado a outrem**. A partir da análise das mensagens de comunicação que estes grupos produzem, seja por meio do texto escrito, da fala registrada e até mesmo de material iconográfico, são constituídas as fontes da investigação sobre as representações sociais. Como defende Serge Moscovici (2015) esses emissores são responsáveis direta e indiretamente pela ancoragem da representação social mesmo sem ter plena consciência disso. O autor considera os sujeitos comunicantes que advogam e divulgam a representação social, como aqueles responsáveis por darem forma imagética à abstração proposta, são eles **“os representantes da ciência, da cultura, ou religião, cuja tarefa é criá-las e transmiti-las**, muitas vezes, infelizmente, **sem sabê-lo ou querê-lo.”** (MOSCOVICI, 2015, p.40, grifo nosso). Portanto é na ação e empenho discursivo desses representantes que se dá a construção da imagem icônica que confere real forma para a ideia não familiarizada, até então, daquilo que é novo. Neste sentido, analisamos duas mensagens com origem em “documentos naturais”, ou seja, produzidos por agentes daquele período, no terceiro capítulo da tese. Um texto de autoria de Gustavo Barroso – idealizador do Curso de Museus - MHN e da disciplina Técnica de Museus – intitulado, “A carreira de Conservador” (1954); e outro da conservadora do DASP Maria Elisa Carrazzoni – egressa do Curso de Museus e praticante das técnicas museográficas – sob o título, “Que é um conservador de museu?” (1967).

As representações sociais são fenômenos dinâmicos, sua mudança é constante e por este motivo a representação social do “Conservador de Museus” hoje, não é a mesma que foi naquele momento quando da criação do cargo no âmbito do DASP e de sua consolidação enquanto ocupação de museus. As representações sociais mudam, não apenas por questões geracionais, mas devido a desdobramentos do processo que Moscovici explica a partir de dois mecanismos que, para ele, são a estrutura das representações sociais: **ancoragem e objetivação**, que exemplificaremos na próxima subseção.

1.6.1 Ancoragem e objetivação da representação social aplicada ao contexto do cargo de “Conservador de Museus” do DASP

Segundo Moscovici (2015) novas ideias que se apresentam à vida social necessitam ser assimiladas e compreendidas para que os grupos sociais possam se relacionar com elas e por meio delas; para tanto é necessária a codificação destas ideias, a fim de comunicar-se com outros sujeitos e entre o próprio grupo social. Neste decurso ocorrem etapas de familiarização – relacionada à ancoragem – e realização – relacionada à objetivação. Estes mecanismos são recursos que, se identificados, tornam possível o exame da representação social constituída por sujeitos em relação às novas ideias que ocorrem na vida e na organização social na qual estão inseridos.

As representações sociais classificam e nomeiam aquilo que é estranho (não familiar) a determinado contexto a fim de organizá-lo cognitivamente e comunicá-lo. O mecanismo de ancoragem é o primeiro movimento do processo de construção das representações sociais. No afã de sobreviver ao estranho **equipara-o com aquilo que já é familiar**, ou seja, relaciona às novas ideias, difíceis de se assimilar, a fatos e ideias já familiarizados. É, **também quando se criam generalizações**. No caso de nossa pesquisa, a ancoragem da ideia de uma profissão específica para o trabalho em museus foi fundamentada em referências europeias e estadunidenses, em certa medida, de acordo com o que era vivenciado pelos agentes do grupo ocupacional de conservadoras e conservadores brasileiros.

Antes de darmos prosseguimento à teorização moscoviciana sobre os mecanismos que estruturam as representações sociais, apresentaremos o quadro síntese a respeito do desdobramento do cargo público de “Conservador de Museus” no contexto da sociedade brasileira. Castro (2013), em pesquisa que investigou a formação da profissão de conservador-restaurador no Brasil, recuperou o histórico desta ocupação⁶⁷, que apareceu bem antes do DASP. Segundo o pesquisador, o período do Segundo Reinado, mais precisamente no contexto da Academia Imperial de Belas Artes, foi o ambiente inaugural no serviço público brasileiro para criação do cargo de “Restaurador de quadros e Conservador da Pinacoteca”⁶⁸. Castro identificou nas ações de reforma e inovação da AIBA, promovidas por Manuel de Araújo Porto Alegre, em 1855, a criação do cargo citado como o primeiro com

⁶⁷ Castro (2013) insere na “genealogia” profissional do conservador-restaurador, os cargos do DASP os quais analisamos nesta pesquisa. Em sua tese, o autor destaca o exemplo da então conservadora e egressa do Curso de Museus - MHN e uma das aprovadas no primeiro concurso do referido Departamento, Regina Liberalli. A atuação da conservadora no museu recebeu destaque na pesquisa como exemplo do domínio de conhecimentos conceituais e práticos da conservação e restauração a partir de sua monografia submetida para o concurso.

⁶⁸ “... [a] pesquisa buscou analisar o processo de desenvolvimento semântico e o perfil conceitual do profissional brasileiro atuante na conservação e restauração no século XIX, quais sejam: ‘restaurador de painéis’, ‘restaurador de quadros e conservador da pinacoteca’, ‘ajudante de conservador da pinacoteca’, ‘conservador’; bem como os relativos ao século XX: ‘conservador-restaurador’, ‘**conservador do patrimônio histórico e artístico**’, ‘preparador de museu’, ‘auxiliar de conservador do patrimônio histórico e artístico’, ‘**técnico em assuntos culturais**’, e, por fim, ‘conservador-restaurador de bens culturais móveis’.” (CASTRO, 2013, p.20, grifo nosso).

este caráter no serviço público. Este dado revela a busca pela equiparação dos padrões preservacionistas nacionais de obras de arte com aqueles das civilizações europeias.

[...] o surgimento do profissional “Restaurador de quadros e Conservador da Pinacoteca” se dá no contexto histórico da inserção do Império Brasileiro, sob o Reinado de D. Pedro II, nos *modus operandi* de incorporação dos valores e práticas das chamadas “nações civilizadas” (CASTRO, 2013, p. 36)

Com a reforma da AIBA no contexto republicano, que a transformou em Escola Nacional de Belas Artes (1890), o cargo teve sua denominação alterada e apenas o termo conservador aparece no quadro de funcionários administrativos⁶⁹ da ENBA. Este cargo possuía estreita relação com a formação dos artistas da AIBA/ENBA (CASTRO, 2013). Com a criação do Ministério da Educação e Saúde em 1930, o cargo foi inserido em contexto mais amplo abarcando atuação nos museus como o Museu Histórico Nacional (1922), por exemplo, e todos os demais museus criados no período varguista⁷⁰. Assim, criou-se a identificação por nomenclatura de “Conservador de Museus”. Galvão *apud* Castro (2013) diz que “Em 1937 resolveu o Governo separar a pinacoteca da Escola, sendo criado o Museu Nacional de Belas Artes.” Sendo assim, as atribuições do cargo de “Conservador da Pinacoteca” não ficaram restritas às necessidades da ENBA, mas foram transferidas para o campo museal a partir da criação do MNBA. A DPHAN (SPHAN/IPHAN)⁷¹ anos mais tarde, a partir de 1968 abrigou um cargo com funções semelhantes às do “Conservador de Museus” sob a denominação “Conservador do patrimônio histórico e artístico” subdividindo as atribuições entre ambos⁷².

A conjuntura apresentada de forma sintética nos parágrafos anteriores serve-nos para demonstrar que o cargo de “Conservador”, antes da criação do DASP, já existia, todavia, a atuação dos ocupantes desse cargo estava ligada às técnicas de intervenção restaurativa dos bens artísticos pertencentes à Escola Nacional de Belas Artes. O perfil do “Conservador da Pinacoteca” era diferente daquele proposto pela formação do Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional. Criado em 1932, com objetivo primeiro de formar funcionários habilitados para a instituição sede, o Curso de Museus do MHN adequou seu escopo de formação, que ficou focado cada vez mais no propósito de formar pessoal habilitado para o trabalho em diferentes categorias de museus, num Brasil onde eram criadas muitas instituições museais. O escopo temático de disciplinas do curso incluía não só História da Arte – no caso, História da Arte Brasileira ministrada pela primeira vez no Brasil como uma disciplina autônoma⁷³ –, mas também História da Civilização Brasileira, Etnografia, Numismática e a inédita e específica Técnica de Museus. Isso porque o Curso de Museus - MHN teve como foco inicial

⁶⁹ Decreto 983 de 08 de novembro de 1890.

⁷⁰ Museu Nacional de Belas Artes (1937); Museu do Ouro (1939); Museu das Missões (1940); Museu Imperial (1940); Museu da Inconfidência (1944).

⁷¹ Até ser denominado como Instituto, a instituição pública para defesa do patrimônio histórico e artístico nacional teve os nomes de Serviço (1937-1946) e Diretoria (1946-1970).

⁷² Ver Quadro 4 no Cap 3, p. 155-156.

⁷³ Na ENBA a disciplina de História da Arte contemplava somente o estudo da arte clássica, europeia.

disciplinas com temas que atendessem às tipologias de acervos das coleções do Museu Histórico Nacional, que eram um tanto diversificadas entre bens históricos, artísticos e etnográficos, reproduzindo o caráter nacionalista de instituições da Europa.

Com a criação de novos museus na capital federal⁷⁴ e demais regiões do país, o curso passou por reformas que lhe garantiram ampliar as disciplinas ministradas e destacar a ênfase na formação de pessoal para o trabalho em museus históricos e museus artísticos (a partir da Reforma de 1944) e, apenas, uma turma com habilitação em museus científicos (no ano de 1970). Essa orientação temática disciplinar que privilegiou os conteúdos da História e da Arte nas primeiras décadas do curso, coadunava com o perfil de formação daqueles que ocuparam o cargo de *conservateur/curator* no contexto europeu contemporâneo a Gustavo Barroso, o que lhe serviu de referência conceitual para projetos de treinamento especializado.

A publicação “Introdução à Técnica de Museus - Parte Geral – Noções de Organização, Arrumação, Catalogação e Restauração”, de autoria de Barroso, teve como referência pensadores e propositores do campo museal da época, que publicavam em revistas especializadas como a *Mouseion*⁷⁵, os Anais de *Muséographie* I e II e o volume *Muséographie-L'architecture d'aujo'rd'hiu* (SÁ, 2019) aos quais Barroso teve pleno acesso⁷⁶. Em sua pesquisa sobre as matrizes do pensamento barroseano a respeito da “Museologia - Museografia” do início do século XX, Sá identificou a “atuação profissional” dos autores de referência em que Gustavo Barroso se apoiou e indica: “chegamos a dois grupos majoritários [...]: os conservadores-curadores de museus, com 34 incidências (41,98%), e os historiadores da arte, com 29 casos (35,8%).” (2019, p. 610). É interessante notar que ao identificar os 34 “conservadores-curadores” Sá está utilizando a autorreferência dos próprios autores que se identificaram a partir de sua ocupação e não formação. A grande maioria desses autores identificados tinha nacionalidade francesa, mais de 43% deles, porém Barroso mencionou textos de autores com outras nacionalidades como escoceses, suíços, espanhóis e italianos... Numa outra ponta geográfica aparecem dois argentinos e treze estadunidenses (2019, p. 604). Este conjunto de autores fundamentou as ideias presentes na publicação “Introdução à Técnica de Museus ...” que Gustavo Barroso escreveu e serviu como principal referência para as conservadoras e conservadores de museus com formação específica, como também atendeu as demandas de leitura e orientação para aqueles que se interessavam pelos estudos dos museus e seu universo de trabalho entre as décadas de 1940 e 1960⁷⁷. Sá indica, ainda,

⁷⁴ Na época, a cidade do Rio de Janeiro.

⁷⁵ Revista publicada entre 1926 e 1946.

⁷⁶ Para conhecer todos os autores mencionados, referenciados ou não referenciados, mas cujas obras eram do conhecimento de Barroso e as ideias puderam ser identificadas no texto do volume I de “Introdução [...] Noções de Organização, Arrumação, Catalogação e Restauração” ver “Matrizes do pensamento museológico de Gustavo Barroso”, Quadro 14, páginas 592-602 (SÁ, 2019).

⁷⁷ Como foi o caso de Vinício Stein Campos, que atuou em museus do Estado de São Paulo até a década de 1970.

que “a tipologia de museus artísticos ou, talvez com maior precisão, histórico-artísticos, [foi] o ‘espaço’ majoritário para o desenvolvimento destas questões de ordem ‘museológica’ e museográfica.” (2019, p. 610). Assim, podemos perceber que a proposta de formação do Curso de Museus - MHN estava alinhada com as diretrizes discutidas em sua época. Contudo, estas diretrizes entraram em questionamento e sofreram críticas severas nas décadas que se seguiram, o que iria afetar diretamente a formação da base cognitiva daquela ocupação bem como o seu *status* de profissão.

Retornando ao cenário do mercado de trabalho emergente dos anos de 1940. A estruturação das carreiras do funcionalismo público no âmbito do DASP apresentou significativa mudança em relação aos cargos públicos existentes até então, a começar pela feitura de concurso com exigência de formação especializada para ocupar os cargos, algo que não acontecia anteriormente⁷⁸. Com o advento do DASP o Estado brasileiro iniciou seu processo de profissionalização e combate às práticas do nepotismo e clientelismo que a Primeira República herdou do modelo imperial (BRASIL *et e tal*, 2014). O DASP foi a expressão maior da reforma burocratizante da administração pública no Estado Novo (Idem). Foi a partir destas premissas que o primeiro concurso para o cargo de conservador foi aberto entre 1939-40 e teve como exigência, para maior pontuação, a diplomação pelo Curso de Museus - MHN. Esta exigência foi sintomática da mentalidade reformista da administração pública e demarca um dos elementos institucionais da profissionalização com a participação do Estado e o reconhecimento do treinamento no conhecimento a partir de curso formal e de caráter superior. Uma formação especializada era a garantia de domínio no saber técnico.

Este cenário de mudanças estruturais na administração pública foi fato de estranhamento diante da estrutura anterior. No caso do cargo de “Conservador de Museus”, a denominação era semelhante, mas seu perfil totalmente diferente. O cargo não concentrava seu foco somente em atividades de intervenção restaurativa e conservação de obras de arte – pintura. A atuação das conservadoras e conservadores de museus era mais ampla e em muitos casos sombreada a de outras ocupações – até porque o perfil moldado era o de um ofício polivalente, aos moldes do *conservateur* na França. Até mesmo a estrutura estatal que garantiu “abrigo no mercado” de trabalho no serviço público foi um pouco semelhante àquela existente na França, sob protecionismo do governo.

Com um novo cargo em vigor numa conjuntura, então, recente da administração pública federal, era preciso que elementos de familiarização fossem ancorados para que o novo cargo, instituído pelo DASP, pudesse ser reconhecido perante a sociedade, mas

⁷⁸ Castro (2013) apresenta como exemplo a substituição do cargo de “Conservador da Pinacoteca”, no quadro da ENBA em 1890. A nomeação de João José da Silva, um pintor oriundo da Academia e que já exercia o cargo de “Ajudante de Conservador da Pinacoteca” e possuía sólida carreira artística com prêmios e menções. O pintor substituiu seu antecessor sem a necessidade de concurso.

principalmente, que seus membros fossem identificados e diferenciados entre seus concorrentes. O mecanismo de ancoragem foi estabelecido a partir da familiarização com referências europeias de uma ocupação voltada às coleções dos museus (em especial artísticos e históricos), que eram as informações nas quais os agentes tinham acesso.

O mecanismo de objetivação, explica Moscovici, ocorre quando a ancoragem deixa de ser, apenas, uma ideia abstrata para se tornar algo concreto, ao tornar-se realidade palpável sua materialidade é percebida através da imagem icônica do objeto.

Isso não implica, de modo algum, que as mudanças subsequentes não aconteçam. **Mas tais mudanças acontecem durante a transmissão de referências familiares**, que correspondem gradualmente ao que foi recentemente aceito, do mesmo modo que o leito do rio é gradualmente modificado pelas águas que correm entre as margens. (MOSCOVICI, 2015 p. 73. Grifo nosso)

A objetivação não é um fato acabado, é um mecanismo processual, assim como a ancoragem, portanto, não há marcos delimitadores entre elas, mas um limiar sinuoso dentro do fenômeno das representações sociais. Estes mecanismos são percebidos, como dito anteriormente, na comunicação entre os indivíduos em seu meio social. A análise sobre como foram construídos esses mecanismos está apresentada no capítulo 3, seção 3.3.

CAPÍTULO 2

TREINAMENTO NO CONHECIMENTO: SUJEITOS E INSTITUIÇÕES NA PROFISSIONALIZAÇÃO DA MUSEOLOGIA

2. TREINAMENTO NO CONHECIMENTO: SUJEITOS E INSTITUIÇÕES NA PROFISSIONALIZAÇÃO DA MUSEOLOGIA

Como foi desenvolvido o treinamento no conhecimento dos “Conservadores de Museus” no Brasil? Para iniciarmos esta análise é preciso voltar às bases da implementação do ensino formal para o trabalho em museus e buscar as referências deste ensino.

Dentre os pilares para o reconhecimento social de uma profissão, os **saberes** e as **técnicas** são aqueles que garantem a exclusividade do trabalho exercido pelos membros de uma ocupação sendo, portanto, parâmetro para a construção da **autonomia** profissional (FREISON, 2009; 2019). Contudo, é o conhecimento técnico-científico **restrito e transmitido por meio de treinamento através do ensino formal**, aquele que confere a aura de “saber esotérico” à profissão cujo domínio não é acessível nem ao leigo e muito menos aos seus concorrentes (BOSI, 1996, p.46).

Nossa análise sobre o conhecimento técnico-científico na profissionalização da Museologia concentra-se numa categoria em específico, como lembra Bosi (1996, p.140) e é feita através dos princípios do percurso da primeira instituição de ensino destinada a formar pessoas habilitadas para o trabalho em museus brasileiros. O treinamento no conhecimento instituído no Brasil dos anos de 1930 e 1940 atendeu às demandas de um país onde a ideia de Patrimônio e de Museu estava em plena construção. Sendo assim, as características iniciais daquele treinamento passaram por profundas mudanças juntamente com as transformações implementadas, e necessárias, que o ensino superior brasileiro passou durante e após a década de 1960.

Bosi (1996, p. 141) comenta que o conhecimento formal que é instituído através da universidade é elemento de consenso entre os teóricos da Sociologia das Profissões, no que diz respeito ao **controle legítimo da base cognitiva**.

Vários autores sustentam ainda que, apesar de o nível de organização ser fundamental para a obtenção de privilégios, o saber constitui a base para as reivindicações. [...] citando Freidson, “o conhecimento parece ter poder próprio” e aumenta a força de uma categoria para delimitação não só das suas áreas de competência, como as de seus concorrentes (Freidson, 1978; Marinho, 1986). (BOSI, 1996, p. 142).

Todavia, este conhecimento é composto por saberes e técnicas disponíveis e credenciados em dado contexto cultural e social. Esses, contudo, compõem o *corpus* de conteúdo que é transmitido durante a “exposição à educação superior e ao conhecimento formal abstrato que ela transmite;” (BONELLI, 2019, p. 24). Esta dinâmica vai proporcionar a criação, fortalecimento e controle de uma base cognitiva.

A base cognitiva (conhecimento ou doutrina) de uma profissão é formada por uma combinação de conhecimento teórico com elementos tácitos cujo domínio

é alcançado através de treinamento. A duração desse treinamento e a aura do mistério em que está envolvido são elementos fundamentais para a persuasão da sociedade de que a tarefa que desempenhará é complexa. (BOSI, 1996, p.38).

A base cognitiva é composta, portanto, por pensamento abstrato e este pensamento não pode ser construído sem experiências empíricas e aliado da *práxis*.

E assim, são vinculadas as reivindicações dos membros de ocupação para o reconhecimento social de sua profissão. É também no conhecimento técnico-científico configurado como domínio profissional que ocorrem as tensões nas relações com seus concorrentes. Sendo assim, faz-se necessário formular uma base cognitiva com a qual a profissão crie condições que favoreçam seu processo de profissionalização (BOSI, 1996, p. 142) no que tange à construção de sua autonomia técnica e política. Na relação abaixo transcrevemos os aspectos destacados por Bosi que correlacionam o conhecimento técnico-científico à atividade profissional. O elenco foi selecionado a partir de quatro teóricos da Sociologia das Profissões mencionados pela autora:

- **Aplicação prática** (Wilenski H.; Goode W.; Moore W.; Larson M.);
- **Duração e dificuldade de treinamento** (Wilenski H.; Moore W.);
- **Criação, organização e transmissão pelos membros da profissão** (Goode W.);
- **Amplitude e profundidade** (Wilenski H.; Goode W.; Moore W.);
- **Caráter “esotérico” /caixa preta** (Wilenski H.; Goode W.; Moore W.; Larson M.);
- **Reconhecimento público da eficácia do conhecimento** (Goode W.).

Todos os aspectos supracitados podem aparecer com maior ou menor evidência em diversos processos de profissionalização e em diferentes momentos deste processo. E, ao observarmos bem, todos eles têm em comum um elemento central – o conhecimento técnico-científico. A “aplicação prática” reflete a sistematização de saberes e técnicas, esta sistematização implicará no desenvolvimento de uma base cognitiva para o aperfeiçoamento do treinamento impactando em sua durabilidade, dificuldade e tipo de transmissão e, a depender da “amplitude e profundidade” desses saberes e técnicas, estes poderão ou não construir o caráter esotérico da profissão. Todo este conjunto em interação vai direcionar o processo de reconhecimento público sobre a eficácia do conhecimento aplicado daquela profissão.

No caso da análise do processo de profissionalização da Museologia no Brasil é preciso entender as características do conhecimento técnico-científico dominado pelos membros de ocupação no qual detemos nossa investigação, as conservadoras e conservadores de museus.

Dedicamos este capítulo à análise e discussão sobre o treinamento no conhecimento a partir da primeira experiência de ensino formal criada no Brasil, o Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional. Descrevemos as características dos conteúdos ensinados naquela

instituição, tendo em vista a necessidade de compreendermos como foram construídos os saberes e técnicas dos membros de ocupação formados por aquele curso.

A grande maioria das atribuições da profissão museólogo no Brasil têm, em sua origem, o escopo de trabalho daqueles que ocuparam o cargo de “Conservador de Museus” do DASP. As gerações de profissionais que percorrem nossa pesquisa consolidaram a “aplicação prática” de várias técnicas que até hoje são atribuídas ao museólogo em lei, todavia possuem áreas de sobreposição com outros campos do saber. Mesmo sendo uma profissão regulamentada há várias atividades atribuídas ao museólogo que, no cotidiano de trabalho, são exercidas não apenas por ele, mas também por outras ocupações/profissões, o que gera uma acirrada disputa pelo mercado de trabalho e falta de reconhecimento social pleno das competências desse profissional pela sociedade e por seus concorrentes.

Há, portanto, uma dificuldade na construção da autonomia técnica profissional do museólogo, reflexo do que foi exposto no parágrafo anterior, e do momento epistemológico no qual se encontra a Museologia – de consolidação de sua base cognitiva. A fim de compreendermos este problema retornamos ao período de formulação e identificação dos saberes e técnicas que fundamentaram os questionamentos da prática museológica vigente até a metade do século XX, em alguns países que influenciaram o cenário brasileiro e subsidiaram o processo de fundação e conformação de uma profissão de museus específica no Brasil.

2.1 Entre a Museografia e a Museologia, o conhecimento técnico-científico

Catherine Ballé (2011) denomina por “tradição museal” as atividades repetidamente desenvolvidas nos museus. A autora entende por tradição todas as práticas que aparecem desde a origem dos museus e remontam sua gênese aos colecionismos desenvolvidos nos séculos XVI, XVII e XVIII. Ballé indica que a “tradição museal” se atrela às ações fim do museu instituição e cita: “coletar, conservar, estudar, pesquisar, comunicar, expor, ensinar e apreciar” como atividades pertencentes à esta tradição, a qual tem total relação com as práticas museológicas que estruturam o conhecimento técnico-científico do museólogo no Brasil, que é o profissional que tem a *expertise* do campo museal e, portanto, é sujeito e agente constituidor dos conhecimentos técnico-científicos da Museologia, contributivos de sua base cognitiva. Tal correlação pode ser conferida abaixo, destacadas 4 das 13 atribuições reconhecidas por Lei no Brasil e que julgamos pertinente sublinhar para essa discussão:

[...] V - coletar, conservar, preservar e divulgar o acervo museológico;

VI - planejar e executar serviços de identificação, classificação e cadastramento de bens culturais;

VII - promover estudos e pesquisas sobre acervos museológicos;

VIII - definir o espaço museológico adequado à apresentação e guarda das coleções; [...] (grifo nosso) ⁷⁹

As práticas museológicas compreendem um conjunto de atividades que foram desenvolvidas não só no âmbito dos museus, mas na elaboração de diversas disciplinas científicas. Deste modo, ao executar suas atribuições profissionais, o museólogo lança mão de diferentes métodos e técnicas que, também, constituem o cerne de outros saberes, muito deles estruturantes de campos disciplinares que foram estabelecidos durante o iluminismo e o positivismo, movimentos filosóficos que garantiram o caráter disciplinar de inúmeros estudos e práticas que estavam em desenvolvimento desde o século XVII. O entrelaçamento das práticas museológicas com esses diferentes saberes é característico da “tradição museal” apontada por Ballé, tendo em vista o momento histórico no qual foram aplicadas, como veremos nas próximas páginas.

2.1.1 Museografia: o desenvolvimento de uma técnica, das coleções renascentistas aos museus abertos ao público

Quando a Museografia foi formalmente reconhecida como uma técnica específica para o trabalho em museus no período entreguerras do século XX, os princípios museográficos debatidos entre países do hemisfério norte, desde a virada do século dezenove para o vinte, foram amplamente divulgados e, assim, colaboraram para o fundamento de práticas que se tornaram regras na divisão do trabalho museal. Entendemos, então que **a Museografia é a base empírica da Museologia**, tendo em vista sua fundamentação experimental que percorreu toda a prática museal desde a criação dos museus com base na concepção moderna. Base empírica é o conhecimento cuja origem está na experiência sensível, porém é examinada e controlada por meio de uma sistematização (MORA, 2001, p.207), está ligada ao saber técnico e tem origem na *práxis*.

[...] em grego, o termo que designava esse conceito era *tékhne*, denominação para as artes úteis e as belas artes (vistas como o oposto de tudo aquilo que se produz por acaso). Nas tradições latina e medieval, esse conceito deu origem à distinção entre as artes liberais e artes mecânicas, as primeiras ensinadas nas universidades e as segundas, nos ateliês e corporações de ofícios. (DOMINGUES, 2016, p.11)

Com o advento da Modernidade e do conhecimento científico como estabelecido a partir do século XVII, o termo ‘técnica’ passou a ser entendido como uma aplicação da Ciência (Idem). No decurso da divisão do trabalho como a entendemos na cultura dita ocidental, a técnica tem total relação com o mundo do trabalho e com a definição de especialidades que passaram a ser exigidas no período posterior às duas primeiras fases da Revolução Industrial

⁷⁹ BRASIL, Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984, que dispõe sobre a profissão de Museólogo e autoriza a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Museologia. Disponível em: <http://cofem.org.br/?page_id=20#lei-7287>. Acesso em: 28 dez 2019.

(DOMINGUES, 2016, p.60-61). Deste contexto originou-se o entendimento de conhecimento técnico-científico das ocupações e profissões.

A Museografia, ao ser identificada como uma técnica específica aplicada aos museus, teve por base a prática cotidiana de trabalho advinda do longo processo de experimentações vivenciadas em coleções desde o período renascentista; assim, teve por princípio o “como” fazer no lugar do “por quê” fazer (MAROEVIC, 1998, p.100)⁸⁰. E, é importante compreender que o emprego do termo Museografia na primeira metade do século XX, designava a reunião de diferentes técnicas com objetivos e características distintas, apesar da mesma finalidade, profissionalizar o espaço institucional do museu, no sentido de aperfeiçoar as ações que, a pelo menos três séculos, vinham sendo exercidas. Bascón (2017) diz que as elaborações e aplicações museográficas discutidas no âmbito do *Office International de Musées, OIM* (Escritório Internacional de Museus) durante a Conferência realizada em Madri (1934) apresentaram várias técnicas, ou seja, ações planejadas e sistematizadas, ligadas às diferentes necessidades da realidade cotidiana dos museus a fim do cumprimento de suas funções, cujo objetivo central, naquele momento, era o de salvaguardar os bens culturais de origem material. Desse modo, todas essas diferentes ações museográficas estabelecidas naquele momento, fundamentaram o conhecimento técnico-científico de uma profissão específica para os museus no Brasil, como veremos.

Apesar do reconhecimento da Museografia ter acontecido somente entre os anos de 1920 e 1930, a primeira aparição do termo remonta ao século XVIII, mais especificamente ao ano de 1727, quando foi publicada “*Museographia*” de autoria do naturalista alemão Caspar Neickel⁸¹. O compêndio é prova de que um longo processo de amadurecimento da organização e exibição das coleções foi empreendido antes do desenvolvimento que as técnicas museográficas tiveram até o início do século XX e apogeu durante o período entreguerras.

Com feição de um guia sobre as diversas coleções espalhadas pela Europa e o Japão, fossem em bibliotecas ou galerias de arte e de curiosidades, a publicação era, também, uma espécie de manual sobre a disposição espacial dos itens para sua exibição e estudo (PIGOZZI, 2005).

De caráter mais descritivo do que normativo, como aconteceu séculos mais tarde, “*Museographia*” apresentava objetivo pedagógico voltado, primordialmente, aos colecionadores e homens eruditos que tinham ou pretendiam formar coleções, bem como conhecer as coisas do mundo. Contudo, Neickel reconhecia a importância daqueles objetos e espécimes, ordenados e classificados para a ampliação do conhecimento humano. Os

⁸⁰ Como indicado no capítulo 1, “saber como” do latim *ars*.

⁸¹ Nome latinizado de Kaspar Friedrich Jenckel (1679-1729).

conhecimentos, até então, estavam centralizados no hábito de estudo do colecionador, porém Neickel percebia nas coleções função de instrução para a população antecipando, assim, aspectos do conceito de educação universal, uma das teses defendidas entre filósofos iluministas e que foi difundido anos mais tarde pelo continente europeu (PIGOZZI, 2005). O compêndio de Neickel foi escrito e publicado em um momento que pode ser considerado como um ponto de inflexão entre a concepção das coleções privadas, que começavam a ser transformadas em museus e eram, em parte, abertas ao público, e o período de criação dos Museus Nacionais como instrumento político de educação cidadã.

Figura 02. Gravura da publicação *Museographia, order Anleitung zun rechten, Begriff und nützlicher Anlegung der Museorum oder Karitäten-Kammer*. Leipzig, 1727. Apresenta Neickel em seu gabinete de estudos, com sua biblioteca e parte de sua coleção



Fonte: Alvin Platform for digital collections and digitized cultural heritage. Domínio público.
Disponível em: <https://www.alvin-portal.org/alvin/view.jsf?pid=alvin-record%3A76385&dswid=983>.
Acesso em 13/04/2022

Durante os séculos XVI e XVII as coleções tinham caráter endógeno, ou seja, voltavam-se para os interesses de seus proprietários, a burguesia dos grandes mercadores e os aristocratas que exerciam liderança política. Entretanto, o cuidado dessas coleções não era incauto. Havia princípios não só para a formação, mas para a organização e classificação dos objetos e espécimes colecionados. Esses princípios, pode-se dizer, foram desdobramentos da publicação impressa em 1565 e escrita pelo estudioso belga Samuel

Quiccheberg⁸², “*Inscriptiones vel tituli theatri amplissimi, complectentis rerum universitatis singulas materias et imagines eximias*”, primeira publicação que sistematizou as coleções do Duque Alberto V da Baviera e cuja dispersão posterior dos objetos e livros pode ser encontrada, hoje, em diferentes coleções institucionais da Alemanha, em Munique.

O professor e pesquisador Mark A. Meadow, tradutor da publicação para o inglês, na introdução analítica do tratado de Quiccheberg, atenta para o fato de que a afirmativa feita por alguns autores ao atribuírem ao texto do estudioso belga o início do pensamento museológico alemão, corresponde a um equívoco de anacronismo. Meadow defende que o tratado foi definido pelo próprio Quiccheberg como um livro de instruções a fim de orientar, de forma prática, a formação e organização das coleções existentes ou que viessem a ser formadas. O autor afirma, “Dito de outra maneira, as ‘*Inscriptiones...*’ são técnicas e concretas, ao invés de teóricas e abstratas em seus objetivos” (MEADOW, 2002, p.2, tradução nossa). A publicação seguia a concepção de sua época, era semelhante aos “livros dos segredos” onde eram divulgadas receitas, fórmulas e orientações para diferentes tipos de estudos, como produção de compostos medicinais, técnicas de forjar metais, dentre outros artifícios apreciados pelos estudiosos do Cinquecento (Idem). A publicação teve como base os saberes *ars* de seu tempo. Meadow destaca, ainda, a diferença entre esse tipo de literatura com aquelas cujo objetivo era formar médicos, advogados e teólogos, ou seja, profissões com formação específica nas universidades daquele período na Europa.

Uma das principais prerrogativas de Samuel Quiccheberg em defesa da prática colecionista era a devoção ao estudo e à exploração do conhecimento. Seu pensamento estava muito mais inclinado às experiências sensíveis e voltado à sistematização de saberes, do que à abstração filosófica. No período em que “*Inscriptiones*” foi publicada, as disciplinas, como as entendemos hoje não existiam e o sentido de método científico seria melhor elaborado décadas depois. A percepção sobre a realidade era mais simbólica e sensível, do que metódica e racional, apesar de contestar dogmas medievais que ainda vigoravam no século XVI (GINZBURG, 1989). A proposta de Quiccheberg de sistematizar o mundo e seus saberes através das coleções percorreu um período de transição entre o pensamento curioso e o pensamento científico. No bojo dessas transformações, as coleções e os museus têm papel contributivo para o desenvolvimento de disciplinas científicas, pois ali muitos estudiosos puderam desenvolver pesquisas e pensamentos variados. Um tipo de estudioso/curioso que existiu naquele contexto e estava estreitamente relacionado ao colecionismo foi o *virtuoso*. Sujeito colecionador de obras da natureza e daquelas feitas pelo homem, sábio investigador. Sobre este perfil nos explica Burke, “para se referir a estudiosos amadores com **interesses vastos, os quais muitas vezes eram expressos não pela escrita, mas pela coleção de**

⁸² Samuel Quiccheberg (1529-1567) foi um estudioso com formação em medicina, porém estudiosos de diversos assuntos, enquadrando-se no perfil de homem polímata como é definido por Burke (2020).

uma variedade de objetos [...] (2020, p.94, grifo nosso). O *virtuoso* era aquele que cultivava interesse por vários assuntos e tinha uma concepção ampla sobre o conhecimento. Quando a visão disciplinar começou a ser apregoada, o que ocorreu com o avançar do século XVIII, aquele perfil passou a não ser visto com bons olhos e de forma pejorativa sua prática foi chamado de *polymathia* (BURKE, 2020, p.95).

Homens polímatas detentores de erudição, estudiosos que poderiam influenciar em diversas áreas do conhecimento e, também, em alguns casos, cuidar e formar coleções, colaboraram para a feição enciclopédica dos museus que mais tarde seriam abertos ao público em seu sentido mais tradicional. Assim, o ofício de organização das coleções de museus nasceu do prazer pela busca do amplo conhecimento e de um desejo de explorar novas realidades, como também, da necessidade de saber cuidar de muitas etapas do colecionismo que iam desde a coleta dos objetos e espécimes, passava pela classificação e culminava com a exibição. As pinacotecas, gliptotecas, as galerias e por fim, os museus demandavam muitos cuidados e desenvoltura daqueles que deles se ocupavam. Esses espaços tinham por meta guardar o conhecimento universal como aponta Philipp Blom, “Tudo está ali, dizem: cultura e natureza, organizadas e mostradas por especialistas, entronizadas em armários de vidros e penduradas nas paredes, limpas, classificadas e explicadas cientificamente, desempoeiradas regularmente; [...]” (2003, p.133). Observemos as palavras e expressões que Blom utiliza para descrever o contexto, referências que apareceram no Oitocentos e ali foram firmadas: “especialistas” e “explicadas cientificamente”; O trecho da citação nos leva a compreensão de que o museu foi espaço de legitimação da ideia de especialização, no que tange a ser um espaço de desenvolvimento dos temas disciplinares criados naquele contexto e desenvolvidos a partir de métodos de diferentes pesquisas dos diversos campos do conhecimento, bem como da ideia de pluriconhecimento!

De volta à análise de Meadow, o autor destaca um ponto importante sobre as “*Inscriptiones*” de Quiccheberg. O autor revela na publicação o sentido político da organização daquelas coleções, no qual cada elemento poderia servir para propagar a fé católica que o Duque da Baviera professava, isso em pleno contexto de embates entre reformadores e contra reformadores. Tal atitude demonstra que a sistematização proposta pelo autor belga tinha, também, objetivo político, o que demonstra que nenhuma técnica aplicada às coleções é destituída de sentido para a pólis. Desta maneira, “*Inscriptiones*” dialoga com o método antiquário vigente naquele período e que se prolongou por todo século XVII e XVIII, quando veio a declinar, assim como o sentido de polimatia.

Vale fazermos uma breve explicação sobre o método antiquário devido sua estreita relação com aqueles que cultivaram a prática colecionista. O apelo imagético e iconográfico do pensamento cristão católico foi baseado, também, em relíquias atribuídas a santos ou ao próprio Cristo. A matéria era o valor do testemunho, mesmo que sem qualquer evidência

concreta de sua origem. Com a profusão de escavações e a busca por objetos antigos no período renascentista, o sentido de relíquia ganhou outras proporções passando a servir para o discurso dos nacionalismos e regionalismos. Durante as crises políticas e religiosas propagadas nas décadas do seiscentos, Paiva (2010, p.6) salienta que os diferentes grupos religiosos se valeram de distintos métodos de estudo para defender suas ideias e construir seus discursos. Católicos recorreram, em primazia, ao método antiquário endossando a ideia de relíquia, enquanto protestantes, em sua maioria, voltavam-se para o estudo da narrativa literária devido à análise dos textos bíblicos⁸³. Quanto a contribuição do antiquário aos nacionalismos, Vickers (2017) afirma que o método foi de grande valia para os usos políticos daqueles que desejavam fortalecer as origens das famílias e de sua influência sobre determinadas regiões da Europa. O autor destaca o caso inglês, onde no século XVII casas dinásticas viviam numa crise de influência política e, então, recorreram ao discurso das relíquias como instrumento de persuasão para legitimarem seu papel na estrutura da sociedade evocando imagens do passado a fim de legitimarem sua posição naquela sociedade.

Em “História Antiga e o antiquário”, Arnaldo Momigliano escreveu um dos textos clássicos sobre as relações entre antiquários e historiadores. O autor defende que os antiquários levantaram debates importantes que colaboraram para a definição da História Moderna. Contudo, a minuciosa descrição dos objetos antigos, a decifração de signos e símbolos, identificação de marcas e escritos recuperados e coletados de escavações arqueológicas ia na contramão do pensamento iluminista, que não conferiu maior relevância ao antiquariado, o que levou a uma gradativa desvalorização dos métodos antiquários e marginalização de seus estudos por historiadores do início do século XIX. Ao apontarmos a relação de aproximação do método antiquário com a sistematização das coleções como proposto por Quiccheberg, pretende-se indicar as origens dos saberes e técnicas que envolvem as atividades dos museus – ou “tradição museal”. Apesar de parecer longínquo, o emprego desses métodos estiveram presentes de forma significativa nos museus e alguns ainda permanecem. É preciso considerar que o cenário social que atravessou o continente europeu desde o Renascimento até o final do século XVIII foi determinante na construção da imagem social daqueles que se ocupavam das atividades e funções das coleções e dos museus que foram criados a partir delas e, dentro deste espaço de tempo, foi organizada a Museografia. Boa parte das técnicas museográficas remontam àquelas experiências.

O método antiquário, contudo, diz Momigliano contribuiu para que historiadores reavaliassem a forma como analisavam as fontes literárias e considerassem outras fontes,

⁸³ Esta máxima não se aplica a todos, por exemplo, Neickel era protestante.

além dos documentos escritos, como moedas, selos e brasões, bem como ampliassem seus temas de estudo.

Eu presumo que para muitos de nós a palavra antiquário sugere a noção de alguém que estuda o passado, mas não é bem um historiador, porque: (1) historiadores escrevem em ordem cronológica, os antiquários escrevem de maneira sistemática; (2) historiadores produzem aqueles fatos que servem para ilustrar ou explicar uma determinada situação, enquanto os antiquários coletam todos os itens que estão relacionados a um certo tema, ajudem estes ou não a resolver seus problemas. Os temas contribuem para a distinção entre historiadores e antiquários apenas no sentido de que certos assuntos (como instituições políticas, religião, vida privada) tradicionalmente foram considerados mais apropriados à descrição sistemática que ao relato em ordem cronológica. (MOMIGLIANO, 2014, p.22)

O método antiquário legou ao historiador muitos temas de estudo que foram, então, denominados, hierarquicamente, como auxiliares da História. Dentre esses temas, vários conteúdos compuseram o currículo do primeiro curso voltado para formar profissional dedicado à preservação do patrimônio na França, a *École Nationale des Chartes* (1821)⁸⁴, que tinha “um currículo fundamentado numa base geral de história, arqueologia e história da arte, enfatizando, em termos técnicos, a paleografia e, a partir desta, os estudos de diplomática, sigilografia e numismática” (SÁ, 2013, p.35). Neste curso encontramos aquilo que aponta Momigliano como sendo uma expansão dos assuntos e das fontes históricas, o que se configurou como uma primeira base de treinamento para profissionais guardiões do Patrimônio Nacional, o que passou a ser interpretado como fontes históricas testemunho da identidade nacional, o que viria a ser sistematizado por outro grupo de historiadores, pertencentes à “Escola Metódica”⁸⁵, na qual fontes literárias e bibliográficas eram levantadas, estudadas e preservadas em Arquivos, Museus e Bibliotecas a fim de serem analisadas metodicamente através da heurística (busca, descrição e organização das fontes) e

⁸⁴ “A tendência medievalista que orientou os estudos da *École des Chartes* nos permite associá-la ao contexto romântico-nacionalista do final do século XVIII e das primeiras décadas do século XIX, que impulsionou várias iniciativas de valorização do passado medieval francês, destacando-se as atuações de Alexandre Lenoir e Viollet-le-Duc. [...] A *École Nationale des Chartes* insere-se neste “projeto”, ao mesmo tempo revolucionário e romântico, de recuperação das raízes medievais, na medida em que investiu em pesquisa de fontes primárias documentais, oferecendo subsídios à autoestima nacional e também, uma melhor compreensão do desenvolvimento histórico da França por meio de um revisionismo histórico. Da valorização de arquivos e bibliotecas como órgãos públicos, emerge o conceito destas instituições como laboratórios de pesquisa [...]” (SÁ, 2013, p.35).

⁸⁵ “Nas últimas décadas do século XIX, a corrente historiográfica de positivistas franceses vai influenciar a nascente “Escola Metódica” da França, que a partir de 1876 se afirma com a publicação do primeiro número da *Revue Historique*, uma revista que trará na sua comissão editorial nomes da antiga geração positivista – como Taine, Renan e Fustel de Coulanges – e novos nomes da escola metódica como Monod e Lavissee. Os metódicos acompanham os positivistas no que concerne ao entendimento da História como ciência, mas, rigorosamente falando, não estarão empenhados na busca de Leis Gerais e nem professarão determinismos à maneira de Taine [um dos principais representantes da historiografia positivista]. Portanto, os metódicos incorporam a influência positivista, mas estão a meio caminho de algumas posições do Historicismo tal como era praticado pelos historiadores da Escola Alemã que seguiam o modelo mais conservador, [...]” (BARROS, 2011, p. 16)

hermenêutica (interpretação), a fim de conferir maior cientificidade à disciplina História e suas narrativas.

A Museografia enquanto técnica (forma empírica da base cognitiva) foi desenvolvida em um momento de profundas transformações epistemológicas na cultura dita ocidental, quando saberes foram separados e subdivididos em áreas específicas, distanciando-se uns dos outros. A Museografia nasceu plural e emergiu de técnicas e práticas com múltiplos interesses e para atender às variadas necessidades dos museus que eram organizados e dirigidos por diferentes agentes do conhecimento. Seria muito difícil consolidar uma única profissão de museus a partir da técnica museográfica, pois esta incluía saberes pautados em especialidades diversas e foi desenvolvida a partir de várias práticas que participaram do desenvolvimento do cuidado das coleções e dos museus desde o século XVI e se desdobraram em diferentes disciplinas. Todavia, **entendemos que a gênese da base cognitiva da Museologia é indissociável do desenvolvimento das técnicas museográficas**. Foi por meio destas técnicas que os problemas dos museus, em relação à educação e às políticas de preservação, bem como da representação das memórias, puderam ser (re)pensados. Contudo, somente a prática museográfica vivenciada no cotidiano não poderia constituir ambiente favorável ao desenvolvimento de um novo conhecimento, cuja chave hermenêutica partisse do entendimento do Museu enquanto fenômeno social. Para tanto, o elemento **treinamento no conhecimento** via ensino formal precisava ser desenvolvido com base em fundamentos de caráter conceitual, o que veio a ocorrer somente na segunda metade do século XX.

Ao observarmos as características do treinamento no conhecimento para aplicação das técnicas museográficas no início do século XX, encontramos características comuns entre as instituições de ensino formal para formação de pessoal para os museus. Verificou-se que empreender e implementar este tipo de treinamento não foi tarefa das mais fáceis de se levar adiante, muitos cursos não tiveram funcionamento duradouro. E é perceptível que a maneira como o treinamento se desenvolveu em determinados países refletiu não somente no *status* profissional daqueles que se dedicaram ao trabalho em museus, como também na ideia de campo disciplinar, ou seja, a concepção de pensamento abstrato está relacionada à forma como o treinamento se desenvolveu em cada região ou origem de pensamento – latino, francófono ou anglófono.

Na próxima subseção verificamos alguns exemplos de cursos que representam o ensino formal em “Museologia-Museografia” no início do século XX, para além do caso brasileiro.

2.1.2 Museologia: base cognitiva dos profissionais de museus em desenvolvimento

A iniciativa de formação para o treinamento de pessoal para o trabalho em museus mais conhecida é, provavelmente, a da *École du Louvre*⁸⁶. Criada na França em 1882 a instituição, quando inaugurou, a exemplo de *Chartes*⁸⁷ que oferecia cursos com perfil técnico ao objetivar processamentos e estudos em documentos históricos, a *École* voltava-se aos conteúdos de Arqueologia e Epigrafia e, mais tardiamente, em 1920, ao conteúdo de História da Arte (SÁ, 2013, p.38). Esses conteúdos não eram específicos para as funções dos museus, mas tratavam de assuntos pertinentes aos mesmos naquela época, eram assuntos dos quais os *conservateurs* precisavam conhecer para exercer atividades como análise e avaliação de objetos antigos e/ou autenticação de obras de arte. Contudo, foi só em 1927 que o ensino da *Muséographie* foi inaugurado naquela instituição como uma ‘nova’ técnica e como formação específica, o que sinalizou o reconhecimento do termo enquanto especialidade para aqueles que se ocupavam do trabalho de organizar museus. Passini (2015) diz que o debate sobre a inserção da Museografia como saber específico dos museus na *École* iniciou em 1923. O uso do termo não era novo, como vimos, mas foi consolidado naqueles anos do período entreguerras, quando passou a ser amplamente utilizado dentre os autores que discutiam o posicionamento dos museus no contexto do *Office International de Musées*, (Escritório Internacional de Museus) criado em 1926.

As primeiras décadas do século XX apresentaram significativos avanços sobre o pensar e organizar os museus em âmbito administrativo, para recepção de públicos e a preservação do patrimônio, o que podemos entender como os primeiros passos em direção à profissionalização das práticas desenvolvidas em museus. As discussões sobre essas práticas, naquele momento, abrangiam questões sobre registro e classificação, exibição, restauro e conservação dos bens culturais e da função educativa dos museus. Havia diferentes profissões e ocupações que reunidas, debateram e contribuíram com essas questões e havia também um corpo de pessoas mais especializado, podemos dizer, como aqueles formados na *École du Louvre* que também participavam, os *conservateurs*.

Passini (2015, p. 2) aponta que no cenário francês o reconhecimento do *conservateur* como especialista em museus teve início durante o período entre as duas Grandes Guerras e o perfil da ocupação foi desenvolvido na transnacionalidade, isso quer dizer que houve intensa troca com outros países como Alemanha e Estados Unidos da América, a fim de atualizar as práticas museográficas, então, estabelecidas a partir do ofício amador do século

⁸⁶ A instituição em sua missão expressa: **extrair das coleções a instrução do público**. O termo *conservateur* aparece entre as titulações. *École du Louvre. Histoire*. Disponível em: <http://www.ecoledulouvre.fr/ecole-louvre/histoire>. Acesso em 26 de outubro de 2020.

⁸⁷ Criada em 22 de fevereiro de 1821 por Louis XVIII. Primeira instituição de ensino francesa, com treinamento regular, dedicada aos temas do Patrimônio, como o entendimento da virada do século XVIII em França a partir dos documentos escritos – cartas = *charte* (documento oficial). Em sua matriz curricular eram ministradas disciplinas como: a paleografia, os estudos de diplomática, a sigilografia e a numismática (SÁ, 2013, p.35).

XIX. A autora menciona que através dessas trocas transnacionais, ocorridas graças aos eventos e publicações do *Office International de Musées*, OIM que explicaremos mais a frente, os franceses se viram diante de questões antes não dimensionadas na atuação dos *conservateurs* que ainda reproduziam antigas tradições (2015, p.3), mesmo após o estabelecimento de um treinamento específico para o trabalho em museus na *École du Louvre*. Uma das principais contribuições para o amadurecimento dos *conservateurs*, segundo a autora, partiu do contato com autores norte-americanos que estavam empenhados em trabalhar questões ligadas ao tema da educação. Devido as contribuições estadunidenses ocorreram mudanças substanciais sobre a percepção da profissão de museus na França.

A seguir, apresentamos um breve panorama de iniciativas de formação para trabalhadores de museus nos Estados Unidos da América, a fim de demonstrar a visão sobre o campo profissional relacionado aos museus naquele país.

Com perfil diferente do que ocorreu em França, as experiências de formação norte-americana em “*museum studies*”, como é usualmente tratado o campo da “Museologia-Museografia” pela maioria dos autores de matriz anglo-saxã, foram plurais e não duradouras. Ao total foram cinco as experiências de treinamento, ainda no início do século XX e que, apesar de não terem perdurado, deixaram legados significativos para aquele país. Como descritas na dissertação de William F. Bomar (2012), que levantou e analisou os currículos de formação para profissionais de museus estadunidenses no século XX, apresentamos, na sequência, exemplos norte-americanos no quesito treinamento no conhecimento para o trabalho em museus. É importante frisar que apesar do histórico precursor de algumas iniciativas, todas elas apresentaram um traço em comum e que prejudicou a continuidade da maioria deles: os cinco cursos criados entre 1908 e 1925 foram dependentes da personalidade de seus idealizadores e não se sustentaram sem a figura central daqueles que os criaram, diferentemente do que ocorreu no Brasil, onde diferentes gerações de professores (ex-alunos do Curso de Museus - MHN) deram continuidade ao trabalho iniciado pela geração liderada por Gustavo Barroso. Com exceção de apenas um, que ainda assim sofreu uma longa interrupção, todos os cursos estadunidenses foram extintos após a morte dos seus fundadores/gestores e não retornaram às atividades. O exemplo brasileiro, diferentemente desses, além de ter superado a figura de seu idealizador, funciona de maneira ininterrupta desde a sua criação.

O primeiro curso criado nos EUA teve enfoque nos conhecimentos de Arte e Arqueologia e seu objetivo era o de formar curadores daquelas tipologias de coleções. Este primeiro curso foi criado e gerido por uma mulher, Sara Yorke Stevenson⁸⁸ que esteve à frente

⁸⁸ Sara Yorke Stevenson (1847-1921) era arqueóloga especialista em egiptologia. Foi uma das principais fundadoras do Museu de Arqueologia e Antropologia da Universidade da Pensilvânia (1887) e foi a primeira mulher a receber o título honorário de Doutora em Ciências (1894) naquela mesma

da instituição de ensino durante todo o tempo do seu funcionamento, entre os anos de 1908 e 1921. Neste primeiro curso a formação transcorria em dois anos e conferia certificado de graduação pelo *Pennsylvania Museum and School of Industrial Art*⁸⁹.

A semelhança do *Pennsylvania Museum* [...] era o certificado do segundo curso criado alguns meses mais tarde que o primeiro, ainda em 1908 na *The State University of Iowa*. Este foi idealizado pelo Dr. Homer Dill⁹⁰ e era focado na formação de especialistas nas disciplinas de História Natural. O curso preparava seus alunos para atuarem em museus de ciência. O curso tinha duração de quatro anos e no currículo apresentado por Bomar há a indicação do termo museografia dentre os conhecimentos ensinados e a habilitação em técnicas de exibição, taxidermia e cuidados com as coleções, além de questões curatoriais e administrativas. O curso tinha em sua grade curricular disciplinas científicas e disciplinas técnicas a fim de habilitar para o trabalho em museus com diferentes coleções que abrangiam assuntos como botânica, zoologia etc. A instituição herdeira deste curso, hoje está na *University of Iowa* e é denominado *Museum Studies Program*. Este foi o único curso criado no início do século XX que ainda existe, mesmo tendo apresentado interrupções em sua trajetória.

A *Wellesley College* abrigou o terceiro curso, criado em 1910 por Myrtilla Avery⁹¹. Este era direcionado especialmente para a questão da educação em museus de arte e recebeu turmas compostas exclusivamente por mulheres! A proposta era que essas senhoras tivessem formação como assistentes dos curadores (BOMAR, 2012). Observemos que mesmo num curso que priorizava a matrícula de mulheres, numa área não convencional para a época, a visão hierárquica do período deixa revelar o não favorecimento àquelas egressas em ocuparem cargos mais elevados e de poder dentro dos museus nos quais trabalharam, tendo em vista que nos objetivos do curso estava determinada a função que elas exerceriam: assistentes dos curadores. Apesar da proposta priorizar questões da educação,

universidade, sendo que a instituição havia diplomado apenas 6 mulheres até aquela data (BOMAR, 2012, p.38). Stevenson participou do movimento sufragista norte-americano e foi uma ativista pela luta dos direitos das mulheres.

⁸⁹ Atual *Philadelphia Museum of Art*.

⁹⁰ Homer R. Dill (1877-1964) foi um exímio taxidermista e professor assistente de Zoologia da Universidade de Iowa, onde começou a trabalhar em 1906. Dill realizava expedições por todo o EUA, onde coletava espécimes e depois aplicava a técnica de taxidermia a fim de exibir os exemplares no museu. Dedicou-se a pensar formas de exposição desse material científico no Museu de História Natural daquela universidade, tendo se destacado por seu trabalho com dioramas. Em 1908 tornou-se o diretor responsável pela exposição de vertebrados. É reconhecido naquele país como fundador do primeiro curso de formação para profissionais de museus em História Natural, tendo treinado inúmeros profissionais para esta prática. Há registros de sua fala na Associação Americana de Museus em defesa da formação desses profissionais e técnicos de museus (SHRIMPER, 1992, p.91-93).

⁹¹ Myrtilla Avery (1869-1959) era formada em Cultura Clássica, Grego (1891) e Biblioteconomia (1895). Especializou-se em arte medieval pela *Wellesley College* onde também pertenceu ao Departamento de Arte. Fez o mestrado e doutorado entre 1913 e 1927 em História da Arte. No período de 1930-37 foi diretora do *Farnsworth Art Museum*. Personalidade reconhecida em seu país devido as contribuições pioneiras na área da educação artística (NERSESSIAN, 2015, p.255).

o curso concedia treinamento quanto a catalogação dos objetos artísticos – pinturas e esculturas (Idem).

No formato de pós-graduação e com duração de um ano foram criados, na década seguinte, dois cursos. O primeiro foi criado na *Havard University* pelo homem de negócios e estudioso de arte autodidata Paul J. Sachs⁹². A duração deste curso foi de trinta e cinco anos, entre 1921 e 1956 e o objetivo da formação era o de preparar curadores para o cuidado e a administração de acervos de arte, seguindo preceitos formulados pelo próprio Sachs e sua experiência no estudo e na comercialização de obras de arte como *connoisseur*⁹³.

Por último, em 1925, foi criado no *The Newark Museum*, fundado por John Cotton Dana⁹⁴, outro curso em formato de especialização. Este curso foi o que continha o perfil mais revolucionário dentre todos de sua época. Dana desenvolveu enfoque numa formação voltada à função educativa dos museus e centrada na missão destas instituições com as comunidades locais. Bomar (2012) destaca que neste curso a maioria do corpo discente era composto por mulheres, também. O curso idealizado por Dana teve duração de 15 anos e encerrou suas atividades no período da Segunda Guerra Mundial, seu idealizador é um dos principais contribuidores para as questões da educação em museus e instituições de cultura naquele país.

Como foi possível observar, a partir das experiências descritas acima durante as primeiras décadas do século XX houve um grande interesse pela formação de profissionais de museus no Estados Unidos da América. No Brasil não foi diferente, um dos primeiros movimentos em busca da profissionalização nos museus foi o quesito formação/treinamento

⁹² Paul Joseph Sachs (1878-1965) foi professor conferencista da *Wellesley College*, colecionador erudito e investidor. Dedicou-se aos estudos sobre arte e mercado de arte. Foi diretor associado do *Fogg Art Museum* pertencente a Universidade de Havard e sócio da *Goldman Sachs* empresa criada por seu avô materno Marcus Goldman em sociedade com seu pai Samuel Sachs (THE FRICK COLLECTION ARCHIVES acesso <https://research.frick.org/directory/detail/1284> em 06/07/2022). Em 1943 Sachs liderou o grupo de pesquisadores do “*Havard Group*” que participou da missão de resgate e salvaguarda das obras de arte saqueadas pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. Este grupo era composto, em sua maioria, por egressos do “*Museum Course*” criado por Sachs. Eles foram os responsáveis pelo mapeamento dos bens culturais a serem resgatados pela missão militar identificada como “*Monuments Men*”, que reuniu 350 pessoas de 13 diferentes países. (EDSEL, 2011).

⁹³ O *connoisseur* era um tipo de estudioso geralmente dedicado ao universo das artes e seu mercado. Um marco do estabelecimento desta figura pode ser datado a partir da publicação “O *Connoisseur*: um ensaio sobre a teoria da pintura”, de 1719 de autoria de Jonathan Richardson. A questão da autenticação e da avaliação de obras de arte para fins comerciais, eram alguns dos principais objetivos deste perfil de estudioso, porém muitas descobertas artísticas só foram possíveis com as pesquisas advinda desta prática que pressupunha perícia (*expertise*), portanto, enunciando a necessidade de especialização que seria uma marca do século XIX.

⁹⁴ John Cotton Dana (1856-1929) era bibliotecário e foi presidente da Associação Americana de Bibliotecas (1895-96). Como diretor de bibliotecas públicas na cidade de *Newark* implementou inovações no atendimento dos usuários e renovou o sentido de consulta naquelas instituições; deu especial atenção ao seguimento infantil criando seções para as crianças. A partir de sua experiência com o desenvolvimento de um espaço expositivo no segundo andar da Biblioteca Pública de Newark criou o *Newark Museum*, instituição que dirigiu até sua morte e onde implementou ações inovadoras para a época, direcionadas à comunidade local (RUTGERS UNIVERSITY LIBRARIES).

no conhecimento. Em 1922 foi pensado e previsto um curso voltado para a formação de pessoal dedicado às questões do patrimônio e dos museus. Do patrimônio porque esta primeira iniciativa reunia as instituições Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional e Museu Histórico Nacional agregando, assim, visões e tipologias diversificadas de documentos e testemunhos interpretados como bens culturais. Estas três instituições fariam, conjuntamente, a gestão do curso e seus funcionários seriam os responsáveis pelas aulas, acumulando funções. A conjuntura política à época não permitiu a realização da ideia. Somente dez anos depois o ensino formal para habilitação específica de pessoal para o trabalho em museus fora concretizado, como veremos em detalhes na próxima seção (RIBEIRO, 2014 p. 23-24).

Em paralelo à criação de instituições de ensino para o treinamento de pessoal para trabalhar em museus, no mesmo período foram organizadas reuniões periódicas a fim de se pensar as técnicas que seriam a base deste trabalho, bem como publicações sobre o assunto. Um importante marco institucional foi o *Office International des Musées, OIM*, anteriormente comentado e apontado por diferentes autores do campo museal como instituição que ampliou o uso do termo Museografia em diferentes países. O *OIM* foi a primeira experiência de caráter universal que se propôs a pensar os museus. Estava ligado ao Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, no âmbito da Liga das Nações (1920). Essas organizações foram o embrião da UNESCO, ligada à Organização das Nações Unidas (1945) e do Conselho Internacional de Museus, ICOM, criado em 1946, no contexto pós Segunda Guerra Mundial. Os autores do verbete *muséographie* no *Dictionnaire Encyclopédique de Muséologie* (2011), quando na definição do termo, afirmam: “É, portanto, em 1926 que podemos traçar o nascimento oficial da museografia enquanto ciência, suas regras e normas.”⁹⁵. De acordo com Sá (2020) a criação do *OIM* em conjunto com as publicações da revista *Mouseion*, ocorrida pela primeira vez em 1927 e que se estendeu até 1940 foram os fatores responsáveis por divulgar a ideia da Museografia como técnica dos museus.

Ivo Maroevic identificou o evento Conferência de Madri realizado pelo *OIM* em 1934, como aquele que demarcou o início do período em que as discussões sobre os museus foram ampliadas e onde a ideia de saber específico sobre o campo começou a ganhar forma (1998, p.79), fase denominada por ele como empírico-descritiva. Esta fase se estendeu até o ano de 1976, segundo critérios do autor croata, que identifica na criação do Comitê Internacional de Museologia, ICOFOM⁹⁶ uma mudança de direcionamento dos interesses para uma via mais conceitual, levando ao desenvolvimento do pensamento abstrato do campo, onde teorias começaram a ser mais bem formuladas. Nesse momento, a Museologia começou a ser defendida, por alguns, como disciplina científica apesar de não se afastar, por completo, das aplicações oriundas da prática baseada nos princípios museográficos. Para Hernandez

⁹⁵ Tradução livre.

⁹⁶ Criado em 1977.

Hernandez a fase empírico-descritiva foi aquela em que houve uma sobreposição dos termos e dos interesses investigativos entre Museografia e Museologia (2006 p.39). A primeira mais bem estruturada naquele momento e, a segunda, ainda em sua feição incipiente. A autora também destaca o evento citado anteriormente por Maroevic enquanto marco desse período que, segundo ela, impulsionou questões relativas à profissionalização do trabalho desempenhado nos museus, buscando afastar-se de uma ideologização (2006, p. 43). Hernandez Hernandez, lembra que as práticas reconhecidas nesse período foram pautadas em experiências vividas no século XIX por curadores, conservadores e diretores de museus que, então, compartilhavam suas experiências.

Ao fim e ao cabo, o período entreguerras foi aquele em que os saberes e as técnicas (museográficas) foram reconhecidos pelos sujeitos do campo museal que se desenhava como um conhecimento técnico-científico específico para desenvolver competências no trabalho em museus. Foi um contexto no qual o pensamento museológico se submetia à função da dimensão institucional dos museus. A Museografia, no entanto, constituiu-se como uma técnica contributiva para os desdobramentos das questões conceituais, posteriormente desenvolvidas, visto que promoveu a identificação de problemas internos da prática em relação à sociedade e suas complexidades, pois é na vivência que a *práxis* é conformada.

Sintonizado com os eventos e publicações do *OIM*, anteriormente citados, Gustavo Barroso, um intelectual ativo no campo dos museus e do patrimônio no Brasil e idealizador do Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional reuniu e utilizou, como fontes bibliográficas para a escrita da publicação “Introdução à Técnica de Museus – Noções de Organização, Arrumação, Catalogação e Restauração” (1946), vários textos dos ANAIS da Conferência da *OIM* (SÁ, 2019). Os parâmetros ali divulgados compuseram um referencial básico para várias gerações de conservadoras e conservadores formados pelo Curso de Museus - MHN, portanto, treinados especificamente para o trabalho em museus no Brasil.

Após o término da Segunda Guerra Mundial as discussões sobre as competências e habilidades dos trabalhadores de museus foram amplamente debatidas em encontros e congressos, agora já no âmbito do Conselho Internacional de Museus, ICOM/UNESCO. As primeiras Conferências Gerais de 1948, 1950 e 1953, de acordo com Patrick Boylan (2010, p.417), trataram da questão das funções dos museus e das habilidades profissionais, bem como do treinamento de pessoal. O tema da I Conferência Geral de 1948, em Paris, tratou da questão da formação daqueles que estavam trabalhando em museus, na época identificados sob a denominação de museógrafos⁹⁷ e cujas atividades tinham caráter bem variado, abrangendo desde questões sobre as coleções até assuntos especialmente voltados às exposições – no âmbito da aplicação prática. Na II Conferência de 1950, em Londres, houve

⁹⁷ Ver capítulo 1, p. 59, desta tese.

o reconhecimento de que o ofício dos restauradores era distinto e independente a dos museógrafos, devido suas especificidades técnicas. Em Milão, na III Conferência Geral realizada no ano de 1953, discutiu-se a necessidade de pessoas especializadas na disciplina da Educação e com experiência de atuação em ensino e práticas pedagógicas. A Museografia foi então desmembrada, a partir das diferentes técnicas que estavam direcionadas aos vários objetivos e funções gerados das atividades cotidianas dos museus. Esse caráter prático formado por diferentes métodos e técnicas fortaleceu a criação e o desenvolvimento de outras disciplinas independentes, como a Conservação e a Restauração. O fenômeno da departamentalização, contudo, não parou aí, pois a cada necessidade surgida, uma nova atribuição específica foi direcionada a ocupações distintas.

Em “*Stage regional d’études de l’Unesco sur le rôle éducatif des musées*”⁹⁸, 1958, Georges Henri Rivière, então presidente do ICOM e formado pelo Curso de Museografia da *École du Louvre*, apresentou a diferenciação entre os termos museografia e museologia da seguinte maneira, “A museologia como a ciência que estuda a missão e a organização dos museus. A museografia um conjunto de técnicas relacionadas à museologia.” (tradução livre)⁹⁹. As definições de Rivière confirmam o que já foi exposto por nós, que a primeira ideia sobre a Museologia estava totalmente ligada às questões práticas do museu em sua feição institucional. Essa definição sobre a disciplina foi assimilada no Brasil, como podemos perceber no clássico texto “O Museu Ideal” publicado em 1958, de autoria de Regina Real, para quem a “Museologia [era a] ciência da organização dos museus” (1958 p.5). Esta definição, contudo, não pôde ser sustentada diante das inúmeras mudanças sociais e culturais que se seguiram desde o final da década de 1960.

A segunda metade do século XX foi um período de profundas transformações, principalmente devido a eclosão dos movimentos de Contracultura liderados pela juventude da época (1968-69). Dentre as transformações estavam os avanços das pautas feminista e de direitos das mulheres; as reivindicações por direitos civis pelas comunidades homossexuais¹⁰⁰, bem como das populações afrodescendentes, sobretudo, nos EUA; e a crise do sistema colonialista que desencadeou ações de independência de diferentes colônias de países europeus desde o fim da Segunda Guerra Mundial, tudo isso refletiu nas relações e percepções que a sociedade havia estabelecido sobre os museus. Essas questões tiveram forte impacto no desenvolvimento de uma disciplina conceitual e específica para se pensar os museus, o que estava em curso desde o período entreguerras.

⁹⁸ O já citado, no capítulo 1, Encontro Regional de Museus promovido pela UNESCO e realizado no Rio de Janeiro, Brasil, em 1958. As reflexões do encontro foram publicadas no Caderno de estudos e documentos educativos, nº 38, em 1960.

⁹⁹ *Muséologie et muséographie: La muséologie est la science ayant pour but d’étudier la mission et l’organisation des musées. La muséographie est l’ensemble des techniques em relation avec la muséologie.*

¹⁰⁰ Ou, como defendem atualmente, LGBTQIAP+.

Ainda no início da década de 1960 um grupo de profissionais do Museu da Morávia em Brno, no leste europeu, começava a defender a inserção de uma nova disciplina – Museologia – no ambiente universitário, com a criação de um Departamento de Museologia na Universidade J. E. Purkyne a qual estava ligado o Museu.

A transformação que se almejava era a **do próprio museu enquanto espaço para a atuação dos profissionais**, mas também – e indissociavelmente, segundo o presidente do ICOM e diretor do Museu da Morávia, Jan Jelínek – a de **“fazer do trabalho em museu uma verdadeira profissão”**. Para Jelínek, a profissão não depende do fato de uma pessoa ter sido ou não empregada em um museu, mas de ter tido uma **formação especializada**. (BRULON, 2017, p. 406, grifo nosso)

Nas décadas que se seguiram Zbynek Z. Stránský¹⁰¹ então coordenador do curso de Museologia da Universidade J. E. Purkyne passou a ser reconhecido como um dos maiores contribuidores na defesa e elaboração da concepção do pensamento abstrato da Museologia e propositor de seu objeto de estudo apartado da ideia tradicional de que esta seria a “ciência que organiza os museus”.

As experiências de treinamento no conhecimento até aqui comentadas denotam que, antes mesmo da criação do ICOFOM, começou a ser formulada uma base cognitiva para a Museologia dentro dos diferentes contextos de ensino formal manifestados em diferentes localizações geográficas.

Apesar de toda movimentação intelectual em torno da ressignificação do papel social dos museus desde o início dos anos 1970, as ações práticas e cotidianas se mantiveram sob a perspectiva tradicional do museu oitocentista, como indica Maroevic, “As ideias sobre as transformações dos museus são muito mais frequentes e revolucionárias do que a prática que ainda não descartou o modelo representativo de museu do século XIX, embora o tenha modificado” (MAROEVIC, 1998, p. 73, tradução nossa)¹⁰². Cury (2014) lembra que Tomislav Sola¹⁰³, no momento de intensificação das discussões sobre o caráter científico da Museologia, no contexto de consolidação do ICOFOM – no início da década de 1980 –, entendia que havia um descompasso entre as práticas, ainda em perspectiva museográfica, e a construção de uma teoria da Museologia,

¹⁰¹ “Nascido em Kutná Hora, na antiga Tchecoslováquia, em 26 de outubro de 1926, Zbyněk Z. Stránský – como costumava assinar seus textos – estudou história e filosofia na Universidade de Charles, em Praga, entre 1946 e 1950. Durante os anos 1950, trabalhou em diversos museus tchecos e, em 1962, foi indicado como coordenador do inovador Departamento de Museologia do Museu da Morávia e da Universidade J. E. Purkyne, em Brno, onde estabeleceu, sob a influência de Jan Jelínek (1926-2004), diretor do museu, a primeira escola de Museologia dedicada à teoria museológica no mundo.” (BRULON, 2017, p. 405).

¹⁰² “*The ideas about the transformation of museums are much more frequent and more revolutionary than practice that has not yet discarded the nineteenth century model of the representative museum although it has modified it.*”

¹⁰³ Tomislav Sola é graduado em História da Arte, tem especialização em Jornalismo e mestrado em Biblioteconomia, documentação e informação pela Universidade de Zagreb e Doutorado em Museologia pela Universidade de Ljubljana. Membro do ICOFOM. Um dos principais autores conceituais do campo museal do leste europeu.

O autor, fazendo uma crítica, afirma que a museologia está dividida entre: as obrigações relativas à dignidade do museu tradicional, a necessidade de construir os critérios acadêmicos e atendimento às exigências próprias da preservação do patrimônio. Para o autor, a quase total inexistência da museologia como ciência coloca o panorama crescente dos museus – modificações no cenário como resposta aos avanços culturais e tecnológicos dentre outros – em uma situação caótica. (CURY, 2014, p.57)

O ICOFOM apresentou, em sua primeira publicação, um questionamento que consideramos sintomático quanto à transição do foco de discussão da comunidade museológica internacional. O “*Museological Working Paper n.1*”, lançado em 1980, foi intitulado com a seguinte questão: “Museologia: Ciência ou apenas um trabalho prático de museu?”¹⁰⁴. Esse título reflete, em nosso entendimento, um posicionamento de conflito entre a técnica – museográfica – e o construto científico – museológico. Já naquela altura o grupo social do ICOFOM (e de outros Comitês do ICOM), compreendia as práticas desenvolvidas em museus como de responsabilidade de várias e diferentes profissões (ou ocupações) e não somente de uma¹⁰⁵. A ampliação do debate conceitual da Museologia suplantou, paulatinamente, o papel da Museografia enquanto técnica específica para o trabalho em museus e os diversos saberes/técnicas que compõem a prática museográfica ganharam independência departamental, ao passo que algumas disciplinas se consolidaram e seus agentes passaram a liderar ações técnicas e métodos antes executados por um sujeito polivalente, que estava na figura de diretores, curadores ou conservadores de museus.

Dominique Poulot (2013) também destaca que “um primeiro esboço de profissionalização” foi construído no período entre as duas grandes guerras. Em França, o que identificava a profissão específica de museus era a instituição de ensino de origem do profissional – Curso de Museografia da *École du Louvre*. O perfil do *conservateur* estava muito aproximado do que foi estabelecido enquanto Museografia desde a década de 1930 causava impacto em sua colocação no mercado de trabalho, via concursos para cargos públicos por reserva promovida pelo Estado, perfil profissional predominante naquele país entre os anos de 1945 e 1969 (2013, p.116-117). Só que então, a transformação conjuntural que implicou na necessidade de uma nova leitura sobre o papel dos museus na sociedade refletiu diretamente na formação dos *conservateurs* e naquilo que embasava seus conhecimentos e práticas até então.

O período posterior a 1968 conduz à redação de um livro branco (de fato, azul) intitulado *Patrimoine et collections publiques* [Patrimônio e coleções públicas], primeira reflexão coletiva sobre o devir da profissão que dá testemunho de novas reivindicações por parte dos conservadores mais empenhados na redefinição de suas missões. O surgimento de novos tipos de estabelecimentos [...], no início da década de 1970, exige novos recrutamentos, a partir de bases inéditas. (POULOT, 2013, p.117).

¹⁰⁴ *Museology: Science or just practical museum work?* Tradução nossa.

¹⁰⁵ Ver esta definição no capítulo 1, subseção 1.1.1.

As décadas de 1970 e 1980 presenciaram um intenso debate sobre a formação e o perfil dos profissionais de museus. As concepções engendradas pela “Nova Museologia” e a criação de novas tipologias e modelos de gestão de museus trouxeram demandas antes não percebidas, o que gerou a urgência de uma nova representação social para a profissão de museus, pois seus métodos de trabalho passaram a ser questionados, assim como o próprio Museu. A crítica daqueles que pensam a Museologia, aos que praticam as diferentes ações que contemplam as funções dos museus foi um caminho sem volta a partir de então. Como bem resumiu Poulot,

De fato, a partir da virada da “nova museologia”, no decorrer da década de 1970, a disciplina se interessa essencialmente pelas dimensões sociais, filosóficas e políticas, até então negligenciadas – contrariamente à museografia, cujo campo continua sendo o das técnicas do museu. O objetivo consiste claramente em fundar a museologia como disciplina científica e em definir, simultaneamente, as profissões do museu e o quadro da pesquisa em seu âmbito. (POULOT, 2013, p.129)

No cenário internacional ficou estabelecida uma divisão social do trabalho tendo como parâmetro diferentes disciplinas para o embasamento dos saberes e técnicas necessárias a diferentes funções e programas de gestão museal, caminho que veio a ser estruturado desde as discussões em Conferências Internacionais do ICOM e, principalmente, a partir do ano de 1965, como já comentado. Destarte, os diferentes profissionais de museus – como entende o núcleo duro do ICOM – estão subordinados ao temário dos museus, às disciplinas que direcionam suas abordagens ou aos métodos de seleção e preservação – que atravessam a musealização dos bens culturais.

Sabemos que no campo museal e do patrimônio a delimitação entre os saberes e as técnicas é um ponto de desafio, posto que as relações disciplinares são múltiplas e constantes (necessárias, igualmente) no trabalho cotidiano dos museus.

Ao retomarmos os aspectos elencados por Bosi (1996) e apresentados no início deste capítulo, entendemos que a “duração e dificuldade do treinamento”, a “amplitude e profundidade” do conhecimento e seu “caráter esotérico” são os principais desafios do processo de profissionalização da Museologia no Brasil desde a consolidação do seu ensino formal. Nas próximas páginas apresentamos uma análise sobre o desenvolvimento do treinamento no conhecimento da “Museologia-Museografia” no Brasil até a virada para a década de 1970, tendo como foco o histórico da primeira instituição de ensino neste campo no Brasil, o Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional.

Entendemos, que o ensino formal foi fator determinante na organização social que promoveu o autorreconhecimento profissional dos membros da ocupação de “Conservador de Museus” e conformação da profissão museólogo em nosso país, caminho singular quando comparado ao cenário predominante no exterior.

2.2 O Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional e o treinamento no conhecimento técnico-científico da “Museologia-Museografia” no Brasil

“O [curso do] Museu Histórico Nacional que acaba de **diplomar** a sua primeira turma, entra agora no seu terceiro ano (sic) de vida. Sua matrícula continua aberta até o fim do mez (sic) corrente, pela curiosidade que esse curso está despertando. [...]. O **corpo docente é magnífico** e o **corpo discente** assegura o nível preciso para estabelecer o equilíbrio.”. Grifo nosso.

Angyone Costa¹⁰⁶.

A fala de Angyone Costa, professor do Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional foi selecionada para a abertura desta seção por revelar elementos do credenciamento da ocupação que então despontava. Destacamos o diploma como elemento legitimador e regulador que o Estado conferiu àqueles que fizessem o curso. O corpo docente e discente, como veremos nesta seção, compõem o grupo social de sujeitos, face relacional que ancorou a representação social da ocupação de “Conservador de Museus”.

O Curso de Museus-MHN, criado por meio de Decreto presidencial nº 21.129, em 07 de março de 1932 foi o marco inaugural das ações de profissionalização da Museologia no Brasil. Primeira e única instituição de ensino do gênero por 38 anos, o Curso de Museus formou pessoal para o trabalho específico em museus e teve feição de ineditismo em muitos aspectos, como veremos. Foi idealizado por Gustavo Barroso, intelectual de pensamento com inclinação conservadora, homem público cuja ideia seminal foi concebida, ainda, no momento de criação do Museu Histórico Nacional, em 1922. Ideia que só pode ser concretizada dez anos depois.

Sede do Curso de Museus, o MHN foi inaugurado no contexto das comemorações do Centenário da Independência. No documento de criação deste Museu, um curso técnico havia sido planejado com perfil um pouco diferente daquele inaugurado em 1932. O projeto de museu pensado por Gustavo Barroso “previa [em Decreto] um curso técnico de dois anos, vinculado a este Museu, à Biblioteca Nacional e Arquivo Nacional. A proposta fundamental era formar oficiais para o MHN e amanuenses” (SÁ, 2007, p. 11-12). A ideia, contudo, não foi aceita de imediato. Em pesquisa sobre a criação do Curso de Museus, Ribeiro (2014) relata os conflitos que envolveram a trajetória de fracasso daquele curso técnico de 1922.

Conforme Castro, em 1923, o Curso não funcionou, apesar da inscrição de quatorze alunos. A causa disse respeito à recusa injustificada dos professores Constâncio Alves e Mario Behring, responsáveis pelas disciplinas de História Literária e Paleografia. O autor acreditou que os motivos na recusa estariam ligados a discordâncias sobre a criação do Curso Técnico, aliado ao fato de que, ao assumirem a docência, teriam duplicadas

¹⁰⁶ A expansão da cultura brasileira. O que é o Curso de Museus Professado no Museu Histórico Nacional. Uma palestra com o Professor Angyone Costa. In: Jornal Diário de Notícias, Rio de Janeiro, Domingo, 22 de abril de 1934. Transcrição. Núcleo de Memória da Museologia no Brasil, NUMMUS.

suas atividades – Bibliotecário/Chefe de Seção e professor -, não recebendo qualquer adicional salarial. (RIBEIRO, 2014, p. 26)

Este trecho nos faz perceber as dificuldades encontradas, na década de 1920, para que a profissionalização de uma classe de trabalhadores ligados às instituições de pesquisa, memória e patrimônio no Brasil – Arquivo, Biblioteca e Museu – fosse adiante. Estas instituições para existirem e cumprirem com seus objetivos precisam de trabalhadores especializados, todavia, empreender esta ideia naquele momento se mostrou um ato de idealismo. O caráter audacioso que o Curso de Museus - MHN teve em seu histórico de criação pode ser percebido dentre vários fatores, os quais serão pontuados ao longo das próximas páginas. O mais significativo deles talvez tenha sido o de que seus professores (funcionários do MHN) exerceram o ofício do magistério sem receber nenhum adendo financeiro por isso. Como demonstrado na citação acima, um dos motivos¹⁰⁷ para a não realização da primeira tentativa de criação de um curso técnico que atendesse às instituições de memória no Brasil foi a falta de investimento financeiro no setor, o que impossibilitou pagamento de salário para os docentes. Dez anos depois, o problema era o mesmo contudo, os professores do Curso de Museus não só aceitaram o desafio como permaneceram na atividade voluntária por mais de uma década.

O quadro de professores era composto por técnicos do Museu que, durante 12 anos (1932-1944), não foram remunerados pela função docente, uma vez que tanto o Decreto de criação como o que aprovou o novo Regimento do MHN, nº 24.735 de 14 de julho de 1934, não haviam previsto o aumento de despesa. (SÁ, 2007, p.16).

E ainda acrescentamos a observação de Siqueira,

De acordo com os Relatórios de Atividades do MHN, de 1932 até 1944, quando da primeira grande Reforma Curricular, o Curso nada custava aos cofres públicos, pelo simples fato dos professores serem os próprios funcionários do Museu e não terem sido previstas verbas específicas para docentes no próprio decreto de criação do Curso. (SIQUEIRA, 2009, p. 25)

Apesar do caráter benevolente, que pode ser problematizado no perfil destes professores, não podemos deixar de analisar que a falta de orçamento para a continuidade das atividades afetou de forma negativa, até certo ponto, o desenvolvimento do curso como instituição de ensino formal de “Museologia-Museografia” para além da realidade do MHN. Sem investimento para o ofício da docência, o curso ficou refém do círculo de funcionários do Museu sede por muito tempo. A renovação do quadro docente só ocorreu a partir da década de 1940, quando ex-alunos passaram a integrar os quadros de servidores do Museu ou a exercer função de professor como extranumerário desde a primeira Reforma pela qual o curso passou (1944), o que não implicava vínculo com o quadro funcional do Museu.

¹⁰⁷ Para saber mais sobre os outros motivos ler: “Um capítulo na história da Museologia no Brasil: um olhar sobre o surgimento do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional (1922- 1935)”. Henrique de Vasconcelos Cruz Ribeiro. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO-MAST. Rio de Janeiro. Orientador Ivan Coelho de Sá. 2014.

Os primeiros anos de funcionamento do curso foram marcados pelo ensino de conteúdos voltados para os acervos e narrativa ideológica do Museu Histórico Nacional, como apontou a ex-aluna Lygia Martins Costa, que ingressou no Curso em 1938. Em entrevista concedida ao pesquisador Eduardo Costa em outubro de 2013, então com 99 anos, a museóloga comentou, sumariamente, as fragilidades dos conteúdos ministrados no Curso.

[entrevistador]: A senhora se lembra das disciplinas que foram ministradas? Lembra de alguma característica?

[LMC]: As disciplinas...Engraçado. Eu gostava muito do curso, mas sentia que o curso era absolutamente insuficiente. [...] ¹⁰⁸

Na sequência das respostas ao entrevistador, Lygia comenta que as aulas que teve de História do Brasil foram todas com Gustavo Barroso e que História da Arte foi com o professor Joaquim Menezes de Oliva. As lembranças de Lygia Martins Costa deixam revelar que os conteúdos ministrados nos anos 1930 não davam conta da realidade complexa dos museus brasileiros com a qual ela veio a enfrentar em sua carreira. A “insuficiência” por ela comentada a fez buscar, após sua formação no Curso de Museus, outros cursos complementares, principalmente sobre os conteúdos de História da Arte que era do seu maior interesse e habilidade exigida para o trabalho no Museu Nacional de Belas Artes, o qual foi trabalhar após ser aprovada em concurso.

O breve relato que nos traz Lygia, nos faz compreender o posterior movimento de atualização e ampliação do Curso, que ocorreu na década de 1940 e será mais bem explicado quando apresentarmos o cenário da Reforma Curricular de 1944. A fala da museóloga aponta também para a centralidade que Gustavo Barroso exercia ao ministrar conteúdos como História da Civilização Brasileira, “era tudo com ele” enfatizou Lygia e Técnica de Museus, “[entrevistador]O que vocês aprendiam em técnica de museus? [LMC]Eram só experiências de Barroso. Ele, como havia criado museus, ia muito para essa parte.” ¹⁰⁹.

Segundo o Decreto de criação, o Curso devia funcionar “sob a direção e fiscalização do diretor do Museu Histórico Nacional” (art. 3º), ou seja, Gustavo Barroso, que foi o diretor do MHN entre 1932 e 1959 (ano de seu falecimento) foi também diretor do curso neste mesmo período, “imprimindo-lhe sua visão pessoal em relação à Museologia e ao Ensino, consolidando-os fortemente, não só como professor, mas por manter-se como Diretor [...]” (SÁ, 2012, p.4). Assim, a figura de Gustavo Barroso tornou-se referencial para o Curso de Museus-MHN por longos anos. A respeito do pensamento barroseano, personalidade, atuação e contribuições para a profissão de museus e do patrimônio apresentamos detalhamento na subseção 2.3.1. Aqui é preciso destacar que a imagem do curso foi inegavelmente afetada pela presença marcante de Gustavo Barroso, que ficou conhecido

¹⁰⁸ Lygia Martins Costa. Entrevistador Eduardo Costa. 15/10/2013. Residência Lygia Martins Costa. Rio de Janeiro. Duração: 01:43m03s. Cópia de transcrição. Coleção LMC. NUMMUS.

¹⁰⁹ Ibidem.

como o patrono do curso. O patrono, no entanto, não estava à frente da gestão do Museu Histórico Nacional quando a instituição de ensino foi criada. Isso porque se encontrava afastado da Direção do Museu. Em 1930 deu-se o afastamento de Barroso da direção do MHN, onde esteve desde a sua criação. O fato foi motivado pelo apoio político contundente dele à candidatura de Júlio Prestes, em oposição a Getúlio Vargas para a presidência da República (CHAGAS, 2003, p. 98). Como sabemos, nesse mesmo ano ocorreu o golpe denominado como “Revolução de 1930” e que proporcionou a ascensão de Vargas ao poder, instituindo assim seu governo provisório até 1937, quando foi instaurado o período ditatorial do Estado Novo (1937-1945).

Voltando à narrativa sobre a criação e os primeiros anos do Curso de Museus, o fato é que, devido a questões políticas, em março de 1932, quem estava à frente da direção do MHN era o historiador Rodolfo Garcia que, também, lecionou naquele mesmo ano o conteúdo de História Política e Administrativa do Brasil (período colonial) para a primeira turma de matriculados. Chagas destaca a criação do Curso de Museus como “uma iniciativa pioneira e um acontecimento singular no campo dos museus e da museologia no Brasil.” (2003, p.98); aponta, ainda, que “do ponto de vista museológico, esse acontecimento foi um marco muito mais expressivo do que a criação do Museu Histórico Nacional.” (Idem). Com isso, o autor infere que Barroso, ciente do importante fato que foi a criação do Curso de Museus-MHN, deixou envolta em névoas a passagem de Garcia e seu papel na inauguração da instituição e quem ficou reconhecido, por mérito, como responsável pela criação do curso foi Gustavo Barroso. De todo modo, este intelectual foi aquele que sustentou o curso. Suas ideias sobre museu, nacionalismo, cultura e patrimônio ficaram impressas ali por décadas, razão pela qual seu nome recebeu destaque na trajetória daquela instituição de ensino.

O retorno de Gustavo Barroso à direção do MHN ocorreu em novembro de 1932, ou seja, no final do primeiro ano letivo do Curso de Museus (SÁ, 2012. p.4). Mesmo não ocupando a direção do Museu no ato de criação do curso, Gustavo Barroso tornou-se seu diretor por 27 anos consecutivos e lecionou para várias gerações de alunos. Siqueira (2009, p.26) lembra que, mesmo após a morte de Barroso (1959) sua abordagem permaneceu até o final da década de 1960 através de professoras (ex-alunas) que o substituíram, pois basearam seus ensinamentos na publicação de referência que ele deixou, “Introdução à Técnica de Museus”.

No primeiro momento, o intuito de criação do Curso de Museus - MHN era o de formar funcionários públicos com habilidades técnicas para o trabalho naquele Museu. O Decreto expressa, ainda, a finalidade de formar corpo técnico especializado para ocupar o cargo de 3º oficial, preferencialmente ocupado pelos egressos daquele curso.

Art. 11. Aos possuidores de certificado do "Curso de Museus", a partir de 1 de janeiro de 1934, será assegurado o direito de preferência absoluta para o

preenchimento do lugar de 3º oficial do Museu Histórico Nacional e, bem assim, para promoção nos cargos do mesmo Museu.

O Decreto de criação marca a inauguração do ensino dos conhecimentos museográficos e museológicos no Brasil (treinamento no conhecimento formal). A abordagem da Sociologia das Profissões considera o sistema de credenciamento crucial no processo de profissionalização. No caso da Museologia no Brasil é notória a relação entre instituição de ensino, aquela que credencia o conhecimento técnico-científico e o Estado, tendo em vista que a primeira foi criada e mantida pelo segundo, apesar da falta de orçamento específico para o curso, como vimos. Ao analisarmos o art. 11 verificamos, ainda, o Estado como entidade garantidora da reserva de mercado de trabalho, pois vinculou a preferência do preenchimento de vagas no MHN à condição de egresso do Curso de Museus. O reconhecimento do mérito técnico dos formados pela instituição de ensino está registrado no documento legal de criação do curso. Aqueles que concluíssem o Curso de Museus-MHN poderiam contar com a preferência, se assim desejassem, para ocupar o cargo de 3º oficial do Museu.

Em 1938, deu-se a criação do cargo de “Conservador de Museus” de forma ampliada¹¹⁰, ao integrar as carreiras civis da administração pública federal. Um dos primeiros a ocupar a vaga no MHN foi Luiz Marques Poliano¹¹¹, um aluno da primeira turma de matriculados no curso, “Classificado no primeiro concurso para a carreira de Conservador de Museus, promovido pelo DASP, tendo defendido a ‘tese’ Heráldica, 1939-40.” (SÁ e SIQUEIRA, 2007, p.31). Poliano foi nomeado conservador do MHN e veio a substituir Pedro Calmon na função de Secretário do Curso de Museus (Idem).

Na década de 1930 o Curso de Museus-MHN dava seus primeiros passos. Não contava com verba própria e o contexto de concepção, criação e consolidação do ensino foi permeado por um terreno pedregoso, onde a formação proposta enfrentou desafios não apenas conceituais, mas de ordem político-social. Consideramos que, tanto as primeiras décadas de funcionamento do Curso de Museus, como os passos iniciais da ocupação de “Conservador de Museus” tiveram inúmeras limitações para alcançar o objetivo de constituir funcionários públicos capacitados para preservar o patrimônio. Início difícil, porém, fértil para proporcionar a conformação de um grupo ocupacional que gerou a classe profissional que hoje, apesar de outros desafios, garantiu espaço para exercer suas atividades legalmente.

2.2.1 Curso técnico ou superior?

¹¹⁰ Como explicado no capítulo 1, páginas 66-68.

¹¹¹ Especializou-se nos estudos de Heráldica e sua monografia é um dos principais livros publicados sobre o tema no Brasil, até os dias de hoje.

Com base em documentação legal e institucional defendemos o caráter de curso superior do Curso de Museus-MHN desde sua criação. O art. 6º do Decreto 21.129/1932 indica o fato e deixa claro,

Art. 6º A matrícula no "Curso de Museus" será efetuada na primeira quinzena de março, mediante pagamento da taxa de matrícula e frequência, devendo os candidatos à inscrição no primeiro ano apresentar, em requerimento, dirigido ao diretor, os seguintes documentos:

a) **certificado de aprovação nos exames de 5ª série do curso secundário, prestados no Colégio Pedro II ou em estabelecimento sob o regime de inspeção oficial, ou certidões de aprovação nos exames de português, francês, inglês, latim, aritmética, geografia, história universal, corografia e história do Brasil, válidos para matrícula nos cursos superiores;** b) atestado de identidade; c) atestado de sanidade; d) atestado de idoneidade moral. Veja também: Dados da Norma Parágrafo único. Para inscrição no segundo ano do curso, além do recibo do pagamento da taxa de matrícula e frequência, será exigido certificado de habilitação dos exames do primeiro ano. (grifo nosso).

O caderno de instruções para matrículas do ano de 1956¹¹², também comprova esta exigência. Tal característica foi determinante para seu reconhecimento de curso superior pelo Conselho Nacional de Educação, como indica o Parecer nº 455/948 “para os efeitos desta lei, **são considerados cursos superiores** aquêles (sic) que, **pela sua natureza, exija, como condição de matrícula, preparação secundária comprovada [...]**” (grifo nosso).

Esse entendimento foi registrado por Gustavo Barroso no “Memorial” intitulado “a carreira de conservador”, publicado em 1957 no volume VIII dos Anais MHN, Ano de 1947, onde apresenta o Curso de Museus como curso superior por exigir, no ato de matrícula, comprovação da formação clássica ou científica – ensino secundário¹¹³.

O Mandato Universitário foi concedido em 1951. O fato tem caráter burocrático, pois autorizava a emissão dos diplomas pela, então, Universidade do Brasil¹¹⁴. Um mandato nada mais é do que a autorização para que outrem esteja encarregado de uma tarefa, ou seja, a Universidade do Brasil seria a instituição que emitiria os diplomas devido sua estrutura universitária instaurada em julho de 1937 e que conferiu àquela instituição uma função catalizadora para a organização do ensino superior, como indica a Lei nº 452 que “Organiza

¹¹² Acervo NUMMUS.

¹¹³ Aquele iniciado após a formação básica infantil e, quando concluído, garante acesso aos exames de ingresso no ensino superior ou na universidade. Hoje é denominado por Ensino Médio.

¹¹⁴ Atual UFRJ. A Universidade do Brasil foi fruto da reorganização do ensino superior pela Lei nº 452 que transformou a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), criada em 1920 e que compreendia os cursos oficiais e mais antigos da corte – Engenharia a partir da Academia Real Militar, 1810; Faculdade de Medicina, criada em 1832 no Real Hospital Militar, antigo Colégio dos Jesuítas; e da fusão da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais (1891) com a Faculdade Livre de Direito da Capital Federal. Com a transformação da URJ em UB foi “incorporado a ela diversas unidades e institutos já existentes, nas áreas de Química, Filosofia, Ciências e Letras, Metalurgia, Música, prevendo ainda a incorporação de institutos colaboradores como o Museu Nacional” (Universidade Federal do Rio de Janeiro. História. Disponível em: <https://ufrj.br/aceso-a-informacao/institucional/historia/>. Acesso 29/10/2021).

a Universidade do Brasil”, em seu art.3º **“A Universidade do Brasil manterá todos os cursos superiores que forem previstos em lei.”** e art.8º (grifo nosso).

A Universidade do Brasil e as demais instituições federais, que realizem pesquisas científicas e outros trabalhos de natureza intelectual relacionados com o ensino superior, cooperarão reciprocamente nas respectivas atividades, pela forma que for estabelecida em regulamento.

Deste modo, o Mandato Universitário não foi o fato determinante para o reconhecimento do Curso de Museus - MHN como ensino superior, mas uma consequência de um reconhecimento anterior, devido à característica explicitada nos parágrafos acima.

Figura 03. Carteira funcional Museu Histórico Nacional - Curso de Museus. Nair de Moraes Carvalho. 1940. Conservadora do “Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde.”



Fonte: Coleção Nair de Moraes Carvalho – NMC NUMMUS/UNIRIO

A fim de concluir a discussão sobre a dinâmica burocrática relacionada ao reconhecimento do curso como ensino superior àquela época, citamos Echternacht que explica:

[...] por meio de decisão do **Processo nº 81.831/1943**, do Conselho Nacional de Educação, **o diploma do Curso de Museus passou a ser emitido pela Diretoria do Ensino Superior, abrangendo o período retroativo à sua criação**, o que indica o caráter do curso como nível superior. Em 1948, por meio do Parecer nº 455, emitido pelo referido Conselho, foi oficializado seu reconhecimento como curso de graduação, realçado pelo argumento de que a apresentação do comprovante de integralização do ensino secundário fosse um dos principais requisitos para a efetivação da matrícula de cada aluno. (ECHTERNACHT, 2018, p. 20, grifo nosso).

Dentre os pilares do processo de profissionalização, o treinamento no conhecimento formal tem relação direta com o credenciamento a partir do ensino superior e da instituição universitária. Para Freidson, o treinamento no conhecimento e o sistema de credenciamento são elementos responsáveis pela estruturação da autonomia profissional. E o sistema universitário no Brasil tem no ensino público de formação superior, administrado pelo Estado, o reconhecimento mais valorizado como credencial para habilitar profissionais. Destarte, há na organização social do nosso país, uma consistente estrutura para a efetiva autonomia de uma profissão de museus específica.

A universidade tem papel decisivo no sistema de credenciamento profissional, sendo a diplomação universitária variante determinante ao credenciamento profissional. Quando

falamos do campo da Museologia no Brasil o marco do elemento universidade está no ano de 1951, quando foi incorporada ao escopo do Curso de Museus - MHN o Mandato Universitário que autorizava a UB a emissão dos seus diplomas, mas isso não anula o reconhecimento anterior conferido pelo Conselho Nacional de Educação e Diretoria de Ensino Superior (Parecer Nº 455 de 1948), instrumentos institucionais do Estado, como exposto anteriormente, de que o curso já fosse de ensino superior. O processo de consolidação do treinamento no conhecimento em “Museologia-Museografia” no Brasil começou, então, na década de 1940 e culminou com o Mandato Universitário na década seguinte.

Nas próximas páginas será exposto o percurso que este treinamento no conhecimento atravessou durante a fase empírico-descritiva do campo da Museologia a partir do Curso de Museus-MHN. Afinal, quais eram os saberes e técnicas ali transmitidos? E qual foi o papel desta instituição de ensino na conformação de uma profissão de museus específica no Brasil?

2.2.2 Um curso para um Museu? Curso de Museus - MHN, anos inaugurais

O objetivo inicial do curso não era tão audacioso como acabou por se tornar. Deve-se ter ciência de que, como primeira experiência de ensino formal e treinamento no conhecimento da “Museologia-Museografia” no Brasil, o Curso de Museus-MHN foi criado com base na realidade daqueles que empreenderam a ideia de um curso para formar pessoal habilitado no trabalho de um museu histórico, como foi em seus primeiros anos de existência. Os estudos ali desenvolvidos e ensinados tiveram por base as experiências pessoais de cada funcionário do MHN tornado professor do curso e cujas referências museográficas, advindas do exterior, estavam em fase de transformação no período entre guerras, ou seja, naquele exato período.

Com a finalidade de, como indica o Art. 1º do Decreto de criação, “Criar no Museu Histórico Nacional um “Curso de Museus”, **destinado ao ensino das matérias que interessam a mesma instituição.**” (grifo nosso) o texto deixa claro que as disciplinas ministradas nos primeiros anos do curso foram pensadas para atender às necessidades do MHN. Todavia, o Curso de Museus cresceu para além do Museu sede e ultrapassou as fronteiras daquela instituição, antes mesmo de sua transferência para a jurisdição plena da universidade pública.

Nos próximos parágrafos vamos analisar a consolidação do Curso de Museus-MHN como instituição de ensino formal da “Museologia-Museografia” no Brasil, através dos conteúdos ministrados e do perfil docente, sobretudo, nas três primeiras décadas em que ocupou os espaços do MHN e era a única instituição de ensino sobre o assunto.

Não existem registros completos dos programas de todas as disciplinas ministradas na fase inaugural do curso, período que entendemos ser aquele que abrange o ano de 1932 até a Reforma da Matriz Curricular de 1944. Os anos posteriores a essa Reforma

depreendemos que foram os de consolidação das práticas de ensino. Para visualizarmos o conjunto de disciplinas ministradas no Curso de Museus-MHN recorreremos ao levantamento documental realizado, anteriormente, por pesquisadores do “Grupo Recuperação e Preservação da Memória da Museologia no Brasil” e publicado em artigos e dissertações acadêmicas. A principal delas, nesse quesito, é a dissertação de Siqueira (2009) que apresenta quadros com dados compilados de documentos legais e administrativos, resultado do “Levantamento Cronológico da Memória das Disciplinas e Professores do Curso de Museus – MHN, 1932-1978”¹¹⁵. Adaptamos os quadros para apresentá-los aqui, o primeiro deles é o da década de 1930.

QUADRO 1 – DISCIPLINAS CURSO DE MUSEUS-MHN DÉCADA DE 1930

1º ANO	2º ANO	
Arqueologia Aplicada ao Brasil	História Política e Administrativa do Brasil (até a atualidade)	Decreto-Lei nº 21.129 de 07 de março de 1932
História da Arte (especificamente do Brasil)	Numismática (brasileira) e Sigilografia	
História Política e Administrativa do Brasil (período Colonial)	Técnica de Museus, Epigrafia e Cronologia	
Numismática (Parte geral)		
1º ANO	2º ANO	
História da Civilização Brasileira (Período Colonial)	História da Civilização Brasileira (até a atualidade)	Decreto-Lei nº 24.735 de 14 de julho de 1934
História da Arte Brasileira	Numismática (Parte brasileira e Sigilografia)	
Arqueologia Brasileira	Técnica de Museus, Epigrafia e Cronologia	
Numismática (Parte geral)		

Fonte: Da autora. Adaptado de SIQUEIRA, Graciele Karine. “Curso de Museus-MHN 1932-1978. O perfil acadêmico profissional”. Dissertação de mestrado. PPG-PMUS, UNIRIO/MAST. Rio de Janeiro, 2009.

As aulas no Curso de Museus-MHN começaram no dia 04 de maio de 1932 com vinte e seis alunos matriculados (SIQUEIRA, 2009, p. 24). As disciplinas que inauguraram a grade curricular foram ministradas por personalidades de reconhecida erudição e conceituadas nos temas que se propuseram a lecionar.

¹¹⁵ Estes quadros foram o resultado do projeto de Iniciação Científica UNIRIO com mesmo nome e realizado entre 2006-2008 pelo bolsista (a época) e hoje museólogo Marcos André Pinto Ramos orientado pelo professor Ivan Coelho de Sá.

O elenco das disciplinas denota o que Oliveira Audebert (2003, p. 41) chamou de “sensibilidade antiquária”. O método antiquário foi modelo de estudo para aqueles que se interessavam pela cultura material¹¹⁶ do passado. Gustavo Barroso foi um exemplo de seguidor deste método no Brasil, conseqüentemente, o intelectual transmitiu essa percepção aos alunos da instituição de ensino que liderou, como veremos mais adiante. Oliveira, ao analisar a “atuação preservacionista” de Barroso traz essa questão da relação do intelectual com o método antiquário e indica como isso foi marcante nos passos iniciais de ensino da Museologia, “uma relação com o passado através dos objetos, dos vestígios que fundamenta um saber específico e que deu início à Museologia no Brasil [...]” (2003, p. 50). Foi também, segundo a autora, essa mesma prática que embasou o discurso histórico cunhado por ele no Museu Histórico Nacional, “sendo possível, portanto, pensá-lo inserido numa historiografia romântica onde o passado seria ressuscitado, podendo ser visualmente experimentado através das exposições.” (Idem). Remontando ao que Vickers (2017) menciona em seu artigo, citado na seção anterior, o método antiquário serviu aos discursos nacionalistas em diferentes épocas, pois para aqueles que buscavam formar e firmar identidade com base no passado, a cultura material transformada em relíquia era um caminho de persuasão visual.

Os conteúdos apresentados na grade curricular vigente na década de 1930 privilegiavam as especificidades dos acervos que o MHN abrigava e estavam, em sua maioria, diretamente relacionados com algumas das tipologias presentes na coleção do Museu. Destacamos o ineditismo de alguns conteúdos ministrados pela primeira vez no Brasil: “Numismática” “Arqueologia Brasileira” e “História da Arte Brasileira”, assim como a disciplina criada para a finalidade do curso, “Técnica de Museus”. Sobre esta faremos uma análise específica na próxima seção.

Numismática, disciplina oferecida nos dois anos do curso na grade inaugural, jamais saiu da Matriz Curricular de disciplinas obrigatórias enquanto o curso ficou sediado no MHN. Esse estudo recebeu destaque não somente pelo prestígio da coleção que o Museu Histórico Nacional recebeu, transferida da Biblioteca Nacional, a qual foi, também, junto com a coleção o funcionário especialista Edgar de Araújo Romero, mas porque o método numismático tornou-se de fundamental importância para o estudo de história política através da identificação das instituições e de governantes cunhados no disco monetário. Segundo Arnaldo Momigliano (2014) um dos maiores êxitos dos estudos antiquários foi estabelecer interpretação adequada para a análise das moedas e medalhas antigas. A Numismática moderna¹¹⁷ deve aos métodos antiquários o seu reconhecimento enquanto disciplina no final

¹¹⁶ “(...) a cultura material é compreendida como os vestígios daquilo que os homens constroem, ou seja, são os artefatos” (FUNARI e CARVALHO, 2009).

¹¹⁷ O antiquário austríaco, Joseph Hilarius Eckhel (1737-1798) é reconhecido como o “Pai da Numismática” devido a publicação da obra *Doctrina Nummorum Veterum*, “Do Conhecimento das Moedas Antigas”, publicado entre 1792-98 em 8 volumes, em Viena. Eckhel foi um típico erudito jesuíta, companhia a qual foi fiel até a extinção em 1773 pelo Papa Clemente XIV. Ocupou cargos como

do século XVIII, tendo sido um dos poucos conhecimentos com reconhecimento advindo do método antiquário. Ainda assim, é um conhecimento hierarquicamente identificado como auxiliar da História.

Sobre a essência dos conteúdos ministrados em “Numismática (Parte geral)”, podemos verificar o que era ministrado no Curso de Museus-MHN através da publicação do professor Edgar Romero em duas apostilas do ano de 1957 denominadas “Numismática Geral”. Apesar da data tardia, em relação à inauguração do ensino da disciplina no Curso de Museus, podemos inferir que a Numismática Geral não sofreu mudanças em seu conteúdo, tendo em vista que a grande maioria das informações contidas na apostila são sobre sistemas monetários antigos e o método de estudo desses objetos, como destacado anteriormente, foi estabelecido no século XVIII e não sofreu mudanças significativas desde então. Sendo assim, o ensino da Numismática no Curso de Museus tinha caráter clássico, seguindo os parâmetros internacionais e centenários da disciplina. A coleção do MHN, a maior até hoje da América Latina, é repleta de peças raras e de vulto para o colecionismo numismático. Os alunos do curso tinham contato com exemplares famosos e de diferentes regiões do mundo, principalmente das regiões do mediterrâneo. O curso formou renomados numismatas, mulheres e homens¹¹⁸ que eram constantemente requisitados para fazer avaliações e pareceres e oferecer consultorias sobre o tema.

O método antiquário esteve presente em vários conteúdos ministrados no curso daquele período. Uma das principais fontes bibliográficas que nos ajuda a compreender as abordagens conferidas às disciplinas do curso está nos Anais do Museu Histórico Nacional¹¹⁹, sobretudo, nos primeiros dez volumes publicados entre os anos de 1941 e 1959. A fim de compreender melhor algumas das abordagens docentes, vamos analisar os artigos de autoria dos professores ministrantes de “História da Arte Brasileira” e “Arqueologia Brasileira”.

Extraímos algumas características de ambas as disciplinas a partir dos artigos publicados por seus professores nos ANAIS MHN. É possível observar nesses textos parte

Conservador em importantes coleções de Numismática e Arqueologia, áreas nas quais dedicou seus principais estudos: Conservador-diretor do Gabinete Numismático do Colégio dos Jesuítas; após sua secularização foi Conservador-diretor do Gabinete Imperial de Medalhas do Museu de Viena (1774-98); professor de Antiguidades e de Numismática na Universidade de Viena e Conservador da coleção de moedas imperiais do Gabinete Imperial de Áustria (1775). O grande diferencial da classificação de Eckhel foi dividir os exemplares por povos, cidades, vilas e reis, identificando os objetos geograficamente e os soberanos agrupados cronologicamente. Esse método tornou-se útil para leituras políticas e institucionais dos povos antigos, sobretudo, romano. Até hoje os numismatas classificam os exemplares de moedas a partir da inovação de Eckhel, com pouquíssimas variações. (FERREIRA, 2012).

¹¹⁸ Foi o caso dos conservadores: Alfredo Solano de Barros, Dulce Cardoso Ludolf, Yolanda Marcondes Portugal, Antonio Pimentel Winz, F. dos Santos Trigueiros, Maria Bernadete Fernandes Gonçalves, Rejane Lobo Vieira, Regina Bibiani, entre outros.

¹¹⁹ Lançado em 1941 a fim de divulgar estudos sobre os acervos do Museu Histórico Nacional. A publicação de anuários que divulgavam o trabalho de pesquisa realizado nos museus foi uma tendência da década de 1940, quando foram lançados também o Anuário do Museu Imperial e do Museu Nacional de Belas Artes.

do conteúdo ministrado aos alunos. “História da Arte Brasileira”, sob a responsabilidade do professor Joaquim Menezes de Oliva, por exemplo, no artigo de sua autoria denominado “Tentativa de classificação dos balangandans”¹²⁰, deixa claro que aquele conteúdo foi pensado no âmbito do Curso de Museus.

Em 1932, quando foi criado, no Museu Histórico Nacional, o Curso de Museus, coube-me a regência da cadeira de História da Arte Brasileira. Procurei, desde logo, através das obras dos especializados no assunto, recolher os necessários dados para bem desempenhar-me do encargo recebido, incluindo, em seguida, na elaboração do programa de ensino, um ponto referente aos primeiros ensaios de arte no Brasil. Intentei, com esforço sincero, **estudar a evolução artística do Brasil**, desde a **arte pré-cabralina às artes aplicadas**. Valeram-me de muito, dentre o melhor material coligido, as lições professadas por Araujo Viana, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, há quase 30 anos, e, nas quais, falando de um modo geral sobre as artes plásticas brasileiras, era ele dos primeiros a chamar a atenção dos **estudiosos para as artes menores ou artes aplicadas**, que mais sobressaíam, entre nós, pela originalidade. (MENEZES DE OLIVA, 1943, p. 37. Grifo nosso)

A partir deste trecho tem-se a noção sobre as referências que Menezes de Oliva utilizou. Parece-nos que a disciplina estava dedicada à análise dos objetos pouco ou quase nunca contemplados em estudos da produção artística daquele tempo, que se detinha mais aos suportes tradicionais baseados no cânone europeu¹²¹. A classificação utilizada por Oliva, portanto, estava pautada na abordagem consagrada pelo IHGB, isto é perceptível pela referência ao especialista citado, Araújo Viana, estudioso que, assim como Menezes de Oliva, era autodidata no tema. Na Escola Nacional de Belas Artes estudava-se a história da arte europeia, a arquitetura, a pintura, a escultura e demais processos artísticos tradicionais, todos seguindo os padrões estéticos da Europa e reconhecidos como “Artes Maiores”.

Seguindo o princípio de Viana, o professor Oliva aponta que o elemento “originalidade” da arte produzida no Brasil estava atrelado à categoria das “artes aplicadas”, como sendo aquela genuína da produção nacional. A identificação terminológica conferida pelo professor: “artes menores” ou “artes aplicadas”, faz uso da visão hierarquizada utilizada desde o século XVI a fim de diferenciar as Belas Artes do artesanato, sobrepondo a primeira sobre a segunda. Mencionando os estudos do autor de referência, o professor diz que aquele colocou em pauta a importância das “artes aplicadas” produzidas no Brasil, mas excluiu a produção dos povos nativos (nas palavras dele, “nossos aborígenes”). Destaca Menezes de Oliva, dentre os interesses de Araújo Viana, “[...] ‘a arte chamada catarinense, a joalheria e os tetos rústicos de Minas Gerais, as indumentárias riograndense e baiana e, finalmente, o lindíssimo tecido que vulgarmente denominam ‘rendas do Norte’.” O professor, contudo, desenvolveu seus

¹²⁰ ANAIS MHN, volume II – ANO 1941. Publicado em 1943.

¹²¹ Aqui não estamos considerando o movimento Modernista que foi se espalhando pelo país desde a década de 1920 e cujo marco capital é a Semana de Arte Moderna de 1922 ocorrida em São Paulo. Falamos do ensino oficial de Arte que acontecia na Academia.

estudos para além dessas categorias observadas por Viana e se dedicou ao tema dos balangandans, de criação e uso da população negra do Brasil, do qual dissertou em seu artigo. Para ele aquelas peças representavam riquíssima produção da joalheria brasileira. Junto a este mencionou outras tipologias nas quais dedicou seus estudos que, muito provavelmente, transmitiu no Curso de Museus-MHN aos seus alunos.

E assim que incluí, com melhores razões ainda, a par do trajo dos gaúchos, e dos vestuários das pretas baianas, a roupa de couro dos vaqueiros nordestinos, que, incontestavelmente fornece copioso material para estudos de etnografia comparada e serve também para temas de quadros de costumes. (MENEZES DE OLIVA, 1943, p.37)

Na citação acima, vê-se Menezes de Oliva mencionar o cruzamento desses estudos com a abordagem da etnografia ao indicar o uso dos conhecimentos das “artes aplicadas” para estudar temas de quadros com pinturas que representam costumes – fazendo referência à leitura iconográfica – método muito utilizado por Menezes de Oliva e que aparece em outros artigos do professor. Este foi também um método advindo da prática dos antiquários.

Outro dado de suma importância que o texto apresenta é a metodologia de estudo empregada. A análise era feita a partir do objeto (cultura material) a fim de se obter dados sobre o uso social e as relações entre as pessoas que os utilizavam, no caso os negros escravizados ou alforriados, a partir das características apresentadas na joia. Mais adiante do texto, o autor conta que seu empenho no estudo dos balangandans deu-se por motivação da curiosidade de seu alunado do Curso de Museus que, ao ouvir algumas das histórias que ele contara, se interessaram mais sobre a tipologia, o que o motivou a aprimorar seus estudos e a escrever aquele artigo.

Nesse artigo de Joaquim Menezes de Oliva verifica-se que os estudos empreendidos no curso não estavam restritos aos objetos da elite oligárquica e aos nobres do passado imperial. No conteúdo de Arte Brasileira era possível ter contato com campo mais vasto da produção da cultura nacional. O artigo demonstra também que Menezes de Oliva fomentava o diálogo entre os saberes da Arte e Etnografia, anos antes da implementação da “Reforma de 44” quando a abordagem etnográfica, de forma específica, apareceu como disciplina na grade curricular, como veremos adiante. O olhar etnográfico foi uma das marcas no Curso de Museus durante as décadas de inauguração e consolidação daquele modelo de ensino.

A disciplina de “Arqueologia Brasileira” ministrada por Anygone Costa desde a abertura da instituição, também fazia pontes com o campo da Arte¹²². Em seu artigo “As aculturações oleiras e a técnica da cerâmica na Arqueologia do Brasil” (1945)¹²³, fruto de uma palestra conferida pelo professor, ele relata esta relação e a defende como critério de análise da cultura material produzida no Brasil antes da colonização portuguesa, ou seja, no período em que os

¹²² Ver capítulo 1 p. 34 sobre as tipologias tradicionais de museus instituídas no século XIX.

¹²³ ANAIS MHN volume VI, ano 1945. Publicado em 1950.

povos nativos aqui viviam sem a influência e fusão de costumes com o colonizador. Sendo assim, segundo ele, os objetos de estudos da “Arqueologia do Brasil” se pautavam em toda a produção em cerâmica produzida pelos denominados indígenas, excluindo-se as construções em ruínas que remontavam aos anos iniciais de dominação lusitana. O artigo mencionado deixa claro o interesse de estudo empreendido por Costa e aferimos que esses foram os principais assuntos ministrados por ele no curso durante o período que esteve à frente do conteúdo. Segundo o professor, a produção em cerâmica dos povos indígenas, sobretudo das regiões do Marajó e Santarém¹²⁴, eram aqueles de maior demonstração de beleza e qualidade estética, daí a valorização dos artefatos enquanto objeto de arte e não apenas utilitário e de uso social.

Para o caso brasileiro, arqueologia e arte precisam ser vistas num plano comum de compreensão e unidade. Pobres uma e outra pela qualidade e quantidade de peças, no caso, cerâmica que as culturas indígenas nos transmitiram, será sempre com êsses (sic) valores que o arqueólogo terá de encontrar-se à procura de orientação ou ilações que nos esclareçam pontos ainda obscuros do aparecimento, procedência e caminhos das tribos americanas. (COSTA, 1947, p. 36)

Envoltos em forte espírito nacionalista os homens de erudição que trabalhavam no MHN e ministravam as aulas baseavam-se na pluralidade tipológica dos acervos do Museu sede do curso e em seus estudos autodidatas. Os acervos do Museu Histórico Nacional “eram, em sua maioria, compostos por ‘antiguidades’, isto é, eram legitimados pelo tempo” (BITTENCOURT, 2003, p.160). Esses acervos foram estudados pelos funcionários/professores como testemunhos do passado, a serviço de um discurso de formação da Nação Brasileira. A Arqueologia, a História da Arte e a Numismática embasavam a interpretação dos objetos como relíquias do passado, das origens da civilização brasileira.

Embora não existisse uma política formalizada de aquisição de acervo, a maioria dos objetos recolhidos por Barroso datava do século XIX. Muitos são oriundos de coleções particulares, órgãos públicos e de outras instituições de memória, como o Antigo Museu de Artilharia, o Arquivo Nacional, o Museu Nacional, o Museu Militar e o Museu Naval. Barroso e os demais conservadores do MHN estudavam minuciosamente medalhas, condecorações, brasões, selos, moedas e escavações. [...] (BEZERRA, 2018, p. 3).

O corpo docente foi o responsável pelas primeiras análises dos acervos do MHN. As experiências de trabalho no Museu Histórico Nacional, onde quatro deles atuavam desde a inauguração, foi fator fundamental na construção do método e abordagem de estudo transmitido nas aulas do Curso de Museus. Foram cinco os “professores pioneiros” (SÁ, 2007; 2012) e como comentado anteriormente, esse corpo docente trabalhou por 12 anos de forma voluntária no magistério.

Vejamos alguns dados desses professores no quadro abaixo.

¹²⁴ “Manifestações de Arte na Arqueologia do Brasil”. ANAIS MHN volume IV, ano 1943. Publicado em 1947.

QUADRO 2 – RELAÇÃO DE “PROFESSORES PIONEIROS” QUE INAUGURARAM A MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE MUSEUS DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

Docente	Nascimento e Origem	Formação / área de estudo a qual se dedicou	Conteúdo ministrado no Curso de Museus-MHN	Vínculo com o Museu Histórico Nacional
Gustavo Dodt Barroso	1889, Fortaleza - 1959, Rio de Janeiro, Capital Federal.	Bacharel em Direito. Faculdade de Direito do Ceará, 1907; conclusão na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais, Rio de Janeiro, 1911. Perfil polímata, dedicou-se ao estudo da História militar do Brasil. Heráldica. Indumentária. Mobiliário. Arte Naval. Armaria. Condecorações e Bandeiras. Folclore.	Técnica de Museus (1933-1945); Epigrafia e Cronologia (1933-45); Técnica de Museus, básica; geral; aplicada (1946-51) História Militar e Naval do Brasil, (1946-1958); História do Brasil Colonial, (1946-58); História do Brasil Independente, (1946-58).	Diretor (1932-1959).
Edgar de Araújo Romero	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Bacharel em Direito. Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais. Numismata.	Numismática Geral, (1932-54); Numismática Brasileira, (1933-54); Sigilografia, (1932-54).	Chefe da 2ª seção de Numismática (1922-1951).
Joaquim Menezes de Oliva	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Bacharel em Direito Salvador-BA Filatelista. Estudioso de arte e cultura popular.	História da Arte - Brasil (1932-34); História da Arte Brasileira (1935; 1944; 1946; 1947); História da Arte Geral, (1945).	1º Oficial e chefe da primeira seção.
João Angyone Costa	1888, Natal, Rio Grande do Norte - 1954, Rio de Janeiro, Capital Federal.	Jornalista. Não concluiu Medicina. Perfil polímata dedicado aos estudos da etnologia, arqueologia e arte brasileira. Pioneiro nos estudos sobre o índio no Brasil.	Arqueologia Aplicada ao Brasil, (1932-34); Arqueologia Brasileira, (1935-1944).	3º Oficial.
Pedro Calmon	1902, Amargosa, Bahia – 1985, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.	Bacharel em Direito. Universidade da Bahia, 1920-1922; conclusão na Faculdade Nacional de Direito, Rio de Janeiro, 1924.	História Política e Administrativa do Brasil (colônia), 1933-34; História Política e Administrativa do Brasil (República, 1933-34; História da Civilização Brasileira (colônia), 1935-44; História da Civilização Brasileira (República), 1935-44; História do Brasil Colonial, 1945; História do Brasil Independente, 1946; Arquitetura (1946).	Secretário do MHN.
Rodolfo Augusto de Amorim Garcia	1873, Ceará-Mirim, Rio Grande do Norte – 1949, Rio	Bacharel em Direito. Faculdade de Direito de Recife.	História do Brasil (1932).	Diretor (1930-1932)

	de Janeiro, Capital Federal			
--	-----------------------------	--	--	--

Fonte: Da autora. A partir da compilação de dados do “Levantamento Cronológico da Memória das Disciplinas e Professores do Curso de Museus – MHN, 1932-1978 Marcos André Pinto Ramos – Bolsista IC/UNIRIO Ivan Coelho de Sá – Professor orientador 2006-2008” e outros dados coletados na internet em 12/10/2021.

O Quadro acima relaciona os professores às disciplinas ministradas e indica a formação acadêmica deles, a exceção de um, todos Bacharéis em Direito. Destacamos também a ligação formal com a instituição sede do curso, o MHN. Como pode ser observado esse corpo docente tinha perfil semelhante entre si, em vários aspectos. Um dos destaques é a naturalidade deles. A exceção de dois, Joaquim Menezes de Oliva e Edgar de Araújo Romero, todos os demais tem origem em diferentes estados da região Nordeste. Ainda assim, dos nascidos na capital federal, à época a cidade do Rio de Janeiro, a ascendência era nordestina.

Este corpo docente pioneiro, estritamente masculino numa época em que a emancipação feminina ainda dava seus primeiros passos no Brasil, tinha um forte sotaque nordestino. O Nordeste das tradições, das oligarquias e dos contrastes sociais, mas também dos sertanejos, da miscigenação, das genialidades e da obstinação. (SÁ, 2007, p. 20).

Todos os que não nasceram no Distrito Federal, se radicaram na capital a fim de melhor exercer atividade literária e/ou política. Dois deles concluíram os estudos de nível superior no Rio, foi o caso de Gustavo Barroso, que se formou pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais e Pedro Calmon, pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade do Rio de Janeiro¹²⁵.

Havia em comum, entre esses professores, a veia literária e o interesse em temas de estudo que se relacionavam aos acervos do MHN e, por conseguinte, foram espelhados no curso. Como veremos, o estudo da Arte Popular e do Folclore será evidenciado na Matriz Curricular a partir de 1944, mas esse interesse era potente já nas disciplinas de “Arqueologia Brasileira” e “História da Arte Brasileira” desde os primeiros anos do curso. O estudo das tradições e do “espírito do povo” foi a marca da abordagem romântica sobre o passado formulado no século XIX e tornou-se elemento chave entre os nacionalistas (BITTENCOURT, 2003, p. 164), perfil que predominou no primeiro quadro de professores.

A perspectiva histórica vigente no MHN e ensinada no curso, coadunava-se com aquela defendida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB (BEZERRA, 2018).

¹²⁵ Como mencionado na nota de rodapé 87, essas duas faculdades foram fundidas em 1920 pela Universidade do Rio de Janeiro, denominada posteriormente Universidade do Brasil. Gustavo Barroso formou-se antes dessa fusão, em 1911.

Os professores que ministraram os conteúdos de história, Pedro Calmon e Gustavo Barroso, foram membros daquela instituição, ambos, desde 1931¹²⁶.

A História narrada pelos membros do IHGB, instituição criada no Império em 1838, foi consagrada pelo sentido da Tradição forjada pela elite econômica e intelectual que consolidou o mito das três raças formadoras da nação (o índio, o branco e o preto). De maneira hierárquica e com papéis e perfis rigidamente definidos, o branco era o elemento colonizador com destaque na historiografia devido a atribuição de detentor da missão civilizatória; o negro estava sempre ligado a situação de trabalho, sendo percebido como mais competente no plantio em detrimento do homem nativo, a fim de justificar sua condição de escravizado; o indígena era percebido a partir das diferentes etnias, algumas entendidas como mais selvagens e outras, “adotadas” pelos jesuítas, como mais dóceis e, por isso, impedidas de serem escravizadas devido a proteção da Companhia de Jesus. Era uma história da civilização brasileira tendo no elemento racial os parâmetros para contar o desenvolvimento das instituições, dos costumes, da arte e da religião, amenizando e silenciando conflitos e ignorando atos de violência.

A relação do IHGB com instituições de ensino não ocorreu somente com o Curso de Museus - MHN. O Instituto mantinha laços com o grupo social do Colégio Pedro II¹²⁷. Instituição essa que aparece no Decreto de criação do Curso de Museus como certificadora de conclusão do ensino secundário àqueles que desejassem matricular-se no curso, isso porque o Colégio Pedro II era a instituição modelo para o ensino secundário e a responsável por aplicar provas de acesso ao ensino superior, desde 1915¹²⁸. A mesma instituição de ensino secundário teve alguns professores comuns ao Curso de Museus, como Pedro Calmon e Morales de Los Rios Filho. Essas relações nos ajudam a compreender a ênfase dada pelos professores do Curso de Museus-MHN aos períodos colonial e imperial do Brasil, principalmente ao Império, como fase de difusão dos preceitos civilizatórios do modelo europeu de nação.

A rede social identificada entre IHGB, Colégio Pedro II e Curso de Museus - MHN demonstra-nos que os professores ministrantes dos conteúdos de história seguiam

¹²⁶ O mesmo sobre Rodolfo Garcia, que pertenceu ao quadro social do IHGB desde 1921. Rodolfo Garcia, Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/rodolfo-garcia/biografia>. Acesso em 17/10/2021.

¹²⁷ Segundo Melo (2018) apud Haidar (1972), o Colégio Pedro II “exercia função propedêutica para o acesso ao ensino superior na metrópole e outras instituições do Império (HAIDAR, 1972).” MELO, Thais de. Da Historiografia à Academia: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na educação e na política educacional do início do século XX (1900-1920), p. 10.

¹²⁸ Decreto nº 11.530, de 18/03/1915. “Reorganiza o ensino secundario e o superior na Republica (sic). [...] Art. 78. O candidato a exame vestibular deve exhibir: a) Certificado de aprovação em todas as materiais que constituem o curso gymnasial do Collegio Pedro II, conferido pelo mesmo collegio ou pelos institutos a ele equiparados, mantidos pelos governos dos Estados e inspecionados pelo Conselho Superior do Ensino (sic);

concepção historiográfica consagrada no século XIX no Brasil. Todavia, desde a Proclamação da República essa abordagem sofreu questionamentos e seguia para seu declínio, ainda assim, a concepção barroseana de museu elegera esse caminho para construir a narrativa do Museu Histórico Nacional, com base no projeto de educação defendido pelo IHGB e que reverberava no Colégio Pedro II.

O papel social e institucional desempenhado tanto pelo IHGB como pelo Colégio Pedro II – ambos criados na década de 1830 – representa funções, ao menos, complementares: enquanto o primeiro se caracterizava como o espaço da reflexão intelectual e da construção do conhecimento científico e histórico do período, o segundo foi encarregado de construir, de forma escolarizada, a estrutura social do Império e sua manutenção política (HAIDAR, 1972) Outros aspectos demonstram a relação entre os currículos, os compêndios utilizados no Colégio Pedro II e os membros do IHGB (HOLLANDA, 1957, p.15) De acordo com Bittencourt, grande parte dos materiais didáticos produzidos entre o fim do século XIX e as primeiras décadas do XX tinham por seus autores os sócios do Instituto e/ou professores do Colégio Pedro II (BITTENCOURT 1993 p.204) passando a ser Ginásio Nacional com a proclamação da República. (MELO, 2018, p.10).

Com Decreto-Lei nº 24.735 de 14 de julho de 1934, as disciplinas de História passaram por uma readequação na nomenclatura, deixaram de ser “História Política e Administrativa do Brasil” para serem identificadas como “História da Civilização Brasileira” – ainda com a divisão: “período colonial” e “até a atualidade” – , o que pode ter sido reflexo das mudanças historiográficas ocorridas naquela década sob a influência da publicação Casa Grande e Senzala, de Gilberto Freire, lançada em 1933, o que trouxe uma visão de estudo mais próximo da abordagem socioantropológica sobre a formação da sociedade brasileira (MAGALHÃES, 2002 apud OLIVEIRA, 2003, p.81).

O Curso de Museus, segundo Magalhães (2000) tornou-se aporte científico para a construção daquele espaço museológico.

Como parte das atividades científicas desenvolvidas no Museu pelos conservadores, tanto as relíquias quanto as relíquias históricas foram profundamente estudadas, no sentido de construir um acervo museológico com objetos autênticos. [...]

O Museu Histórico deixa de ser um repositório de vestígios antigos para se constituir num espaço de produção do conhecimento histórico e difusão da história-pátria, o que dava subsídios para a sua consolidação enquanto lugar de memória, de uma memória historicizada. (MAGALHÃES, 2000, p.235)

Magalhães entende que “A criação do Curso de Museus [estava] vinculada aos esforços de legitimação do Museu Histórico Nacional enquanto Casa do Brasil, [...]” (2000, p. 234). De fato, o primeiro intuito do curso estava atrelado a função do Museu Histórico Nacional. Isso, contudo, ficou restrito aos primeiros anos de funcionamento daquela instituição de ensino, com o passar do tempo houve maior abertura e foram feitas mudanças no curso. A Matriz Curricular precisou ser readequada e tal ação deveu-se muito às questões do credenciamento da ocupação de “Conservador de Museus” que foi institucionalizada com a criação do DASP, em 1938. Formar pessoal para trabalhar em um único tipo de museu não

era mais a proposta defendida na década posterior à criação do curso, como veremos a seguir.

2.2.3 Um Curso para o Brasil. A Reforma de 1944

Em 1934 o Curso passou por mudanças regimentais superficiais, porém que, demonstraram amadurecimento administrativo. Por exemplo ocorreu, alguns anos depois, em 1939, a implementação de fichas individuais para os alunos ingressantes, a fim de organizar as informações e as trajetórias de cada discente.

Quanto ao quadro de disciplinas, o Regimento de 1934 não mudou substancialmente os conteúdos de nenhuma e pode ser observada, somente, a mudança do nome do componente dedicado à História do Brasil, comentado parágrafos acima. Uma questão que merece destaque nesse Regimento¹²⁹ foi a criação da Inspeção de Monumentos Nacionais, cujo objetivo era o de identificar, levantar e documentar o patrimônio histórico e artístico do Brasil através da atuação do Museu Histórico Nacional, através da atuação do diretor Gustavo Barroso, a fim de preservar a tradição nacional.

Segundo o Decreto, em seu artigo 4º a “constituição do pessoal” do MHN

[...] constará de: 1 director geral, 2 directores de secção, 2 primeiros officiaes, 3 segundos officiaes, **3 terceiros officiaes**, 1 dactilographo, 1 porteiro, 1 ajudante de porteiro; os guardas e serventes necessarios, na proporção minima de 2, sendo 1 guarda e 1 servente, para cada sala. (Decreto nº 24.735, de 14 de Julho de 1934, Art. 4º. Grifo meu)

Neste momento, o cargo da administração pública para identificar aqueles que exerciam função na organização do museu e de seus acervos era denominado “terceiro oficial”, como mencionado no início desta seção, ou seja, no trabalho designado à Inspeção estava previsto a atuação de especialistas formados no Curso de Museus, conservadores, apesar deste termo, naquele momento, não ser identificado em correspondência com a formação do curso.

A Inspeção foi extinta em 1937, ano de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-SPHAN, órgão com objetivo comum, porém orientação político ideológica diferente daquela defendida por Barroso. O primeiro entendia a preservação do patrimônio pela lente da tradição, enquanto o segundo apontava caminhos mais progressistas alinhado com o modernismo que se estabelecia. Para Oliveira (2013, p.95) a metodologia de ambas as instituições era de todo distinta. Segundo a autora, a metodologia preservacionista de Gustavo Barroso era da musealização, tendo no MHN o principal órgão centralizador das ações, ou seja, um museu no centro da organização da defesa do patrimônio e das tradições nacionais.

[...] que seria justamente a **aplicação do conhecimento museológico**, algo que para ele significava também, mas não apenas, assegurar a integridade física do objeto, ou seja, conservá-lo. **O Museu Histórico Nacional representou o laboratório para elaboração do pensamento museológico**

¹²⁹ Decreto nº 24.735, de 14 de Julho de 1934, “Aprova, sem aumento de despesa (sic), o novo regulamento do “Museu Histórico Nacional”.

barrosiano e o Curso de Museus possibilitou sua sistematização, ampliação, institucionalização e perpetuação. (OLIVEIRA, 2013, p. 93. Grifo nosso)

Passados dez anos da reforma regimental de 1934, ocorreu aquela que foi a primeira e significativa Reforma Curricular do Curso de Museus. Se no Decreto de criação estava evidente o caráter endógeno do curso, ou seja, o objetivo de voltar-se às questões específicas do acervo do Museu Histórico Nacional, com o novo Regulamento foi reconhecido o papel irradiador desta instituição de ensino quanto ao seu propósito de capacitar pessoal para trabalhar nos museus de todo o país.

O início da década de 1940 apresentou um cenário favorável para a consolidação do ensino da “Museologia-Museografia” devido a expansão do mercado de trabalho que privilegiou a atuação dos egressos do Curso de Museus-MHN. A demanda para atuar em diferentes temáticas museais, para além daquela de um museu histórico, aumentou quando em 1939-40 o primeiro concurso do DASP para “Conservador de Museus” aconteceu e, logo em seguida, ocorreu o segundo concurso, em 1941.

Em pesquisa dedicada à década de 1940, em especial sobre a “Reforma de 44”, Seoane (2016) destaca o alinhamento que esta Reforma teve com o cenário político daquele tempo, que investiu na abertura de novos museus dedicados a diferentes temas e acervos e absorveu a mão de obra dos egressos do Curso de Museus-MHN.

Ao longo dos anos 30, concomitantemente com os primeiros anos do Curso, o cenário cultural brasileiro é marcado pela criação de novos museus, [...] Até então, no Brasil, predominavam os museus históricos. [...] a Reforma Curricular de 1944 traz a intenção, ainda que timidamente, de preparar os alunos não somente para museus históricos, mas também etnográficos, arqueológicos e artísticos, inclusive de arte popular. Esta proposta despontara no projeto original de 1932, mas, com a Reforma de 1944 fica evidente a iniciativa de investir num currículo multidisciplinar.

Ao mesmo tempo, o perfil econômico e social do país mudara ao longo destes anos, a começar pela criação do Ministério do Trabalho que modificara o tom das premissas trabalhistas dali por diante. [...] Os concursos promovidos pelo DASP acompanharam os novos rumos do Curso de Museus até a década de 1950 e o influenciaram até certo ponto, na medida em que representavam uma nova reserva de trabalho para os Conservadores de Museus egressos do Curso. (SEOANE, 2016, p. 18-19)

A partir de uma correspondência publicada nos ANAIS MHN volume V, de 1944, Gustavo Barroso apresenta resposta ao Diretor da Divisão de Aperfeiçoamento do DASP com suas considerações e discordâncias acerca de uma proposta de Reforma do Curso de Museus. A partir deste documento é possível depreender que o contexto de reforma ocorreu de forma paulatina durante os primeiros anos da década de 1940, até ser efetivamente implementado. E, também, que havia um interesse não somente do diretor do curso, mas de agentes externos naquela reforma.

Sob o Decreto Nº 6.689 de 13 de julho de 1944 a Reforma Curricular do Curso de Museus foi formalizada e pelo Decreto Nº 16.078 foi regulamentada, na mesma data. Dentre

as mudanças, a ampliação do curso de dois para três anos e com o aumento da carga horária ocorreu, conseqüentemente, a implementação de novas disciplinas. Algumas apresentavam, em separado, conteúdos que antes estavam concentrados numa mesma “cadeira”, como foi o caso da Técnica de Museus.

No âmbito das mudanças que reestruturaram o curso na parte administrativa, ocorreu a criação do cargo de coordenação que foi ocupado pela conservadora de museus egressa daquela instituição de ensino, Nair de Moraes Carvalho que exerceu a função até o ano de 1967. Outro importante dado administrativo diz respeito à atuação docente que, a partir da “Reforma de 44”, passou a ser remunerada.

O aluno cursaria os dois primeiros anos de disciplinas comuns, “Parte Geral” ao passo que no terceiro ano deveria escolher uma das habilitações com disciplinas específicas e diferentes entre os temas dos museus, a fim de ser habilitado em Museus Históricos ou Museus Artísticos. O aluno poderia, contudo, fazer as duas habilitações e aumentar sua estadia no curso. O quadro a seguir apresenta o conjunto das disciplinas da grade curricular do curso a partir de 1946.

QUADRO 3 – DISCIPLINAS CURSO DE MUSEUS-MHN APÓS REFORMA CURRICULAR DE 1944

Decreto-Lei nº 16.078 de 13 de julho de 1944. Disciplinas ministradas a partir de 1946.	
1º ANO / 1ª série Parte Geral	2º ANO / 2ª série Parte Geral
História da Arte (Parte Geral)	História do Brasil Independente
História do Brasil Colonial	História da Arte Brasileira
Numismática (Parte Geral)	Numismática
Etnografia	Artes Menores
Técnica de Museus (Parte Geral)	Técnica de Museus (Parte Básica)
3º ANO / Parte Especial - Seção de Museus Históricos	3º ANO / Parte Especial - Seção Museus Artísticos ou de Belas Artes
História Militar e Naval do Brasil	Arquitetura
Arqueologia Brasileira	Pintura e Gravura
Sigilografia e Filatelia	Escultura
Técnica de Museus (Parte Aplicada)	Arqueologia Brasileira, Arte Indígena e Arte Popular
	Técnica de Museus (Parte Aplicada)

Fonte: Fonte: Da autora. Adaptado de SIQUEIRA, Graciele Karine. “Curso de Museus-MHN 1932-1978. O perfil acadêmico profissional”. Dissertação de mestrado. PPG-PMUS, UNIRIO/MAST. Rio de Janeiro, 2009.

As disciplinas do primeiro e segundo ano compunham o ciclo geral e eram direcionadas a todos os alunos do curso. No primeiro ano houve a inclusão de “História da Arte (Parte Geral)” que abordava o cenário internacional, antes não contemplado. A Etnografia aparece com carga horária própria servindo de conteúdo base para todos os estudantes. “Numismática (Parte Geral)” estava na relação de conteúdos destinado a todos os alunos devido à importância do seu método para o estudo das cronologias e, portanto, complementar da história política; já o estudo dos tipos monetários (cunhagem) exige análise estética iconográfica sendo assim necessário aos museus de arte que tivessem medalhas e moedas

em suas coleções. Daí a importância da disciplina para ambas as seções de museus, naquele método de ensino.

O segundo ano compreendia assuntos voltados para o Brasil, com teor introdutório para os assuntos específicos que eram tratados no terceiro ano. Observamos, também, no segundo ano, duas disciplinas que eram subdivisões de conteúdos já existentes: Numismática, para as especificações das séries monetárias e “Artes Menores”, assunto que recebeu destaque a partir dessa reforma. Antes, os objetos inseridos na classificação das Artes Aplicadas eram abordados dentro dos conteúdos de “História da Arte Brasileira”, como foi comentado anteriormente.

A abordagem por meio da História Militar ganhou relevo ao apresentar na seção de Museus Históricos a disciplina “História Militar e Naval do Brasil”, reflexo do expressivo acervo sobre esta temática no MHN e dos interesses pessoais de Barroso, admirador da cultura militar. A “Arqueologia Brasileira” foi remanejada para o terceiro ano, específico para a habilitação de Museus Históricos, enquanto para habilitação de Museus Artísticos a Arqueologia voltava-se para a produção artística dos povos originários e das camadas mais populares, tendo como subtítulo “Arte Indígena e Arte Popular”. O mesmo ocorreu com as técnicas e expressões artísticas tradicionais – as “Belas Artes” – que passaram a ser ministradas separadamente no terceiro ano para a seção de Museus Artísticos: Arquitetura, Pintura e Escultura, demonstrando ênfase no conhecimento técnico dos acervos de arte. Sigilografia e Filatelia foram assuntos que receberam tratamento de especialidade e desde então passaram a ter carga horária própria na seção de Museus Históricos, comprovando o estudo da cultura material de maneira pormenorizada e prioritária no curso.

Outra mudança significativa que ocorreu com a Reforma de 1944 foi a implementação das Excursões. Esta inovação demonstra a vocação do Curso de Museus-MHN em não se limitar às paredes do Museu ao qual estava ligado institucionalmente. Com um caráter quase que expedicionário os alunos, acompanhados de alguns dos seus professores e do diretor do curso, conheceram as principais cidades históricas e monumentos edificadas e naturais do Brasil. Do fascínio pelas regiões mineiras ao nordeste sertanejo, estendendo-se ao norte marajoara e pampa gaúcho, “Visitavam-se museus, igrejas, sítios históricos, arqueológicos e naturais, bem como grupos folclóricos, sempre com preleções do diretor e professores.” (SÁ, 2006, p. 18).

As excursões eram caracterizadas pela ideia de Brasil nação, isto é, **estendendo o foco do Curso a outras regiões de importância histórica e cultural e não somente ao Rio de Janeiro**. Assim, os alunos passaram a conhecer uma boa parte do país na visita a monumentos históricos, sítios naturais e arqueológicos além de verem de perto algumas manifestações populares. (SEOANE, 2016, p.4. Grifo nosso)

Este método pedagógico teve início no ano de 1946 e continuou a ser uma prática no curso até o ano de 1969, tendo entre os anos de 1946 e 1958 seu período de maior

regularidade, sob a gestão de Barroso (SÁ, 2006). Essas viagens com fins de conhecimento cultural objetivando deslocar o olhar para o passado e suas origens, pode ser associado, até certo ponto, à prática de viagens do antiquário muito comum no Seiscentos e Setecentos¹³⁰. Já foi mencionada neste capítulo a proximidade do método barroense e de outros professores do curso com o método antiquário, mas não apontamos objetivamente a aplicação deste método refletida no curso. As principais características que podemos observar de semelhança entre ambos são: a primazia pela autenticidade do objeto; a valorização da tradição; o viés político nacionalista; a escrita sistemática do passado; a construção e ênfase do caráter biográfico do objeto; os estudos iconográficos; e podemos dizer ainda, a realização de viagens para coleta de antiguidades e fragmentos arqueológicos como método, que tem origem na valorização do objeto antigo. Todas estas características foram aplicadas, em maior ou menor grau, na fase inaugural e de consolidação do Curso de Museus-MHN por meio do seu corpo docente pioneiro e foi continuada pela primeira geração de professores egressos do curso. Já a segunda geração de professores com formação em “Museologia-Museografia”, que passou a lecionar a partir de 1967, teve por característica a busca pela transformação dessa abordagem, até então predominante naquela instituição de ensino.

E por falar em corpo docente, outra das principais mudanças que a “Reforma de 44” proporcionou foi a substituição dos professores por ex-alunos do curso, “assumi a primeira geração docente, não mais autodidata em relação à Museologia” (SIQUEIRA, 2009, p.31). Dos “professores pioneiros” somente Edgar Romero e Gustavo Barroso ultrapassaram, de forma significativa, os primeiros anos da “Reforma de 44” no exercício da docência. Menezes de Oliva e Anyone Costa, participaram de um a dois anos da nova estrutura de disciplinas que fora implementada e depois foram substituídos.

Ainda na virada das décadas de 1930-1940 houve a contratação de professores extranumerários, cujo primeiro registro foi identificado como tendo sido o de Celso Octávio Prado Kelly, que ministrou os conteúdos de História da Arte Brasileira (1936-1938) e Arquitetura (1945)¹³¹, Celso Kelly era fluminense de Niterói e, também bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, como os demais docentes. Posteriormente há registro da contratação de dois professores extranumerários. Maria Eneada Vieira Sourisseau (Belém do Pará, 1915-1969, Rio de Janeiro), uma das primeiras mulheres a ministrar aulas no Curso de Museus-MHN, lecionou Etnografia (1945; 1947-48),

¹³⁰ Entre os séculos XVII e XVIII, o hábito da viagem tornou-se modismo entre os jovens abastados recém-saídos de suas universidades, principalmente ingleses que, acompanhados de um *connoisseur* cruzavam a península itálica e as fronteiras francesas para apreciar peças teatrais, musicais, ver exposições e conhecer sítios arqueológicos. Tudo isso imbuídos pela vontade de conhecer a arte clássica e/ou renascentista. Esta prática que foi intensificada e aperfeiçoada no oitocentos, em muito facilitada pela máquina a vapor, antecede a ideia do Turismo Cultural entre as sociedades modernas e industriais, sendo conhecida como *Grand Tour*. (BRODSKY-PORGES, 1981)

¹³¹ Quadro de professores Escola de Museologia UNIRIO. Fonte NUMMUS.

Arqueologia Brasileira (1947-48) e Arqueologia Brasileira/Arte Indígena/Arte Popular (1947-48). Maria Eneada era egressa do Curso de Museus, tendo formado em 1943. Em 1949 formou-se também em Direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, sendo a primeira aluna da turma (SÁ e SIQUEIRA, 2007, p. 72). Substituiu os professores Angyone Costa e Diógenes Guerra, porém não deu continuidade aos estudos na área (SIQUEIRA, 2009, p.123). Apesar da rápida participação como professora do Curso de Museus, Maria Eneada inovou em suas aulas, deixando sua marca em alunas e alunos, como registraram Sá e Siqueira: Maria Eneada “numa atitude inédita levou seus alunos para uma aula prática de religião africana no Terreiro Cobra Coral, no morro da Rocinha.” (2007, p.72), como testemunhou ao NUMMUS a conservadora/museóloga Maria Augusta Machado.

Os professores e professoras da primeira geração de egressos do curso, portanto com formação em “Museologia-Museografia” que assumiram o lugar de seus mestres começaram a lecionar entre 1945 e 1947. Muitos deles inauguraram o ensino de alguns dos assuntos a serem abordados naquele novo currículo, tendo em vista que vários conteúdos foram acrescentados à grade curricular, como apontamos parágrafos acima. Os conteúdos de Etnografia e Arte Popular foram ministrados pela primeira vez por ex-alunos, assim como Artes Menores e História da Arte. Abaixo citamos os nomes e as disciplinas correspondentes:

[...] José Francisco Félix de Mariz (Pintura e Gravura); Anna Barrafatto (Escultura e História da Arte); Oswaldo Mello Braga de Oliveira (História da Arte Brasileira); Jenny Dreyfus (Sigilografia e Filatelia); Diógenes Vianna Guerra (Etnografia, Arqueologia, Arte Indígena e Arte Popular); e Mario Antonio Barata (Artes Menores). A partir de 1947, Nair Moraes de Carvalho, começa a ministrar a disciplina Escultura. (SIQUEIRA, 2009, p. 31-32)

A figura do professor/professora conferencista ocorreu após a Reforma de 1966, sendo o período de maior participação desta categoria os anos de 1967 e 1970 (SIQUEIRA, 2009, p.48). Os egressos do Curso de Museus formam a maioria dos que foram contratados na condição de professor/professora conferencista¹³².

Ecyla Castanheira Brandão (Pintura e Gravura); Gilda Marina de Almeida Lopes (História da Arte Brasileira); Antônio Pimentel Winz (Metodologia de Pesquisas Museológicas); Almir Paredes Cunha (Artes Menores); Dulce Cardozo Ludolf (Numismática); Therezinha de Moraes Sarmento (Mobiliário, Cristais, Porcelana e Cerâmica). (Siqueira, 2009, p.48).

Até o início da década de 1970 o Curso de Museus-MHN era a única instituição de ensino que conferia formação especializada para a ocupação do cargo de “Conservador de Museus” criado no DASP.

O papel do curso se apresentou ainda mais importante para o cenário nacional quando a figura de alunos bolsistas foi oficializada. O que fez a instituição ser referência no ensino de

¹³² Para conhecimento dos currículos de todos os conservadores/museólogos mencionados como professores conferencistas ver o livro “Curso de Museus - MHN, 1932-1978: Alunos, Graduandos e Atuação Profissional” Sá e Siqueira, 2007.

“Museologia-Museografia” em todo Brasil, visto que seus alunos retornavam aos estados de origem para atuar nos museus regionais tendo recebido um mesmo treinamento no conhecimento.

A partir de 1942 começaram a aparecer os bolsistas, depois regulamentados pela Reforma de 1944 **com o objetivo de propiciar a formação do Curso de Museus a funcionários públicos dos Estados**. Algumas turmas destacam-se pelo considerável número de bolsas oferecidas como a de 1946, com 8 bolsistas, **todas mulheres**, três das quais com importante atuação na Museologia: Herundina Baptista (BA), Maria Afonsina Furtado Rodrigues (CE) e Maria Barreto (SP). [...] No que se refere aos números, de um universo de 64 bolsas distribuídas durante 25 anos, ou seja, de 1942 até 1967, quando foram extintas, **o estado da Bahia preponderou com 15 bolsas**, seguido pelo Ceará com 8; Rio Grande do Sul, 7; São Paulo, Minas Gerais e Maranhão com 6; Paraná com 3; Amazonas, Pernambuco, Rio de Janeiro e Santa Catarina, com 2; e enfim, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso e Sergipe com apenas uma.” (SÁ; SIQUEIRA. 2007, p. 21. Grifo nosso)

Nos registros que foram possíveis consultar sobre os dois encontros de profissionais de museus brasileiros que discutiram a temática da profissionalização – III Congresso Nacional de Museus, 1962, Salvador- BA e IV Congresso Nacional de Museus, 1965, Rio de Janeiro-RJ – foi verificado o reflexo que o programa de bolsas teve na relação entre os egressos, tendo sido possível uma identificação ampla, em âmbito nacional e não apenas regional. O entendimento de uma classe profissional única foi fortalecido pela existência de uma formação (treinamento no conhecimento) e um cargo de atuação (ocupação) comuns. As percepções e reivindicações registrados em atas, discursos e moções daqueles dois eventos atestam os elos que possibilitaram a conformação de uma profissão de museus no cenário brasileiro.

2.2.4 A formação profissional em expansão

Os anos que se seguiram à “Reforma de 44” serviram como consolidação do treinamento e da aplicação prática dos saberes e técnicas ensinados no Curso de Museus. E, o final da década de 1960 coroou um ciclo de construção de uma classe profissional ciente de sua identidade, pois o fortalecimento das relações entre o binômio instituição de ensino e mercado de trabalho – sobretudo na administração pública federal – foram fundamentais para o autorreconhecimento profissional dos membros de ocupação do cargo de “Conservador de Museus”, como veremos no próximo capítulo.

O Regimento do Curso de Museus¹³³ de 1966 apresenta dados de relevância para nosso objeto de pesquisa, tendo em vista que, a partir dele, foi formalizado o uso do termo

¹³³ BRASIL. Decreto 58.800. Regimento do Curso de Museus. Ministério da Educação e Cultura. Museu Histórico Nacional. 13 de julho de 1966. Diário Oficial. 18 de julho de 1966. Artigo 2º. Coleção do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil, NUMMUS.

para identificar uma profissão de museus com formação especializada. O termo museólogo foi identificado e definido como título para os formados por aquele curso desde então.

O cenário de formação profissional interferiu diretamente no reconhecimento do termo Museólogo título pelo qual nos dias de hoje se identifica no Brasil o profissional especializado em Museologia, em nível teórico e prático. [...] Esta mudança permitiu que caminhasse para se colocar o título no certificado concedido aos alunos de maneira diferente do que fazia o Curso nas primeiras décadas de seu funcionamento, porque não havia designação ou título específico para os concluintes [...] (COSTA, 2013, p. 20-21).

As diferentes denominações que eram utilizadas na imprensa, em textos institucionais ou até mesmo corroboradas em alguns discursos de classe, começaram a se dissipar. Além do uso da denominação “Conservador”, termo oficial do cargo da administração pública, havia a identificação, não rara, de “técnicos de museus”, “museologistas” e “museólogos” com aparições recorrentes e, nos dois últimos casos, em documentos dos Congressos Nacionais de Museus realizados entre os anos de 1956 e 1965. Neste mesmo período foi criada a Associação Brasileira de Museologistas, ABM (1963) que refletiu a pluralidade terminológica da época e demonstra em seu nome o caráter de construção da identidade profissional daquele momento.

O Regimento Nº 58.800/1966 não só foi o primeiro documento que identificou a titulação de museólogo (diplomação) para a formação específica para o trabalho em museus no Brasil, como diferencia a formação da função do cargo a ser ocupado no serviço público.

Art. 2º O Curso de Museus tem por finalidades:

- a) **preparar pessoal habilitado** para exercer as **funções de conservador de museus** históricos e artísticos, ou instituições análogas;

[...]

Art. 3º Os alunos que concluírem o Curso de Museus receberão **diploma de museólogos**.

[...]

Art. 85º § 1º Os candidatos às vagas que ocorrerem no quadro do magistério do curso de Museus deverão habilitar-se em concurso de provas e títulos, sendo condição indispensável, para inscrição, ser portador de **diploma de museólogo**, devidamente registrado no órgão competente. (Grifo meu)¹³⁴

As reformas ocorridas no curso e, conseqüentemente, no treinamento no conhecimento a partir do Regimento supracitado representaram avanço em direção à conformação de uma profissão especializada para os museus e refletiram, como veremos no próximo capítulo, na consolidação do movimento de classe em resposta às mudanças no âmbito da administração pública federal que precarizaram e estagnaram o processo de

¹³⁴ Idem.

credenciamento e reconhecimento social (*status*) do grupo ocupacional de conservadoras e conservadores de museus.

A partir do ano de 1961 o MEC apresentou novos caminhos para mudanças estruturais no ensino superior para formação profissional, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB o Curso de Museus-MHN ficou, então, vinculado ao Conselho Federal de Educação (CFE) e no final daquela década começou um processo de adequação aos novos parâmetros curriculares que interferiam na carga horária e na concepção de construção dos currículos (SÁ, 2019b).

Em termos curriculares, a Matriz de 1967 orientou-se de forma conservadora e a única alteração refere-se à disciplina Metodologia das Pesquisas Museológicas, implantada como uma tentativa de oferecer subsídios teóricos à chamada pesquisa museológica. As demais disciplinas foram replicadas na íntegra, conforme a Reforma de 1944. Com isto, temos uma espécie de academização da Museologia barroseana. Apesar de ter constituído um importante avanço para o campo da Museologia nos anos 30 e 40, a partir da década e 50 o Curso de Museus começa a se distanciar das novas questões que despontavam. Este descompasso vai crescer no final dos anos 60 e acentuar-se na primeira metade da década de 70. (SÁ, 2019b, p.258.)

A Reforma implementada em 1967 não apresentou mudanças substanciais em relação àquela de 1944. Uma importante novidade, no entanto, foi o aparecimento do termo Museografia no ano de 1970, quando novos ou conteúdos reformulados foram inseridos na matriz curricular. A Museografia foi correlacionada a cada uma das habilitações e era aplicada aos diferentes acervos atrelados às temáticas museais como uma técnica específica, o que demonstra a ideia de que a Museografia era reconhecidamente uma aplicação técnica na organização institucional e dos acervos.

Mudanças mais significativas começaram a ser implementadas após o Parecer N° 971/1969 instituído pelo CFE. A mais importante inovação foi a criação da disciplina Metodologia das Pesquisas Museológicas, até então inédita no curso. O que demonstrou a necessidade de mudança no perfil do egresso que apontava para a necessidade de ser mais acadêmico. O terceiro ano foi o mais impactado pelo Parecer N° 971, pois inseriu disciplinas para a habilitação em Museus Científicos, incluindo, no currículo, conteúdos que antes eram atribuídos aos naturalistas somente. Foi a primeira e única vez que o curso teve conteúdos dedicados às especificidades de disciplinas e temas presentes em museus de Ciências Naturais.

Logo no ano seguinte Técnica de Museus deu lugar aos conteúdos de “Museologia Teórica” e “Comunicações Museológicas”. A primeira grande mudança do curso está nesta proposta curricular de 1970, que apontou a Museologia enquanto disciplina e iniciou um processo de transformação na abordagem dos conteúdos sobre as funções do museu. Os acervos, contudo, continuaram a ser ministrados e a ocupar grande parte da grade de disciplinas, porém com novas subdivisões e com carga horária específica, foram eles:

Heráldica e Genealogia; Armaria; Artes Menores; Vidros, Cristais e Vitrais; Cerâmica, Porcelana e Mosaicos.

A Matriz Curricular daquele ano deu início a um processo de reformas de caráter experimental estendendo-se até o ano de 1978 e apresentando mudanças consecutivas e anuais (SÁ, 2019b).

Os anos que seguiram a matriz do ano de 1970 representaram um momento de transição para mudanças na abordagem empregada no curso. Contudo, todas as reformas e propostas curriculares feitas àquela época¹³⁵ não abalaram o caráter obrigatório das disciplinas específicas dedicadas às tipologias de acervo, presentes desde o período inaugural do curso. Este traço fez com que o Curso de Museus fosse percebido como detentor de uma postura tradicional e conservadora.

Nos demais espaços de discussão sobre a profissionalização foi também na década de 1960 que a demanda pela criação de novas instituições de ensino de Museologia-Museografia apareceu em relevo. O fato pode ser constatado em registros dos últimos congressos promovidos pela ONICOM, o III e o IV Congressos Nacionais de Museus, em 1962 e 1965 respectivamente. A consciência dos membros de ocupação sobre a carência por profissionais habilitados para o trabalho em museus, em todo o país, fez a demanda por novas instituições de ensino tomar corpo de reivindicação. A demanda começou a ser atendida, em parte, a partir dos anos de 1970 com a ampliação do treinamento no conhecimento via ensino formal. A criação de novos cursos para este treinamento comprova a identificação da necessidade do aperfeiçoamento do setor dos museus, o que validou a ideia de uma profissão para atender esta demanda.

A partir da década de 1970 duas formas de ensino foram estabelecidas no Brasil, uma mais original e que se perpetuou no cenário nacional, a formação de Bacharéis via graduação e outra, mais alinhada à visão internacional, via pós-graduação. Os cursos de graduação foram os da Universidade Federal da Bahia, em Salvador (com início das aulas no ano de 1970) e o da Faculdade de Arqueologia e Museologia Marechal Rondon, posteriormente absorvida pela Faculdade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro (com início das aulas em 1975). O primeiro consolidou-se e mantém-se até os dias atuais, sendo o segundo Curso de Museologia mais antigo do país. O da FAMMARO foi extinto no início da década de 1990.

[...] o curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) é criado em 1969, já tendo o seu início no âmbito universitário, a partir da iniciativa do

¹³⁵ Para saber mais sobre este período de transformação e reestruturação do Curso de Museologia FEFIERJ/UNIRIO ver dissertação: TOSTES, Gustavo Oliveira Transformações Conceituais do Curso de Museus - MHN e do Curso de Museologia - FEFIERJ/UNIRIO: um novo olhar sobre a formação em Museologia na década de 1970. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Museu de Astronomia e Ciências Afins, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. Rio de Janeiro, 2017.

arqueólogo, historiador da arte e professor do Departamento de História da mencionada universidade, Valentin Rafael Simón Joaquín Calderón de La Vara – que foi, durante alguns anos, diretor do Museu de Arte Sacra da UFBA. Conforme aponta Heloísa Helena F.G. da Costa, Calderón e outros colegas que atuavam na Museologia enfrentaram uma série de problemas para a continuidade do curso, como o pedido de outros docentes para a retirada do curso do Departamento de História e até mesmo a tentativa de extingui-lo. (SILVA, 2020, p.222)

Como relatado por Silva a permanência do Curso de Museologia da UFBA não foi tarefa fácil. O curso sofreu forte pressão por parte de alguns docentes do Departamento de História daquela universidade, no qual estava vinculado, para deixar de funcionar. O curso encontrou dificuldades administrativas para criar o próprio departamento e abrigar seu Colegiado, composto até então por 5 professores (COELHO, 2015, p.88). No início de sua vida institucional o Brasil passava por um momento político de exceção, o que impactou a reestruturação do ensino superior gerando alguns entraves para a consolidação do curso da UFBA. Todo este complexo cenário político do país fez com que o Conselho Federal de Educação reconhecesse o Curso de Museologia da UFBA somente em abril de 1979, a partir do Decreto 83.327, logo após a primeira reforma curricular daquele curso, que expandiu seu escopo de disciplinas e possibilitou o aumento do corpo docente.

A primeira experiência de pós-graduação em Museologia *latu sensu* no Brasil foi a Especialização em Museologia da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, FESP (1978-1996). Contudo, a demanda dos paulistanos por formação em Museologia não era nova, como pode ser observado numa das moções do IV Congresso Nacional de Museus (1965) assinada pela conservadora de museus/museóloga Maria Barreto¹³⁶.

Que se oficie ao Governador do Estado de São Paulo, no sentido de ser revisto o Cargo de Conservador de Museus, dentro do serviço público estadual.

Que se dê ao mesmo Nível Universitário, desde que apresente diploma conferido pelo Curso de Museus, hoje de Nível Universitário concedido pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 1965¹³⁷.

A conservadora, que era concursada pelo DASP, pede a apreciação da criação de um cargo semelhante ao da administração pública federal na esfera pública estadual, tendo por base a

¹³⁶ Maria Barreto foi egressa do Curso de Museus - MHN, formada na turma de 1948. Foi bolsista do Estado de São Paulo. (SÁ e SIQUEIRA, 2007, p. 91-92). Aprovada no primeiro concurso do DASP para “Conservador de Museus” (1939), ocupou vaga no Museu Nacional de Belas Artes, pelo menos, entre os anos de 1940 e 1958 como indica sua produção intelectual no Anuário daquele Museu (SILVA, 2020, p.225-226). Além dessas informações, Silva acrescenta a participação de Barreto como observadora do Seminário Regional da UNESCO de 1958. Sá e Siqueira (2007), indicam também que Maria Barreto trabalhou no Museu do Ipiranga de São Paulo, não sabemos se antes ou depois de ter sido bolsista do Curso de Museus - MHN, tendo em vista que os bolsistas eram funcionários públicos que iam para o curso a fim de serem capacitados no trabalho em museus nos quais estavam lotados.

¹³⁷ Moção CM/2. Moções acerca dos anos do IV Congresso Nacional de Museus (1965). Coleção Regina Liberalli Laemmert – RLL 9663. Núcleo de Memória da Museologia no Brasil-NUMMUS. UNIRIO.

formação específica que ela mesma recebeu, quando bolsista pelo Estado de São Paulo no Curso de Museus - MHN.

Apesar da menção de Barreto à sua instituição de ensino de origem, as reivindicações consideravam a necessidade de formação regional. Não somente os paulistanos reclamavam por melhores condições estruturais de formação e trabalho reconhecidas na forma de cargo específico, mas também os baianos e mineiros o fizeram. Havia entendimento de que era necessário que outros cursos, com perfil semelhante ao já existente, fossem criados. O IV Congresso Nacional de Museus teve como uma de suas finalidades “estudar os problemas da formação profissional dos técnicos superiores de museus”¹³⁸ e neste evento foi intensificado o debate sobre o perfil de formação desses profissionais. Nele é possível observar os indícios para a construção da identidade de uma única profissão para o campo museal. Regina Real redigiu, em 30 de julho de 1965, a seguinte moção: “Que deste Congresso saia um projeto de elaboração de curso que seja adaptável aos pedidos dos museus estaduais.”¹³⁹ Real, ao escrever que o curso devia ser “adaptável” compreendia que cada região do país possuía demandas específicas a serem atendidas. Neste sentido, podemos inferir que os rumos diferentes que Bahia e São Paulo trilharam, anos depois, refletiu não somente conjuntura administrativa, mas percepção diferente sobre a formação em Museologia. Aqueles, cuja formação se deu no Curso de Museus - MHN, sempre se posicionaram como favoráveis a uma formação de ensino superior em nível de graduação, diferente de alguns participantes de São Paulo.

A formação por meio da pós-graduação teve na Especialização da FESP, importante contribuição para a Museologia do Brasil, porém confirmou o reconhecimento de que os pós-graduados poderiam atuar de igual maneira que os bacharéis, o que aumenta a concorrência no mercado de trabalho e instabiliza a “aplicação prática” dos conhecimentos técnicos-científicos da profissão e gera conflito no quesito diplomação profissional, visto que uma graduação tem formação voltada ao exercício profissional com aplicação prática enquanto mestres e doutores têm formação voltada para a pesquisa acadêmica e elaboração de pensamento abstrato. Contudo, o tipo de formação dos profissionais de museus (se graduação ou pós-graduação) foi um tópico constante no debate sobre a profissionalização das ocupações de museus e sua regulamentação desde o início do processo, antes mesmo da criação do curso da FESP.

A Pós-Graduação foi o caminho que a paulistana Waldisa Rússio encontrou para atender as demandas por profissional especializado no campo museal em seu Estado. Sobre

¹³⁸ Regimento do IV Congresso Nacional de Museus. Coleção Regina Liberalli Laemmert – RLL 9673. Núcleo de Memória da Museologia no Brasil-NUMMUS. UNIRIO.

¹³⁹ Moção CM/15. Moções acerca dos anos do IV Congresso Nacional de Museus (1965). Coleção Regina Liberalli Laemmert – RLL 9663. Núcleo de Memória da Museologia no Brasil-NUMMUS. UNIRIO.

a opção pela pós-graduação, Rússio explicou que além de sua defesa pelo método pedagógico interdisciplinar de ensino, o que ela considerava viável após uma formação de base anterior (graduação precedente) aponta, ainda, que “Em 1977, o MEC se manifestava contrariamente à abertura de outros cursos de Museologia em nível de bacharelado.”¹⁴⁰, juntou-se a isso a solidez da Escola de Pós-graduação de Ciências Sociais da FESP e sua grande reputação. Estes foram ingredientes favoráveis à viabilização do Curso de Especialização em Museologia daquela instituição de ensino. Apesar de ter existido por apenas 18 anos, este curso formou museólogas e museólogos atuantes na teoria e na prática e têm em sua idealizadora um dos expoentes da teoria museológica brasileira.

Sobre as amarras do MEC com relação à criação de novos cursos de graduação em Museologia, SÁ (2019b) comenta que o assunto fez parte da agenda de discussões dos “Encontros de Governadores” organizados entre 1971-72, no Distrito Federal, Brasília e Salvador - BA, onde os documentos com as recomendações para melhoria do setor de museus apresentam pouco conhecimento de causa e não resultou em nenhuma ação de efetiva mudança ou desenvolvimento do campo museal.

Durante este mesmo período o Curso de Museus foi transferido para o âmbito administrativo universitário e, desde 1977 passou a ser oficialmente denominado Curso de Museologia¹⁴¹, apesar de assim ser identificado internamente desde a década de 1940 em documentação institucional e, ser assim chamado em periódicos e jornais desde a década de 1930, criando dupla nomenclatura de sua identificação. Descobrimos, ainda, que no Decreto de organização do Ministério da Educação e Saúde, Lei Nº 378 de 13 de janeiro de 1937, Art. 47, parágrafo único, há a menção ao curso como sendo de Museologia e não de Museus.

Art. 47. O Museu Histórico Nacional é mantido como estabelecimento destinado à guarda, conservação e exposição das relíquias referentes ao passado do País (sic) e pertencentes ao patrimônio federal (sic). Parágrafo (sic) único. **No Museu Histórico Nacional funcionará (sic) o curso de museologia alli (sic) existente.** (Grifo nosso)

Apesar de permanecer no Museu Histórico Nacional até 1979, o curso sofreu significativas mudanças em sua estrutura de ensino desde o início daquela década, como já apontado. A transferência para a universidade não deslocou de imediato o curso das dependências do MHN. A relação do lugar de ensino com o ambiente laboral (o museu) é um

¹⁴⁰ RÚSSIO, s.d.p.235. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (organização), Maria Inês Lopes Coutinho e Marcelo Mattos Araújo (colaboração). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri. Textos e contextos de uma trajetória profissional.** São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado de Cultura, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, ICOM – BR, Volume 1. 2010.

¹⁴¹ O nome era tratado de maneira oficiosa pelo seu idealizador e diretor por 27 anos, Gustavo Barroso (Sá, 2019, p.99). A documentação interna preservada do Curso de Museus tinha em seu cabeçalho a denominação “Curso de Museologia” (Idem). Outra fonte que demonstra o uso desta mesma identificação são os artigos do ANAIS MHN do início da década de 1940, ao indicar junto a autoria dos professores que compuseram o grupo docente inaugural do curso, a referência “Professor do Curso de Museologia”.

fator que merece destaque nesta análise sobre o treinamento no conhecimento. As experiências práticas dos funcionários do MHN foram transmitidas através do ensino no Curso de Museus/Curso de Museologia por décadas. As primeiras gerações de conservadores/museólogos desenvolveram os problemas do campo que se desenhava e aplicaram seus conhecimentos a partir de uma relação estreita entre ensino e prática da ocupação ao terem aulas nas seções do Museu Histórico Nacional. Depois, com as mudanças ocorridas da década de 1970, houve a possibilidade de estágio opcional com duração de 1 ano nas 5 seções do MHN ao final do curso (SÁ, 2019b) o que garantia aplicação prática das habilidades aprendidas nas aulas.

A relação entre os professores/funcionários do MHN com os estudantes construiu o que Dubar (2012) chama de “socialização profissional” quando, para além das questões teóricas transmitidas no ensino formal há o contato com a aplicação prática no ambiente profissional de atuação. As aulas aconteciam nas seções específicas direcionadas aos assuntos das disciplinas, como por exemplo na seção de Numismática. Os docentes que substituíram os “professores pioneiros” também “herdavam” as chefias das seções correspondentes. Esta relação foi modificada paulatinamente após as mudanças na estruturação pedagógica e ampliação dos assuntos tratados no curso.

Entendemos que esse modelo de ensino contribuiu para o fortalecimento do autorreconhecimento de uma profissão de museus específica, pois consolidou o processo de “socialização profissional” dos recém-formados. Importante dizer que, na Bahia, algumas aulas das primeiras turmas do curso também compartilharam o espaço museal como laboratório, no então Museu de Arte Sacra, recém-inaugurado e vinculado à Universidade Federal da Bahia, do qual o criador do curso era diretor. Ou seja, a formação em “Museologia-Museografia”, até meados da década de 1970, estava conectada à aplicação prática profissional no espaço institucionalizado do museu. Só após este período é que a formação recebeu perfil teórico/abstrato refletindo o início da “fase de sistematização teórica” da Museologia (MAROEVIC, 1998). No Curso de Museologia este perfil se estabilizou a partir da Reforma de 1974 implementada em 1975, quando segundo Sá (2019b) “Os objetivos não se encontram mais no Museu e sim na Museologia [...]”.

2.3 Técnica de Museus: primeiros passos para o treinamento no conhecimento do profissional de museus no Brasil

“A Técnica de Museus, resume e corôa todas as matérias dum curso especializado em museus. Porque todas nada mais são do que os ensinamentos do que se precisa imprescindivelmente saber para trabalhar num museu e depois dirigi-lo.”

Gustavo Barroso, 1946

Observamos até aqui que o Museu Histórico Nacional e o Curso de Museus nele abrigado foram duas instituições com papel estruturante no quesito treinamento no conhecimento. Ambas as instituições foram dirigidas pelo intelectual e homem público Gustavo Adolfo Luiz Guilherme Dodt da Cunha Barroso (1889-1959). A atuação de Gustavo Barroso, frente a essas duas instituições, tornou-o figura indissociável do percurso de ambas, por isso faz-se necessária a análise de sua participação de liderança frente aquele Museu e ao curso, sobretudo, no que se refere ao que era transmitido na disciplina Técnica de Museus, por ele criada e ministrada por mais de vinte anos.

Técnica de Museus, como apresentado na epígrafe desta subseção, foi criada a fim de sistematizar os saberes e técnicas que, naquela época, eram entendidos como essenciais ao trabalho dos conservadores de museus. Barroso construiu a disciplina a partir de suas experiências e pesquisas sobre o patrimônio e os museus, leituras, viagens e expedições de estudo, bem como por seu intuito preservacionista baseado no saudoso espírito nacionalista moldado pela mentalidade Oitocentista.

2.3.1 Romantismo e erudição em Gustavo Barroso: seu modo de fazer Técnica de Museus

Ensaísta, Cronista, Folclorista, um homem de reconhecida erudição, do tipo generalista¹⁴², cuja personalidade permaneceu por anos presente e conectada ao Curso de Museus - MHN. Esta marca deveu-se não apenas por seu protagonismo à frente das duas instituições, mas também e principalmente, por sua visão preservacionista impressa no conteúdo específico que aquele curso inaugurou no país. Detentor de uma personalidade polêmica, devido aos seus posicionamentos políticos alinhados à perspectiva das elites conservadoras e, sobretudo, por sua influente participação na Ação Integralista Brasileira – movimento político nacionalista de cunho fascista – o fizeram ser percebido com maus olhos pelo pensamento crítico da Museologia brasileira, conformado anos após sua morte. O desenvolvimento do pensamento crítico sobre as práticas no campo museal levou as contribuições de Barroso à Museologia brasileira ao ostracismo. Houve ênfase na atuação dele no campo político conservador e simpatizante do autoritarismo vigente no início do século XX, em detrimento das ações que proporcionaram o crescimento do campo, principalmente quanto à formação que, a partir de sua influência recebeu apoio de outros intelectuais da época – a exemplo dos demais professores do curso que compraram a ideia do ensino no Curso de Museus com ele.

¹⁴² Tipo de “erudito familiarizado com várias disciplinas diferentes” (BURKE, 2016, p.52).

Figura 04. Gustavo Barroso veste beca de formatura de Bacharel em Direito. Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais, 1911



Fonte: Coleção Nair de Moraes Carvalho - NMC. NUMMUS

O modelo de treinamento implementado por Gustavo Barroso ajudou a moldar o perfil de atuação da ocupação do cargo de “Conservador de Museus”. Ao fim e ao cabo a representação social deste cargo, nos primeiros anos de exercício da ocupação, ficou atrelada às ideias que o professor defendia no curso sendo, portanto, transmitida à grande parte dos egressos cuja formação era requerida para ocupar o cargo. Algumas das características que são, até hoje, atribuídas ao grupo ocupacional daquela época tiveram sua origem na marcante atuação do idealizador e professor ministrante da disciplina Técnica de Museus. Não poderia ser diferente, pois os três pilares iniciais ligados à formação da ocupação dos conservadores e conservadoras de museus estavam a ele vinculados naquele período.

O Curso de Museus [foi] parte integrante do projeto intelectual de Barroso relativo à construção de uma memória nacional [...] o Curso de Museus aparece à luz do Museu Histórico Nacional [...] sobretudo porque a narrativa histórica que o Museu construía nas salas de exposição, o passado que era reconstruído e ressuscitado naquele espaço era o fruto de uma prática que vinha sendo exercida desde a criação do Museu em 1922 e que o Curso de Museus veio coroar quando foi instituído em 1932 ao multiplicar entre os alunos que o frequentaram seus princípios, práticas e propostas. (OLIVEIRA 2003, p. 75)

Barroso parecia ciente de que essa habilidade e competência profissional, aprendida no Museu Histórico Nacional, reforçava a participação da instituição no processo de construção do patrimônio nacional, endossado tanto pela função de guardião da memória como de instituição educacional. (FARIA, 2017, p.73).

Os conteúdos ministrados em Técnica de Museus foram selecionados e sistematizados por Gustavo Barroso e sua influência no Curso de Museus-MHN ultrapassou a ausência física, mesmo após seu afastamento das atividades docente. O intelectual esteve à frente do ensino da disciplina Técnica de Museus entre os anos de 1933 e 1951, quando foi

substituído pela conservadora Octávia Corrêa dos Santos Oliveira,¹⁴³ até o ano de 1971, primeira docente diplomada pelo Curso de Museus-MHN a ministrar a disciplina. Como ex-aluna de Barroso, Octávia seguiu “a cartilha” de seu mestre e manteve as principais abordagens e métodos por ele definidas. Assim, alguns dos fundamentos da abordagem barroseana continuaram vigentes na instituição mesmo após sua morte em 03 de dezembro de 1959. Esta influência caiu, paulatinamente, a partir da década de 1970.

A continuidade da abordagem do professor pioneiro no curso deveu-se, principalmente, à utilização didática dos volumes “Introdução à Técnica de Museus”. O uso dos dois volumes dessa publicação ocorreu devido a dois fatores que devem ser considerados, a escassez de bibliografia sobre os temas de interesse dos profissionais de museus em língua portuguesa e pelo motivo de ter sido a base de formação das primeiras gerações de especialistas no assunto, então, tornados professores e professoras do curso. Alguns temas abordados em I.T.M vol. II só eram possíveis de ser estudados através da mesma, pois as principais referências eram de difícil acesso naquela época. E, a parte dedicada às práticas específicas para classificação, arrumação e organização de museus não tinham precedente no Brasil, foram inseridas no país graças às leituras e participações internacionais de Barroso no exterior e contato com os temas da Museografia, como discutido nas publicações do *Office International de Musées, OIM* (Escritório Internacional de Museus).

Barroso era um estudioso defensor das questões preservacionistas. Sua visão neste assunto era muito influenciada pelos autores do século XIX, cujo perfil de “estudiosos generalistas” e “medievalistas” (SÁ, 2019, p.289), com abordagem reconhecidamente romântica, eram suas principais referências e uma das marcas do intelectual, da qual discorreremos com maior acuidade mais à frente. É por esse motivo que, mesmo apresentando questões técnico-museográficas em consonância com seus contemporâneos, sua abordagem narrativa para contar a História do Brasil, em muitos aspectos, foi duramente criticada visto que utilizava métodos para interpretação que estavam em declínio e contestação, como os da “Escola Metódica”, considerada positivista e, também, do antiquariado. Mesmo que pudesse dialogar com intelectuais de perfil semelhante ao dele, aquela foi a última geração de homens eruditos cujo pensamento não sobreviveu às transformações correntes da segunda metade do século XX, incluindo nisto as transformações relativas aos museus e suas relações com a sociedade.

Com as significativas mudanças nos estudos acadêmicos sobre a (s) história (s) do Brasil e com um outro entendimento sobre a formação da sociedade brasileira, o modelo de pensamento cultivado e transmitido por Gustavo Barroso sobre a formação da Nação, se tornou obsoleto. E, a visão sobre a História do Brasil impactava significativamente sobre as

¹⁴³ Formou-se pela Turma do Curso de Museus - MHN de 1938 (SÁ e SIQUEIRA, 2007, p. 43-44).

escolhas de preservação do patrimônio e organização dos museus. Assim, houve um esforço de gerações de egressos do curso, desde os anos setenta, por desvincular a imagem do intelectual ao processo de consolidação do ensino da “Museologia-Museografia” no Brasil. Em paralelo, a ocupação das conservadoras e conservadores de museus, cuja representação social foi, em grande parte, talhada pelas mãos de Barroso passou, no mesmo período, por uma importante transformação simbólica com o reconhecimento legal do termo museólogo aos diplomados pelo Curso de Museus - MHN (1966) e o crescimento da luta pela regulamentação da profissão, o que gerou inúmeros debates e reflexões sobre o perfil deste profissional.

O termo museólogo definiu uma profissão e não designava, apenas, um cargo da administração pública. Este fato é um importante marco para o início do período de transição entre uma época que cultivou maior proximidade com a mentalidade barroense, da tradição que designava, até então, os “Conservadores de Museus” como guardiões do patrimônio, para um cenário de profissionalização da Museologia aos moldes do pensamento da ciência administrativa para uma readequação da divisão do trabalho, via o mérito do especialista com base em treinamento no ensino formal e aplicação prática desses conhecimentos, como também a busca por um sentido social tanto das funções dos museus, como das atividades nele aplicadas.

Bem, voltemos à questão do pensamento de Gustavo Barroso e como este influenciou o processo de profissionalização da Museologia. Nosso intuito é compreender melhor o escopo de estudos do Curso de Museus - MHN através da disciplina Técnica de Museus e, para tanto, analisar o perfil intelectual do professor ministrante desta “cadeira” é necessário. Buscamos na análise da historiadora Érika Cerqueira (2017), em seu livro “Habitar o passado. Gustavo Barroso e o seu tempo”, alguns conceitos que definem o perfil do intelectual. Cerqueira destaca o “signo da saudade” como ponto de estruturação da forma de pensar e da metodologia barroense ao se relacionar com o tempo histórico,

A nostalgia em relação ao passado imprimiu certo caráter de ostracismo à produção de Barroso, cuja proposta ia de encontro ao que era divulgado pela maioria dos autores de seu tempo, que preferiam afastar o passado, compreendido como o responsável pelas mazelas do presente. (CERQUEIRA, 2017, p.108)

Barroso desenvolveu seus estudos mirando o pretérito como modelo, tanto que “parecia fazer o presente e o futuro se anularem esmagados por um passado que não devia passar” (Idem). A autora observa, ainda, que o passado era uma “visão pedagógica da história” onde os fatos e personagens eram tidos como sábio exemplo a serem seguidos e orientação para as ações do tempo presente. Essa concepção tem por base a *historia magistra vitae* defendida por Cícero¹⁴⁴ (CERQUEIRA, 2017, p. 109). Foi neste contexto e

¹⁴⁴ Marco Antonio Cícero, advogado, político, orador, escritor e filósofo. Foi uma figura proeminente do final do período republicano romano, do qual os escritos tornaram-se fonte fundamental para o estudo da Roma Antiga. Foi uma das personagens redescobertas no período do Renascimento.

dialogando com a concepção de história mestra é que as biografias dos grandes homens foram supervalorizadas por Barroso que buscou materializá-las através das coleções do MHN.

A História contada por Gustavo Barroso através das coleções do MHN estava firmada na cultura material por ele selecionada. Assim, os estudos especiais que ele ministrava em “Técnica de Museus, parte especializada” tinham importante papel na formação dos estudantes do curso. Os personagens selecionados representavam o modelo de homem a ser seguido, a partir de uma visão de hegemonia colonialista. As narrativas construídas no MHN e repetidas em aula, era de uma história de lutas e sacrifícios de heróis – homens brancos de ascendência europeia – pela construção da nação. Um modelo que deveria ser não apenas lembrado, mas fonte de instrução para os cidadãos do presente e do futuro. Os discursos apresentados exaltavam os “vultos” da História oficial do Brasil. Os indivíduos que protagonizavam a história apresentada na instituição tiveram sua imagem construída enquanto heróis e seus objetos musealizados serviam como elemento biográfico de cada um deles, o que remetia à própria escrita histórica adotada por Barroso em seus livros¹⁴⁵ sob o gênero da biografia romanceada, estilo que foi muito comum entre os historiadores das décadas de 1930 e 1940 no Brasil (GONÇALVES apud CERQUEIRA, 2017 153-154). Esses heróis eram, em sua maioria, da classe militar, Exército principalmente. Barroso nutria estreita relação com esta cultura e devido a ela recebeu honrarias e reconhecimento por parte daquele grupo. Este vínculo, dentre outras questões, levou-o a filiar-se à Ação Integralista Brasileira, que via no Exército a representação de um elo de força na constituição da nação e um passado de glórias referenciado na vitória dos combates de guerra.

Dentre os conteúdos explicitados no volume II da publicação “Introdução à Técnica de Museus - parte especializada”, encontramos temas que interessavam ao estudo da cultura militar, como uniformes e fardas, armaria, história naval, bandeiras, condecorações etc. Esse tipo de cultura material e visual compõe boa parte das tipologias de acervos preservadas no MHN e selecionadas por Barroso. Os primeiros dez volumes dos Anais do Museu Histórico Nacional apresentam artigos de autoria de alguns conservadores e conservadoras daquele Museu, egressos do curso, ex-alunos de Barroso, que utilizaram na análise daqueles acervos da cultura militar o método de leitura biográfica apresentado pelo professor. As características dos objetos como armas, fardas, brasões e condecorações são tratados nos artigos como elementos ilustrativos e instrutivos sobre a vida do personagem histórico homenageado (o herói da nação). Esta construção narrativa, a partir das figuras do passado, mistura fatos com imaginação literária. Esta é uma característica da idealização romântica que permeou toda a narrativa barroseana e, por conseguinte, os estudos por ele desenvolvidos no âmbito da história e do patrimônio nacional.

¹⁴⁵ Gustavo Barroso escreveu em forma de biografia “Osório, o centauro dos pampas” (1932); “Tamandaré: o Nelson brasileiro” (1933).

Sobre a idealização romântica Norbert Elias nos explica seu sentido, ao analisar a formação da sociedade de corte em França. Segundo o sociólogo, os representantes dessa mentalidade cultivavam o pensamento de que o presente está degradado em relação ao passado e, quanto ao futuro, quando o vislumbram, deve este ser a restauração do tempo já vivido, contudo, de maneira idealizada, ou seja, melhorada e “pura” (ELIAS, 2001, p. 226). As idealizações românticas são métodos funcionais e que surgem do conflito de determinada classe (geralmente das elites) quando esta percebe a perda de seus privilégios, ou simplesmente o declínio de alguns elementos que lhe asseguravam *status*. Isso pode acontecer a partir das inovações tecnológicas, das mudanças comportamentais entre grupos sociais ou com mudança de fase econômica, dentre outros acontecimentos. Em suma, é a resposta a partir da “mudança estrutural das coerções que os homens exercem uns sobre os outros” (Idem). A idealização romântica é como uma estratégia de sobrevivência daquilo que mantém o poder dentro de determinado grupo social. O Brasil, do início do século XX, passou por grandes transformações, deixava de ser um país agrário e, portanto, do domínio exclusivo das oligarquias que se formaram desde a colonização. Vivia-se uma crise econômica, política e cultural, o modernismo despontava; a linguagem do autoritarismo, representado na pessoa de Getúlio Vargas durante o Estado Novo (1937-1945) buscava mudar velhas estruturas na economia, na cultura e na administração pública, então, estabelecidas no Império. Todas estas transformações em curso “ameaçavam” o passado e quem a ele estava ligado.

Corroborando com o que apresentamos parágrafos acima, Santos (2006) sintetiza, através de três características, as marcas da gestão de Gustavo Barroso quando esteve à frente do Museu Histórico Nacional e, que podemos estender ao período de gestão do Curso de Museus: o “cunho militarista”, a “forma muito próxima àquela dos antigos antiquários” e a “história romântica”,

O Museu de 1922 é um **museu que nasceu** preocupado em delimitar o perfil da “nação brasileira” a partir **de um forte cunho militarista. Nele, a história é tratada de forma muito próxima àquela dos antigos antiquários ou mesmo da história romântica**, que demonstravam o desejo de resguardar do tempo tudo o que fosse original e autêntico, bem como um forte sentimento comemorativo pelo passado. (SANTOS, 2006, p. 21. Grifo nosso)

Como dirigente de uma das principais instituições culturais do país, Gustavo Barroso privilegiou a musealização de referências ligadas ao passado colonial e imperial brasileiro. O conhecimento dos conteúdos denominados como disciplinas auxiliares da História foi usado em favor da abordagem nacionalista. Os objetos foram “garimpados” por Barroso e alguns funcionários do Museu sob sua liderança. Os assuntos selecionados para figurar a parte especializada de Técnica de Museus indicam a orientação narrativa dos discursos por ele defendido. Contudo, ao identificarmos as características do pensamento barroseano não podemos descartar o seu interesse investigativo pela “cultura popular”. Gustavo Barroso

apresenta mais uma característica do perfil erudito generalista do século XIX, ao transitar entre o binômio “cultura erudita” e “cultura popular”.

Comportando-se como folclorista, Barroso analisou as referências de origem popular no Brasil e, neste sentido cabe uma observação: em seus estudos sobre a “cultura popular” analisava tanto os aspectos do “espírito” (dança, música, poesia – imaterial) método consagrado por autores folcloristas da Europa, quanto aspectos materiais, objetos produzidos por esses grupos, geralmente do interior do Brasil ou de zonas periféricas, o que não era comum ao exame de folcloristas daquela geração. Na gênese dos estudos folclóricos havia uma postura hierarquizada e que tratava a produção das classes populares como algo efêmero, posto que era intangível – os cânticos, as cantigas, trovas, fazeres culinários, saberes medicinais – em oposição à opulência dos objetos produzidos e colecionados pela “cultura erudita”, as elites econômicas e sociais. Podemos verificar no artigo publicado em 1942, nos Anais MHN, titulado “Museu Ergológico Brasileiro” o que o estudioso valorizava em suas análises como folclorista. Os “Valores de utilidade” foram enumerados em 15 grupos¹⁴⁶, reuniam uma série de ações e seus respectivos objetos representativos da “cultura popular” e que deviam ser preservados em um museu específico – O Museu Ergológico¹⁴⁷. Esta visão, que separava um museu popular da Casa do Brasil, guardiã das relíquias do passado colonial e imperial, portanto colonizador, denota a importação de uma visão hierarquizada de sociedade. Era um pensamento que posicionava, em lados opostos, os heróis da nação, individualizados por meio da preservação dos seus objetos-documento (biográfico), do povo, então percebido de maneira homogênea, sem individualidades e sem face definida.

A mentalidade barroseana, quanto à divisão da Cultura entre erudita e popular, era condizente com a narrativa historiográfica que Peter Burke (2008) denomina como “História Cultural clássica” o que abrange, segundo este autor, o período de 1800 a 1950. Os estudiosos desta fase escreveram suas narrativas sob a lente do romantismo, construindo imagens a partir da ideia de tradição e cânone. Isto fica bem explicitado no artigo de Barroso publicado no Jornal do Comércio, em 1912, “Culto da Saudade”, analisado por Oliveira (2003) como uma categoria de pensamento que permeou as iniciativas patrimoniais e museológicas do intelectual.

¹⁴⁶ I – Arte da habitação; II – Arte Naval; III – Arte da Pescaria; IV – Arte da Caça; V – Arte do Preparo de Alimento; VI – Artes Domésticas; VII – Artes do Artesanato; VIII – Arte das Representações; IX – Arte Coreográfica; X – Arte dos Mecanismos; XI – Arte da Destilação; XII – Arte da Feitiçaria; XIII – Arte Funerária; XIV – Artes das Criações dos Bichos; XV – Artes Diversas.

¹⁴⁷ É necessário considerar que as forças políticas daquela época não reconheceram os projetos culturais que destacavam as evidências materiais da classe “popular” e um bom indício para verificarmos isso é que a proposta do Museu Ergológico de Barroso nunca foi levada adiante, o que ele reclama no final de seu artigo. E, sobre “cultura popular” e sua preservação, também defendeu Mário de Andrade, na outra ponta de disputa de um projeto de política cultural para o país quando fez o anteprojeto do “Serviço do Patrimônio Artístico Nacional” e destacou a cultura popular, porém também não teve aceite imediato. Somente a partir da década de 1960 é que as reivindicações de cunho folclorista ganharam força política e visibilidade no Brasil.

Não foi somente o interesse de Barroso pela “cultura popular” que influenciou o curso, outros “professores pioneiros” como Meneses de Oliva e Angyone Costa, que tinham perfil semelhante, cultivaram o interesse que atravessou gerações de docentes composta por ex-alunos do curso, o que fez com que a matriz curricular mantivesse disciplinas que possibilitavam o contato dos estudantes com essa produção material da cultura nacional, como História da Arte Brasileira (1932), Arqueologia Brasileira (desde 1932), Arte Indígena (desde 1946), Arte Popular (desde 1946) e Folclore (desde 1966).

Importante observar em Barroso que, mesmo ao cultivar uma percepção hierárquica e preconceituosa¹⁴⁸ sobre a cultura das populações postas à margem da história brasileira, estudou diferentes grupos que constituem a nação e não apenas a classe hegemônica da elite econômica. Esta foi uma das marcas que o professor deixou no curso, o estudo amplo e irrestrito sobre diferentes grupos da cultura brasileira.

Ainda que a abordagem utilizada no curso não fosse de vanguarda, quando pensamos sobre aspectos críticos da formação da sociedade brasileira, a questão que deve ser destacada é que o Curso de Museus-MHN construiu perfil amplo de estudo sobre a cultura material brasileira e essa perspectiva esteve presente desde a matriz inaugural do curso. Aspecto inédito no país daquele início de século XX.

2.3.2 Técnica de Museus, parte geral e básica: conteúdo e abordagem

A “cadeira” Técnica de Museus-Parte Geral agregava diferentes conteúdos, aqueles pertinentes às ações diárias de trabalho com a “organização”, “arrumação”, “catalogação”, “restauração” e “classificação dos objetos” e assuntos relativos a determinadas tipologias de acervos.

A partir do acesso a alguns documentos pertencentes às coleções do NUMMUS que registram o conteúdo programático da disciplina – o Caderno de Instruções do ano de 1941 e o “Programa de Técnica de Museus do 1º semestre de 1956-1º Ano” – conseguimos ter uma sintética visão do que era ministrado na disciplina. No primeiro documento não há distinção de informação do que foi publicado no sumário da publicação que sistematizou a disciplina, “Introdução à Técnica de Museus” que comentaremos em parágrafos mais adiante; no segundo documento encontramos o detalhamento dos tópicos da disciplina já então ministrada pela professora Octávia Corrêa dos Santos Oliveira, como transcrito a seguir:

1. Definições essenciais de Técnica de Museus. Museus. Suas atividades e estudos.
2. Organização e Regulamento de Museus.
3. Finalidade de um Museu. Quadro de Funcionários e suas atividades.

¹⁴⁸ Por exemplo ao definir as expressões materiais das religiões de grupos afro-brasileiros como “magia negra” e “arte da feitiçaria”, identificações negativas cunhadas pela perspectiva de uma cultura dominante católica e branca que compunha a sociedade daquela época.

4. Natureza e Ordem dos trabalhos de Museus. Numeração e Etiquetagem.
5. Parte cultural e educacional. Cargos e Conferências. Pesquisas (sic) e publicações. Recursos e propagandas.
6. Arrumação. Regras e princípios Técnicos.
7. . Condições de natureza pessoal.
8. . Condições de caráter geral.
9. Classificação de objetos e catalogação.
10. Restauração. Definição. Divisão. Doutrinas.
11. . Conservação e Restauração de objetos.
12. Proteção dos Museus.

Neste elenco de doze tópicos é possível observar diretrizes de trabalho que abarcam as áreas da gestão, conservação, restauração, documentação, educação, segurança, publicidade e expografia tudo, claro, dentro da terminologia da época e tomadas as devidas proporções que cada uma dessas atividades tinha dentro dos critérios que foram estabelecidos naquele período. A descrição destes tópicos demonstra o caráter pragmático e polivalente da disciplina. E denota o quão abrangente foi o treinamento no conhecimento existente no Curso de Museus, proporcionando uma formação ampla sobre todas as funções de um museu e generalista sob o aspecto das especialidades dos acervos.

Durante as duas primeiras décadas de implementação da disciplina, Gustavo Barroso produziu os dois volumes da publicação que passou a ser referência para ministrar os conteúdos específicos da “Museologia-Museografia” daquele período, “Introdução à Técnica de Museus”, volume I e volume II publicados em 1946 e 1947, respectivamente. O registro mais detalhado sobre quais conteúdos fizeram parte da disciplina ministrada pode ser identificado no primeiro volume denominado, “Parte Geral e Parte Básica” e no segundo, “Parte Especializada”. Por isso essas publicações são as principais fontes utilizadas para verificar os conteúdos ministrados na disciplina durante sua fase de implementação e consolidação.

O volume I era dedicado à “Parte Geral – Noções de Organização, Arrumação, Catalogação e Restauração”. Este volume contém duas seções, a primeira parte é dividida em um conteúdo introdutório com as definições de Museu, Museografia e Museologia e mais 5 capítulos, onde estão distribuídas as orientações técnicas para o funcionamento da instituição museu: “I - O que é Técnica de Museus”; “II - Arrumação”; “III - Catalogação”; “IV - Restauração”; “V - Classificação de objetos”.

Entende-se por Técnica de Museus, o conjunto de regras, princípios, observações e conhecimentos indispensáveis à organização e funcionamento dum museu. O assunto, de natureza complexo, até hoje ainda não foi abordado em nosso país. O programa da respectiva cadeira no Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional, sistematizou-o pela primeira vez entre nós, pautando-se naturalmente pelo feitio especial da instituição a que se destina servir. Não se perca nunca de vista este (sic) ponto, que é

essencial para a compreensão de toda a presente obra. (BARROSO, 1946, p. 7).

O autor faz questão de delinear o ineditismo da obra. E registra a origem da publicação a partir do programa da disciplina ministrada no Curso de Museus-MHN, local onde aqueles saberes e técnicas começaram a ser transmitidos e sistematizados, segundo o autor. Barroso ressalta o papel de protagonismo do MHN, museu parâmetro para o desenvolvimento das técnicas apresentadas. O Museu servia de laboratório para professores e alunos.

Na segunda parte do volume I, intitulado “Parte Básica – Noções de Cronologia, Epigrafia, Bibliografia, Diplomática e Iconografia” era onde estavam inseridos os conteúdos que forneciam informações elementares para que o aluno dominasse a técnica descritiva para identificação e classificação dos “acervos”. O conteúdo da disciplina “Técnica de Museus, Epigrafia e Cronologia” (1932), demonstra a ênfase do treinamento no arranjo entre o método descritivo antiquário e o narrativo histórico, metodologia semelhante àquela que os estudiosos empreendiam durante o século XVIII e início do XIX (MOMIGLIANO, 2014). A Epigrafia e a Cronologia, ligadas à análise de fontes literárias e iconográficas tinham objetivo também descritivo, pois a análise epigráfica faz a identificação e leitura de escritos em cada época – ferramenta para a Numismática e Sigilografia – e tenta localizar no tempo e no espaço aquela escrita. Cronologia subsidia a construção linear do tempo, “ensina a contar o tempo e dividi-lo” (BARROSO, 1946, p.99) demarca as datas dos fatos que podem ser convertidos em narrativa histórica, sendo assim “a principal ciência auxiliar da História” (Idem). A publicação traz explicações sobre a cronologia astronômica e a cronologia histórica, a fim de ensinar os critérios para a divisão do tempo nas civilizações antigas e modernas.

Depois da “Reforma de 44”, pelo que podemos depreender da titulação da disciplina, ocorreu uma divisão mais didática do conteúdo. Sob as divisões denominadas “Geral”, “Básica” e “Aplicada” percebe-se o amadurecimento do conteúdo da disciplina no que tange a especificar o que era da ordem do planejamento das ações para organizar os museus e daquilo que era voltado às coleções e, portanto, transitava entre outros e diversos conhecimentos disciplinares. Essa divisão foi espelhada e ratificada na publicação I.T.M. Neste ponto percebemos que no treinamento havia a premissa de uma dupla atuação dos conservadores, em âmbito geral – pensando e atuando em toda a cadeia de atividades da instituição (gestão) – e mais específico – voltada às características de cada tipologia de acervo e sua pesquisa, quando as técnicas museográficas são aplicadas dentro da especificidade de cada uma.

Ao analisarmos a “Parte Geral” da publicação verifica-se que a disciplina tinha feição técnico-museográfica, portanto, explorava a base empírica do que viria a ser definido como Museologia décadas mais tarde. Não nos pareceu haver ambição, por parte do autor, de formular uma base cognitiva da Museologia, ainda que, ele tenha expressado seu

entendimento sobre o termo na abertura do volume I de I.T.M, todo o material da publicação é dedicado à aplicação prática de técnicas que ele aprendeu a partir de observações, leituras e experiência no próprio MHN.

Chama-se Museologia o estudo científico de tudo o que se refere aos Museus, no sentido de organizá-los, arrumá-los, conservá-los, dirigi-los, classificar e restaurar seus objetos. O termo é recente e resultou dos trabalhos técnicos realizados nos últimos decênios sobre a matéria. A Museologia abarca âmbito mais vasto do que a Museografia, que dela faz parte, pois é natural que a simples descrição dos Museus se enquadre nas fronteiras da Ciência dos Museus. (BARROSO, 1946, p. 6)

Naquele momento, todo pensamento abstrato da Museologia era incipiente e Barroso não fugiu à regra e reproduziu em suas linhas a diretriz hegemônica sobre Museu e Museologia vigente nas décadas de 1930-40.

O volume I apresenta, predominantemente, abordagem alinhada ao pensamento europeu¹⁴⁹, apesar de revelar ideias com influência do debate sobre o papel educativo dos museus, assunto enfatizado por autores norte-americanos. Mesmo sem se aprofundar em questões conceituais, Gustavo Barroso apresentou alguns pontos que demonstram a necessidade de se pensar o Museu para além de um “repositório de objetos” e como uma instituição com função educativa. Contudo, o sentido de educação para o autor estava calcado na transmissão de conhecimentos a partir de um indivíduo dotado de saber e sob a norma da doutrinação pelo passado. Museu como lugar de instrução.

O volume II de I.T.M contempla as seguintes tipologias de acervos¹⁵⁰ “Noções de Heráldica, Bandeiras, Condecorações, Armaria, Arte Naval, Viaturas, Arquiteturas, Indumentárias, Mobiliário, Cerâmica, Cristais, Joalheria, Prataria, Bronzes Artísticos, Mecanismos e Instrumentos de Suplício” (BARROSO, 1946)¹⁵¹ distribuídos em treze seções. Ao final de cada seção da publicação há dois exemplos de fichas, uma “enumerativa” e outra “comentada” (termos retirados da fonte). A “ficha enumerativa” é de registro sumário, indica o número do objeto, a sala (não se sabe se de guarda ou exibição), o título (nome do objeto) e procedência¹⁵². A “ficha comentada” contém a descrição e o levantamento das informações sobre técnicas, origem de produção, usos, e assim por diante, de acordo com as

¹⁴⁹ Como visto na seção anterior, os norte-americanos defendiam visões distintas sobre vários aspectos museográficos e avançaram em questões abstratas mais do que os franceses, por exemplo, em assuntos como a comunicação e educação em museus.

¹⁵⁰ As tipologias de acervos estudadas na publicação “Introdução à Técnica de Museus – Parte Especializada” eram aquelas ‘oficializadas’ pelo colecionismo ilustrado, pensamento que moldou o desenvolvimento do modelo conceitual de Museu Tradicional, contudo, Barroso acrescentou alguns assuntos especialmente ligados à cultura brasileira.

¹⁵¹ A disciplina de Numismática, um dos grandes assuntos do colecionismo e do estudo erudito, não foi contemplada na publicação porque não era uma disciplina ministrada por Gustavo Barroso. Edgar de Araújo Romero, como apresentado anteriormente, foi o catedrático que ministrou a disciplina até 1954 por ser nome de referência no estudo desta disciplina no país e chefe de seção da coleção de Numismática da Biblioteca Nacional que foi então transferida ao MHN, o que reforça o perfil de erudição e notório saber dos professores pioneiros do Curso de Museus quando o assunto eram os acervos.

¹⁵² Que indica a forma de aquisição e não a procedência de fato.

especificidades de cada objeto. Esta parte, no nosso entender, é aquela que fundamenta os rumos do processo de estudo que os conservadores praticavam, pois para preencher este campo era necessário levantamento de fontes e análise apurada sobre o acervo – aplicação dos métodos heurísticos e hermenêuticos, que remetiam a uma visão positivista das fontes históricas. A abordagem conferida a esses acervos era descritiva e sistemática e não havia a intenção de tecer críticas às estruturas conformadoras das sociedades que as produziram. O propósito era o de descobrir e revelar características testemunhais sobre o passado e atestar a origem do objeto, com a finalidade de identificá-lo como autêntico.

Como é possível observar, o estudo da disciplina Técnica de Museus era extenso e variado. Abrangia saberes técnicos voltados ao cotidiano de trabalho em museus e, portanto, majoritariamente museográfico – volume I – e temas específicos ligados à cultura material representativa das elites e dos militares, bem como da “cultura popular” quando, por exemplo, no volume II, temos na seção “das indumentárias” o destaque aos trajes tradicionais brasileiros como do “vaqueiro”, da “baiana” e do “gaúcho”, estudo pouco comum na época.

Havia correlação das seções do volume II de I.T.M com o conteúdo da disciplina “Técnica de Museus, parte aplicada” e sua divisão entre as habilitações de Museus Históricos e Museus Artísticos, resultado da Reforma Curricular de 1944.

É importante não perdermos de vista que as tipologias de “acervos” contempladas na disciplina tinham uma abordagem conceitual específica de seu tempo: “reliquias” da história. Evidências materiais transformadas em documentos fundadores de uma narrativa cronológica e de cunho ideológico nacionalista sob o ponto de vista romântico. Ressaltamos, no entanto, que estes acervos por si só não testificavam nada, tendo em vista que é a narrativa interpretativa e metodológica construída através e por meio deles que fundamenta o discurso.

A partir deste viés o pensamento barroense priorizou o discurso da história militar por meio dos objetos representativos da Armada, Arte Naval, Viaturas, Indumentária militar e os símbolos da nação – linguagem visual dos brasões, das bandeiras e condecorações. Tudo com base no que era preservado nas coleções do MHN.

A partir de observação sumária das referências utilizadas nas seções da publicação I.T.M, vol. II percebemos que Gustavo Barroso marca presença nas diferentes listas de referências, com artigos produzidos em estudos formulados em anos anteriores, antes mesmo da criação do MHN. Esta característica aponta que a seleção tipológica de acervos presente na publicação e coleção do MHN, era objeto de estudo do autor a algum tempo. Este fato é também comprovado ao consultarmos a transcrição da entrevista do professor de Arqueologia

do Curso de Museus-MHN Angyone Costa, concedida ao Diário de Notícias, em 1934¹⁵³. Angyone testifica que a “cadeira” Técnica de Museus era conteúdo complexo e inédito no Brasil e que o “dr Gustavo Barroso” ficara incumbido da missão de organizá-la e ministrá-la devido seu reconhecimento de “larga cultura”. Angyone se referiu a Barroso como um verdadeiro polímata. A reunião dos conteúdos numa mesma publicação alude a este caráter de domínio sobre vários assuntos diferentes. No caso, eram todos assuntos complementares e essenciais para a abordagem histórica defendida por Barroso com destaque para figuras capazes de levar a sociedade brasileira ao caminho da civilização aos moldes europeus.

Outra característica que podemos ressaltar a partir da leitura sumária das referências do volume II de I.T.M é a presença de dicionários e elucidários especializados em cada assunto. São bibliografias de referência que apresentam termos, estudos pormenorizados sobre cada tipologia de acervo. Em sua maioria são em língua estrangeira, com destaque para o idioma francês em todas as seções. Há exemplos em língua inglesa e italiana também. Em língua portuguesa, além dos artigos de Barroso, encontram-se historiadores e estudiosos brasileiros e portugueses.

2.3.3 “Técnica de Museus, parte aplicada” no contexto do MHN

O periódico Anais do MHN foi lançado em 1941 a fim de divulgar estudos sobre os acervos do Museu Histórico Nacional empreendidos por seus funcionários. A primeira fase da publicação traz, na maioria das páginas, artigos de autoria dos egressos do Curso de Museus-MHN. Estes artigos denotam o modelo e o método de estudo transmitido nas aulas e com efeito demarcou o estilo de Barroso e dos primeiros docentes daquela instituição de ensino, tornando-se material bibliográfico fundamental para a compreensão das abordagens transmitidas no período inaugural do curso. Professores e alunos apresentaram em seus artigos o resultado dos estudos investidos nos acervos do Museu Histórico Nacional e mais, registraram sua leitura interpretativa sobre os objetos preservados naquele museu.

Antes de analisarmos aspectos da abordagem difundida no curso através da seleção de artigos feita a partir dos ANAIS MHN é preciso entender seu contexto de lançamento. José Neves Bittencourt (2004) identificou duas fases da publicação, a primeira se insere entre a data de lançamento e o ano de 1975 – quando cessaram as publicações, retomada somente em 1995. A segunda fase parte do ano do retorno até os dias atuais. Um dos dados apontados pelo autor é que a primeira fase foi marcada pela falta de anualidade, ou seja, os volumes (e seus artigos) pertencem originalmente a datas diferentes do ano de publicação. Sendo assim o ano de 1941 foi o ano de lançamento da revista, mas não corresponde ao primeiro volume, que data de 1940. Desta maneira seguiu até o ano de 1965 a publicação que havia sido

¹⁵³ A expansão da cultura brasileira. O que é o Curso de Museus Professado no Museu Histórico Nacional. Uma palestra com o Professor Angyone Costa. In: Jornal Diário de Notícias, Rio de Janeiro, Domingo, 22 de abril de 1934. Transcrição. Núcleo de Memória da Museologia no Brasil, NUMMUS.

planejada para ser anual¹⁵⁴, depois há uma quebra nesta ‘regra’. É importante frisarmos que devido a esta característica de descompasso entre a produção intelectual dos conteúdos dos artigos e o ano de publicação, o periódico acabou por apresentar estudos e visões um tanto deslocadas do andamento do Curso de Museus, em seus primeiros volumes. Sendo assim, mesmo após as mudanças significativas implementadas em 1945, com mudança no quadro de professores e inserção de novas disciplinas, os conteúdos dos ANAIS estavam mais conectados com uma visão inicial empregada no curso, pois muitos daqueles estudos sobre os acervos foram realizados antes da “Reforma de 44” ou durante a elaboração da mesma. Isso é importante ser destacado, pois a análise aqui aplicada visa verificar o reflexo do que era ensinado nas páginas daquela publicação.

Para além das questões de periodicidade, Bittencourt salientou a participação e influência do Diretor do Museu Histórico Nacional, Gustavo Barroso, nos dez primeiros volumes,¹⁵⁵ bem como os temas relativos aos acervos do Museu, em especial sobre Numismática. Destacamos também o conteúdo sobre Heráldica – primeira seção de Introdução à Técnica de Museus, parte especializada – que, de maneira direta ou indireta,¹⁵⁶ esteve presente em vários artigos dos conservadores e conservadoras de museus recém-formados. A Heráldica foi muito instrumentalizada nos textos para defender a narrativa do herói da nação.

Bittencourt (2004) traz um dado interessante para nossa análise ao tocar no ponto da criação da revista e a escolha do nome por Barroso, destaca que “anais” pode tanto se referir a periodicidade da publicação quando ao sentido histórico de compêndio que registra o percurso civilizatório de um povo – “os Anais da História”. Este sentido é importante para nossa discussão, pois os artigos relacionados aos temas das “ciências auxiliares da história” foram utilizados para ilustrar as narrativas históricas construídas através dos objetos pertencentes ao MHN. Cultura material como linguagem na escrita histórica do Museu. Os conteúdos denominados como “auxiliares” da História foram de importância capital no Curso de Museus e não meros coadjuvantes, como apresenta-nos o volume II da “Introdução à Técnica de Museus”. Esta importância pode ser comprovada ao analisarmos a produção de artigos produzidos e que compreende o conjunto selecionado para nossa análise.

¹⁵⁴ Destacamos a amostragem que nos interessa: volume 1 – ANO 1940 publicado em 1941; volume 2 – ANO 1941 publicado em 1943; volume 3 – ANO 1942 publicado em 1945; volume 4 – ANO 1943 publicado em 1947; volume 5 – ANO 1944 publicado somente em 1955; volume 6 – ANO 1945 publicado em 1950 e aqui percebemos uma troca de ordem na sequência anual entre os volumes 5 e 6; volume 7 edição especial publicado em 1953; volume 8 – ANO 1947 publicado em 1957; volume 9 – ANO 1948 publicado em 1958; volume 10 – ANO 1949 publicado em 1959.

¹⁵⁵ Dois deles, como edições especiais e que atestam a atividade de Barroso com o Patrimônio: volume 5 “Documentário da Ação do Museu Histórico Nacional na Defesa do Patrimônio Tradicional do Brasil” e volume 7 “Documentário iconográfico de cidades e Monumentos do Brasil”.

¹⁵⁶ Em análises de objetos brasonados ou de condecorações e bandeiras, que também exigem conhecimento da Heráldica ou no relato dos feitos de personagens do Império, onde são incluídas suas marcas pessoais.

Os dez primeiros volumes (publicados entre 1941-1959) apresentam uma maioria de autores funcionários do MHN, como era o caso dos professores do Curso de Museus-MHN e do Diretor da instituição ou ex-alunos já concursados. Alguns números apresentam autores convidados e todos os volumes possuem artigos complementares, muito dos quais sem assinatura ou autoria identificada. Os artigos selecionados para nossa análise foram aqueles que, entendemos, dão conta de nos transmitir a ideia do que era abordado no Curso de Museus sobre a cultura material representativa da história nacional como defendida por Barroso. Foi feita uma análise de conteúdo dos artigos cuja temática tem estreita ligação com os conteúdos da disciplina “Técnica de Museus, parte aplicada”, divisão do conteúdo de “Técnica de Museus” implementado na Reforma de 1944 e que tinha correspondência com a publicação “Introdução à Técnica de Museus, parte especializada”, volume II.

Os ex-alunos autores de artigos ocupavam cargos no Museu, fosse de 3º oficial, para aqueles que eram funcionários desde antes da criação do curso ou fosse no cargo de “Conservador de Museus”, após aprovação no primeiro concurso realizado pelo DASP. Sendo assim, os autores dos artigos que analisamos eram todos servidores e trabalhavam diretamente com os acervos do MHN. Aqueles mais novos na instituição passaram imediatamente (ou quase) do Curso de Museus à prática no Museu Histórico Nacional. Durante o período analisado, o MHN contava com uma equipe de conservadores capacitada para construir a narrativa histórica proposta pelo Diretor da instituição e que, também, havia sido professor deles.

Dentre os autores selecionados estão os ex-alunos formados entre as primeiras turmas da matriz curricular inaugural do Curso de Museus-MHN (1933-44): Adolfo Dumans, Alfredo Teodoro Rusins, Alfredo Solano de Barros, Fortunée Levy, Gilda Maria de Almeida Lopes, Jenny Dreyfus, Luiz Marques Poliano, Marfa Barbosa Viana, Nair de Moraes Carvalho, Nilza Maria Vilela Botelho, Octávia Corrêa dos Santos Oliveira, Paulo Olintho e Yolanda Marcondes Portugal. E dois formados após a implementação da matriz de 1944, Antonio Pimentel Winz e Sigrid Porto de Barros. Alguns destes conservadores foram também os substitutos dos professores pioneiros do curso, como já explicado.

O perfil de autores/conservadores analisado é bem específico, compreende grupo particular que não representa, sobremaneira, o perfil geral de conservadores formados no Curso de Museus-MHN, visto que nem todos atuaram no MHN. O perfil entre os autores é semelhante na formação e atuação. Importante lembrar que os ex-alunos que foram trabalhar com seus professores compartilharam com os mestres a prática e o método de trabalho.

Foi selecionada uma amostragem de artigos publicados nos Anais do Museu Histórico Nacional a fim de identificar, na produção intelectual das conservadoras e conservadores de museus, o método de estudo sobre os acervos preservado no MHN. Dois pontos estruturaram a seleção da amostragem de artigos nos primeiros dez volumes da publicação: 1) autores

egressos do Curso de Museus-MHN; 2) dentre os artigos, os temas correspondentes às tipologias de acervos identificadas no volume II da publicação I.T.M.

O exame dos artigos teve como metodologia a análise de conteúdo pela temática segundo os critérios de Bardin (2016). Entendemos a revista ANAIS MHN como um dos veículos de comunicação do Museu com seu público e por este motivo, os recursos de comunicação apresentados nestes artigos é um importante material a ser analisado para identificarmos o método de estudo e interpretação dos acervos do MHN pela equipe de conservadores e que influía em toda uma cadeia de musealização¹⁵⁷. Sigamos para a análise.

Análise temática dos artigos produzidos entre 1940 e 1949, volumes 1 ao 10 (publicação 1941 a 1959):

- A coleção do MHN 'ilustrava' a escrita da narrativa histórica vigente no Museu daquele período. O objeto era tratado como elemento essencial para a Museografia, percebida como escrita do museu. Os estudos dos acervos se fundamentavam na visualidade e materialidade dos objetos apresentados e suas qualificações estavam relacionadas ao possuidor (herói) ou ao criador/produtor (artífice). A grande maioria dos artigos são dedicados aos estudos dos acervos preservados no MHN¹⁵⁸. Por meio da linguagem escrita foram construídas imagens e a estrutura dos artigos se assemelha a um percurso expositivo de caráter cronológico. A narrativa empreendida é explicativo/descritivo – informação direta, detalhista quanto a forma do objeto e pontual quanto ao seu uso no contexto social – e, por vezes literário/cronista – construção dos cenários que envolviam os objetos, relação objeto/contexto/personagem. Em ambos os tipos há o uso excessivo de adjetivos que qualificam os acervos, como se este fosse o elemento determinante para justificar sua entrada no museu (musealização).

Elementos de recurso na narrativa a partir dos objetos:

- **Iconografia:** Identificamos o elemento iconográfico como estruturante da metodologia utilizada pelos autores/conservadores para a análise do objeto. A iconografia aparece como fonte documental primária e/ou fonte secundária, para extrair informações complementares fora da materialidade do objeto, como usos e contextos ou, para justificá-los. Em alguns casos, substitui o objeto em si. Fontes iconográficas eram consultadas ou mesmo utilizadas como aporte para descrição dos acervos.

- **escrita biográfica:** fatos e feitos de personalidades selecionadas. O personagem, geralmente herói de guerra, representante de família colonizadora, figura política ou todos simultaneamente era apresentado por meio das suas marcas de distinção – objetos de

¹⁵⁷ Lembramos que este termo ainda não havia sido criado e difundido na época.

¹⁵⁸ Observou-se pelo sumário dos volumes selecionados, paulatina mudança de orientação temática nos artigos, os volumes 8 e 9, possuem textos que tratam de temas como educação em museus e público específico, como o das crianças.

uso exclusivo e relacionados aos fatos em que o personagem participou. Destaque para as insígnias (brasões, condecorações...). Neste caso, o texto destaca (exalta) o biografado e não o objeto em si, este é instrumentalizado para justificar a importância da figura histórica.

- **Valorização da técnica e do material:** os textos explicativos/descritivos valorizam a peça por suas qualidades intrínsecas, a matéria prima ou a origem da manufatura. Distinção técnica e do artífice em relação a outros semelhantes, mas não de mesma qualidade e procedência.

- **Valorização do “espírito” e do gênio humano:** no início do século XX não era explicitado por escrito a valorização do imaterial, este, em alguns casos era chamado de “espírito”, geralmente empregado em estudos da cultura popular. Contudo, mesmo se tratando de acervos representativos das classes hegemônica e dominante, observou-se a valorização do “espírito” tanto dos heróis quanto dos criadores dos objetos, neste caso o gênio (relativo aos saberes) dos artesãos.

O que foi verificado nestes artigos é que as conservadoras e conservadores do MHN seguiram a abordagem e o método de análise dos acervos que seus professores haviam estabelecido e, em alguns casos, até o mesmo estilo de escrita romanceada. Este estilo era um recurso retórico que justificava a valorização das coleções como subsídio do discurso museográfico a serviço da construção de uma narrativa histórica de cunho nacionalista, cujo objetivo era o de instruir através de referências dum passado glorioso. As técnicas museográficas eram aplicadas aos temas históricos e artísticos, como aparece na matriz curricular a partir de 1945, mas foi possível verificar o uso desta metodologia em ex-alunos que receberam treinamento ainda na matriz inaugural, o que comprova que a matriz de 1944 consolidou um método já praticado pelos professores.

A concepção de ensino estabelecida no Curso de Museus - MHN contribuiu para a formação de uma das facetas da representação social do cargo de “Conservador”, o de especialista em coleções históricas e artísticas. A *expertise* nesses acervos, cujo trabalho priorizava a identificação da autenticidade e a preservação da materialidade foi desenvolvida a partir da aplicação das técnicas museográficas na qual o patrimônio era lido a partir de discursos disciplinares e científicos, uma tendência internacional. A narrativa histórica era complementada e ilustrada por conhecimentos especiais denominados como auxiliares da História que interpretavam as coleções, os objetos, as imagens.

A museografia desdobrava-se em ações que visavam aprimorar as exposições e o espaço arquitetônico dos museus, bem como restaurar para recuperar bens históricos e artísticos conservando-os para outras gerações. O Curso de Museus foi assim, uma instituição brasileira que seguiu boa parte de uma tendência majoritária vigente na primeira metade do século XX para formação de pessoal habilitado no trabalho em museus.

CAPÍTULO 3

DO CONSERVADOR DE MUSEUS AO MUSEÓLOGO: A CONFORMAÇÃO DE UMA PROFISSÃO

3. DO CONSERVADOR DE MUSEUS AO MUSEÓLOGO: A CONFORMAÇÃO DE UMA PROFISSÃO

O processo de profissionalização é composto por diferentes sujeitos e suas relações em espaços institucionalizados ou em vias de institucionalização, e reflete dado cenário geopolítico, econômico e social. O caminho trilhado nesta pesquisa considera a profissionalização da Museologia no Brasil como evento histórico e social e, portanto, não apartado das ações políticas do Estado que impactaram o mercado de trabalho daqueles que foram habilitados especialmente para exercer atividades técnicas no espaço museu.

Ações da administração pública federal ocorridas entre as décadas de 1930 e 1940 promoveram a institucionalização do ensino formal da “Museologia-Museografia” no Brasil. Tal institucionalização atendeu à demanda por mão de obra especializada no trabalho em museus, reflexo da ampliação do número de instituições museais¹⁵⁹ criadas naquele período no Brasil e da reestruturação do serviço público no âmbito federal.

Após apresentar como foram construídas as bases do treinamento no conhecimento das conservadoras e conservadores de museus, debruçamo-nos sobre as questões que envolveram o mercado de trabalho brasileiro e que absorveu aqueles que foram credenciados pelo Curso de Museus - MHN para o exercício da ocupação. Em destaque, estão ações do Estado que proporcionaram “abrigo no mercado” de trabalho aos diplomados daquela instituição de ensino, bem como sua descontinuidade devido às mudanças de diretrizes políticas e de governos ocorridas durante as três principais décadas que abarcam essa análise (1940, 1950 e 1960) e que impulsionaram o surgimento do movimento associativo de classe.

Ao final deste capítulo abordamos a questão da representação social do “Conservador de Museus”, já não somente como um cargo do serviço público, mas como uma ideia de profissão especializada e que influenciou o autorreconhecimento da profissão museólogo no contexto brasileiro.

3.1 O cargo de “Conservador de museus” do Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP

A realidade da administração pública no Brasil após a criação do DASP e a implementação de uma política para o provimento de cargos técnicos por concursos, pode ser

¹⁵⁹ Os dados quantitativos que demonstram o crescimento exponencial de museus inaugurados no país podem ser vistos no Gráfico 3 da publicação *Museus em números – Panorama Nacional*, v. 1, p. 59 (IBRAM / MINC, 2010). Entre 1931 e 1950, 19 museus foram criados e de 1951 a 1960 mais 74 museus. Segundo a mesma publicação, mais de 60% dos museus brasileiros são da administração pública.

interpretada como um dos fatores que contribuíram para a conformação de uma profissão específica de museus no Brasil. Sob o cargo de “Conservador de museus” vários egressos do Curso de Museus - MHN puderam exercer funções técnicas em museus e no patrimônio e aplicarem seus conhecimentos adquiridos na formação específica que receberam, uma vez que o cargo fora criado vinculado àquela instituição de ensino, o que conferia indícios de *status* profissional à ocupação num primeiro momento.

De início o Curso de Museus - MHN, então submetido ao Ministério da Educação e Saúde, também sob a gestão do governo federal, foi reconhecido como instituição de ensino que conferiria a *expertise* necessária ao servidor que ingressasse no cargo de “Conservador de Museus”. Destarte, tanto o treinamento especializado (via ensino formal), quanto o “abrigo no mercado” de trabalho foram favorecidos pelas políticas centralizadoras do período estadonovista. O perfil de técnico diplomado para ocupar o cargo ficou estabelecido com a consolidação da formação específica e com a realização dos primeiros concursos. Contudo, a exigência do diploma do curso não permaneceu como critério exclusivo para ingresso no cargo. Em relatório do primeiro Anuário do Museu Nacional de Belas Artes, MNBA podemos ter uma visão clara daquele momento de criação do cargo e da organização dos primeiros concursos.

Creado, como sabemos, o Museu Nacional de Belas Artes pela reforma do Ministério da Educação e Saúde, Lei 378 de 13 de janeiro de 1937 [...] pela mesma reforma do Ministério **foram criados** (sic) **cargos na carreira do Conservador, cuja efetivação só seria concedida mediante concurso público realizado pelo D.A.S.P. Depois de transcorridos dois anos cogitou-se de sua organização, de acordo com as Instruções Gerais da portaria nº 117 de 25 de fevereiro de 1937. Saem as Instruções Especiais primeira a 23 de agosto do mesmo ano, pela portaria nº 230, regulando o concurso de provas para o provimento em cargos da “classe inicial” da carreira de Conservador, com a cláusula de que só poderiam se inscrever os diplomados pelo Curso de Museus. Mais tarde, pela portaria nº 250 de 6 de outubro, as atribuições desse concurso foram ampliadas, perdendo o caráter de provimento de carreira inicial e a obrigatoriedade do dito diploma.** Em substituição, teve este acentuado valor de 240 pontos, que num concurso de Provas e Títulos foi de importância capital. [...]

As aprovações obtidas não foram suficientes para preencher as vagas no quadro e um **segundo concurso** foi, assim, organizado meses depois, segundo Instruções Especiais da Portaria nº 430 de 16 de fevereiro de 1940, com pequenas modificações da que regulou o precedente. **O diploma do Curso de Museus perdeu o seu valor extraordinário, passando de 240 a 160 pontos, com a mudança de peso 3 para 2 na contagem dos Títulos.** (sic) (Anuário do Museu Nacional de Belas Artes, nº. 2, ano 1940, grifo nosso).

Das vagas do primeiro concurso, dez das treze abertas foram ocupadas por ex-alunas e ex-alunos do Curso de Museus-MHN demonstrando que o treinamento para ocupar o cargo fez diferença, mesmo com a perda do peso do diploma como havia sido previsto naquele processo seletivo. Das vagas destinadas ao MNBA, todas do primeiro concurso foram ocupadas por egressas do curso, sendo elas: Elza Ramos Peixoto (segunda colocada na

classificação geral); Regina Monteiro Real (terceira colocada); Regina Liberalli (quinta colocada); Lygia Martins Costa (oitava colocada); Maria Barreto (nona colocada). Para o Museu Histórico Nacional foram aprovados os seguintes nomes, egressos do mesmo curso: Luiz Marques Poliano (primeiro colocado na classificação geral); Yolanda Marcondes Portugal (quarta colocada); Nair de Moraes Carvalho (sexta colocada); Octávia de Castro Corrêa (sétima colocada) e Adolfo Dumans (décimo colocado) (SEOANE, 2016, p. 71).

Durante o Estado Novo da Era Vargas (1937-1945) foram realizados quatro concursos públicos federais organizados pelo DASP para ocupar o cargo de “Conservador de museus”. O primeiro, como mencionado acima, foi realizado em 1939-40 e os demais em sequência: 1941, 1942, 1944 e 1945 e, depois 1950 como pode ser constatado em documentos que compõem as coleções daqueles conservadores e conservadoras que doaram seus registros ao NUMMUS e como consta em anúncios de jornais de época. Os concursos foram mais regulares no período do Estado Novo, momento de maior centralidade do poder político nas mãos do executivo.

O DASP, entendemos, pode ser considerado como uma instituição que marcou as ações centralizadoras do governo Vargas em seu período ditatorial, visto que o Departamento era diretamente ligado à figura do chefe de Estado, como é possível ler no artigo segundo retirado do Decreto-Lei nº 579 de 30 de julho de 1938, que criou o Departamento,

Art. 2º Compete ao D. A. S. P.:

a) o estado pormenorizado das repartições, departamentos e estabelecimentos públicos, com o fim de determinar, do ponto de vista da economia e **eficiência**, as modificações a serem feitas na organização dos serviços públicos, sua distribuição e agrupamentos, dotações orçamentárias, condições e processos de trabalho, relações de uns com os outros e com o público;

b) **organizar anualmente, de acordo com as instruções do Presidente da República**, a proposta orçamentária a ser enviada por este à Câmara dos Deputados;

c) fiscalizar, **por delegação do Presidente da República** e na conformidade das suas instruções, a execução orçamentária;

d) selecionar os candidatos aos cargos públicos federais, excetuados os das Secretarias da Câmara dos Deputados e do Conselho Federal e os do magistério e da magistratura;

e) **promover a readaptação e o aperfeiçoamento dos funcionários civis da União**;

f) estudar e fixar os padrões e especificações do material para uso nos serviços públicos;

g) **auxiliar o Presidente da República no exame dos projetos de lei submetidos a sanção**;

h) inspecionar os serviços públicos;

i) **apresentar anualmente ao Presidente da República relatório pormenorizado dos trabalhos realizados e em andamento.** (grifo nosso)¹⁶⁰

O DASP foi construído com base na valorização da *expertise*; das habilidades técnicas dos servidores civis, profissionais que ingressassem no serviço público por meio do mérito técnico (diplomação) seguindo uma metodologia administrativa norte americana, reflexo das políticas de aproximação entre Brasil e Estados Unidos na década de 1930 e intensificada durante os anos da Segunda Guerra Mundial.

Esse Departamento refletiu, nos primeiros anos de sua existência, a participação do Estado na regulação da reserva de um emergente “abrigo no mercado” de trabalho aos egressos do Curso de Museus - MHN, isso porque esta foi a instituição responsável pelos concursos e planos de cargos e salários. Tais medidas conectavam Estado e treinamento no conhecimento, binômio destacado na metodologia freidsoniana como um dos fundamentos para o avanço do processo de profissionalização. E neste sentido, o período do Estado Novo foi de suma importância para nosso objeto de estudo, pois foi na Era Vargas que efetivamente o processo de profissionalização da Museologia começou no Brasil; “Antes da Era Vargas, não havia regras para a contratação de funcionários na máquina pública, muito menos plano de salários, hierarquização, funções e carreiras” (SILVA, 2006 apud NICOLAU, 2014). O reconhecimento das atividades museográficas através da remuneração e o credenciamento do Estado ao promover concursos para diplomados, ou seja, aqueles que receberam treinamento especializado para tal função foram pontos fundamentais na profissionalização da Museologia no Brasil. Todavia, as políticas de reorganização dos servidores públicos para fins de uma reforma administrativa, não começaram com a criação do DASP, este foi resultado de ações precedentes que pavimentaram o caminho que o governo pretendia construir.

Getúlio Vargas (1930-1945) criou novos ministérios, numerosos departamentos e comissões e apontou novos caminhos para o desenvolvimento de políticas nacionais, promovendo reformas na organização de serviços públicos no país, nos âmbitos federal, estadual e municipal. Na esfera administrativa federal, as reformas empreendidas pelo governo, a partir de 1935, relacionavam-se à necessidade do então chamado “reajustamento” ou consolidação de uma nova regulação da administração pública, de cargos, de salários e de funções. Com a criação da Subcomissão Nabuco, pelo Congresso Brasileiro, em 25 de setembro de 1935, foi feito um estudo para avaliar o andamento dos serviços públicos. Esse estudo incluía a classificação de cargos, os problemas salariais, a criação de métodos de seleção do funcionalismo e o universalismo de procedimentos nas repartições, tarefas consideradas primordiais no Estado varguista para o desenvolvimento de políticas nacionais, sob o discurso da modernização e da extinção do clientelismo existente no período então chamado de República Velha. A partir do desenvolvimento do trabalho dessa Comissão, no ano seguinte foi criado o Conselho Federal do Serviço Público Civil (CFSPC). [...] Em 1938, o CFSPC se transformou em um novo departamento cuja função era organizar, direcionar e padronizar o serviço público brasileiro, o

¹⁶⁰ Decreto-Lei Nº 579 de 30 de julho 1938. “Organiza o Departamento Administrativo do Serviço Público, reorganiza as Comissões de Eficiência dos Ministérios e dá outras providências.”

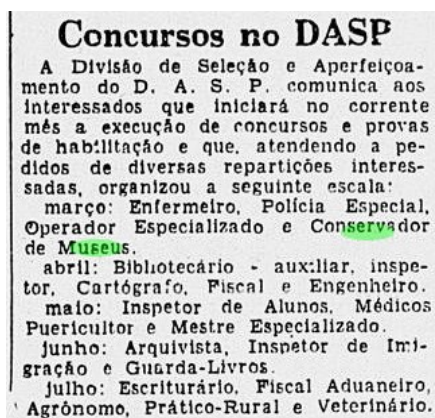
Departamento Administrativo do Serviço Público, o DASP [...]. (RABELO, 2019, p.3-4)

A reforma da administração pública brasileira começou a ser pensada em meados dos anos de 1930 e visava pôr fim às indicações políticas, que denotava a influência das oligarquias, situação recorrente no país desde o Império e que foi mantido durante a Primeira República (NICOLAU, 2014). As mudanças na geopolítica brasileira refletiam os avanços do processo de industrialização e das exigências da classe trabalhadora. Foi preciso promover mudanças urgentes nos âmbitos econômico e social brasileiro e, assim, foram criadas e implementadas várias instituições com diferentes objetivos a fim de reorganizar o Estado para que este servisse à população. Para tanto era preciso pessoal técnico capacitado na execução dos serviços prestados. Neste sentido, podemos entender melhor a visão exposta no Decreto de criação do Curso de Museus - MHN que, como apresentado no capítulo anterior, já submetia a ocupação do cargo de terceiro oficial à formação específica do curso, ou seja, em 1932 vemos a antecipação da mentalidade de profissionalização no setor dos museus. O que no decorrer da mesma década só foi aperfeiçoado e beneficiado com as políticas do período varguista em sua forma mais centralizadora.

Durante o Estado Novo houve um aumento significativo de cargos do funcionalismo público civil nunca, antes, registrados no país (NICOLAU, 2014). E o papel do DASP no contexto da administração pública federal estava diretamente ligado à ideia de “Estado forte” e afinado com as políticas de industrialização e desenvolvimento econômico do país. Algo que não ocorreu durante os anos da Primeira República e que, posteriormente, com o fim do Estado Novo, declinou significativamente (D’ ARAÚJO, 2011, p.28 apud NICOLAU, 2014). Com o retorno de Getúlio Vargas ao poder executivo em 1951, o DASP começou um processo de reformas administrativas que visavam o retorno dos seus objetivos primeiros, então adormecidos nos anos do governo Dutra, porém, nenhuma delas chegou a ser introduzida de forma efetiva.

Ainda no ano de 1950, encontramos notícia de um concurso para “Conservador de Museus” que nessa altura vinha apresentar um perfil de cargo guarda-chuva de diferentes ocupações ligadas aos campos da Educação e da Cultura, visto que a diplomação do Curso de Museus - MHN não tinha valor excludente.

Figura 05. Anúncio concurso para cargo de “Conservador de Museus”



Fonte: Diário de Notícias. 17 de março de 1950. Hemeroteca da Biblioteca Nacional

O período áureo do DASP, todavia, correspondeu ao Estado Novo, momento no qual foram realizados os quatro primeiros concursos para provimento de cargos para “Conservador de Museus”. Esses concursos fizeram parte de um projeto político que envolveu o campo da cultura e foi acompanhado da criação de novas instituições museais e do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o SPHAN criado em 1937. Todo este cenário impulsionou e justificou a existência de um cargo específico para o trabalho técnico nos museus e com o patrimônio nacional, o que se refletia nas competências dos conservadores de museus à época, muito abrangente, aliás, pois incluía além dos cuidados de recuperação e conservação dos bens culturais (processamento técnico), a pesquisa em acervos históricos e artísticos, bem como a autenticação e avaliação de objetos e obras de arte, o que fazia os conservadores atuarem em toda cadeia de proteção dos bens culturais e disputar atividades com outras ocupações, como veremos mais adiante. Para fins de detalhamento sobre a atuação das primeiras gerações de conservadoras e conservadores, egressos do Curso de Museus - MHN que ocuparam o cargo, deve-se fazer a leitura dos currículos de cada um e observar as áreas de atuação em bibliografia específica¹⁶¹.

Os museus que foram criados na década de 1940 dialogavam com o ideário nacionalista vigente e acompanhavam, em sua grande maioria, a narrativa de passado heroico e de genialidade artística à semelhança do que era encontrado no Museu Histórico Nacional. Dentre os museus criados no período destacamos o Museu Nacional de Belas Artes (MNBA), no Rio de Janeiro, 1937, Museu Imperial, em Petrópolis, 1940, Museu Antonio Parreiras, em Niterói, 1942¹⁶² e Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, 1944.

¹⁶¹ Ver: SÁ, Ivan Coelho de. SIQUEIRA, Graciele Karine. Curso de Museus - MHN, 1932-1978: alunos, graduandos e atuação profissional. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Museologia, 2007.

¹⁶² Museu Antonio Parreiras, primeiro museu no Brasil dedicado a memória e a obra de um artista brasileiro.

O Poder Executivo, de feições autoritárias, que se deu após a promulgação da Constituição de 1937, promoveu diversas ações de impacto simbólico e cultural no país, além da criação de museus. No tocante ao aspecto cultural conferiu legalidade a ações que visavam à construção de uma identidade nacional homogênea e cujo centro irradiador encontrava-se no Distrito Federal, hoje a cidade do Rio de Janeiro¹⁶³. E, o que isso significou? Significou que dentre as ações em prol da construção de uma única cultura nacional, atos de cerceamento foram impostos aos hábitos e imagens cotidianas como o uso majoritário da língua portuguesa em solo brasileiro¹⁶⁴, uso das cores e dos símbolos pátrios de forma uniforme, sobretudo, a bandeira que deveria ser uma só a ser hasteada. O art. 2º da Constituição assim determinava, “A bandeira, o hino, o escudo e as armas nacionais são de uso obrigatório em todo o País. Não haverá outras bandeiras, hinos, escudos e armas. A lei regulará o uso dos símbolos nacionais.” Assim, em 1938, aconteceu a cerimônia da cremação das bandeiras de todas as federações, um ato simbólico para definir a bandeira nacional como unidade do povo brasileiro e demarcar a soberania do Estado Nacional Vargasista.

A importância do uso desses elementos simbólicos estava ancorada na capacidade de eles aglutinarem os cidadãos em torno do sentimento de pertencimento a uma nação, produzindo e despertando emoções e valores coletivos, fazendo os brasileiros se identificarem enquanto um grupo social único. Conforme observado por Montserrat Guibernau (1997), criar ou recriar símbolos faz parte dos nacionalismos que buscam manter ou aumentar a coesão social. (FRAGA; LAGO, 2021, p. 303).

Essa orientação política de cunho centralizador do governo de Vargas durante o Estado Novo suprimiu a autonomia das federações da República no que tange aos seus elementos simbólicos. Neste sentido, os museus foram importante instrumento para o discurso daquele governo nacionalista, visto que, nos museus, estavam ou seriam salvaguardadas, as representações de interesse nacional – a arte e a história oficiais. A fim de formar um corpo técnico que viabilizasse o sentido de cultura nacional e de museus sob o mesmo caráter, como o MNBA e o MHN, estas instituições receberam concursados do DASP para ocupar o cargo de “Conservador de Museus”.

Se por um lado havia modernização na estrutura dos serviços prestados pelo Estado, com novos fundamentos administrativos que priorizavam a diplomação e a *expertise* técnica por outro, as políticas eram dependentes do Poder Executivo e de suas diretrizes de pensamento autoritário, como vigorava na época. Os museus federais contavam com a máquina do Estado para se profissionalizar, enquanto que, nas esferas municipal e estadual das demais regiões do Brasil, a fim de suprir o corpo técnico com especialistas, as instituições museais existentes foram buscar formação específica para o trabalho em museus a partir do

¹⁶³ Capital federal até o ano de 1961 quando o Distrito Federal foi transferido para Brasília pelo então presidente Juscelino Kubitschek.

¹⁶⁴ As colônias de imigrantes europeus, sobretudo de origem alemã, e japoneses foram proibidas de se comunicar em seus idiomas nativos.

programa de bolsistas do Curso de Museus - MHN, no qual se matricularam funcionários públicos de seus respectivos estados e cidades, como apontado na discussão sobre a “Reforma de 44”, no capítulo 2.

Esses funcionários receberam formação aperfeiçoada e habilitação para retornarem aos museus regionais nos quais já trabalhavam. Assim, num primeiro momento, não foram feitos concursos destinados a todos os municípios e estados brasileiros, pois pessoas já do quadro de servidores haviam feito o Curso de Museus - MHN, a fim de suprir a demanda por mão de obra especializada para o trabalho em museus. Importante destacar que esses funcionários regionais precisaram deslocar-se de suas cidades e estados para receber formação no Distrito Federal (Rio de Janeiro) e por isso recebiam uma bolsa de estudos. Não houve, naquele momento, uma preocupação em ampliar, com a criação de novos cursos, o treinamento de profissionais de museus. **Este fato fez com que o Curso de Museus - MHN fosse transformado numa instituição central e irradiadora do saber técnico-científico ali ensinado.** O Curso de Museus - MHN acabou por refletir o caráter centralizador do governo varguista, algo sintomático do pensamento político brasileiro do início da década de 1940.

O espírito nacionalista era o mote daqueles anos em que o cargo de “Conservador de Museus” foi remodelado e se consolidou no mercado de trabalho, mercado este mais amplo do que do Museu Histórico Nacional.

Novos e diversificados museus privados, públicos e mistos foram criados a partir dos anos 30, na esteira da modernização e do fortalecimento do Estado, que passou, então, a interferir diretamente na vida social, nas relações de trabalho e nos campos da educação, saúde e cultura. A notável proliferação de museus iniciada nesta década prolongou-se e ampliou-se nos anos 40 e 50, atravessou a Segunda Guerra Mundial e a denominada Era Vargas, atingindo, com vigor, os chamados anos dourados. É importante registrar que essa proliferação não se traduziu apenas em termos de quantidade, ela trouxe uma nova forma de compreensão dos museus e um maior esforço para a profissionalização do campo. (RANGEL, 2011, p.120).

O período descrito por Rangel abarca, justamente, o foco da análise investigativa desta tese e demonstra o desenvolvimento de uma necessidade para a sociedade brasileira: da criação, organização e manutenção de museus de diferentes tipologias – ou da gestão museológica, como entendemos na atualidade. As políticas públicas voltadas à cultura foram mais efetivas em relação às instituições museais a partir da década de 30, “Nesse período ocorre à implantação de instituições com uma visão estratégica e mais consolidada a respeito do papel da cultura e da ação do Estado.” (NASCIMENTO JÚNIOR, 2020, p.112) e para que os museus fossem instrumentos políticos mais eficazes, a capacitação de pessoal com *expertise* era um passo estratégico. Sendo assim, a instituição de um cargo voltado para a “aplicação prática” de ações que fizessem os museus funcionarem a serviço do Estado foi parte da política de governo daquele momento.

A identificação de uma necessidade é um ponto forte para o processo de profissionalização, visto que uma necessidade pressupõe a resolução de um problema complexo que precisa ser resolvido mediante técnicas específicas executadas por pessoal habilitado. Essa visão está submetida à abordagem funcionalista sobre a divisão social do trabalho que não é a premissa principal do método dessa investigação, mas que foi o ponto de partida das análises clássicas que se debruçaram sobre o problema da profissionalização e influenciaram, em certa medida, as vertentes subsequentes. A abordagem interacionista que seguimos, não descarta de todo a identificação da necessidade para fins de reconhecimento de um campo profissional, mas agrega a ela outros fatores de igual importância.

Antes do programa de bolsas ser implementado na década de 1940, alguns alunos do Curso de Museus - MHN já apresentavam a característica de serem funcionários do quadro institucional daquele Museu e, antes do provimento de cargos para “Conservador de Museus” ser instituído, alguns egressos passaram a ocupar o cargo de terceiro oficial que seria equivalente ao conservador devido as atribuições. Freidson (2019, p.72-76) lembra-nos que essas relações políticas entre os membros de ocupação com as esferas de poder público são modeladoras do processo de profissionalização, ou seja, a competência técnica via diplomação em uma instituição de ensino formal não é suficiente, ela precisa das alianças políticas que viabilizam a entrada e permanência dos membros de ocupação no mercado de trabalho. Isso faz com que o sujeito, se diplomado, ateste o poder do treinamento e, por conseguinte, do conhecimento exclusivo que recebeu.

A construção do mercado de trabalho para atuação de ex-alunos formados pelo Curso de Museus - MHN aconteceu simultaneamente à consolidação daquela instituição de ensino. O curso se expandiu junto com o mercado de trabalho e a existência do curso possibilitou a concretização da visão de especialidade técnica para o trabalho em museus, percepção alinhada aos moldes administrativos que o Estado Novo pretendia empregar. Contudo, as relações políticas entre agentes defensores do cargo de “Conservador de Museus” e os dirigentes de governo, não foram continuadas de modo que mantivesse o “abrigo no mercado” de trabalho daqueles que se diplomavam no Curso de Museus, como previsto num primeiro momento. O credenciamento da carreira de “Conservador” não acompanhou o desenvolvimento do campo museal no Brasil. O “abrigo no mercado” de trabalho não foi garantido e a realidade de empregabilidade e atuação da ocupação, entre as décadas de 1950 e 1960, foi precarizada.

A década de 1950 começou com uma perda significativa para a carreira na administração pública federal, a perda do reconhecimento do cargo ser de nível superior para os candidatos e a falta progressiva de novos concursos. Esse fato deu-se, também, pelas sucessivas mudanças de diretrizes pelas quais o DASP passou. O Departamento teve uma

duração longa, porém instável, decorrente das diferentes gestões as quais pertenceu. Quatro presidentes eleitos democraticamente¹⁶⁵ e o maior período ditatorial da história recente do país, o regime comandado por Generais do Exército¹⁶⁶ após o Golpe de 31 de março de 1964. Sua extinção ocorreu durante a recondução do Brasil ao regime de Estado democrático, em 1986.

Durante este longo período de existência o Departamento passou por tentativas de reformas, contudo, a reforma administrativa que surtiu maior efeito e impacto na organização do corpo de servidores civis foi aquela que começou a ser realizada no ano de 1967. Neste mesmo momento político o DASP teve seu nome modificado, mas a sigla foi mantida. Passou a ser denominado Departamento Administrativo do Pessoal Civil¹⁶⁷. Nicolau nos traz um breve panorama deste período conturbado entre os anos de 1950 e 1960 para o Departamento.

Quando Getúlio Vargas voltou à Presidência, democraticamente, em 1951, tentou trazer o mérito novamente ao serviço público, mas, assim como aconteceu a partir de 1930, a sociedade brasileira já estava em um processo de mudança. O DASP estava muito burocrático para a época, e era necessária uma nova reforma administrativa. Destarte, a partir de 1952, começaram as tentativas de reforma do serviço público, mas, nenhuma obteve sucesso. A reforma administrativa só foi possível em 1967, já no Regime Militar, **porém, o DASP não conseguiu trazer a meritocracia novamente ao Serviço Público, pois os cargos públicos voltaram a ser entregue aos interesses políticos.** (NICOLAU, 2014, p.14. Grifo nosso)

A partir do cenário político de mudanças estruturais que foi iniciado após a instauração dos governos de exceção liderados pelos Generais do Exército, ocorreu um fato significativo que afetou o caráter de “amplitude e profundidade” do cargo de “Conservador de Museus”. Foi implementado no serviço público, na área do patrimônio, o cargo de “Conservador do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”, voltado para o trabalho de intervenção física nos monumentos e obras de arte (sobretudo pintura) sob a custódia da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), atual IPHAN. Deste modo, ocorreu uma subdivisão de atividades entre os dois cargos de conservadores.

As mudanças estruturais na administração pública iniciadas a partir de 1960 provocaram uma redistribuição de atribuições das ações executadas pelos servidores civis. No que tange a atuação com o Patrimônio Nacional, houve a subdivisão de cargos dentro de uma mesma classe operacional. Destacamos no quadro a seguir as diferenças no escopo de trabalho e as convergências na atuação, que identificam as premissas de duas ocupações diferentes e que acabaram por separar e definir as atribuições daqueles que são hoje

¹⁶⁵ Eurico Gaspar Dutra (1946-1951); Getúlio Vargas (1951-1954); Juscelino Kubitschek (1956 - 1961); Jânio Quadros (1961).

¹⁶⁶ Que perdurou entre 1964 e 1985, quando foi eleito por meio indireto o presidente Tancredo Neves, o qual não chegou a tomar posse devido a complicações no quadro de saúde que o levou a óbito em 21 de abril de 1985, sendo assim o país governado pelo então vice-presidente José Sarney.

¹⁶⁷ Decreto-Lei Nº 200 de 1967, substituído pela Lei Nº 6.228 de 1973 que alterou a nomenclatura retornando para Departamento Administrativo do Serviço Público.

identificados como profissional museólogo e profissional restaurador ou restaurador-conservador, como se auto identificam mais recentemente.

Antes da leitura do quadro cabem algumas explicações sobre a estrutura da administração pública proposta pela Lei Nº 3.780, de 12 de julho de 1960:

Art. 4º Para os efeitos desta lei:

I - Cargo é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um funcionário, mantidas as características de criação por lei, denominação própria, número certo e pagamento pelos cofres da União.

II - Classe é o agrupamento de cargos da mesma denominação e com iguais atribuições e responsabilidades.

III - Série de classes é o conjunto de classes da mesma natureza de trabalho, dispostas hierarquicamente, de acôrdo (sic) com o grau de dificuldade das atribuições e nível de responsabilidades, e constituem a linha natural de promoção do funcionário.

IV - Grupo ocupacional compreende séries de classes ou classes que dizem respeito a atividades profissionais correlatas ou afins, quanto à natureza dos respectivos trabalhos ou ao ramo de conhecimentos aplicados no seu desempenho.

V - Serviço é a justaposição de grupos ocupacionais, tendo em vista a identidade, a similaridade ou a conexidade das respectivas atividades profissionais.

QUADRO 4 – ANÁLISE DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE CONSERVADOR DE MUSEUS E CONSERVADOR DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, DASP

Lei Nº 3.780 de 12 de julho de 1960. <u>Implementada pela Portaria de 23 de abril de 1968</u>		
<p>Grupo Operacional: Patrimônio Histórico, Artístico e Museu Código: EC-600 Definição:</p> <p>Compreende classes que tenham como atribuições a coleta, autenticação, seleção, conservação, exibição, pesquisas e estudos relacionados com coleções existentes em museus históricos, artísticos ou científicos, bem como os relacionados com a recuperação e conservação do patrimônio histórico e artístico nacional.</p>		
Série de classes: Conservador de Museu Código: EC-601	ANÁLISE PONTOS CONVERGENTES	Série de Classes: Conservador do Patrimônio Histórico e Artístico Código: EC-604
<p>“Definição: Compreende classes que tenham como atribuições a identificação, classificação, catalogação, seleção e aquisição de peças e objetos de arte para exposição em museus, bem como as relacionadas com a recuperação e conservação do patrimônio histórico e artístico nacional.”</p>	<p>“recuperação e conservação do patrimônio histórico e artístico nacional.”</p> <p>No quesito definição observar a sobreposição de objetivos. Fato negativo para a profissionalização de ambas as ocupações, visto que há concorrência entre as atribuições, mesmo o escopo do conservador de museus sendo mais abrangente. O ideal é que não houvesse sobreposição.</p>	<p>“Definição: Compreende classes que têm por atribuições trabalhos de conservação e recuperação do patrimônio histórico e artístico nacional.”</p>
Classe Descrição sintética Exemplos típicos de tarefas Conservador de Museu Código: EC-601.20-B.	ANÁLISE PONTOS DIVERGENTES	Classe Descrição sintética Exemplos típicos de tarefas Conservador do Patrimônio Histórico e Artístico B Código: EC-604.20-B.
<p>“Os ocupantes dos cargos desta classe têm por atribuição supervisionar e coordenar serviços relacionados com a identificação, classificação, catalogação, seleção e aquisição de peças e objetos de arte para exposição em museus. Supervisionar serviços, grupos de trabalho ou</p>	<p>O “Conservador de Museus” não tinha por atribuição a restauração e limpeza de quadros a óleo, bem como o controle e supervisão da conservação e restauração das pinturas, dos monumentos arquitetônicos e do bem móvel a ele integrado.</p>	<p>“Os ocupantes dos cargos desta classe têm por atribuições supervisionar e coordenar trabalhos de conservação e recuperação do patrimônio histórico e artístico nacional. Supervisionar serviços, seções, grupos de trabalho ou unidades correspondentes;</p>

<p>unidades correspondentes; assessorar autoridades superiores em assuntos pertinentes à função; coordenar, orientar e revisar trabalhos de identificação, classificação e catalogação de objetos de arte e outras peças de museu; proceder à perícia no que concerne ao valor artístico e autenticidade dos objetos; emitir pareceres sobre as peças submetidas à sua apreciação; indicar obras de arte e outras a serem adquiridas pelo museu; emitir pareceres sobre a entrada e saída de obras do país; realizar e opinar nas questões técnicas submetidas.”</p>	<p>Todavia, era responsável pela identificação, classificação, catalogação, seleção e aquisição dos bens culturais para exibição em museus; no proceder à perícia de arte – conferir autenticidade e valor – a partir da emissão de pareceres, o que embasaria a aquisição de acervos e organizaria a entrada e saída de objetos culturais do país, ou seja, um funcionário capacitado na seleção e eleição do valor simbólico do patrimônio histórico e artístico nacional. Não há menção sobre valor financeiro desses bens.</p> <p>Enquanto, o “Conservador do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” tem em suas atividades a centralidade técnica da conservação e restauração das obras e monumentos.</p>	<p>assessorar autoridades superiores em assuntos pertinentes à função; coordenar e orientar trabalhos de restauração e limpeza de quadros a óleo; controlar a conservação e restauração de pinturas artísticas e históricas, murais que decoram igrejas, conventos e demais monumentos tombados pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; revisar ou deleitar obras de conservação e restauração nos monumentos tombados; examinar obras de arte para fins de identificação; pesquisar nos arquivos e bibliotecas elementos documentais referentes às artes plásticas do Brasil e seus autores; opinar nos casos submetidos à sua apreciação; e executar outras tarefas semelhantes.”</p>
--	---	--

Fonte: Da autora. Adaptado de CASTRO, p.165-168. Grifo nosso.

A descrição dos dois cargos indica zonas de sobreposição quanto ao mesmo objetivo ocupacional, a “recuperação e conservação do patrimônio histórico e artístico nacional.”. Isso é um fator problemático para a definição de “saber esotérico” do profissional, pois se mais de uma ocupação atende à mesma necessidade e exerce função similar, não há base para que seja reivindicado o *status* de profissão para nenhuma delas. O “saber esotérico” subentende exclusividade, pois do contrário não há controle sobre a concorrência. Todavia, ao analisarmos a descrição das tarefas de maneira detalhada percebe-se que o escopo de atuação diverge em vários pontos, sendo o dos conservadores de museus mais abrangente.

A atuação do “Conservador de Museus”, como aponta a legislação supracitada, percorria toda uma cadeia de ações que promovia a inserção do bem cultural nos museus, semelhante ao que entendem a maioria dos autores da Museologia hoje, no processo denominado como musealização. A musealização envolve a gestão das ações de preservação dos bens culturais e a legitimação da tutela desses bens pelo Estado ou pelos grupos que o elegem, mas para tanto é necessário que um profissional do campo da Museologia oriente essas ações de forma técnica e especializada, direta ou indiretamente¹⁶⁸, a depender dos modelos de gestão. Esse entendimento é recente, porém sua construção teve por base as atividades ocupacionais exercidas num contexto tradicional de ofícios aplicados nos museus e que incluíam as atribuições dos conservadores, ainda que essas atividades tenham sido revisadas e atualizadas no âmbito ideológico e ético. Verifica-se assim, no histórico dessas atividades, um fator essencial do processo de profissionalização daquela ocupação, a continuidade e o estabelecimento de ações específicas, ou seja, uma aplicação técnica validada pela prática experimental e cotidiana advinda do trabalho exercido em museus por aqueles agentes e que acabaram, a grande maioria delas, por serem estabelecidas como atribuição do museólogo, quando a profissão foi reconhecida legalmente no Brasil.

A Portaria que resultou na subdivisão das funções do cargo de “Conservador” no âmbito do DPHAN demonstra consequente perda no domínio de saberes e técnicas por parte das primeiras gerações de conservadores de museus, tendo em vista que muitos deles também atuavam na restauração, como Regina Liberalli e Geraldo Pitaguary. De todo modo,

¹⁶⁸ Nos últimos anos há uma discussão do campo disciplinar da Museologia que problematiza a tutela dos bens culturais e das práticas de musealização que se apropriaram das referências culturais de grupos sociais postos à margem, por séculos, dos discursos e narrativas dos museus. A memória desses grupos foram musealizadas sem contemplar valores próprios dessas culturas desde a origem dos museus. Nas três últimas décadas, os profissionais de museus e museólogos têm buscado construir uma lógica de trabalho de preservação dessas memórias e identidades, a partir das próprias referências e visão de mundo desses grupos. Esse tema não está contemplado em nossa pesquisa, mas faz-se necessário refletir sobre as relações profissionais entre museólogos e leigos no âmbito dessa ‘nova’ abordagem museológica para a gestão e preservação dos patrimônios, configuração que têm se firmado em nossa sociedade e é tão necessária para atender aos propósitos humanistas.

definir as atividades de domínio limitando-as e restringindo-as é um movimento necessário ao processo de profissionalização de uma ocupação.

Ao fim e ao cabo, o cenário daquele período estava repleto de ameaças. Havia, além da concorrência no escopo de atuação dentro do DPHAN, a fragilidade das relações de influência política por parte da classe, pois o cargo vinha sendo ocupado nos museus federais por quem não era habilitado e/ou diplomado, isso porque por anos concursos não foram prioridade para suprir a demanda dos museus e a *expertise* não era critério entre os dirigentes dos governos que se sucederam entre os anos de 1954 e 1967.

Diante desses acontecimentos, membros de ocupação começaram a se articular a fim de buscar soluções para melhorar sua situação de trabalho e carreira na administração pública. A profissionalização tornou-se uma constante nos temários dos encontros entre aqueles que trabalhavam em museus. As discussões envolviam as péssimas condições de trabalho e a carência de pessoal técnico nos museus e tudo isso subsidiou a criação do primeiro movimento associativo de classe no Brasil, a Associação Brasileira de Museologistas (1963), próximo tema de nossa análise.

3.2 Associativismo e autorreconhecimento profissional: movimento de classe no processo de profissionalização

As relações entre membros de ocupação e Estado podem ser constituídas de diferentes maneiras, a depender do regime político de governo e da maior ou menor centralidade das forças estatais. De maneira geral e simplista, entende-se que em regimes autoritários a tendência é que o movimento associativo perca força e influência, tendo em vista que o Estado tem maior controle sobre as diretrizes que conferem *status* profissional às ocupações, enquanto que em governos liberais torna-se comum que as associações tenham maior força para negociar seu “abrigo no mercado” de trabalho e controlar a atuação de seus membros, ou seja, dizer quem são os profissionais e demarcar o território de domínio técnico para atuação restrita. Contudo, tais relações de força não ocorrem de maneira simétrica em diferentes modelos políticos e econômicos e, portanto, cada contexto social precisa ser analisado como casos particulares. É preciso entender as variáveis que compõem cada grupo ocupacional em relação ao Estado e modelo político vigente naquela região. Por exemplo, as ações de influência da classe profissional dependem mais do alcance e acesso dos agentes representantes da profissão, de preferência quando integrados ao quadro político detentor de poder, do que propriamente do modelo de governo. Sendo assim, pode-se encontrar em governos centralizadores, agentes com maior poder de influência do que em governos liberais, como o inverso também é factível. Tudo vai depender das relações existentes entre os sujeitos do grupo ocupacional e os agentes de Estado.

No recorte de nossa análise perpassamos dois momentos marcados por governos autoritários e em cada um deles a situação da profissionalização da Museologia teve comportamento distinto no tocante das relações com as instituições do Estado. Durante o período varguista as políticas culturais foram uma ferramenta de legitimação do discurso nacionalista que visava à construção de um Estado forte e presente na vida do cidadão através de seus servidores. Assim, os museus nacionais tiveram como princípio serem ocupados por corpo técnico habilitado, isso porque houve uma vontade política que implementou a visão administrativa baseada na *expertise* e na meritocracia via concurso público. Ainda assim, não foi fácil para os membros de ocupação manter a influência em seus postos de atuação para assegurar o “abrigo no mercado” de trabalho que estava a ser estabelecido. Logo após a abertura política as garantias desse abrigo foram ameaçadas com medidas tomadas de maneira vertical pela administração federal, o que interveio na situação de prestígio do grupo ocupacional que se conformava. O cargo de “Conservador”, ao longo de seu percurso, foi uma carreira muito dependente das ações governamentais, principalmente no âmbito federal, o que fez de seus membros reféns das diretrizes políticas. O que ocorreu após o poder centralizador varguista foi um cenário de perdas de espaço ainda maiores, o que gerou um sentimento de busca pelo reconhecimento social daqueles que ocupavam o cargo de “Conservador de Museus” com treinamento no conhecimento direcionado às atividades específicas dos museus.

Depender das diretrizes políticas do governo para reconhecer ou não quem poderia atuar em museus denotava falta de autonomia política por parte dos membros de ocupação, naquele momento. O controle do Estado não beneficiou, em longo prazo, o “abrigo no mercado” de trabalho para conservadores de museus com formação específica. Os anos que se seguiram após o fim do Estado Novo não foram promissores, muito pelo contrário, em correspondência datada do ano de 1954 e direcionada aos membros da Comissão de Planos de Classificação de Cargos do DASP, Gustavo Barroso escreveu um “Memorial” para defender as funções, o conhecimento e principalmente o *status* do cargo de “Conservador de Museus”. O objetivo era de reverter a decisão de mudança de nível da carreira, o que fez o cargo deixar de ser considerado como de nível superior na estrutura administrativa do serviço público civil e, por consequência, ter os salários reduzidos. E a situação só piorou com o avançar dos anos. A falta de realização de concursos públicos era agravada com a nomeação para o cargo por quem não possuía habilitação adequada. O sentimento de indignação alcançou os estudantes do Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional, como podemos ver em denúncias feitas ao Jornal Correio da Manhã no ano de 1962.

Uma comissão de alunos do Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional, procurou o Correio da Manhã para fazer um apelo ao ministro da Educação e outras autoridades no sentido de controlar as nomeações de pessoas para

o cargo de técnico ou conservador de museus. Os alunos recordam a nomeação feita recentemente para aquele (sic) cargo empossando pessoas que, segundo disseram, não estava capacitada a exercê-lo (sic). (Correio da Manhã, 1962)

Figura 06. Detalhe Jornal Correio da Manhã. Seção Notícias Fluminenses. Junho de 1962



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional

O progressivo e agravante problema de colocação no mercado de trabalho, sobretudo no setor público federal, foi a principal motivação para a organização de um movimento associativo no início dos anos 60. Havia, no entanto, desde o final da década de 1940, um grupo atuante de “profissionais de museus” que discutiam a situação dos museus brasileiros. A ONICOM (Organização Nacional do ICOM ou Comitê Nacional do ICOM) foi criada em 1948, sendo a primeira iniciativa de reunião de profissões/ocupações de museus para a discussão dos problemas do campo museal brasileiro. As ações do Comitê não estavam ligadas às reivindicações por reconhecimento profissional por um grupo ocupacional específico, mas eram destinadas a discutir e pensar assuntos pertinentes aos museus de forma concatenada ao que acontecia no âmbito do Conselho Internacional de Museus, ICOM, então recém-criado (1946).

A filiação brasileira ao ICOM foi imediata, como narrou Lygia Martins Costa em entrevista ao NUMMUS. A partir da articulação e iniciativa de duas conservadoras do MNBA a correspondência enviada ao diretor daquele museu, Oswaldo Teixeira, pelo ICOM foi respondida de pronto. As conservadoras eram Regina Monteiro Real e Lygia Martins Costa. O diretor do MNBA foi integrado como membro do ICOM e tornou-se o primeiro presidente do Comitê Nacional no Brasil¹⁶⁹.

¹⁶⁹ COSTA, Lygia Martins. LYGIA MARTINS COSTA 100 ANOS. [Entrevista concedida ao NUMMUS.UNIRIO/CCH/Escola de Museologia/DEPM]. Vídeo documental. Rio de Janeiro, 2014.

A partir dessa filiação houve o estreitamento das relações das conservadoras e conservadores com os demais cargos existentes em alguns museus do Brasil, sobretudo da gestão pública, e com o grupo social que se organizava no cenário internacional. Iniciativas para o debate dos principais temas sobre os museus foram criadas e dentre elas estão os primeiros Congressos Nacionais de Museus, organizados por membros da ONICOM entre os anos de 1956 e 1965, sob a gestão de Heloisa Alberto Torres, naturalista do Museu Nacional. Estes Congressos pautavam temas em consonância com o que era proposto pelo ICOM Internacional. Nas palavras de Lygia Martins Costa¹⁷⁰, o principal objetivo da filiação nacional ao ICOM era estar mais próximo aos acontecimentos do mundo (leia-se Europa e Estados Unidos) não havendo, portanto, em sua fala, o sentido do associativismo propriamente dito, que é o de promover ações diretivas de defesa do “abrigo no mercado” de trabalho e defender uma classe de trabalhadores profissionais de formação específica.

A ONICOM reunia diferentes agentes atuantes em museus brasileiros, independente da formação ou cargo que ocupassem, ou seja, não somente os membros de ocupação do cargo de “Conservador de Museus” integravam aquele Comitê, apesar de uma “tradição” de integrantes do serviço público federal ter ficado estabelecida num primeiro momento, onde a maioria ocupava esse cargo. O Comitê não era de caráter associativo, como até hoje se configura o perfil dos integrantes do ICOM, seja em representações internacionais, regionais ou nacionais.

O papel que pode ser destacado da ONICOM no processo de profissionalização da Museologia no Brasil, como discutido nesta pesquisa, está no fato do Comitê ter sido responsável pela articulação e organização dos primeiros Congressos Nacionais de Museus, eventos nos quais o tema da profissionalização apareceu, principalmente, em dois deles, os já mencionados III e IV Congressos. A atuação de membros da ONICOM na organização destes Congressos terminou no ano de 1968. Em uma publicação do ICOM¹⁷¹, datada de novembro de 1968, há o informe sobre a realização do V Congresso, que ocorreria em dezembro daquele mesmo ano, apesar dos poucos recursos (como descrito), no Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, no então Estado da Guanabara. O evento não ocorreu naquele ano, somente em 1970 ele foi realizado sob a organização da Associação Brasileira de Museologistas no Museu Imperial, em Petrópolis. Tal fato demonstra que o planejamento do V Congresso para 1968 não pode ser concretizado pela ONICOM, o que indica reflexos de um momento de mudanças internas que podem ter prejudicado o andamento dos trabalhos¹⁷².

¹⁷⁰ Idem.

¹⁷¹ Nouvelles de l'ICOM. Vol 21. N° 3. ICOM NEWS. November 1968. Coleção LMC. NUMMUS.

¹⁷² Para saber mais sobre as trajetórias do Comitê do ICOM no Brasil ler: MORO, Fernanda Camargo de. NOVAES, Lourdes. ICOM e Brasil: um diálogo – lembranças (1946-1993). p. 24-81. In: **O ICOM/Brasil e o pensamento museológico brasileiro**: documentos selecionados. Volume 1.

Desde então, a ABM assumiu o papel de organizadora desses Congressos Nacionais, que aconteceram de forma regular até o final da década de 1990.

Apesar de não ter função de movimento associativo de classe, a ONICOM cultivou a vocação de reunir aqueles que se ocupavam do trabalho em museus. A ação de reunir-se foi o passo necessário em direção ao movimento associativo que nasceu no ano de 1963, quando a carreira de “Conservador de Museus” vivenciava um longo momento de crise sem a garantia do “abrigo no mercado” de trabalho no serviço público federal.

Nas próximas páginas analisamos o papel da Associação Brasileira de Museologistas no processo de autorreconhecimento da profissão museólogo. Os documentos que embasam esta análise são: o Livro de Atas da ABM (triênio 1963-65 e 1966-69) e os dois primeiros números dos Boletins desta Associação (1963 e 1967). Essas leituras subsidiaram o entendimento de que o movimento associativo daquele período concentrou questões determinantes para a construção da ideia de uma profissão específica para os museus no Brasil. Através desses registros é possível compreender como os membros da ABM formularam o discurso para a defesa, não apenas do “abrigo no mercado” de trabalho, mas da identidade profissional cuja base estava no treinamento específico com diplomação/titulação e o controle técnico por meio da “aplicação prática” dos conhecimentos adquiridos em ensino superior, pilares para a profissionalização. Influenciados pela formação comum que receberam e por compartilhar experiências de trabalho semelhantes ao ocupar, a maioria deles, o mesmo cargo no serviço público, os associados da ABM moldaram diretrizes para buscar a regulamentação de uma profissão específica para o trabalho em museus no Brasil.

3.2.1 “Associação Brasileira de Museologistas”: o movimento associativo

[...] a profissão deve tornar-se um grupo de interesse para ao mesmo tempo promover seus objetivos e proteger-se daqueles que têm objetivos concorrentes.

Freidson, 2019, p.105

O sentido de uma associação é transformar os agentes em uma agência com poder de influência política para negociar com o Estado a profissionalização de seus ofícios. E mais do que isso, o movimento associativo deve fortalecer a identidade profissional criada no âmbito da formação de seus membros e demarcar a diferenciação daqueles que disputam o mesmo mercado de trabalho.

Ao longo das décadas de 1950 e 1960, o cargo de “Conservador de Museus” viveu um período de fortes ameaças e desvalorização da carreira. Naquele contexto de estagnação do credenciamento de uma profissão específica de museus, a ABM representou a capacidade organizacional do grupo de membros de ocupação em dialogar com as forças políticas daquele momento. Quanto ao diálogo com o Estado Freidson alerta,

[...] é pela interação entre agentes ou agências formais das ocupações e funcionários do Estado que se estabelece e se formaliza o controle sobre o próprio trabalho. **A característica mais estratégica e preciosa da profissão – sua autonomia – é, portanto, decorrente de sua relação com o Estado soberano, sem o qual ela não é, enfim, autônoma.** (FREIDSON, 2009, p. 43, grifo nosso)

Desde sua criação na administração pública federal, o cargo de “Conservador de Museus” teve garantido o “abrigo no mercado” de trabalho, devido à vontade política do Estado. Este abrigo foi desestabilizado, pois as relações entre os representantes da ocupação e o Estado não tiveram suas alianças fortalecidas com o passar dos anos. Argumentações de agentes defensores da ocupação não foram suficientes, de início, para reverter a situação de desprestígio com a invalidação do diploma do Curso de Museus-MHN e a perda de exigência de ensino superior para concorrer ao cargo. O caminho para a defesa da carreira foi longo e precisou ganhar forma de movimento associativo organizado.

A falta de continuidade de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento dos museus brasileiros atingiu também a carreira que para eles fora criada. Diante deste cenário começou a ser discutido entre os membros de ocupação e seus concorrentes (ainda não percebidos assim), nos Congressos Nacionais de Museus, temas que incluíam a fundação de uma “Associação Brasileira de Museus” e de “Associações Regionais de Museus” (REYS, 2018, p.49). Esta temática apareceu desde o I Congresso realizado em Ouro Preto no ano de 1956, porém o assunto não deu fruto imediato. Sendo assim, o início de um movimento associativo no âmbito da Museologia no Brasil pode ser demarcado a partir do III Congresso Nacional de Museus, realizado em Salvador-Bahia entre 06 e 12 de dezembro de 1962. Os debates neste Congresso giraram em torno da formação das “profissões de museus” e do processo de profissionalização de suas atividades e como resultado das discussões houve a criação de uma Comissão para orientar os trabalhos que objetivaram a elaboração dos estatutos da futura Associação Brasileira de Museologistas.

Nota-se, no objetivo de criação de uma associação de classe, que os participantes do Congresso entenderam que a ONICOM não era a instituição adequada para as reivindicações e articulações que pudessem atender às demandas e questões da profissionalização e, principalmente, da organização da divisão social do trabalho em museus e a tudo que esse tema abrange: capacitação, planos de cargos e salários e reconhecimento do ofício.

Figura 07. Folder do III Congresso Nacional de Museus. Salvador, Bahia. 1962



Fonte: Coleção Therezinha de Moraes Sarmiento-TMS NUMMUS/UNIRIO

Foi também no III Congresso que a questão da regulamentação da carreira de “Conservador de Museus” começou a ser aventada, tendo sido escrito o primeiro projeto de lei para tal reivindicação, assinado pelo conservador de museus Antônio Pimentel Winz¹⁷³. Contudo, a ideia de uma profissão específica de museus era percebida de forma confusa ainda e, até certo ponto, influenciada pelas diretrizes internacionais do ICOM/UNESCO, como demonstra a fala de Regina Real no mesmo Congresso, quando a conservadora expôs a compreensão sobre os termos museologista e museólogos, tratados como equivalentes em relação aos conservadores de museus.

Entre nós usa-se o termo museólogo de forma genérica para designar os que trabalham ou lidam com museus; o mesmo não acontece no estrangeiro. O conservador é aquele que dirige, que idealiza, (sic) que administra as seções técnicas/ que orienta os serviços de pesquisa, que organiza exposições, cursos, arquivos, catálogos, monografias, etc.¹⁷⁴

A citação acima demonstra que o termo conservador, como descrito por Regina, não se referia a ocupação do cargo público no contexto brasileiro, mas a uma **imagem social consolidada no cenário europeu**, sobretudo o francês, e identificava o sujeito pelo qual todas as principais atividades de funcionamento do museu deviam passar. Apesar da autora

¹⁷³ Formado pelo Curso de Museus - MHN, turma de 1952.

¹⁷⁴ III Congresso Nacional de Museus. 1962. Art. 2º Das finalidades. Seleção. Trabalho apresentado pela relatora: Regina M. Real. Conservadora da Casa Rui Barbosa. fl. 3. Coleção Therezinha de Moraes Sarmiento – TMS NUMMUS/UNIRIO.

demarcar essa diferente compreensão entre o uso da identificação de uma função laboral específica no exterior em relação ao Brasil – função *versus* cargo no serviço público –, se compararmos a descrição da autora com as atividades e atribuições do cargo do DASP, verificam-se semelhanças entre ambos os perfis¹⁷⁵.

Isso posto, é importante entendermos que durante o III Congresso Nacional de Museus, composto por conservadoras e conservadores, membros de ocupação num mesmo cargo público e demais ocupações de museus, foram desencadeadas a organização de uma associação de classe e a ideia de regulamentar não apenas uma profissão de museus específica, mas sim os vários ofícios que aplicavam saberes e técnicas necessários ao funcionamento da instituição museu. Veremos que, a percepção de uma profissão específica de museus foi possível devido ao histórico de políticas públicas relacionadas aos museus nos anos 40 e, através da atuação dos membros associados da ABM a partir da década de 60, quando houve a identificação e o estabelecimento dos indícios que possibilitaram àquele grupo ocupacional transformar afinidades de formação e trabalho em identidade profissional, como veremos na sequência desta subseção.

Assim, foram designados para a elaboração dos estatutos da primeira associação de museologistas no Brasil os seguintes nomes,

[...] Wilma Ormond (Museu Nacional), Regina Monteiro Real (da Casa Rui Barbosa), Elza Ramos Peixoto (do Museu Nacional de Belas Artes), Gerardo Raposo Câmara (do Museu Imperial) e F. Santos Trigueiros (do Museu do Banco do Brasil). (sic)¹⁷⁶

Dentre os membros integrantes da comissão, apenas a Sr.^a Wilma Ormond não ocupava o cargo de conservadora de museus e não era egressa do Curso de Museus-MHN. Wilma era botânica e ocupava cargo de naturalista no Museu Nacional. Os demais participantes da comissão, além de ocuparem o cargo de conservador nas respectivas instituições nas quais trabalhavam, tinham formação comum em “Museologia-Museografia” pelo Curso de Museus, dentre os quais estavam os membros da primeira diretoria eleita da ABM, Regina Monteiro Real (como presidente), Gerardo Câmara (como vice-presidente) e Florisvaldo Santos Trigueiros (como tesoureiro).

¹⁷⁵ O que poderá ser averiguado no próximo capítulo.

¹⁷⁶ Transcrição da Ata da sessão inaugural da Associação Brasileira de Museologistas. In: Livro de Atas da Associação Brasileira de Museologistas. Cinco de novembro de 1963. Acervo NUMMUS/UNIRIO.

Figura 08. Fundação da Associação Brasileira de Museologistas, em cinco de novembro de 1963, Dia da Cultura. Auditório do Museu Nacional de Belas Artes. Membros da Comissão responsável por elaborar os Estatutos da ABM

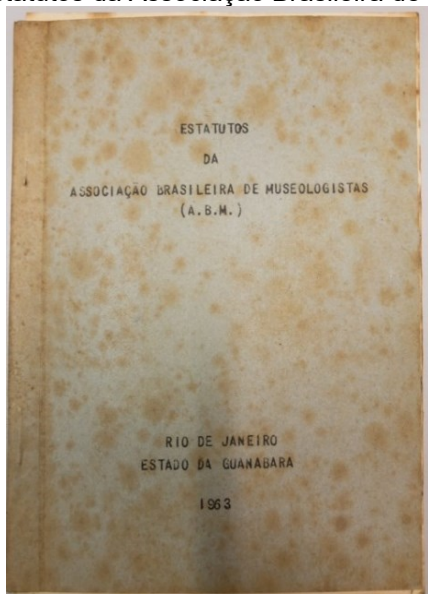


Fonte: Coleção ABM NUMMUS/UNIRIO

Segundo os primeiros Estatutos da ABM, publicados em 1963, dentre seus objetivos estava o de congregar as diferentes ocupações e cargos atuantes em museus.

I - Congregar todos os técnicos e cientistas dos museus; os técnicos da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; os membros de instituições e departamentos científicos tais como: jardins zoológicos e botânicos, herbários e aquários, planetários, serviços de preservação de recursos naturais, os membros de instituições culturais, artísticas e técnicas relacionadas com os museus; o pessoal administrativo de especialização museográfica; as pessoas interessadas em museus e seus problemas; os museus de diferentes categorias e as instituições afins.¹⁷⁷

Figura 09. Capa dos Estatutos da Associação Brasileira de Museologistas ABM, 1963



Fonte: Coleção Therezinha de Moraes Sarmento-TMS NUMMUS/UNIRIO

¹⁷⁷ Estatutos da Associação Brasileira de Museologistas (ABM). Capítulo 1, Da denominação, da sede, do fôro, da finalidade e da juração da associação (sic). Art.1º inciso I. Rio de Janeiro. Estado da Guanabara. 1963. Coleção Therezinha de Moraes Sarmento-TMS NUMMUS/UNIRIO.

A primeira composição de membros associados da ABM, segundo seus Estatutos, demonstra perfil semelhante àquele verificado em associações da Inglaterra e Estados Unidos¹⁷⁸, de caráter multidisciplinar e sem formação comum. Contudo, como demonstram os registros das Atas de Assembleias da ABM, as participações de destaque e a presença constante nas reuniões foram, majoritariamente, daqueles que exerciam atividade como membros de uma mesma ocupação¹⁷⁹ e cujo treinamento foi realizado no Curso de Museus - MHN. Inferimos, assim, que o autorreconhecimento profissional daquele grupo começou a partir das reuniões da ABM e ocorreu devido a dois fatores: 1) o elemento **formação em ensino superior, treinamento no conhecimento em comum**; 2) **aplicação prática do domínio técnico no cotidiano de trabalho**. A afirmação tem como fundamento a verificação dos 48 nomes dos membros fundadores da ABM descritos na “Ata da sessão inaugural da Associação Brasileira de Museologistas” e transcritos abaixo:

[...] **Regina Liberalli Laemmert, Gilda Marina de Almeida Lopes, Alfredo Teodoro Rusins**, por si e representando Heloisa Alberto Torres, **Cacilda Pereira Fernandes, Heloisa Bandeira, Paulo Olinto de Oliveira**, Mario Cruz Manoel Constantino Gomes Ribeiro, Wilma Teixeira Ormond, Léa Paranhos, **Maria Augusta F. Machado da Silva, Geraldo Pitaguary**, Paulo Cesar Vicente da Fonseca, **Mário Barata, Sergio Guimaraes Lima, Gerardo Brito Raposo da Câmara, Gerardo Alves de Carvalho, F. dos Santos Trigueiros, Almir Paredes Cunha**, Nair Araújo do Carmo Braga, **Lygia Martins Costa, Maria Eliza Carrazzoni, Otávia Correa dos Santos Oliveira, Regina Monteiro Real, Therezinha de Moraes Sarmento, Fortunée Levy, Dulce Ludolf, Dora Vidal de Andrade, Sigrid Porto de Barros, Yolanda Marcondes Portugal, Ecylla Castanheira Brandão**, Max Gutmann Bicho, Carmen Portinho, Antonio dos Santos Oliveira, Solon Leontisinis, **Sergio Ferreira da Cunha**, José Roberto Teixeira Leite, **Elza Ramos Peixoto**, A. Silva Teles¹⁸⁰, General Francisco de Paula e Azevedo Pondé¹⁸¹, Carlos Cyrillo, **Pascoalina Stilben**, Donato Melo Junior, **Maria Barreto**, Geraldo de Majella Pires Lima, Maria Nazareth Castelo Branco e Beatriz da Costa Ribeiro, num total de quarenta e oito sócios fundadores.(sic) grifo nosso¹⁸²

Dessa lista de membros signatários e fundadores da ABM, vinte e nove eram formados pelo Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional (nomes grifados na citação), e um era

¹⁷⁸ The British Museums Association, fundada em 1889 foi a primeira associação de museus do ocidente, a reunião inaugural foi composta por apenas 11 membros de museus regionais. Hoje a instituição agrega profissionais de museus de todas regiões do Reino Unido contabilizando mais de 14 mil membros individuais (Museums Association. About us. Our Story. Disponível: <https://www.museumsassociation.org/about/our-story/>. Acesso: 14/08/2022). The American Association of Museums, criada em 1906 a partir do levantamento de dados e das reuniões de funcionários/trabalhadores de museus de História Natural (*museum workers*) a fim de profissionalizar os museus de todo o Estados Unidos da América (FREECE, 2009, p. 31-33).

¹⁷⁹ “Conservador de Museus” do DASP ou semelhante. Havia sócios que trabalhavam em museus municipais e estaduais em cargo público de nomenclatura igual e havia os que trabalhavam em museus militares e privados onde mesmo que não houvesse cargo identificado pelo mesmo termo no organograma da instituição, assim, as pessoas se autodefiniam como apontam os registros das Atas de reuniões.

¹⁸⁰ Augusto Carlos da Silva Teles, arquiteto do IPHAN.

¹⁸¹ Francisco de Paula e Azevedo Pondé.

¹⁸² Livro de Atas da ABM, p. 4-5.

interessante no curso – Geraldo de Majella Pires Lima – ou seja, 63% dos associados tiveram o mesmo treinamento no conhecimento. Quatro membros do quantitativo total haviam passado pelo curso, mas não o concluíram, foram eles: Donato Mello Junior, José Roberto Teixeira Leite, Max Gutmann Bicho e Antonio dos Santos Oliveira. Todos os membros com a mesma formação atuavam em museus de diferentes tipologias como história, arte ou etnografia, fossem concursados ou contratados. E o trabalho, ou seja, o exercício de um ofício semelhante unia esses membros.

Figura 10. Membros fundadores da ABM sentados no auditório do Museu Nacional de Belas Artes em 5 de novembro de 1963. O local abrigou frequentemente as reuniões durante a presidência de Regina Monteiro Real



Fonte: Coleção ABM NUMMUS/UNIRIO

A leitura das Atas das reuniões da ABM durante os dois primeiros triênios de existência da Associação (entre 1963-66 e 1967-69) permite-nos entender que ali havia não apenas um grupo ocupacional que buscava melhorias em suas condições de trabalho – o que também está registrado –, mas estava premente a construção de elementos para a conformação de uma classe profissional coesa cujo ofício era voltado especialmente para o funcionamento dos museus. Os associados buscavam o reconhecimento do seu trabalho e de colegas de outras ocupações atuantes em museus – através da regulamentação de suas atividades práticas – e defendiam a relevância dos museus para a sociedade. Todavia este reconhecimento só seria possível se o próprio grupo se enxergasse como uma profissão autônoma, com conhecimento técnico-científico específico, baseado em treinamento via ensino formal e domínio de uma aplicação técnica de caráter exclusivo, bem como fosse detentor de uma articulação política eficiente perante os governantes. Por este motivo, muito mais significativo e profundo do que a luta pela regulamentação da profissão – conquistada

duas décadas depois – foi o autorreconhecimento profissional advindo das discussões daquele grupo ocupacional que fundou e participou do movimento associativo da ABM.

Ainda sobre a composição inicial de membros da ABM, ao observarmos em seus Estatutos o perfil aceito para integrar a Associação verificamos a ideia de conagraçamento que pretendia reunir todos aqueles que se interessavam pelos museus, muito mais pela relação com a instituição do que pelo tipo de atuação, ou seja: “as pessoas interessadas em museus e seus problemas; os museus de diferentes categorias e as instituições afins.”¹⁸³ A instituição museu e o seu funcionamento tinha, naquele momento, papel central no contexto das associações. Nos registros em Atas, os nomes dos “museologistas” vinham identificados com a indicação do museu no qual trabalhavam ou dirigiam, quase que como um sinal de integração entre museu e Associação. A ABM, contudo, apresentou um diferencial diante das outras duas Associações de Museus mais antigas do mundo ocidental, a britânica e estadunidense, ao destacar em seu nome o termo indicativo do pessoal e não do espaço de trabalho – *Museologistas versus Museus*¹⁸⁴. O mesmo ocorreu em Portugal com a Associação Portuguesa de Museologistas, a APOM criada em 1965 à semelhança da associação brasileira, como indicam os relatores da XV reunião da ABM, realizada no dia doze de novembro de 1965: “É com satisfação que comunicamos a fundação, em Portugal, de uma associação nos moldes da nossa; notícia que nos foi dada em Nova York pelo sr. Gonçalves¹⁸⁵, diretor do Museu de Aveiro” (Livro de Atas ABM, p. 44). A convicção dos brasileiros de que a Associação portuguesa teve inspiração na ABM partiu do fato de que houve o estreitamento do contato com o pessoal dos museus portugueses desde o ano anterior, para fins de organização dos festejos do IV Centenário do Rio de Janeiro comemorado em 1965 (ECHTERNACHT, 2018), o que proporcionou aos lusitanos conhecer a Associação brasileira já instituída e em funcionamento.

O primeiro triênio da ABM foi marcado pela manutenção das relações diplomáticas, o que quer dizer, sem embates entre os conservadores de museus e os demais agentes do campo museal (então seus concorrentes), tendo em vista que uma identidade corporativa estava em processo de conformação.

As primeiras reuniões entre os associados demonstram uma supervalorização da carreira do cargo público de “Conservador de Museus” em detrimento às argumentações tidas

¹⁸³ Estatutos da Associação Brasileira de Museologistas (ABM). Loc. Cit.

¹⁸⁴ Os termos *museólogo* e *museologista* foram usados de forma simultânea e com recorrência como alternativa ao termo *conservador* entre as décadas de 1950 e 1960. O marco oficial que definiu o uso do termo *museólogo* para aqueles que concluíam o Curso de Museus - MHN, foi o Decreto 58.800/1966 que aprovou o novo Regimento do referido Curso. Somente a partir de então, que o termo *Museólogo* aparece escrito nos diplomas dos egressos do Curso de Museus - MHN. (COSTA, 2013, p.35-36).

¹⁸⁵ Antonio Manuel Gonçalves.

como próprias do processo de profissionalização e que embasariam ações políticas e jurídicas junto ao governo, como a defesa da diplomação específica com base no treinamento no conhecimento via instituição de ensino superior. Essa argumentação não apareceu nos relatos, por mais que eles mencionassem a existência do Curso de Museus - MHN. Era comum considerar outras formações, como no caso dos naturalistas¹⁸⁶, então multidisciplinar. Há registro na Ata da XII Reunião da ABM, datada de sete de junho de 1965, do debate sobre a inclusão dos naturalistas no projeto de regulamentação profissional, sendo esta inclusão defendida pela naturalista Wilma Ormond. Como vimos no capítulo 2, o Curso de Museus possuía habilitações ligadas à campos disciplinares já estabelecidos como a Arte, a História, a Arqueologia e a Etnografia, não incluía as Ciências Naturais¹⁸⁷.

Entre o segundo e o terceiro triênio de gestão da Associação, então iniciado no ano de 1970¹⁸⁸ é que se pode perceber a conformação de uma identidade profissional mais bem definida pelos membros do cargo de “Conservador de Museus” – nomenclatura que, aliás, foi substituída oficialmente a partir de 1973 para Técnico em Assuntos Culturais no âmbito do DASP. A década de 1970 iniciou, assim, um ciclo no qual a profissão de museólogo começa a ser mais bem pensada e definida pelos membros da ABM e as ocupações concorrentes, então, foram identificadas.

Voltando aos primeiros anos daquele movimento associativo. A questão da legitimação técnica conferida ao cargo de “Conservador de Museus”, elemento conectado à questão da prática de trabalho, era defendida pelos associados membros da ocupação a partir de suas próprias experiências adquiridas no cotidiano. E havia também, como base, a representação social construída durante aquele período, a qual identificava o cargo como detentor de um perfil polivalente, um estudioso atuante em diferentes funções dos museus, a exemplo do que existiu majoritariamente em museus europeus durante o século XIX até o final da Segunda Guerra Mundial, como veremos com melhor atenção na próxima subseção.

Ao olhar para seu próprio ofício, um diagnóstico era constante na fala dos associados, a falta de mão de obra especializada, sobretudo, nos museus públicos, e a redução das

¹⁸⁶ O cargo de naturalista do Museu Nacional foi formalizado e instituído por meio do Decreto nº 6.116 de 09 de fevereiro de 1876. Lê-se no “Art 5º Além do Director Geral, haverá tres Directores de secção e outros tantos Sub-Directores, um Secretario, um Amanuense, um Bibliothecario, um Porteiro, um Continuo, seis Praticantes, tres Preparadores, e naturalistas viajantes cujo numero será fixado pelo Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Publicas sobre proposta do Director Geral.” (sic) (BRASIL, 1876).

¹⁸⁷ A habilitação em Museus Científicos ocorreu para apenas uma turma, com o Parecer Nº 971/1969.

¹⁸⁸ O ano de 1969 foi praticamente nulo para a ABM devido ao falecimento da presidente Regina Monteiro Real em outubro daquele ano, o que estagnou as ações dos associados que só voltaram a se articular em março de 1970.

equipes, o que gerava sobrecarga de trabalho aos poucos servidores que tinham que atuar em diversas frentes. Abaixo transcrevemos uma fala representativa dessa visão.

[...] Precisa de gente nova na carreira. O DASP e os diretores não se movimentam para um concurso. Um Conservador não se improvisa; são necessários muitos anos de trato com os objetos de museus, fora atingir um conhecimento suficiente. A Associação devia alertar os Diretores de Museus, o Ministro, o Diretor do DASP e até o próprio presidente da República. Muita gente capaz tem sido posta de lado. (sic)¹⁸⁹

Antes de tudo, destaca-se a fala do conservador de museus Alfredo Rusins como emblemática, ao ressaltar o papel político da Associação que devia buscar desenvolver estratégias junto aos agentes do Estado para alcançar os objetivos dos associados. Rusins enfatiza que o cargo não pode ser ocupado por qualquer pessoa, o que vinha ocorrendo com frequência, era preciso preparo. O conservador não menciona a formação em ensino formal, mas expressa seu entendimento de que a experiência e o contato com a prática eram fundamentais – “Um Conservador não se improvisa; são necessários muitos anos de trato com os objetos de museus”.

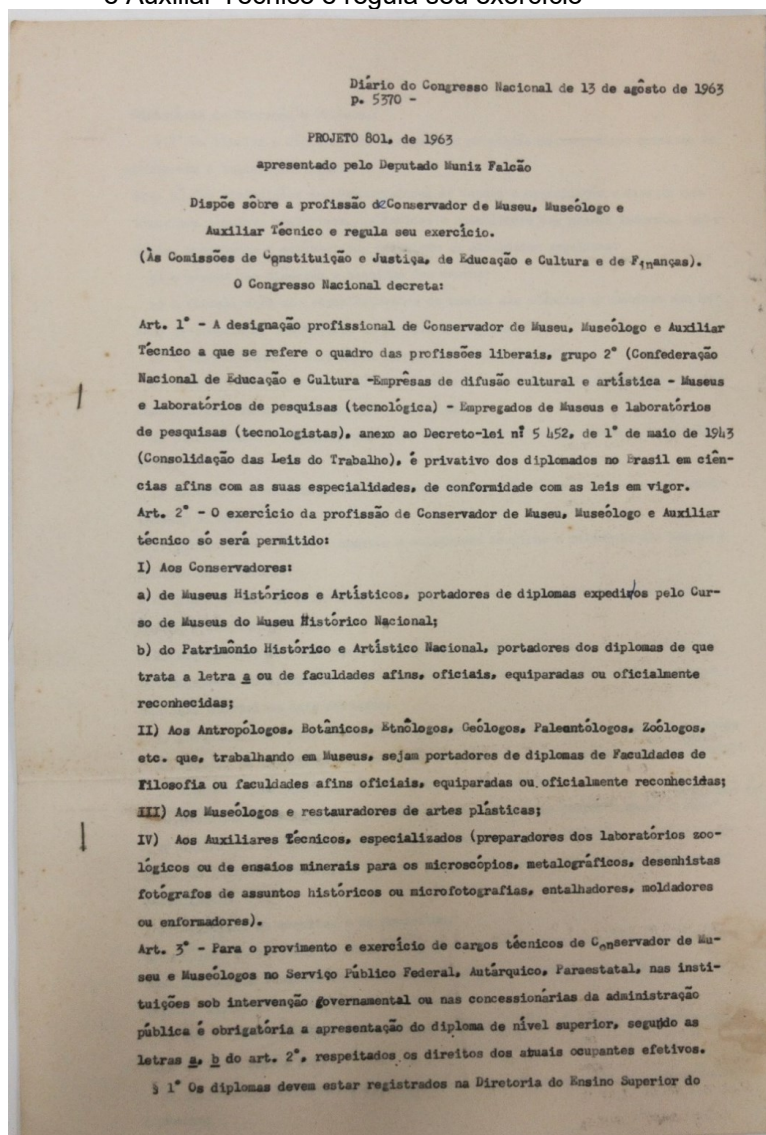
O outro ponto da citação que merece ser destacado é a ênfase conferida ao cargo da administração pública confundindo-o com uma profissão. Essa visão foi recorrente na documentação que teve origem no escopo do movimento associativo da ABM, tanto nas Atas das reuniões, como em projetos para regulamentação profissional. Um exemplo é o documento redigido, antes mesmo do início das atividades da ABM, identificado como Projeto de Lei 801 de 1963, “Dispõe sobre a profissão de Conservador de Museus, Museólogo e Auxiliar Técnico e regula seu exercício”. Uma cópia datilografada foi encontrada na coleção Lygia Martins Costa (Fig. 11).

O documento supramencionado atesta como que, naquele período, a imagem de uma profissão específica de museus ainda estava em construção e um pouco difusa entre os membros daquele movimento de classe. O Projeto de Lei apresenta o mesmo entendimento que o Estatuto da ABM apresentou posteriormente, a múltipla formação para as profissões de museus. Não foram apresentados critérios de formação consistente que implicassem em domínio técnico exclusivo a um grupo ocupacional determinado. Havia a preocupação dos agentes do campo museal com o funcionamento da instituição e é notável a influência das visões de alguns países estrangeiros e do pensamento norte-americano, que não definiam uma única profissão de museus e enfatizavam a experiência prática no estudo e no cuidado com os objetos, daí a ênfase na ideia de se fazer estágios, como veremos na sequência, após

¹⁸⁹ Trecho da Ata da XIX reunião da Associação Brasileira de Museologistas, realizada no dia seis de junho de 1966. Destaque da fala do conservador de museus Alfredo Theodoro Rusins, lotado no DPHAN.

analisarmos dois exemplos de documentos que tinham por objetivo o reconhecimento social e político das carreiras de museus através de sua regulação jurídica.

Figura 11. Folha datilografada. Diário do Congresso Nacional, 13 de agosto de 1963. Projeto 801/1963 deputado Muniz Falcão, “Dispõe sobre a profissão Conservador de Museus, Museólogo e Auxiliar Técnico e regula seu exercício”



Fonte da imagem: Coleção Lygia Martins Costa – LMC NUMMUS/UNIRIO
Compilação da autora, 2021

Art. 1º A designação profissional de Conservador de Museus, Museólogo e Auxiliar Técnico a que se refere o quadro das profissões liberais, grupo 2º (Confederação Nacional de Educação e Cultura – Empresas (sic) de difusão cultural e artística – Museus e laboratórios de pesquisas (tecnológica) – Empregados de Museus e laboratórios de pesquisas (tecnologistas), anexo ao Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), é privativo dos diplomados no Brasil em ciências afins com as suas especialidades, de conformidade com as leis em vigor.

O Art. 1º, transcrito acima, demonstra a necessidade do Projeto em se adequar à realidade do Ministério do Trabalho e “ao quadro das profissões liberais”. Um passo que foi

dato para que as atividades exercidas pelas ocupações de museus começassem a ser valorizadas e reconhecidas, ou seja, serem percebidas como necessárias perante a sociedade. O que o artigo revela, também, é a falta de um conhecimento técnico-científico específico. Não havia a defesa de um conhecimento técnico ou formação exclusiva, mas sim um conjunto de “ciências afins com suas especialidades” no rol de competências daqueles que poderiam exercer atividades em museus e laboratórios de pesquisa.

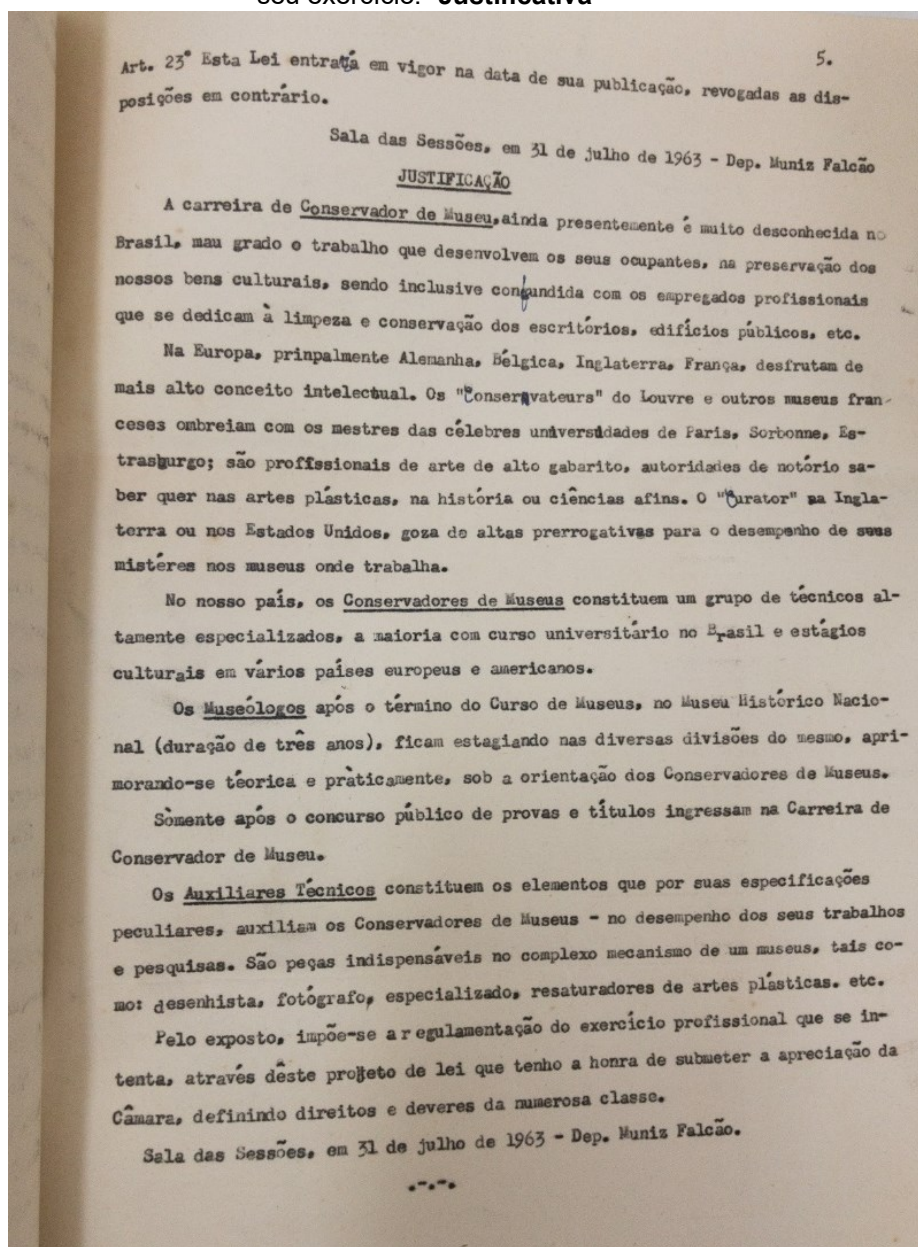
No trecho de justificativa do mesmo Projeto de Lei verifica-se a descrição dos três grupos ocupacionais diferentes identificados no caput. Dentre os três, **o conservador de museus foi apresentado como uma ocupação central na dinâmica de trabalho**, o que sinalizava para o **autorreconhecimento de uma identidade profissional** por parte dos membros daquela ocupação, **tendo por base seu trabalho técnico e experiência prática**. O quesito formação/treinamento no conhecimento não aparece de forma relevante quanto à aplicação da técnica, porém serviu como argumento para referendar a definição de museólogo, um termo apresentado em relação direta com a instituição de ensino Curso de Museus - MHN. No entanto, segundo a proposta do Projeto de Lei os museólogos deviam ser submetidos a um estágio sob a supervisão dos conservadores devido às habilidades destes com a prática de trabalho.

O contato com a prática laboral, também era uma realidade na estrutura do Curso de Museus - MHN. O alunado obtinha acesso ao “trabalho real” exercido pelos representantes de sua futura ocupação (seus professores), que eram também funcionários públicos e chefes de seção do MHN. Dessa forma, o contato acontecia durante as aulas realizadas no local da aplicação prática – o museu – e, depois, através também de estágios após o final do curso¹⁹⁰. Assim, eram feitas a passagem “do mundo ‘profano’” ao “mundo profissional” (DUBAR, 2012, p. 357) e os alunos começavam a receber treinamento exclusivo e a ter direito de acesso às técnicas, saberes, jargões e aos espaços de caráter especializado. Havia, assim, uma “socialização profissional” (DUBAR, 2012) entre estudantes e professores, em sua maioria ‘profissionais praticantes’ fato que fortalecia a identidade daquele grupo ocupacional a partir da atuação prática cotidiana.

A museografia era a técnica a ser transmitida e ensinada, pois era o saber técnico específico reconhecido na época, tendo em vista que a base cognitiva da Museologia ainda não havia se estabelecido em nenhum lugar do mundo antes dos anos 70 e 80.

¹⁹⁰ Que até o início da década de 1970 não era obrigatório, passando a ser após a implementação da matriz do ano de 1975 (TOSTES, 2017, p. 18).

Figura 12. Diário do Congresso Nacional, 13 de agosto de 1963. Projeto 801/1963 deputado Muniz Falcão, “Dispõe sobre a profissão Conservador de Museus, Museólogo e Auxiliar Técnico e regula seu exercício.” **Justificativa**



Fonte da imagem: Coleção Lygia Martins Costa – LMC NUMMUS/UNIRIO
Compilação da autora, 2021

Verifica-se que, com o passar dos anos, o termo museólogo deixou de ser entendido como designativo aos profissionais de museus de maneira abrangente e multidisciplinar, para tomar feição de uma profissão com treinamento no conhecimento e aplicação técnica específicos, no contexto do Brasil.

A justificativa do Projeto de Lei de 1963 defendia o reconhecimento legal do “Conservador de Museus” através da elevação de seu *status*. Ao enfatizar a função de preservação dos bens culturais com espelhamento na ‘tradição museal’ de moldes europeus,

o texto reproduziu argumentos qualificantes que conferiam maior importância aos conservadores em relação às demais ocupações descritas no documento. O redator do texto fez alusão à imagem da principal ocupação de museus desenvolvida na Europa entre os séculos XVIII e XIX e relembra a linguagem utilizada por Gustavo Barroso, quando este escreveu o “Memorial” em defesa do conservador (mensagem analisada na próxima subseção), a fim de enfatizar a importância das funções exercidas pelos membros daquela ocupação.

O período que foi demarcado desde a criação do Curso de Museus - MHN até a criação da ABM – primeiro triênio de gestão – é compreendido aqui como um **ciclo de fundação** quanto à identificação de uma profissão específica de museus no Brasil. E apresenta elementos base que foram responsáveis pela conformação de uma profissão com perfil de especialidade, não somente nas coleções e temas de museus, mas no funcionamento, definição, missão e propósito deste, ou seja, enquanto agente de um campo disciplinar aplicado em construção.

O título de museólogo expresso em diploma conferido àqueles que concluíssem o Curso de Museus - MHN, marco datado legalmente como em 13 de julho de 1966¹⁹¹, definiu a titulação e inaugurou um momento de autorreconhecimento do grupo ocupacional dos conservadores, como pertencente a um campo profissional com formação específica e não somente de um ofício. Em outro documento, uma cópia de um Anteprojeto de Lei datado no ano de 1968¹⁹², o qual não há como ter certeza se foi submetido ou não à Câmara para defesa da regulamentação, visto que está apresentado como um rascunho de arquivo pessoal¹⁹³, demonstra um avanço em relação a identificação de uma profissão específica de museus no Brasil. Há neste documento a identificação de uma base cognitiva para a formação do museólogo, que advém de um treinamento especializado. A disciplina Museologia aparece identificada como saber disciplinar, mesmo que ainda, de fato, ela não tivesse este reconhecimento de forma ampla entre os agentes do campo museal e, muito menos, uma estrutura metodológica e teórica bem definida. Observemos o Art. 2º do referido Anteprojeto quanto à descrição da profissão museólogo:

Museólogo é o **profissional de nível superior diplomado**:

- a) No **Curso de Museus, desde sua criação**, mantido pelo Museu Histórico Nacional do Ministério da Educação e Cultura;
- b) Em **cursos de museologia** por **Universidades** oficiais ou oficialmente reconhecidas;
- c) Por **escolas de museologia estrangeiras** reconhecidas pelas leis do país de origem e cujos diplomas hajam sido revalidados no Brasil; e

¹⁹¹ Decreto presidencial. Aprova o Regimento do Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional.

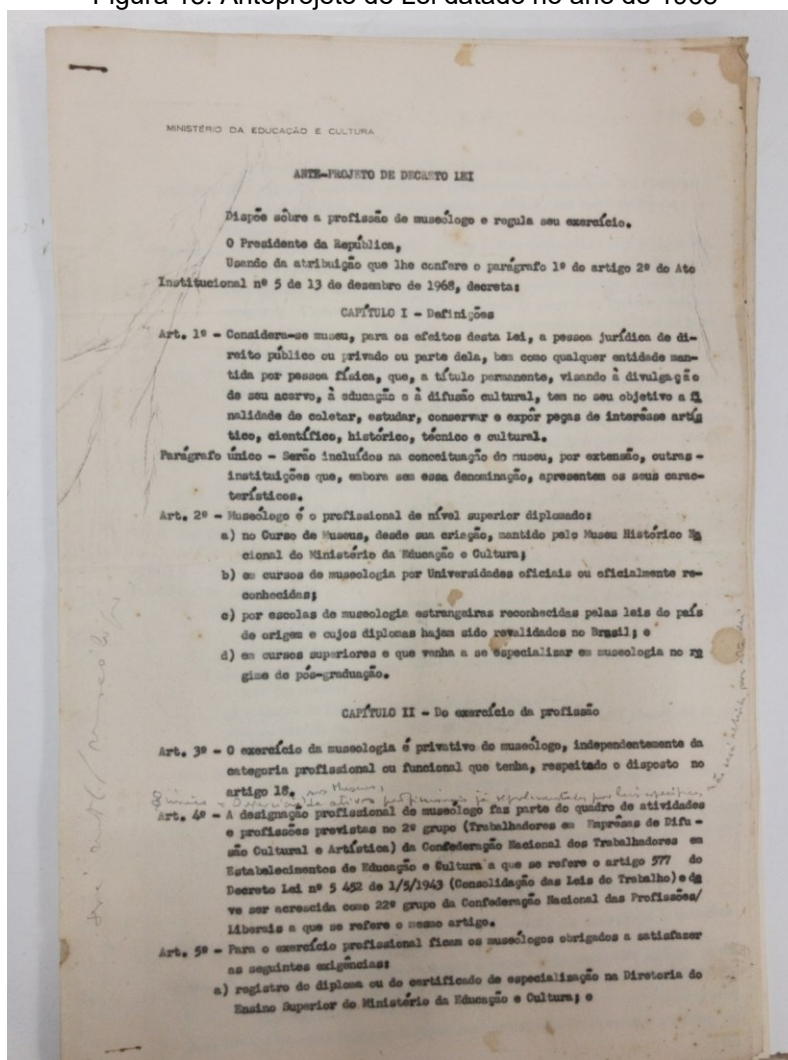
¹⁹² Cópia datilografada com anotações a lápis: “Ante-projeto de Decreto Lei. Dispõe sobre a profissão de museólogo e regula seu exercício.” (sic). Coleção Lygia Martins Costa – LMC NUMMUS/UNIRIO.

¹⁹³ Coleção Lygia Martins Costa – LMC, NUMMUS/UNIRIO.

- d) Em **cursos superiores** e que venha a se **especializar em museologia** no **regime de pós-graduação** . (sic)¹⁹⁴. (grifo nosso)

O destaque para o artigo supracitado se dá pelo reconhecimento do termo museologia no lugar de museografia como saber de especialidade, o que indica o entendimento de uma disciplina aproximada ao pensamento abstrato – *logos* –, diferentemente da concepção da museografia amplamente utilizada, até então, desde os anos de 1920.

Figura 13. Anteprojeto de Lei datado no ano de 1968



Fonte da imagem: Coleção Lygia Martins Costa – LMC NUMMUS/UNIRIO
Compilação da autora, 2021

No registro da XXVI reunião da ABM realizada no dia cinco de junho de 1967, pela primeira vez, aparece o assunto “regulamentação da carreira de Museólogo”, em substituição a expressão “carreira de conservador de museus”, o que pode ser considerado uma significativa mudança de percepção quanto ao autorreconhecimento profissional daquele

¹⁹⁴ Idem.

grupo. Observou-se, ainda, que nessa mesma reunião os membros associados comentaram sobre mudanças ocorridas no Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional a partir da implementação de um novo Regimento de 1966 (mencionados parágrafos acima, onde a titulação foi definida), o que indica a atenção dos associados àquela instituição de ensino. É bom destacar que muitos associados tinham ligação direta com o Curso de Museus por exercer cargo de docente na instituição. Outra parcela significativa de associados não possuía a condição docente, mas haviam mantido relação com o curso na condição de estudante. Na mesma Ata de registro está presente a discussão entre os membros sobre a necessidade de atualização na formação dos alunos daquela instituição de ensino e houve a menção sobre a necessidade de inclusão da habilitação “Museus Científicos”, o que ocorreu só em 1969 e já foi mencionado anteriormente.

Os comentários sobre a necessidade de uma nova habilitação demarcam, em nosso entendimento, o distanciamento do cargo de naturalista do rol de membros da ABM. Os naturalistas estavam incluídos e eram mencionados em projetos de leis para regulamentação das carreiras de museus até aquele momento, porém, depois de 1967, saem de cena. Os naturalistas não foram atingidos pelas reformas da administração pública da mesma forma que os conservadores, nos idos dos anos 50. Não tendo sofrido com a perda de prestígio devido à redução de nível de formação para concursados no cargo, os naturalistas não possuíam as mesmas reclamações e reivindicações trabalhistas que os conservadores de museus. Outro dado de diferenciação entre ambos os cargos era o seu treinamento, pois o cargo de naturalista não exigia formação voltada para os museus, mas apenas formação superior em disciplinas das ciências naturais. Todavia, o Curso de Museus - MHN não disponibilizava uma habilitação para museus de histórica natural, o que dificultava uma identificação comum entre os membros de ocupação do cargo de “Conservador de Museus” com os colegas que trabalhavam no Museu Nacional, os naturalistas. Assim, pouco a pouco, os naturalistas que integravam o rol de membros da ABM se afastaram daquele movimento associativo, como demonstram os registros de presença nas reuniões o que, de certa forma, contribuiu para a constituição de uma classe profissional de museus com perfil mais restrito e baseado na formação/diplomação advinda do Curso de Museus - MHN e na experiência de trabalho daqueles que ocupavam o cargo de “Conservador de Museus”.

O ano de 1967 apresentou uma primeira vitória do movimento associativo da ABM. Em relato apresentado no item 4 do segundo número do Boletim da Associação, encontra-se a descrição do retorno da realização de concurso público para o cargo de “Conservador de Museus”, após mais de quinze anos de espera. Está registrado, também, o perfil do grupo que lutava pela carreira no âmbito do DASP, “há 30 anos os mesmos 30 integrantes” eram os

funcionários do órgão com formação pelo Curso de Museus - MHN e atuantes no associativismo por meio da ABM.

4. Concursos (para a carreira de Conservador de Museu): **Após mais de quinze anos foi aberto o concurso para candidatos à carreira de Conservador de Museu.** É de lastimar que, necessitando tanto o Brasil de técnicos especializados, tais iniciativas dos poderes públicos sejam raras sem imediato atendimento, visto não se aumentar o quadro da carreira (há 30 anos os mesmos 30 integrantes do início). Nêste (sic) Boletim, que é um órgão de classe, apelamos para os responsáveis no sentido de possibilitar **aos diplomados do Curso de Museus prestarem seus serviços, após concurso, como deverá ocorrer com os cinco jovens recentemente aprovados**, aos quais auguramos brilhante e eficiente carreira.¹⁹⁵ (grifo nosso).

Nota-se que, tanto no Boletim da ABM quanto no Anteprojeto de 1968 o Curso de Museus aparece como instituição de ensino defendida como credenciamento para o treinamento daqueles que estavam aptos a ocupar o referido cargo no serviço público. Em ambos os textos é possível observar o amadurecimento da questão da profissionalização, abordada pelos membros da ocupação de conservador, pois a argumentação da formação/diplomação para defesa pelo “abrigo no mercado” de trabalho passa a ser uma afirmação constante, diferente dos argumentos apresentados em documentos anteriores.

O percurso dessa construção argumentativa que relacionava instituição de ensino e aplicação prática de saberes específicos começou a tomar forma após os debates levantados no IV Congresso Nacional de Museus, que ocorreu entre 23 e 30 de julho de 1965 sobre a temática “A formação profissional dos técnicos superiores em Museus”. O Congresso teve como sede o MHN, mesmo espaço do Curso de Museus, lugar emblemático para o temário que antecipou as discussões que seriam levadas à Nova Iorque para a Conferência Geral do ICOM, a ser realizada entre 23 de setembro e 03 de outubro daquele mesmo ano. Estiveram presentes na referida Conferência Regina Monteiro Real e Lygia Martins Costa, esta última como Delegada do Brasil no evento. Consta em Ata da XV reunião da ABM o relato da participação da delegação brasileira, onde há o registro de que aquela foi a maior representação a participar do evento até então. Além das duas conservadoras supracitadas também compôs a delegação o conservador Alfredo Rusins e, na condição de diretores de museus, Antonio Joaquim de Almeida, do Museu do Ouro e Francisco Marques dos Santos, do Museu Imperial (Livro de Atas ABM, p. 43).

O tema da formação dos “profissionais de museus” foi destaque nas Conferências do ICOM desde as primeiras discussões daquele grupo social, culminando com a Conferência Geral de Nova Iorque supramencionada, quando a denominação “profissionais de museus” foi definida para todos aqueles que exerciam atividade de forma profissional em museus,

¹⁹⁵ Boletim da ABM. Nº 2. Ano I. 1967. p.6. Coleção Therezinha de Moraes Sarmiento-TMS NUMMUS/UNIRIO.

independentemente do tipo e nível de formação, como mencionado no segundo capítulo desta tese.

A análise comparada de documentos das décadas de 1950 a 1970 revela a sintonia existente entre as políticas de ação da UNESCO (vinculadas às tendências políticas internacionais), as diretrizes de atuação do ICOM e os programas de formação profissional desenvolvidos em países/regiões. Exemplo é o Seminário ICOM/UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus, realizado no Rio de Janeiro em 1958, com a participação de 8 países latino-americanos: Argentina, Brasil, Chile, Cuba, Equador, México, Paraguai e Venezuela; e ainda especialistas dos Estados Unidos, França e Holanda (RIVIÈRE, 1958). O evento constituiu o primeiro diagnóstico da qualificação profissional para museus na Região; e suas Conclusões e Recomendações tornaram-se um documento emblemático para os museus e a museologia latino-americanos. (SCHEINER, 2020, p.85)

Na publicação que registra o Encontro supracitado, Georges Henri Rivière apresentou sua visão sobre a formação dos profissionais de museus que, segundo ele, devia ter um caráter específico em Museologia, mas possuir uma formação de base precedente e de acordo com o campo disciplinar temático do museu – de arte, de história ou de ciência¹⁹⁶. Deste modo, o profissional de museu receberia treinamento em instituição de ensino superior num campo disciplinar específico e ligado ao temário do museu e só a partir de estágios e treinamentos práticos em Museologia e Museografia, seria habilitado para o trabalho na instituição, podendo inclusive atuar como diretor. Na mesma publicação que registra esse pensamento há a identificação da Museologia Geral como saber responsável pelo gerenciamento da instituição e conhecimento colaborativo na formulação de exposições e ações educativas, enquanto Museografia foi descrita como a técnica relacionada à parte expositiva e de manutenção dos museus, ou seja, uma parte aplicada com diversas técnicas.

As colocações de Rivière, contudo, denotam a ausência de uma base cognitiva específica para o campo, pois as diretrizes da Museologia estavam submetidas às aplicações da Museografia. Essa dicotomia entre a feição conceitual museológica com as técnicas museográficas foi uma marca daqueles anos. A definição mais aceita entre os debatedores, até então, era da “Museologia Como o Estudo da Finalidade e Organização de Museus” (MENSCH, 1994, p. 4) sentido muito próximo ao da Museografia desde o período entreguerras. Essa perspectiva limitava-se às funcionalidades institucionais e à dimensão prática dos museus, sobretudo, quanto ao planejamento e execução de exposições. Esse foi um pensamento vigente em diversas realidades do continente europeu e que afetou o Brasil,

Muitos dos que participavam da discussão museológica referem-se à definição de museologia proposta no Seminário Internacional de Museus Regionais, promovido pela UNESCO no Rio de Janeiro, em 1958. De acordo

¹⁹⁶ Études et documents d'éducation. N° 38. Stáge régional d'études de l'Unesco, sur le rôle éducatif des musées. Rio de Janeiro. Brésil 1-30 september 1958. Par Georges Henri Rivière (Directeur de l'ICOM). UNESCO. 1960. páginas 14-15.

com essa definição, museologia é um ramo do conhecimento que diz respeito aos objetivos e à organização de museus. Em 1972, o ICOM elaborou uma definição mais detalhada, na qual conceituava a museologia como o estudo da história e trajetória dos museus, seu papel na sociedade, seus métodos específicos de pesquisa, conservação, educação e organização, seu relacionamento com o ambiente físico e a classificação dos diferentes tipos de museus. Essa definição norteou os objetivos da maioria dos programas de treinamento em museus. (MENSCH, 1994, p. 4)

É perceptível que a tentativa de definir um novo campo disciplinar ou ciência estava em um movimento crescente, contudo, a instituição museu postulava a maioria dessas definições. Aqueles pensamentos que interrogavam a excessiva visão pragmática sobre a Museologia emergiam, mas seus autores eram pouco difundidos à época devido a barreiras políticas, culturais e linguísticas¹⁹⁷, que só foram vencidas, paulatinamente, após a criação do ICOFOM e a publicização de artigos e falas em debates estimulados nesse ambiente. As discussões, desde então, apontavam para a emergência de uma base cognitiva que sustentasse a aplicação das técnicas museográficas empregadas até aquele momento e que sistematizasse uma metodologia própria, para a elaboração de conhecimento técnico-científico aplicado por corpo profissional especializado.

A questão da base cognitiva intervém diretamente no perfil de formação dos profissionais de museus. É importante notar que as diferentes percepções sobre a formação, em alguma escala, moldaram o campo disciplinar da Museologia em suas diversas matrizes de pensamento. A organização social do Brasil colaborou para que o processo de profissionalização da Museologia tivesse um percurso singular em comparação a outras nações. Além do amplo reconhecimento da Museologia enquanto disciplina foi forjado um perfil profissional específico para atuar no campo. Toda essa interpretação foi um desdobramento do percurso que a ocupação, com base na atuação de um cargo específico e a formação de nível superior em “Museologia-Museografia” tiveram no país.

Essa afirmativa pode ser mais bem compreendida quando observamos outros estudos que apresentam organizações sociais de países como a França e Estados Unidos, que entendem o campo de modo um pouco distinto do Brasil justamente pelo processo histórico que permeou o campo profissional em cada um deles. Por exemplo, a matriz francófona entende a Museologia como uma disciplina de feição conceitual e que deve contribuir na formação dos profissionais de museus, ainda que esses tenham uma formação de base em outro campo de especialidade disciplinar. Diferentemente da matriz anglo-saxã, os franceses entendem que há elementos para a consolidação de um campo disciplinar autônomo

¹⁹⁷ Autores da extinta Tchecoslováquia, República Democrática Alemã e União Soviética não tinham tanta visibilidade como franceses, ingleses e norte-americanos. Devido ao idioma nativo no qual publicaram suas pesquisas entre os anos de 1950 e 1960 e por motivos de isolamento político, resultado de conflitos regionais e disputa ideológica entre modelos de governo divergentes.

denominado Museologia, ainda que sem um curso aos moldes da graduação, pois valorizam a formação de especialidade no tema do museu – história, arte, antropologia, biologia etc. Essa visão sobre a disciplina pode ser verificada na publicação *Dictionnaire Encyclopedique de Muséologie*, organizado e planejado por uma maioria de autores francófonos.

Para a matriz anglófona, a ausência do “caráter esotérico” das técnicas e saberes museográficos aplicados em diferentes tipologias de museus influenciou na compreensão sobre um campo disciplinar de especialidade. Devido ao fato de as técnicas museográficas reunirem métodos de vários saberes disciplinares e serem adaptadas a diversas realidades tipológicas de museus, o campo de estudo é percebido, majoritariamente, como multidisciplinar e interpretado sob a ótica de estudos sobre os museus – *Museum Studies*. A exemplo, temos a percepção da maioria dos membros da Associação Americana de Museus (AAM) frente às iniciativas de cursos de formação estadunidense na primeira metade do século XX, que não apoiaram a ideia de uma formação de especialidade com objetivo de habilitar trabalhadores de museus a fim de conferir formação na ‘ciência dos museus’, pois entendiam que a formação para esse tipo de atuação é muito complexa para ser sustentada por um único modelo de treinamento e conhecimento (BOMAR, 2012) e, de fato, os cursos que descrevemos no capítulo 2 tinham, cada um, perfil de treinamento diferente e foram desenvolvidos para atender aos museus específicos nos quais estavam ligados ou uma ação mais direcionada como a educação em museus.

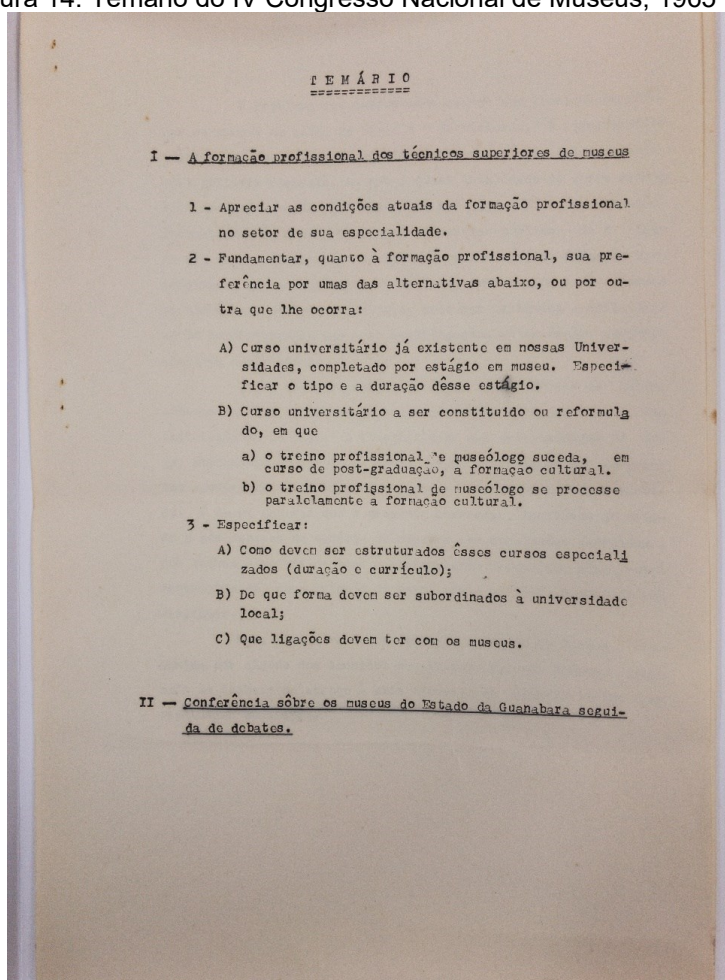
Lembremos, também, que na perspectiva da Sociologia das profissões os franceses entendem de maneira diferente a definição de profissão e não fazem distinção entre os conceitos de ocupação e profissão, como o fazem ingleses e norte-americanos¹⁹⁸. Nesse sentido, a definição do campo profissional em cada localidade geográfica reflete a maneira com a qual cada sociedade e cultura pensa as relações de trabalho e as necessidades técnicas dos campos disciplinares e que esses campos são dinâmicos e mutáveis, como defende Freidson (2009).

O tema sobre a natureza da formação daqueles que teriam *expertise* para trabalhar nos museus dividiu opiniões desde o princípio das discussões e havia, no Brasil, quem apoiasse a visão de uma formação de pós-graduação como sustentavam os estrangeiros, mas também havia quem percebesse no percurso do Curso de Museus - MHN a possibilidade concreta de avançar no modelo de formação em nível de graduação, visão mais original e coerente com a organização social brasileira devido aos fatores que esta pesquisa tem apontado.

¹⁹⁸ Ver Introdução desta tese.

O IV Congresso Nacional de Museus (1965) foi um dos principais fóruns onde esse debate se deu naquele momento, no Brasil. O temário do Congresso, reproduzido na figura 14, demonstra a diversidade e as nuances sobre as possibilidades de formação do profissional de museus. O item I, proposto para discussão, incluía escolher e defender uma opção de treinamento. Percebe-se que, na realidade brasileira daquele período havia a possibilidade da continuidade do modelo vigente, caminho a partir da experiência da primeira instituição de ensino cujo treinamento estava consolidado e do modelo mais difundido no estrangeiro, em forma de pós-graduação. Observou-se que a questão da prática, ou seja, experiência com as atividades laborais é uma exigência para as duas propostas – “estágio em museu” e “treino profissional de museólogo”. O museu e a universidade são instituições centrais na discussão.

Figura 14. Temário do IV Congresso Nacional de Museus, 1965



Fonte: Coleção Regina Liberali Laemmert – RLL NUMMUS/UNIRIO

No Brasil, a formação para o trabalho em museus sempre teve características singulares tendo em vista que os membros da ocupação de “Conservador de Museus” possuíam formação de nível superior (graduação) consolidada desde a década de 1940, diferente do que ocorria na maioria dos países estrangeiros onde a formação especializada

vinha acompanhada de uma formação de base anterior. Entre os estudantes do Curso de Museus - MHN havia quem possuísse formação prévia, sobretudo, nas áreas da Arte e História e até em áreas tradicionais como o Direito. Essa última foi uma formação recorrente na declaração de matriculados no curso entre as décadas de 1940 e 1950 como aponta Siqueira (2009). A autora contabilizou as ocupações declaradas pelos ingressantes e o resultado do levantamento demonstrou que a grande maioria tinha por ocupação cargos de professor ou funcionário público (apresentado de forma genérica). Dentre os funcionários públicos, alguns já trabalhavam em museus, como era o caso de alunos bolsistas oriundos de outros estados e que foram para o Distrito Federal (Rio de Janeiro) em busca de se especializar. Apesar do perfil recorrente de alunos com formação superior prévia, essa diplomação anterior não era um requisito para inscrição no curso porque este não tinha caráter de pós-graduação, mas sim de graduação, pois exigia formação secundária. Décadas depois, foi inserido totalmente na estrutura universitária, e após isto, o então Curso de Museologia passou a receber mais alunos que buscavam sua primeira formação superior e assim foi estabelecido o ensino de graduação em Museologia no Brasil, lembrando que também foi criado mais um curso em nível de graduação na Universidade Federal da Bahia e mais tarde numa universidade particular no Rio de Janeiro, extinto na década de 1990.

Desse modo, **o perfil profissional conformado no Brasil reuniu formação específica e de nível superior e um histórico de práticas de trabalho exaltadas pelo movimento associativo de classe**. Outro respaldo foi a representação social construída naquele mesmo período. Como constará na análise das próximas páginas, onde trataremos da discussão sobre a representação social do cargo de “Conservador de Museus” e seus desdobramentos no processo de profissionalização da Museologia no que tange à conformação da profissão específica de museus no Brasil durante o período investigado.

3.3 Representação social do cargo de “Conservador de Museus”

Desde os primeiros debates sobre o trabalho em museus no âmbito do ICOM, em 1948, uma questão tem sido postulada para a compreensão de como as atividades laborais nos museus são desenvolvidas e se há uma definição da base cognitiva para esse tipo de atividade: “O trabalho em museus, é uma profissão?” (MENSCH, 2000, p.20). Essa pergunta pode ser respondida pelo grupo ocupacional que nos dedicamos a examinar nesta tese. Os membros de ocupação do cargo de “Conservador de Museus” do DASP, principalmente aqueles que se associaram à ABM, criaram uma representação social do cargo que ocupavam, a fim de serem reconhecidos como profissionais especialistas nas atividades as quais exerciam.

Para sustentar esta hipótese, o caminho percorrido pela pesquisa foi o de examinar duas comunicações de autoria de agentes pertencentes àquele grupo: Gustavo Barroso e

Maria Elisa Carrazzoni. Foram selecionadas comunicações escritas, produzidas no recorte temporal privilegiado nesta análise (1950-60) e que exemplificam os mecanismos de ancoragem e de objetivação, estruturas da representação social segundo nos explica o teórico Serge Moscovici (2015).

O mecanismo de ancoragem esteve presente na fala e na postura de Gustavo Barroso, um dos professores pioneiros da instituição de ensino criada especificamente para a capacitação daqueles que desejassem trabalhar em museus, no Brasil. Os elementos estruturantes desse mecanismo tiveram por base as experiências e observações de modelos europeus estudados por esse emissor, fosse de forma amadora¹⁹⁹ ou em vias de profissionalização com a aplicação de saberes. Esses modelos observados e, em parte, reproduzidos, ancoraram a defesa de uma profissão específica de museus no Brasil. O mecanismo de ancoragem pôde ser verificado numa correspondência de autoria do professor e idealizador da disciplina Técnica de Museus do curso ministrado no Museu Histórico Nacional, aqui identificado como texto 1. Enquanto o mecanismo de objetivação, que é a concretização em imagem da classe representada, foi identificado no texto 2, no qual a emissora da mensagem, Maria Elisa Carrazzoni, era um membro de ocupação do cargo “Conservador de Museus” no âmbito do DASP e possuía formação especializada para o ofício. Ambas as mensagens estão inseridas no período do **ciclo de fundação da ideia de uma profissão de museus específica** em nosso país e nas duas foram aplicados o método da análise de conteúdo, à luz das orientações de Laurence Bardin (2016).

O material analisado advém de dados comunicacionais expressos em textos categorizados pelos analistas de conteúdo como “documentos naturais” (BARDIN, 2016, p.45), ou seja, que são aqueles produzidos no próprio contexto social do objeto investigado e não são, portanto, produtos da pesquisa porque não foram resultado da aplicação de formulários, questionários, entrevistas etc. São mensagens produzidas pelos agentes emissores da representação social criada naquele período e com referências específicas daquela organização social.

Quanto ao método das duas análises, primeiro foi realizada uma identificação descritiva das mensagens, bem como da localização temporal de cada texto e contextualização dos agentes emissores, depois foram descritos seus objetivos comunicacionais, a mensagem em si e o que os autores pretendiam transmitir, só então aplicamos a seleção de itens – palavras e expressões – que qualificam os mecanismos de ancoragem e objetivação.

¹⁹⁹ No sentido oposto do profissional, sem uma formação específica no campo museal (que ainda não existia) e com métodos experimentais.

Abaixo apresentamos a análise dos dois textos onde constam as mensagens selecionadas.

Texto 1:

Título: A CARREIRA DE CONSERVADOR DE MUSEUS – MEMORIAL

Tipo: correspondência

Data: 1954

Ano de publicação: 1957²⁰⁰

Veículo de comunicação: Apêndice dos Anais do Museu Histórico Nacional vol. VIII ANO 1947.

Emissor: Gustavo Barroso. Diretor do Museu Histórico Nacional e diretor do Curso de Museus sediado no MHN (1933-1959); professor ministrante dos conteúdos apresentados na disciplina de caráter específico, Técnica de Museus (1932-1951).

Objeto da mensagem: Gustavo Barroso saiu em defesa da “carreira de conservador”, cargo da administração pública federal instituído pelo poder executivo durante o Estado Novo através do Departamento Administrativo do Serviço Público (1938), a fim de reivindicar retorno da classificação da carreira como de nível superior dentro da administração pública, para ingresso por concurso público.

O Curso de Museus - MHN apresentava, desde a “Reforma de 1944”, entre as suas finalidades “a) preparar pessoal habilitado para exercer as funções de conservador de museus históricos, artísticos, ou instituições análogas.”²⁰¹. Havia desta maneira, uma interdependência entre as condições de treinamento e a atuação no mercado de trabalho direcionado ao serviço público federal, principalmente.

Motivação da mensagem: Em 1954 foi publicada a decisão de que o cargo de “Conservador”, dentro da organização de servidores civis, perderia o reconhecimento de nível superior dentro da administração pública federal, portanto não seria mais exigido ou pontuado o diploma em instituição de ensino superior com formação específica, bem como não seria mais exigida a defesa pública de uma pesquisa²⁰² desenvolvida para o ingresso na carreira. Esse fato significava perda do “abrigo no mercado” de trabalho para os egressos do Curso de Museus - MHN, maioria concursada daquela ocupação, justamente pelo reconhecimento de seu diploma como pontuação de peso dois no processo seletivo. Também, apresentou, perdas materiais significativas em âmbito salarial e, por conseguinte, perda de *status* entre as carreiras da administração pública federal.

A carta, intitulada como “Memorial”, em suma, reivindicava o retorno do nível superior para ingresso no cargo. O tema, “Revisão dos Níveis de Vencimento do Funcionalismo Civil da União” onde se encontrava o “Conservador”, já com quinze anos de existência, tinha como foco principal reverter a desvalorização do cargo em relação ao “Naturalista” principalmente no tocante a salários e *status*. Os argumentos barroseanos para empreender tal defesa foram

²⁰⁰ Para entender a periodicidade das publicações dos ANAIS MHN ver cap. 2 p.140.

²⁰¹ Decreto nº 6.689, de 13 de julho de 1944, Art 2º.

²⁰² Que naquele contexto era chamada de tese nos documentos oficiais dos concursos.

pautados numa visão de “*Status* de ocupação bem-sucedida” ou ideia de “profissão de *status*” (ELLIOTT, 1972 apud FREIDSON, 2019, p.52) ligada à dignidade do cargo. A retórica baseada na reputação era uma perspectiva de profissionalização que remetia ao modelo do Antigo Regime europeu, onde as profissões eram dignatárias porque cultivavam relações de privilégio com as forças políticas vigentes, a partir das famílias e casas dinásticas, diferentemente do que passou a ser defendido quando emergiu a retórica burguesa em defesa da *expertise*. O emissor da correspondência, em sua mensagem, ignorou a potência das relações políticas, econômicas e sociais que estavam mais próximas de sua realidade, aquela que priorizava conhecimento técnico em detrimento ao *status* dignatário. A retórica utilizada por Barroso, como será analisada, exaltou valores cujo objetivo era sensibilizar os destinatários sobre o equívoco da decisão, tendo em vista que o emissor da mensagem entendia que a “carreira de Conservador” era uma profissão que conferia ações de dignidade e promovia o Estado. Por conseguinte, apresentava uma antiguidade e estabilidade das funções atribuídas ao cargo, que perduravam no tempo.

Os argumentos utilizados formularam, de maneira sintética, o mecanismo de ancoragem da representação social do “Conservador”. Esses argumentos serviram de referência para o mecanismo de objetivação, então formulado pelo grupo ocupacional ligado àquele cargo. Verificou-se que a maior relevância dos mecanismos de ancoragem e objetivação no processo de profissionalização da Museologia foi favorecer e fortalecer o autorreconhecimento daquele grupo ocupacional enquanto uma profissão específica de museus.

Durante toda a fala, o emissor está alçando à ocupação *status* de “especialização que requer algum preparo + prestígio social e intelectual” (COELHO, 1999, p. 23). O preparo do ocupante de cargo, Gustavo Barroso atribuiu ao currículo do Curso de Museus por ele dirigido, e quanto ao prestígio social e intelectual fez uso dos seus recursos retóricos de ensaísta e romancista, dos quais dominava muito bem, a fim de garantir a reversão do ato administrativo.

Em dois parágrafos de um total de treze que compõem a carta, o emissor buscou demonstrar à Comissão que o “Conservador” não tinha posição inferior ao “Naturalista”. Barroso expôs a *expertise* de um, em comparação ao outro e para isso iniciou o discurso comparando as funções de ambos os cargos nos museus e demonstrou as semelhanças e diferenças sutis entre elas. Após essa comparação indagou, “há hierarquia entre os ramos superiores do saber humano?” (BARROSO, 1954, p. 230), ao fazer menção ao fato de que Conservadores e Naturalistas estavam em distintos campos do saber, mas atuavam nas mesmas “funções” e “objetivos” dum museu. No parágrafo seguinte esclareceu que a pesquisa e a conservação são as funções em comum de ambos tendo, por diferença, as

disciplinas a serem estudadas e, por conseguinte, as tipologias temáticas dos museus nos quais exerciam suas atividades.

A defesa da *expertise* apareceu, nesta condição, como especialidade a partir da instituição onde o trabalho fosse exercido (temática do museu e seus acervos) e não precisamente na formação – pensamento bem comum à época, como vimos em situações anteriores no contexto das propostas de regulamentação. A semelhança das funções técnicas desempenhadas por ambos os cargos, apontava para uma forte vulnerabilidade do reconhecimento, enquanto profissão, dessas carreiras.

Na sequência da mensagem, Barroso dá início à defesa do *status* do “Conservador”, baseado em características de uma “origem nobre” do ofício. Desse modo, despende sete parágrafos da carta para este fim (grande parte do documento). Nesses parágrafos detemos nossa análise a fim de encontrar os mecanismos de ancoragem utilizados na retórica do emissor e identificar aqueles que colaboraram para forjar a representação social dos conservadores de museus daquele período.

Gustavo Barroso utilizou a retórica do passado a fim de construir o *status* do cargo de “Conservador de Museus” o qual, nas palavras dele, estava em estado de “humilhação” e “injustiça”. Assim, teceu uma ‘genealogia’ do conservador que foi utilizada como recurso de fundamento para advogar o direito perdido pelos membros daquela ocupação no Brasil da década de 1950. Depois disso, tem início a principal mensagem que reflete a imagem social do conservador na concepção barroseana, a partir de referências europeias calcadas nas funções do *conservateur* e do *curator*²⁰³. É possível observar que, para o autor do texto, o “Conservador” não era meramente um indivíduo que exercia função no mundo do trabalho, mas sim um título de “incontestável prestígio” (BARROSO, 1954, p.231). Atribui a desvalorização do cargo, pelo órgão da administração pública federal, a uma interpretação equivocada sobre a ocupação, mencionando o entendimento de muitos que a percebiam como “[...] inferior como a guarda ou limpeza de materiais e edifícios.”²⁰⁴ (p. 230). O emissor não desassocia o cargo da instituição a qual foi criado para servir e apresenta o museu no sentido de um “Conservatório” “[...] ‘um estabelecimento que visa propagar uma ciência ou uma arte e formar especialistas na mesma’.”²⁰⁵. E, no mesmo sentido expõe, “Conservatório é um estabelecimento velado e ilustrado pelos Conservadores.” As palavras “velado” e “ilustrado” demonstram a construção retórica por meio de uma aura nobre que Barroso deseja conferir ao cargo; “ilustrado” além de denotar o sentido de conhecimento universal cultivado

²⁰³ Barroso trata as duas experiências estrangeiras como equivalentes.

²⁰⁴ Cheumier e Mairesse lembram desta confusão ou interposição verificada no século XIX entre o *conservateur* e o *gardien et manutentionnaire*. Ver página 57 do capítulo 1.

²⁰⁵ op. cit. A frase é uma citação devido a marcação por itálico no texto original, contudo o autor não indica a fonte.

pelos eruditos, também, confere sentido de distinção ao ofício exercido. Nesta sentença o autor demonstra seu entendimento de que o cargo não era uma ocupação, simplesmente, mas sim um ofício sublime cuja função advinha de uma demanda específica, uma missão. Esse sentido fica ainda mais explícito quando o autor começa a explicar sobre o léxico e destaca suas definições a partir do termo latino “[...] *conservare* quer dizer: conservar, salvar, defender, observar, guardar, respeitar e cumprir;” (BARROSO, 1954, p. 232). Todo esse sentido de *status* fundamentado numa “origem mais nobre” teve valor preponderante na imagem icônica que o intelectual construiu na mensagem.

O perfil romântico do emissor o levou a ancorar suas referências naquilo que ele valorizava nos exemplos da tradição estabelecida nas civilizações europeias – os métodos de trabalho do *conservateur* – e, até mesmo, num tempo mítico quando insere um elemento divino na estrutura da mensagem, [...] Daí, na epigrafia latina, segundo se verifica do *Corpus Inscitionum Latinorum*, ser Júpiter, o Deus Supremo, cognominado Conservador, isto é, o Salvador.”.

O emissor dá continuidade à defesa apresentando argumentos que descrevem as ações de trabalho do cargo de “Conservador”:

[...] com sua técnica, suas pesquisas, seus estudos, sua experiência e seu saber, se dedica a 'guardar, conservar, defender, proteger, comentar e salvar', assim da destruição, do descaso e do esquecimento as obras de arte e as relíquias do passado. (p. 232)

O perfil apresentado mistura quesitos de uma formação científica e formal, apesar de genérica – “técnica”; “pesquisas”; “estudos”; “saber” – com quesitos ligados ao fator experiência em determinadas ações – “guardar”; “conservar”; “defender”; “proteger”; “comentar”; “salvar”. O que demonstra o apelo à aplicação prática dos saberes, ou seja, atuação num contexto que exige o fazer.

No parágrafo seguinte Gustavo Barroso apresenta definições formais do léxico a partir das referências de dois dicionários, Larousse²⁰⁶ e Maximiano Lemos²⁰⁷ e do *Le Grand Vocabulaire François*, com os quais defende a valorização da função do “Conservador” enquanto cargo público. As definições, contudo, não limitam o serviço do cargo ao museu, mas mencionam “depósitos ou defesa de certos direitos” (Larousse) e guarda e conservação de “arquivo de estabelecimento científico” (Lemos). Larousse indica, ainda, a necessidade de especialização para a atuação. A última referência, Barroso faz questão de destacar a data da edição, “1768” a fim de comprovar a solidez da definição do cargo através da passagem do tempo. Apresenta o “Conservador” como um título de dignidade relacionado a certos

²⁰⁶ Pierre Athanase Larousse (Toucy, 1817- Paris, 1875) enciclopedista francês.

²⁰⁷ Maximiano Lemos (1860-1923). Autor de “Encyclopedia Portuguesa Illustrada. Dicionario Universal.”.

cargos públicos incumbidos no papel de conservar as relíquias e preciosidades do Estado. Na sequência, o emissor descreve inúmeros cargos sob o título de “Conservador” em diferentes contextos,

Conservador dos privilégios, da Universidade de Paris, alto magistrado; Conservador dos das (sic) Hipotecas, também magistrado; Conservador dos privilégios da Cidade, Juiz Real; Conservadores dos Domínios Reais; Conservador das Florestas; Conservador do Gabinete de Medalhas do Rei; Grande Conservador de Malta ou Conservador Geral, o encarregado de toda a economia e administração dessa Ordem Soberana de Cavalaria. Enfim, no Direito Internacional, o Conservador dum Tratado é a eminente personalidade escolhida pelas altas partes contratantes para velar pela observância do que foi convencionado, investidura essa da mais subida relevância (p.232).

Vê-se neste trecho todo o esforço do emissor em conferir *status* de dignidade ao cargo, assim como demonstrar a antiguidade de seus serviços, ao equipará-lo ao histórico de outros cargos que não só guardavam e salvavam do esquecimento “as obras de arte e as relíquias do passado”, mas que prestavam relevante serviço ao Estado nas mais diversas situações, sob uma mesma identificação terminológica – “Conservador”. Assim, o emissor exalta não só o cargo, mas a ideia de conservar valores e referências que constituem um Estado forte que será refletido em suas instituições.

Isto posto, a continuidade da defesa do emissor da mensagem se dá, a partir de então, de forma um tanto mais objetiva quando retoma a defesa da formação dos “Conservadores de Museus” no Brasil. Nos dois parágrafos finais, após muito arrazoar sobre o *status* e a longevidade da existência das funções equivalentes ao cargo ou semelhante – na concepção dele – e no “mundo civilizado”, são apresentados argumentos quanto à formação de caráter específico para a ocupação do cargo existente no Brasil e somente no Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional.

Êsse curso é considerado superior, possui mandato universitário e seu diploma é registrado na Diretoria do Ensino Superior.

Como se recrutam os componentes do quadro de Conservadores do Ministério de Educação e Cultura? Entre diplomados pelo referido Curso e outras pessoas, mediante concurso, que, à exceção do último, sempre se realizou com defesa de tese²⁰⁸. (sic). (p. 233).

Ao final da correspondência o emissor faz o apelo à Comissão pela reconsideração da decisão que motivou a mensagem: mudança de nível do cargo de “Conservador de Museus” com a diferença de classificação entre “Naturalistas” e “Conservadores”, com conseqüente rebaixamento do salário deste último.

²⁰⁸ No sentido lato de um trabalho ou proposta de estudo que era defendida, não se assemelhava à uma tese de Doutorado da atualidade.

Abaixo destacamos algumas expressões encontradas na mensagem do texto e que demonstram o pleito de “profissão de *status*” ao cargo de “Conservador de Museus” a partir da visão barroseana expressa no texto 1:

Categorias de qualificação utilizados por Gustavo Barroso:

“no mundo inteiro, o título Conservador possui **incontestável prestígio.**”

“[o termo] ... **Conservador abre a quem o usa todas as portas.**”

“No Brasil, homens **ilustres pelo seu saber [...] honram-se com o título de Conservador**”
“origem mais **nobre**”

“êsse cargo e essa **dignidade**”

Análise do mecanismo de ancoragem identificado na mensagem do texto 1

Em grande parte, o embasamento argumentativo do emissor foi fundamentado em experiências do contexto europeu que remontam ao período de formação de coleções aristocráticas e de mercadores ricos, acervos privados que foram tornados públicos ao serem transformados em museus. Todo esse contexto remete às práticas que eram encontradas em coleções, galerias e museus dos séculos XVIII e XIX, algo muito distante da realidade brasileira vivida a partir das reformas na administração pública desde 1938, porém vivas no imaginário de um romântico adepto aos estudos das tradições. Gustavo Barroso, ao optar por uma defesa da carreira de “Conservador” pelo viés da dignidade e antiguidade do ofício, preferiu a familiaridade de sua percepção com um tempo passado, do prestígio dos curadores e conservadores dos bens culturais interpretados como nacionais. Ao fazer esta opção, distanciou-se das questões contemporâneas de seu tempo que discutiam a profissionalização a partir da ideia de burocratização das instituições e das atividades do serviço público. Por outro lado, ao defender o mérito conectado à formação especializada, aproximou-se das discussões de seu tempo. Porém, na mensagem analisada, essa ideia não foi desenvolvida na mesma proporção como fez com a questão da dignidade e antiguidade do ofício dos conservadores.

O emissor buscou elementos de familiarização os quais necessitava para construir a imagem do cargo que melhor lhe atendia em suas aspirações daquela mensagem. Esse é o cerne do mecanismo de ancoragem, tentar “ancorar ideias estranhas, reduzi-las a categorias e a imagens comuns, colocá-las em um contexto familiar.” (MOSCOVICI, 2015, p. 60). Como ele iria convencer a Comissão sobre a importância do cargo? Através de elementos familiares, que conectassem o sentido das ações entre “Conservadores” numa tradição museal longínqua, aos “Conservadores de Museus” do cargo recém-criado no âmbito da administração pública federal.

Para Barroso a essência das atividades de um “Conservador” era a de um pesquisador com autoridade para dominar a orientação das diversas ações a serem desempenhadas nos

museus, ações transversais e relacionadas à conservação material e histórica do bem cultural. No texto 1 essas ações aparecem de maneira generalista, pois baseavam-se naquelas executadas pelos perfis do *conservateur* ou *scholar-curators*²⁰⁹ (curadores eruditos), ao passo que o “Conservador de Museus” aproxima-se do perfil de um erudito generalista que devia saber selecionar o bem a partir de critérios heurísticos, analisados pela forma, pela matéria e os sinais que o objeto carregava, critérios que confeririam autenticidade por meios de indícios levantados cientificamente. Só o objeto autêntico poderia ser considerado testemunho e deveria, então, ser conservado e divulgado por meio das técnicas museográficas²¹⁰ para fins de educação cívica.

O emissor da mensagem era um estudioso e observador da realidade dos países europeus e norte-americanos e sua leitura histórica tinha viés não somente romântico, mas de caráter similar ao positivista como aquele que reverberou na “Escola Metódica” francesa do final do século XIX, como foi explicado no capítulo 2. Desse modo, observamos no texto 1, como que Barroso enfatizou, na correspondência, aquilo que exprimia maior prestígio ao cargo, tendo em vista que, o mesmo passava por uma crise de *status*.

O pensamento barroseano foi um dos fios condutores da abordagem que pautou a noção de dignidade da carreira de “Conservador”, a fim de reconhecê-la como ofício de poder mantenedor de relações privilegiadas com as classes dirigentes do Brasil.

A imagem de uma “profissão de *status*” que aparece no discurso do texto 1 de Barroso, se afastava, em muitos aspectos, dos debates sobre profissionalização do trabalho em museus que permearam o início do século XX. Na correspondência analisada, o emissor não fez uso das argumentações de caráter sociológico e administrativo, mas preferiu argumentos de caráter valorativo.

Esses argumentos que formam o mecanismo de ancoragem da representação social do cargo de “Conservador de Museus”, difundidos por Gustavo Barroso, influenciaram o grupo ocupacional que com ele estudou ou entre aqueles que tiveram acesso às suas publicações. Durante o movimento pelo reconhecimento legal de uma profissão específica de museus no Brasil, como vimos nas subseções anteriores, a defesa da profissão via o *status* de dignidade chegou a ser reproduzida em um Anteprojeto pela regulamentação datado de 1968, o que demonstra que, por algum tempo, a feição de dignidade foi percebida como de grande relevância para argumentar o reconhecimento de uma profissão específica de museus.

Como vimos, foi somente nos anos da década de 70 que o discurso para a regulamentação profissional tomou rumo de, também, ser o de reconhecimento social da

²⁰⁹ Como preferem denominar Boylan e Mensch.

²¹⁰ Essas já influenciadas pelas discussões do período entreguerras.

profissão museólogo, ao apresentar argumentos pautados na formação em ensino formal e superior e buscar uma definição para a base cognitiva das técnicas aplicadas. Critérios que visavam afastar concorrentes e dissipar hierarquias, parecendo assim, mais com o que Coelho (1999) identificou como “profissão liberal”.

Texto 2:

Texto: O que é um Conservador de Museu?

Tipo: artigo

Data: [1967]

Publicação: 1967

Veículo de comunicação: Revista do MEC – Ministério da Educação e Cultura. Serviço de Divulgação Nº 37. Órgão público gestor dos museus federais (MEC).

Emissor: Maria Elisa Carrazzoni conservadora de museus do DASP, lotada no Museu Histórico Nacional.

Neste segundo texto a mensagem tem na emissora uma agente que era parte do grupo ocupacional do cargo de “Conservador de Museus”. Maria Elisa Carrazzoni ingressou na carreira do serviço público no ano de 1953 destinada aos assuntos educacionais, assim, trabalhou como assistente no Setor de Educação do Museu da República, a época seção especial do Museu Histórico Nacional e em processo de implementação. Concluiu o Curso de Museus - MHN (turma de 1963) e mudou de função. Durante o período que antecedeu à escrita e publicação do referido artigo, objeto da presente análise, Carrazzoni realizou estágio no Setor de Educação do Museu do Louvre em Paris, entre os anos de 1965-66²¹¹.

Em novembro de 1967 [ano da publicação do artigo], realizou no Colégio Souza Leão, em caráter experimental, um trabalho pioneiro na área de educação O Museu vai à Escola, idealizado por Maria Augusta Machado [conservadora do Estado da Guanabara] e com a participação de museólogos do Museu da República, do MNBA e do MHN [...].²¹²

O currículo de Maria Elisa Carrazzoni apresentado na publicação de Sá e Siqueira (2007) indica um perfil profissional atuante em diferentes frentes como a gestão e a educação em museus, bem como em documentação museológica, ações que, àquela época, estavam em desenvolvimento, aprimoramento ou criação.

Objetivo da mensagem: informar à população leiga sobre as atividades de trabalho dos conservadores do MEC e defender a ocupação do cargo por pessoas capacitadas por meio de treinamento específico.

Motivação da mensagem: divulgação da ocupação de “Conservador de Museus” na realidade do serviço público federal brasileiro.

O texto é uma mensagem à sociedade, a fim de elucidar o que faz um “Conservador de Museus” e como é executado um trabalho em museus. Maria Elisa Carrazzoni era uma agente daquele campo em profissionalização com perfil que reunia treinamento específico e prática laboral. Perfil diferente de Gustavo Barroso um “autodidata”, ou seja, sem formação específica e cujas habilidades foram adquiridas somente por experiência e observação. A postura da emissora da mensagem do texto 2 é clara, defender a especialidade do cargo que ocupava. E mesmo reconhecendo as dificuldades e lacunas existentes na sua realidade de

²¹¹ “Curso de Museus - MHN, 1932-1978: Alunos, Graduandos e Atuação Profissional” Sá e Siqueira, 2007, p.161-162.

²¹² Idem.

trabalho, ao demonstrar consciência de que o cenário apresentado não era o ideal, corroborou para a ideia de que aos conservadores de museus cabia cuidar de toda a cadeia operacional responsável por dar forma aos museus e preservar os bens culturais históricos, artísticos e científicos.

A mensagem, de teor informativo, também apresenta um relato de experiência de Carrazzoni que indica as especificidades do trabalho daquela ocupação. Trabalho complexo que envolvia inúmeras ações diárias e rotineiras e era executado de maneira um tanto quanto solitária, ao considerar a realidade brasileira de escassez de pessoal especializado nas diferentes funções dos museus. A mensagem do artigo de Carrazzoni deixa clara a visão que ela tinha sobre o cargo:

[...] teoricamente o conservador é um profissional tecnicamente preparado para pesquisar, selecionar, classificar, catalogar e zelar pelo bom estado de conservação de um patrimônio histórico, artístico ou científico. Na prática, em nosso país, ele é, na maioria das vezes, um 'faz tudo'. (p.32).

A emissora da mensagem do texto 2 reafirmou algumas características que estavam presentes nos argumentos do emissor do texto 1. Dentre as atividades elencadas pela autora a pesquisa e o “zelo pelo bom estado de conservação [...]” são atribuições reafirmadas, que retomam argumentos anteriormente mencionados por Gustavo Barroso, enquanto seleção, classificação e catalogação são apresentadas como técnicas específicas e próprias ao ofício, afastando ideias genéricas sobre a realidade laboral do cargo. Neste ponto, os argumentos de Carrazzoni se afastam dos de Barroso e são mais objetivos. Outro diferencial na mensagem do texto 2 é a inserção do patrimônio científico, que em décadas anteriores, não era comum de ser colocado junto ao conceito de patrimônio histórico e artístico. Dessa maneira, a emissora alargou o escopo de atuação do cargo de “Conservador” em relação ao que era mais comum até aquele momento, principalmente dentro do MEC/DPHAN. Importante lembrar que, nesse mesmo momento, o cargo de Naturalista estava sendo afastado do elenco de carreiras incluídas pela ABM para regulamentação. Parece-nos que Carrazzoni defende que os museus com temática científica devam ter o mesmo profissional habilitado nas funções e rotinas dos museus, que os de História, Arte e Etnografia.

Outro ponto que merece destaque é o apontamento crítico que Maria Elisa Carrazzoni fez sobre a pouca informação difundida acerca do potencial educativo dos museus, indicado como uma das funções primordiais da instituição. A função educativa dos museus vinha recebendo destaque nos eventos e debates do campo desde, pelo menos, a década de 1940, mas segundo a autora essa função não era de conhecimento público por não ser valorizado pelo poder público.

Reconhecidos como recursos pedagógicos inestimáveis na Europa e Estados Unidos, infelizmente entre nós não passam de simples depósitos de objetos históricos e artísticos, sob a guarda de um pequeno grupo de conservadores

que luta com dificuldade de toda ordem para que não se perca totalmente o patrimônio que lhes é confiado. (p. 32)

Durante toda a mensagem a emissora enfatizou a estreita relação do espaço de trabalho – museu – com a ocupação do cargo – “Conservador de Museu” – e defendeu o cargo como aquele específico para manter o patrimônio salvaguardado nas instituições. A ideia da guarda, no trecho transcrito acima, ratifica o sentido de zelo e tutela, funções também destacadas pelo emissor do texto 1.

A ênfase que Carrazzoni confere à atuação prática do cargo é de extrema relevância na mensagem. O tema das atividades de trabalho em museus ocupa quatro parágrafos dos sete que compõem o artigo. A emissora descreve algumas das atividades laborais que um “Conservador” executa, tomando por base suas próprias experiências ocupacionais, como também aquelas vividas no recente estágio que havia feito na França. Considerava, ainda, que uma das atividades de maior complexidade num museu era o planejamento e execução de exposições, bem como sua manutenção. Reconhecia, contudo, que um bom trabalho de criação de exposições devia agregar as diferentes disciplinas científicas e enfatizou que o trabalho de um “Conservador” é resultado de pesquisas: “O pesquisador é a alma de todo o trabalho museográfico.”. Ao entender que toda a cadeia de trabalho em museus perpassa por métodos investigativos e de conservação do bem cultural, essas atividades tornaram-se fundamentais na construção da imagem profissional do cargo, o que Carrazzoni procurou enfatizar.

Após explicar sobre o que ela considerava um trabalho ideal na elaboração e montagem de exposições, informa sobre a formação para o treinamento dos conservadores, no Brasil. Escreveu um resumo sobre o histórico de implementação do Curso de Museus - MHN e destacou os conteúdos nele ensinados. Desse modo, Carrazzoni reafirmou o elo entre o referido curso e o cargo do serviço público federal. Assim, o breve artigo foi encerrado.

Termos e expressões destacadas do texto 2 e que comprovam o destaque da argumentação no fazer cotidiano e na elevação dos ofícios do cargo, entendido como profissional.

“**ser** um conservador de museu”

“**sob a guarda de um pequeno grupo de conservadores** que **luta** com **dificuldade**”

“[...] o **conservador** é um **profissional tecnicamente preparado** [...]”

“[...] exemplo do **trabalho de um conservador** [...]”

“**trabalho museográfico**”

Análise do mecanismo de objetivação identificado na mensagem do texto 2

Os elementos de familiarização do mecanismo de ancoragem que conectou a representação social do “Conservador” à uma tradição relacionada ao prestígio de um ofício à serviço de uma classe dirigente, aos moldes de nações europeias, conferiram ao cargo uma imagem ‘elitista’ ou distante da população média do país. Porém, nesse mesmo processo pela busca por uma identidade profissional que legitimasse o trabalho desenvolvido pelos membros dessa ocupação, não só os elementos de familiarização são relevantes. É na realização de fatos (mecanismo de objetivação), que a noção abstrata do mecanismo de ancoragem ganha ou perde força.

A imagem do ‘mesmo cargo’ apresentada na mensagem de Maria Elisa Carrazzoni, mais de dez anos depois da mensagem de Barroso, apesar de reforçar alguns dos elementos de familiarização usados pelo intelectual, diferentemente dele apontou para as ações concretas de uma ocupação detentora de *corpus* técnico e propósito de trabalho numa engrenagem da administração pública. Nesse ponto o processo de profissionalização fez-se mais concreto na mensagem de Carrazzoni do que na de Barroso, não só pelo estilo de escrita (que pode ser considerado), mas pelos objetivos concretos de promover o reconhecimento de uma ocupação com habilidades específicas, ou melhor, um profissional que sabe executar, devido treinamento, atividades essenciais ao campo da cultura e educação²¹³ através dos museus.

A ênfase que a emissora da mensagem do texto 2 confere ao trabalho cotidiano dos conservadores revela-nos parte do mecanismo de objetivação da representação social do cargo de “Conservador de Museus”. Contudo, pode, também, se estender até os dias atuais no que concerne às negociações e disputas pelo espaço de atuação e convencimento de seu papel na sociedade, bem como distinção entre seus concorrentes.

Não devemos ignorar a complexa realidade que permeou a divisão do trabalho em museus naquele contexto, pois essa também contribuiu para a realização de um perfil profissional multitarefas ou polivalente, com base na realidade que o cargo público de “Conservador” apresentava. A falta de pessoal diversificado e habilitado para a aplicação de diferentes técnicas e saberes nos museus, bem como a escassez de recursos financeiros para investimento no setor, foram dois fatores que pesaram entre os elementos de realização das práticas daquele cargo. Como expôs Carrazzoni, os conservadores se configuravam como um profissional “faz tudo”, ou seja, atuante em todas ou nas principais funções dos museus, eram os responsáveis por manter as instituições abertas aos públicos com atividades

²¹³ Aqui fazemos uma relação direta ao Ministério ao qual o cargo estava relacionado na época Ministério da Educação e Cultural, Lei n.º 1 920, de 25 de julho de 1953. Lembrando que a publicação está na Revista do MEC.

educativas e exposições, preservar e gerir suas coleções e executar ações diárias de conservação dos acervos.

A partir da imagem icônica da profissão vislumbrada, porém, vivenciada no cotidiano dos museus no âmbito do MEC/DASP, entendemos que dois pilares foram determinantes para a objetivação/realização da representação social do cargo de “Conservador de Museus”: 1) o pioneirismo quanto à formação específica ou o treinamento em ensino formal e superior baseado na realidade administrativa e colecionista de um museu público; 2) as atividades exercidas ou a aplicação prática dos saberes e técnicas adquiridos na formação, mas atualizadas e moldadas pelos membros de ocupação de um cargo do funcionalismo público, a partir de suas experiências.

Essas experiências práticas, para além da formação e pautada numa dada realidade museal de concepção tradicional e imersa numa política nacionalista da gestão pública, foram elementos da representação social de uma profissão de museus específica no Brasil, que atravessou gerações de conservadoras e conservadores em contato com essa mesma realidade laboral e oriundos de uma mesma instituição de ensino.

O fenômeno da representação social do cargo de “Conservador de Museus” observado num contexto de profissionalização, apontou para a necessidade de ressignificação desse ofício. A “tradição museal”, originada da prática colecionista voltada ao processo de seleção, classificação e exibição de feitos investigativos acadêmicos ou diletantes de determinados indivíduos, entrava em crise. Ainda assim, essa imagem foi a primeira referência para a representação social daquele ofício que pautou um dos primeiros perfis da profissão de museus, o museólogo.

CAPÍTULO 4

MEMÓRIA PROFISSIONAL E DO PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DA MUSEOLOGIA NO BRASIL

4. MEMÓRIA PROFISSIONAL E FEIÇÕES DO PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DA MUSEOLOGIA NO BRASIL

O ponto de partida deste quarto capítulo é a memória profissional de três conservadoras de museus. Considera-se que as três foram agentes e testemunhas do processo de profissionalização da Museologia no Brasil.

Após discorrermos sobre as instituições que permearam o processo de profissionalização e a representação social do cargo de “Conservador de Museus”, a análise volta-se, agora, para o percurso de três mulheres que viveram e participaram ativamente dos fatos até aqui descritos e examinados. São elas: Regina Monteiro Real (1901-1969), Lygia Guedes Martins Costa (1914-2020) e Therezinha Maria Lamego de Moraes Sarmiento (1929-2012), todas egressas do Curso de Museus - MHN, membros do grupo ocupacional que trabalhou no cargo do DASP e sócias-fundadoras da ABM. Essas profissionais representam as principais gerações que atuaram durante os dois ciclos identificados nesta tese²¹⁴.

A seleção dessas personalidades femininas se deu por três fatores que estão de acordo com o método investigativo aplicado nesta tese: 1) a formação em ensino superior comum, treinamento no conhecimento na mesma instituição de ensino; 2) atuação enquanto membros de uma mesma ocupação; 3) participação ativa no movimento associativo da ABM. Para além dessas características, Lygia Martins Costa e Therezinha de Moraes Sarmiento possuem coleções no NUMMUS, cujos documentos foram substanciais enquanto fontes primárias para o nosso objeto de estudo.

Costa atravessou os dois ciclos identificados na pesquisa e, por isso, conecta alguns elementos entre os dois momentos. Sarmiento foi estudante durante um período de intensa crise do processo de profissionalização e representa a virada de posicionamento de uma geração de profissionais praticantes que passaram a buscar, não somente a regulamentação da profissão, como seu reconhecimento social. Quanto a Regina Real, sua trajetória é entendida aqui como um dos principais expoentes do período ao qual a maior parte da pesquisa está dedicada, o ciclo de fundação, onde a ideia de uma profissão de museus específica estava em estruturação.

Tendo em vista tudo o que já foi discutido até aqui, a partir das variáveis analisadas nos capítulos anteriores, essas profissionais representam a face humana da organização

²¹⁴ Ciclo de fundação de uma profissão específica de museus no Brasil (1932-67) e Ciclo de conformação de uma profissão específica de museus no Brasil e constituição de uma representação social com base nas experiências dos membros de ocupação do cargo de conservador de museu (1968-70's).

social institucionalizada que impulsionou todo o processo de profissionalização da Museologia no Brasil. Ao entender que as instituições são construídas por pessoas é importante destacarmos o papel de alguns desses agentes que atuaram naquele cenário, no qual uma profissão de museus específica foi criada.

Sobre o perfil socioeconômico dessas três conservadoras, sabemos que todas as três pertenciam à classe média brasileira. O país, no qual elas cresceram e se formaram, era de grandes contrastes sociais e passou por diversas e estruturais transformações no âmbito social, cultural e econômico. O Brasil saía de uma realidade rural, comandada politicamente por grupos oligárquicos, para outra de estímulo ao crescimento urbano e industrial sob um governo ditatorial, onde as relações políticas e sociais foram moldadas pelos conflitos emergentes do trabalho assalariado em ambiente de produção fabril que começava a ser implementado no país. Em outra medida, o momento foi de construção das políticas públicas no âmbito da Cultura e da preservação do Patrimônio, pelo viés nacionalista, seguido, desde os anos 50, de uma política desenvolvimentista e do emprego de linguagens modernistas nas artes, em busca da formação da identidade do povo brasileiro. Por fim, nossa análise vai até o momento em que o Brasil vivenciou um novo ciclo de autoritarismo e estado de exceção, momento em que houve uma regressão nas conquistas do funcionalismo civil na administração pública, mas houve, também, uma reestruturação do ensino superior em universidades federais, o que impactou significativamente o Curso de Museus, então, oficialmente transformado em Curso de Museologia-FEFIERJ/UNI-RIO, inserido no ambiente universitário.

Nas próximas páginas apresentaremos o relato descritivo de diferentes ações, reflexões e posicionamentos que cada uma das conservadoras, ao seu modo, teve em contexto institucional e que contribuiu para a conformação da profissão museólogo no Brasil.

4.1 Regina Monteiro Real (Petrópolis - RJ, 1901. Salvador- BA, 1969)

A virada entre as décadas de 1960 para 1970 pode ser entendida como um momento de inflexão que apontou para profundas transformações na compreensão da Museologia enquanto disciplina e, de igual maneira, na compreensão de ofício e propósito de uma nova profissão, a de museólogo no Brasil. Aqueles anos podem ser compreendidos como o momento de conformação da noção de uma identidade profissional (possível), tomadas as experiências de trabalho daqueles que ocupavam o cargo de “Conservador” na esfera da administração pública e tinham formação específica em “Museologia-Museografia”. De igual maneira teve início, naquele momento, uma crise demandada sobre essa identidade, ou melhor, sobre o perfil que vinha se estabelecendo para este profissional, muito em parte

devido à representação social moldada pela familiarização de suas práticas com aquelas de uma tradição europeia e, portanto, distante das discussões engendradas pelas gerações nascidas após a Segunda Guerra Mundial, e que começavam a lançar perspectivas diferentes das então estabelecidas sobre os museus.

Regina Monteiro Real faleceu em 27 de outubro de 1969, após um ano difícil em sua vida no qual enfrentou uma severa debilidade, causa de sua morte²¹⁵. O período de sua atuação, portanto, concentra-se na conjuntura dos anos de 1940 a 1960 e, por isso, analisarmos sua trajetória profissional como exemplo daquele período. Regina é uma das personalidades que melhor representa a fase de aplicação das técnicas museográficas, entendido aqui como **ciclo de fundação** de uma profissão específica de museus no Brasil, dentre as personalidades que fizeram parte das primeiras gerações de conservadoras e conservadores formados pelo Curso de Museus - MHN. Isso porque, além de praticante Regina Real esteve atenta às discussões de sua época em âmbito internacional e nacional, tendo participado das Conferências Gerais do ICOM e colaborado na organização dos Congressos Nacionais promovidos pela ONICOM. Regina se estabeleceu como uma liderança perante seus pares da época, tendo sido uma das principais ativistas para a criação da Associação Brasileira de Museologistas, fato coroado com sua eleição como primeira presidente da ABM e, posterior reeleição para o cargo. Presidiu esta Associação durante seus dois primeiros triênios, cargo que ela deixou, somente, após o falecimento, em plena atividade.

A trajetória dessa conservadora esteve num contexto político favorável para a atuação dos primeiros egressos do Curso de Museus e configuração do “abrigo no mercado” de trabalho construído pelas políticas de governo do Estado Novo. Essas políticas, no entanto, como já descrevemos, foram desmontadas por uma crise que teve início com a redução da pontuação do diploma do curso, como requisito para ingresso no cargo do DASP. Esse momento de crise proporcionou aos membros de ocupação que se organizassem num movimento associativo de classe a fim de reivindicar direitos e melhorias nas condições de trabalho considerando a estrutura da administração pública de servidores civis. O objetivo principal, contudo, foi o de alcançar a regulamentação profissional, entendendo esse ponto como garantia de valorização, primeiro de um cargo, depois de uma profissão de fato.

Regina Real pertenceu há uma primeira geração de conservadoras e conservadores com formação específica e que pavimentaram o processo de profissionalização da Museologia no Brasil. Suas iniciativas foram consolidadas pelas gerações seguintes. As duas décadas, logo após a Segunda Guerra Mundial, demarcaram um período em que conceituações e definições sobre museus e Museologia estavam em processo de (re)

²¹⁵ Informação retirada da Ata da 32ª Reunião da Associação Brasileira de Museologistas, em caráter extraordinário no dia 29 de abril de 1970.

construção e Regina Real exerceu um papel central para que os brasileiros acompanhassem essas discussões de maneira atualizada, trazendo informações do exterior.

Como intelectual, Real publicou seus pensamentos e deixou registro em livros, artigos e relatórios de trabalho, onde pôde expressar sua visão sobre o tema dos museus e da Museologia. Sua experiência de trabalho confundiu-se com suas reflexões. Seus textos são documentos que demonstram o momento de um pensamento eminentemente museográfico e que se configuraria como um novo campo disciplinar – o da Museologia –, anos mais tarde.

Regina Real não apresentou um posicionamento de feição corporativa, mesmo após a criação da Associação Brasileira de Museologistas, que tinha por finalidade não só reivindicar a regulamentação dos profissionais de museus, mas garantir-lhes melhorias nas condições de trabalho. Sua visão era, demasiadamente, influenciada pelas diretrizes internacionais da UNESCO/ICOM e seu discurso não privilegiava a atuação exclusiva de um perfil profissional a partir do critério da formação específica, cenário que começou a ser modificado pouco antes de sua morte, mas que só recebeu melhor contorno, dentro da ABM, desde a gestão Léo Fonseca e Silva (1971-73), quando os membros de ocupação do cargo de “Conservador de Museus” perceberam outras ocupações de museus como seus concorrentes.

Voltemo-nos, agora, aos dados biográficos e suas realizações laborais. Regina Monteiro Real nasceu em Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro, em primeiro de dezembro de 1901. É uma filha genuína do século XX e das inquietações e contradições de gerações que cresceram e viveram durante um período de transição entre as concepções de uma cultura cujas bases foram fragilizadas pelos eventos históricos das duas guerras mundiais.

Formou-se em Assistência Social primeiro e, depois pelo Curso de Museus - MHN, ambos no ano de 1937. Ainda neste mesmo ano assumiu interinamente os cargos de Secretária e de Conservadora no Museu Nacional de Belas Artes²¹⁶, museu no qual se estabeleceu como funcionária pública após aprovação no primeiro concurso do DASP (1939-40) para o cargo de “Conservador de Museus”.

Figura 15. Primeiro concurso do DASP. Da esquerda para direita, de pé: Luiz Marques Poliano; Antonio dos Santos Oliveira; Maria Helena Neves e Silva; Octávia C. dos S. Oliveira; Lucília

²¹⁶ SÁ, Ivan Coelho de. SIQUEIRA, Graciele Karine. Curso de Museus - MHN, 1932-1978: alunos, graduandos e atuação profissional. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Museologia, 2007. p. 44-45.

Ferreira; Lygia Martins Costa; Maria Barreto; **Regina Monteiro Real** (com destaque); Nair de Moraes Carvalho; Elza Ramos Peixoto. Sentados: secretária Ana de Alencar; Ministro Orlando Guerreiro de Castro; examinador Dr. Pedro Calmon; examinador Fernando Nereo de Sampaio; examinador Tenente Egon Prates



Fonte: Coleção Nair de Moraes Carvalho – NMC NUMMUS/UNIRIO

Sobre a trajetória na carreira de “Conservador” nos valemos da publicação “Curso de Museus - MHN, 1932-1978: alunos, graduandos e atuação profissional”²¹⁷ da qual retiramos as informações base que orientam seu currículo e indicam os locais de trabalho e participações em eventos. A confirmação dos dados funcionais de Regina Real pôde ser verificada no Arquivo Histórico e Institucional Fundação Casa de Rui Barbosa, onde o percurso burocrático de toda a vida da servidora no Ministério da Educação e Cultura está salvaguardado.

No MNBA trabalhou até o ano de 1954. Como responsável técnica daquele museu organizou várias exposições sobre o patrimônio artístico ali preservado: “Primeira exposição de xícaras brasonadas”, “Exposição de pintura religiosa”, “Exposição de pintura americana”, “A origem da pinacoteca”; “Salão de Belas Artes”, “Exposição de desenhos e guaches”, “Retrospectiva Angelo Visconti”, “Exposição de restauração, retrospectiva Modesto Brocos”, “Exposição um século de pintura brasileira”, “Segunda exposição de xícaras antigas”²¹⁸.

²¹⁷ Uma das primeiras publicações do Grupo de Pesquisa Recuperação e Preservação da Memória da Museologia no Brasil.

²¹⁸ Relação de exposições encontradas no Anuário do MNBA, 1940-55.

Regina foi uma das articuladoras da criação da ONICOM em 1948 e representou o Brasil, com regularidade, em eventos do Conselho Internacional de Museus tendo se tornado uma das primeiras profissionais de museus brasileira a manter contato com profissionais internacionais e membros do ICOM.

- Foi Secretária do Comitê Brasileiro do ICOM/ONICOM, 1948-1959;
- Representou o Brasil na II Conferência Geral do ICOM, em Londres, 1950;
- Participou da Comissão Organizadora do Seminário Regional para Educação em Museus da UNESCO, 1958, no Rio de Janeiro;
- Participou da organização dos quatro primeiros Congressos Nacionais de Museus promovidos pela ONICOM: 1956, 1959, 1962 e 1965;
- Representou o Brasil como funcionária do MEC na VII Conferência Geral do ICOM, em Nova Iorque, 1965²¹⁹.

No ano de 1948 teve a oportunidade de licenciar-se do serviço público para estudar, por quatro meses, o trabalho desenvolvido em museus norte-americanos. Dessa experiência Regina Real fez um relato publicado no Anuário do Museu Nacional de Belas Artes, de 1947-48 intitulado “Do que vi nos museus americanos”. Essa viagem marcou a percepção de museu e patrimônio da conservadora, que apresentou em seu texto comparações entre o que presenciou na cultura estadunidense e a realidade brasileira, demonstrando os prós e os contra de cada contexto, enfatizando questões políticas de incentivo à cultura, algo que afetava totalmente a situação do Brasil e dificultava o trabalho dos conservadores.

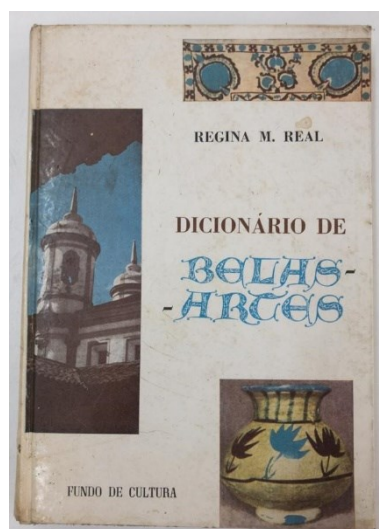
Em 1955 foi transferida para a Casa Rui Barbosa, como era chamada à época, atuando até a data de seu falecimento (1955 -1969). Em ambas as instituições onde trabalhou exerceu cargos de chefia, sendo Diretora substituta, no MNBA, e Chefe da Seção Técnica da Casa Rui Barbosa onde, também, foi Diretora substituta. Importante destacar que Regina Real ocupou posição de chefia em instituições antes dirigidas por homens sem formação específica para os museus, como eram os perfis para preenchimento do cargo de direção na época. Desse modo, entendemos que as instituições nas quais Regina atuou receberam direcionamento especializado do campo da “Museologia-Museografia” quanto à orientação de suas atividades técnicas, o que era uma exceção naquele período. Foi, portanto, uma pioneira da gestão de museus no Brasil.

Com a experiência acumulada de trabalho no MNBA e na Casa Rui Barbosa especializou-se em diferentes tipologias de acervos artísticos e de artes decorativas, o que gerou uma publicação de teor técnico, um dicionário de Belas Artes. Essa publicação atesta

²¹⁹ Ibidem.

uma característica dos conservadores de museus de sua geração, a relevante atuação em estudos que podemos considerar de caráter interdisciplinar, cuja preocupação com a identificação e classificação dos acervos se alinhavam às experiências das técnicas museográficas aplicadas às temáticas das disciplinas artística, histórica e/ou etnográfica – principais áreas de atuação de muitos egressos do Curso de Museus - MHN. Regina atuou, sobretudo, nas duas primeiras tipologias de acervo e desenvolveu trabalho de preservação, pesquisa e comunicação²²⁰ relacionados a eles, como era comum aos formados pelo curso.

Figura 16. Regina M. Real. Dicionário de Belas Artes. Primeira edição, agosto de 1962



Fonte da imagem: Coleção Lygia Martins Costa – LMC NUMMUS/UNIRIO

Na Casa Rui Barbosa chefiou a Seção Técnica, sendo a primeira conservadora de museus a ocupar este cargo²²¹, onde pôde exercer a potencialidade de seu perfil de gestora, o que aflorou sua personalidade de liderança. No ano de 1957, dois anos antes de ser nomeada chefe da Seção Técnica, registrou sua participação no I Congresso Nacional de Museus (1956) ao publicar o “Resumo Histórico de suas atividades – Casa Rui Barbosa”. No prefácio da publicação a conservadora resume sua visão sobre o campo e a situação da instituição na qual trabalhava.

Muito longe estamos da lição norte-americana em que 400 casas históricas são mantidas, cuidadas e expostas à visitação pública. Que é isso senão um carinho, um respeito todo especial para com aqueles que lutaram pela formação da nacionalidade? (sic)

²²⁰ Atividades identificadas pelo teórico da Museologia Peter Van Mensch (1992), ao distinguir as três funções básicas dos museus e a atuação profissional específica.

²²¹ Após o falecimento da funcionária Virgínia Côrtes, que ocupava o cargo no MEC de Técnica de Educação e chefiava a Seção Técnica da Casa Rui Barbosa, Regina Monteiro Real foi designada a ocupar o cargo, como consta na Portaria 1 de 19 de março de 1959, Ministério da Educação e Cultura, Casa Rui Barbosa (Arquivo Histórico e Institucional FCRB).

Também nós temos heróis, batalhadores e inteligências de escol. É indispensável coordenar, não só a biografia desses patrícios notáveis, como reunir, na medida do possível, o que lhes pertenceu, no ambiente em que viveram. (sic)

Seria de esperar que, na presente monografia, fosse ressaltada a parte museográfica, visto tratar-se de trabalho para Congresso de Museus. Ocorre, porém, que somente agora foi incluído um Conservador na lotação da Casa de Rui Barbosa. Os serviços iniciados por uma colega do Museu Imperial²²², ficaram estacionados com a sua morte ocorrida em plena atividade funcional. (sic)

Com a estabilidade do cargo, será então possível dar maior expansão às finalidades museológicas da Casa de Rui Barbosa, o que pretendemos de futuro. (sic) (REAL, 1957)

A conservadora menciona a proposta norte-americana para os Museus Casa, a qual teve a oportunidade de conhecer de perto, ainda assim, mantinha-se atenta à realidade brasileira, apesar de idealizar que chegássemos à semelhança do cenário estrangeiro que, àquela altura, era tido como um modelo.

Atuante quanto à aplicação prática das técnicas museográficas, Regina Real organizou a Casa de Rui Barbosa conferindo-lhe maiores finalidades de museu, pois foi a primeira técnica com formação especializada em “Museologia-Museografia” a trabalhar na instituição, como ela mesma salienta no texto. A funcionária que a precedeu não teve essa formação e fora deslocada das atividades educativas para “dar conta” das demais funções do museu.

Vemos, também, na fala, a distinção entre “a parte museográfica” e “finalidades museológicas”, o que aponta para o fato de Regina usar terminologia específica e separar questões técnico-práticas (museográficas), daquelas de ordem conceitual (museológicas). Entender a função dos museus é diferente, mas complementar, da execução das técnicas. Essa percepção só poderia ser elaborada por alguém que, além de trabalhar em museus, tivesse um histórico de pensamento e discussão em ambiente propício, ou seja, espaço de socialização profissional e de construção de um campo de atuação, um lugar de treinamento (onde recebesse formação específica).

Quanto à abordagem temática do museu, Regina Real não fez nenhuma objeção à defesa da interpretação do homem (dono da casa) como herói e personagem de relevo para os discursos nacionalistas. Neste quesito (abordagem histórica) a conservadora segue os preceitos difundidos pela classe dirigente predominante da época e reforçados no curso de formação.

²²² Haydée Di Tommaso Bastos, formada no Curso de Museus - MHN, turma de 1941, foi a primeira conservadora de museus do Museu Imperial de Petrópolis e trabalhou na Casa Rui Barbosa entre 1949-51, até seu falecimento (SÁ e SIQUEIRA, 2017, p.60). Regina Monteiro Real trabalhou por um ano (1955) na Casa Rui Barbosa por empréstimo, sua matrícula só foi efetivamente transferida do MNBA para a instituição no ano seguinte, 1956 (Arquivo Histórico e Institucional FCRB).

O contato com profissionais do cenário internacional proporcionou a Regina Real acompanhar as reflexões existentes em diferentes países, influência que apareceu constantemente em seus textos, como já mencionamos anteriormente. Em sua obra mais conhecida, “O museu ideal”, a autora define Museologia da seguinte maneira,

MUSEOLOGIA é uma ciência nova, que vem sendo posta em evidência a uns trinta anos. Sua significação não é comumente encontrada em enciclopédias e dicionários, exceto na última edição do *Larousse* que diz: “Museologia – CIÊNCIA da organização dos museus” – definição perfeita e concisa resumindo tudo aquilo, que poderíamos sugerir: Ciência – porque conjunto de conhecimentos coordenados relativamente e determinados objetos e ORGANIZAÇÃO porque resultante de um critério seletivo obedecendo a princípios técnicos. (sic) (REAL, 1958, p. 5. grifos da autora)

A Museologia contemporânea à Regina era pautada na organização dos museus e seu caráter de ciência estava condicionado às habilidades técnicas e metodológicas de uma aplicação pragmática voltada para o objeto material. O termo ciência, como apresentado, aproxima-se da ideia da “Escola metódica”, como também abordado em Barroso e autores das primeiras décadas do século XX onde, ser científico implicava em saber aplicar “conhecimentos coordenados” que atestassem características intrínsecas aos objetos a fim de descrevê-los e interpretá-los num contexto de musealização.

A nota prévia do livro foi escrita por seu colega de formação e ofício Guy de Hollanda, que apresenta uma citação da publicação da UNESCO resultante do Encontro Regional ocorrido no Rio de Janeiro, onde é tecida uma crítica aos museus que se mantinham afastados do grande público ao se preocuparem, excessivamente, com o passado e por manter suas obras protegidas como que em “torres de marfim”, inacessíveis. Interessante notar, que aquela geração que ainda preservava tantas referências tradicionais em seu labor, também percebia que muito do que estava em vigência já dava sinais de inadequação, não atendendo a demandas do tempo presente, sobretudo, no contato com os públicos. O autor do prefácio apresenta Regina Real como uma representante brasileira da vanguarda e que trabalhava para que “as verdadeiras finalidades dos museus” fossem percebidas pelos públicos, tendo em vista que seu livro era voltado para os leigos e suas ações visavam a divulgação, para a população em geral, sobre o que representavam os museus. Hollanda recomenda o livro aos educadores, pois entendia os museus como uma poderosa ferramenta de “educação visual”.

A conservadora St.^a Regina M. Real pertence ao número dos que têm lutado no nosso meio, contra essa concepção rotineira de museu, por isso, enfeixou, em breves páginas algumas noções elementares de museologia, destinada ao leitor não especializado que frequentemente ignora quais as verdadeiras finalidades dos museus. O título escolhido pela Autora – “O MUSEU IDEAL” – mostra que muito do proposto ainda está por se fazer na maioria dessas instituições, particularmente entre nós.

Além de suas atividades museográficas no Museu Nacional de Belas Artes e na Casa Rui Barbosa e em exposições temporárias, REGINA M. REAL escreveu diversos trabalhos, o primeiro dos quais – “O PAPEL DOS

MUSEUS NA VIDA MODERNA” – (tese de concurso para conservador) há quase vinte anos. [...]

Será de proveito para os educadores a leitura das páginas que seguem, pois lhe servirão de incitação ao melhor aproveitamento desse meio poderoso de educação visual que são os museus. (sic)²²³

Devido as funções do cargo que ocupava, Regina Real participou das ações de tombamento do patrimônio histórico e artístico musealizado no país. A seleção do patrimônio era uma atribuição do cargo de “Conservador”.

Em registro escrito após sua exposição oral feita para o III Congresso Nacional de Museus (1962), ela discorreu sobre o conceito de ‘seleção’. Neste registro encontramos seu pensamento sobre a pesquisa, a classificação e a seleção de acervos no contexto dos museus de arte e história. A conservadora concentrou suas reflexões nestas duas tipologias temáticas de museus, atestando a influência do treinamento recebido no curso onde estudara. Demonstrou, também, como sua prática laboral moldou seu pensamento, pois sua fala apresenta um ordenamento de ações dos quais tinha experiência. Ela fez menção ao sentido conceitual de ‘seleção’, mas concentrou-se na aplicação do conceito no cotidiano de trabalho. Aplicou-o como meio de formação de coleções e para a prática museográfica no planejamento de exposições, fossem estas “permanentes” ou não. Sua fala toca, em muitos aspectos, no que hoje se entende como parte do processo de musealização, em sua dimensão prática. Para ela a seleção era uma ação profissional e que prescindia saber técnico.

Nessa mesma fala, Real apresenta seu entendimento sobre quem seria o museólogo, em seu entendimento e para aquele momento. A princípio, como uma identificação estendida a várias ocupações que exerciam função laboral nos museus, independente do perfil de formação; enquanto o termo conservador era um termo designativo ao cumprimento das principais ações de funcionamento dos museus, responsável pela gestão e processos dos quais dependiam a pesquisa sobre as coleções.

O museólogo é o executor de serviços subsidiários e auxiliares; trabalha em colaboração estreita com o conservador mas não o substitui em suas atribuições. (Ver publicação da UNESCO nº 38 – Seminário Regional sobre a função educativa dos museus, simpósio realizado no Rio de Janeiro em 1959 p. 17, 24) Fica, no entanto, esclarecido que ao empregarmos o termo conservador neste trabalho [no Congresso] não nos [referimos] àqueles que integram atualmente a carreira, [específica do serviço público] mas todos que exercem funções similares aos conservadores [do cenário estrangeiro]. (sic)²²⁴

²²³ Nota prévia do livro “O Museu ideal”, de Regina Monteiro Real, escrito pelo também conservador de museus, Guy De Hollanda (p.3-4).

²²⁴ III Congresso Nacional de Museus. 1962. Art. 2º Das finalidades. Seleção. Trabalho apresentado pela relatora: Regina M. Real. Conservadora da Casa Rui Barbosa. fl. 4. Coleção Therezinha de Moraes Sarmento – TMS NUMMUS/UNIRIO.

Regina Real apresenta uma visão vinculada ao que era difundido na UNESCO/ICOM, como ela mesma indica em sua fala. Naquele período o museólogo era, ainda, um perfil profissional difuso. Enquanto, o conservador (a exemplo do *conservateur* em França) tinha um perfil de fácil assimilação, estava envolvido com as práticas mais essenciais dos museus em sua feição institucional.

No ano de 1964, Regina Real foi designada, por meio de Portaria do MEC, Nº 398²²⁵, junto a Rodrigo Mello Franco de Andrade, como integrante do Conselho Técnico daquele ministério. Essa atuação é um exemplo de representação profissional no âmbito administrativo ligado a *expertise*, no caso, aos saberes técnicos do campo museal e do patrimônio.

A respeito do movimento associativo, como descrito no capítulo anterior, Regina Real participou ativamente da comissão que criou a primeira associação de profissionais de museus no Brasil, tendo sido uma das sócias-fundadoras da Associação Brasileira de Museologistas e eleita sua primeira presidente, como mencionado no início desta seção.

A leitura das Atas de reuniões da ABM deixa-nos saber como foi sua gestão. Muito atenta aos problemas das instituições museais brasileiras e sempre preocupada em promover e manter o diálogo com agentes do exterior – leia-se Europa central e Estados Unidos –, apresentou uma postura propositiva e sempre buscou meios para um dos principais objetivos dos associados naquele período, regulamentar as profissões de museus. Nos cinco primeiros anos de funcionamento, a ABM não tinha como estratégia a defesa de um único perfil profissional com base em formação específica e isso pode ser observado nas falas da presidente. Entendimento diferente passou a ser aventado no final da gestão de Real, o que foi possível datar com o documento que registra a discussão de um Anteprojeto (1968) para a regulamentação, onde está presente um perfil específico de profissional e de uma disciplina de formação, como analisado no capítulo 3.

Depreendemos que o contexto vivido por Regina Real a fez pensar mais sobre as atividades museográficas, do que numa profissão com perfil específico, até porque ela tecia críticas à formação da época, que era a base para a identificação desse perfil.

Dedicada ao seu trabalho, desenvolveu uma gestão inovadora nos museus de sua época, pois desenvolvia e aplicava as técnicas museográficas contemporâneas à sua época. Seu pensamento quanto à identificação de uma profissão específica de museus, contudo, pareceu-nos mais ligado à visão de países estrangeiros, nos quais ela tanto se inspirou. Não pensamos que tenha faltado à Regina a sensibilidade de enxergar o potencial de uma profissão específica para o ofício que ela mesma exercia, porém, sua proximidade com

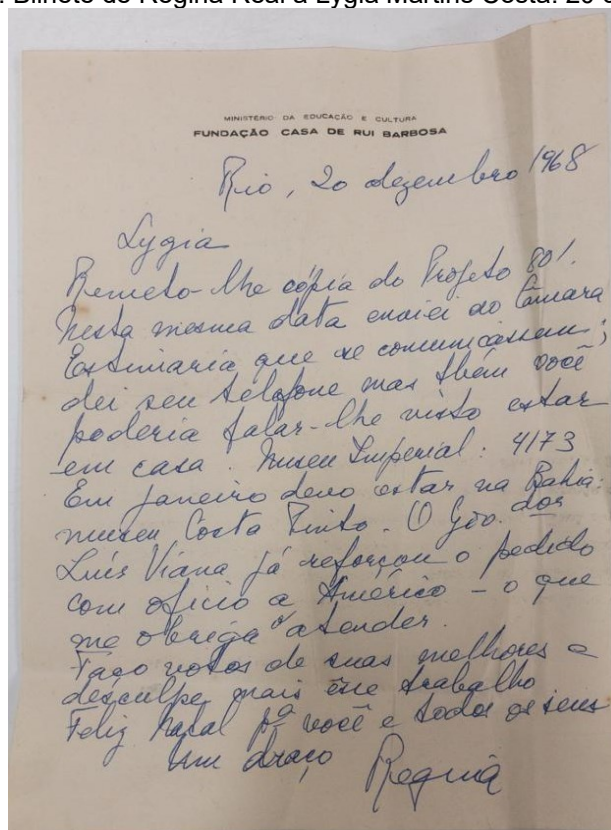
²²⁵ Arquivo Histórico e Institucional FCRB.

diferentes percepções sobre esse trabalho pode ter sido determinante no seu modo de entender a divisão social do trabalho em museus.

Como foi salientado no início desta seção, Regina Real não pôde acompanhar as discussões engendradas na década de 1970 que subsidiaram a conformação de uma identidade profissional específica, pois faleceu no auge de sua carreira, aos 67 anos de idade. Após sua morte, a ABM ficou inativa por mais de um ano. Sob nova presidência e com o retorno às atividades, os membros associados passaram a discutir questões de caráter autorregulador e identitárias, focados na regulamentação de uma única profissão, a de museólogo.

Em um bilhete destinado à Lygia Martins Costa, datado de dezembro de 1968, Regina fez um pedido à amiga e reportou informação sobre seu trabalho a ser desenvolvido em Salvador - BA, local onde realizou seu último projeto, a organização do Museu Costa Pinto (concepção museográfica e museológica), ao lado da colega, a também conservadora, Mercedes Rosa.

Figura 17. Bilhete de Regina Real à Lygia Martins Costa. 20 de dezembro de 1968



Fonte da imagem: Coleção Lygia Martins Costa – LMC NUMMUS/UNIRIO

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1968.

Lygia,

Remeto-lhe cópia do projeto 80%.

Nesta mesma data enviei ao Câmara. Estimaria que se comunicassem.

Dei seu telefone, mas você poderia também falar-lhe visto estar em casa.
Museu Imperial: 4173.
Em fevereiro devo estar na Bahia: Museu Costa Pinto. O Governador, Luis Viana, já reforçou o pedido com ofício a Américo. O que me obriga o atender.
Faço voto de suas melhoras e desculpe mais esse trabalho.
Feliz Natal para você e todos os seus.
Um abraço,
Regina.

A partir do registro de uma amizade construída no ambiente de trabalho em museus e guardada até nossos dias por Lygia Martins Costa fechamos a seção sobre a trajetória profissional de Regina Monteiro Real, personalidade de muita influência entre seus pares durante o ciclo de fundação de uma profissão específica de museus, no Brasil.

Dessa memória registrada abre-se caminho para a análise do pensamento e da atuação de Lygia Martins Costa, contemporânea à Regina, porém de vida muito mais longa, o que a permitiu acompanhar as transformações que conformaram a profissão museólogo enquanto agente da Museologia, em contexto brasileiro.

4.2 Lygia Guedes Martins Costa (Pinheiral-RJ, 1914. Rio de Janeiro-RJ, 2020)

Lygia Martins Costa foi uma das conservadoras que mais acompanharam as discussões promovidas pelo ICOM ao lado de Regina Real e, assim como a amiga, teve na concepção daquela organização algumas de suas referências sobre a definição das profissões de museus. Sua biografia a posiciona de forma incontestante entre os dois ciclos identificados nesta pesquisa. A conservadora/museóloga está estrategicamente, nesta seção, entre suas colegas de profissão, não por uma questão meramente cronológica, mas de forma a exemplificar os anos de transição entre uma perspectiva representacional sobre uma ocupação de museus e a conformação do *status* profissional.

Ao estudarmos a trajetória de Lygia Martins Costa, aproximamo-nos de um período de profundas transformações, entre uma visão mais genérica difundida pela visão institucional e universalista do ICOM e outra, mais original, criada a partir da organização social existente no que era o centro cultural do Brasil daquele período, a cidade do Rio de Janeiro.

Figura 18. Foto de passaporte datado do ano de 1965. Lygia Martins Costa



Fonte da imagem: Coleção Lygia Martins Costa – LMC NUMMUS/UNIRIO

De conservadora a museóloga. A atuação de Lygia Martins Costa no serviço público federal deu-se, na maior parte do tempo, durante o período em que a denominação do cargo era oficialmente identificada como “Conservador de Museus”, enquanto o termo museólogo era empregado para especificar aqueles que tinham diploma em uma formação específica. Havia, de certo, uma duplicidade de uso entre dos dois termos e uma fusão entre o cargo no serviço público e o diplomado em Museologia. Depois, desde 1973, o cargo do DASP passou a ser identificado como “Técnico em Assuntos Culturais”. Ao fim e ao cabo, o **uso do termo museólogo foi empregado como referência a uma identidade profissional**, em relação ao grupo ocupacional de conservadoras e conservadores de museus, **muito antes da regulamentação da profissão**. O grupo que representava a ocupação abandonou outras nomenclaturas que traziam confusão para sua identificação e diferenciação perante seus concorrentes²²⁶. Essa mudança ocorreu quando os debates sobre os perfis de formação e atuação estavam em discussão em diferentes instâncias relacionadas ao campo museal e, àquela altura, Lygia era uma das conservadoras mais experientes em atuação.

Pertencente a uma geração que experienciou uma formação inaugural no Curso de Museus - MHN, formou-se em 1939 e no ano seguinte foi aprovada no primeiro concurso do DASP para o cargo de “Conservador de Museus”, quando começou a atuar no Museu Nacional de Belas Artes (1940-52). O curso apresentava, segundo Lygia costumava relatar em entrevistas que concedia, muitas lacunas em seus conteúdos, sobretudo, aqueles relacionados à arte, principal área de seu interesse. A fim de aprimorar seus conhecimentos

²²⁶ Técnico Superior de Museus ou museologista, como aparece em diversos documentos.

nesse assunto realizou cursos de especializações no exterior. Em 1948 recebeu Bolsa de Estudos do *Institute of Fine Arts, New York University* e em 1966 recebeu a Bolsa de Estudos da Fundação Calouste Gulbenkian²²⁷. Em ambas as instituições pesquisou acervos artísticos.

Seu ímpeto de curiosidade a impulsionou a realizar várias pesquisas inéditas nas coleções do Museu Nacional de Belas Artes. O início da carreira como conservadora de museus no MNBA rendeu-lhe experiência liderando pesquisas e exposições sobre o patrimônio artístico em diferentes tipologias e expressões. Nesse museu organizou a “Exposição do Centenário de Pedro Américo”, “Exposição de Pintura britânica contemporânea”, “Exposição a criança na arte”, “Exposição da Arte Canadense contemporânea”, “Exposição Canadense de Artes Gráficas” e “Exposição Retrospectiva de Raphael Frederico”²²⁸, bem como publicou na revista da mesma instituição dois estudos sobre a coleção de pinturas: “A paisagem na pintura brasileira” e “Algumas naturezas mortas no MNBA”, tendo a segunda pesquisa a finalidade de identificação da autenticidade de pinturas estrangeiras atribuídas a Cornelis de Heem e Pedro Paulo Bonzi, conhecidos artistas, holandês e italiano, respectivamente.

Ainda no MNBA articulou, junto a Regina Real, a criação da ONICOM como relatado no capítulo três desta tese. A postura proativa de Lygia e de sua colega de formação e ofício foram determinantes para que fosse estabelecida a confiança e credibilidade nos membros daquela ocupação, que acabou por ser tornar uma das peças-chave para o processo de profissionalização da Museologia no Brasil. Costa foi, também, uma das sócias-fundadoras da Associação Brasileira de Museologistas, ABM.

Durante sua trajetória no Ministério da Educação e Saúde foi a primeira mulher, conservadora de museu, lotada diretamente na gestão central do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1953-1980), onde atuou como consultora em diversos museus regionais gerenciados pelo órgão. Nessa instituição realizou processos de tombamento e laudos de autenticidade de inúmeros artistas, sobretudo, do Mestre Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho – do qual se tornou uma das principais especialistas –; chefiou a Seção de Arte, da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1966-1972) e substituiu Lúcio Costa na Diretora da Divisão de Estudos e Tombamento do IPHAN (1972-1980)²²⁹. Sua atuação no IPHAN embasou muitas atribuições que constam na legislação que regula a profissão – Lei 7.287/1984, Art. 3º – como a questão da realização de perícias e a solicitação de tombamentos como um dever deste profissional.

Com uma trajetória de trabalho um tanto diferenciada em comparação à maioria dos demais membros de ocupação do mesmo cargo no DASP, Lygia teve seu maior

²²⁷ SÁ e SIQUEIRA, 2017, p. 51-52.

²²⁸ ANAIS do MNBA, 1940-1952.

²²⁹ Idem.

reconhecimento enquanto atuou no IPHAN, onde avaliar, identificar, classificar, registrar, pesquisar e autenticar objetos e obras de arte de valor histórico e artístico implicava, naquele momento, criar procedimentos e métodos de trabalho, **tendo em vista que todo o campo de atuação em museus e com o (s) patrimônio (s) estava em construção no Brasil**. A conservadora influenciou muitos técnicos daquela instituição onde critérios para o reconhecimento de autenticidade eram primordiais ao tombamento. Foi uma das precursoras no trabalho com a classificação e preservação de bens integrados, “que assim chamamos pelo fato de, por origem, integrarem-se ao corpo de uma arquitetura de tal forma que seu deslocamento provoca extração, violação [...]”²³⁰ como ela mesma definiu.

Planejou e organizou a implementação do Museu da Abolição em Recife (1983) e mesmo após a aposentadoria, no ano de 1984, continuou a atuar através da Fundação Nacional Pró-Memória, tendo realizado consultorias para laudos de autenticidade e pesquisas sobre o patrimônio artístico brasileiro.

Figura 19. Carteira Funcional Fundação Nacional Pró-Memória



Fonte da imagem: Coleção Lygia Martins Costa – LMC NUMMUS/UNIRIO

Quanto aos seus pensamentos e reflexões encontramos registros em textos de periódicos e revistas, onde boa parte desse material foi copilado e publicado em forma de livro editado no ano de 2001. Artigos e transcrições de falas da autora versam sobre temas relacionados ao Patrimônio, à Arte e à Museologia, dentre os quais encontramos o tema da profissão. Num desses artigos intitulado “De museus, museologia e museólogos”, Lygia expõe uma síntese de sua visão sobre o campo de atuação profissional, o texto é uma transcrição da fala da conservadora realizada no ano de 1982 no âmbito dos debates sobre a regulamentação da profissão, a pedido do então diretor do IPHAN, Aloísio Magalhães²³¹

²³⁰ COSTA, Lygia M. A defesa do patrimônio cultural móvel. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nº 22. Ano 1987. p 145-153.

²³¹ Aloísio Sérgio Barbosa de Magalhães (1927, Recife, PE – 1982, Pádua, Itália) foi um intelectual brasileiro com perfil polímata, dedicado a vários estudos de caráter humanista. Bacharel em Direito (UFPE, 1950), desenvolveu carreira como pintor realizando algumas exposições e atuando no grupo que fundou a editora O Gráfico Amador, em Recife. No campo das artes visuais, suas maiores contribuições foram no Designer Gráfico. **Em 1953 fez o curso da École du Louvre e se diplomou conservateur**. Especializou-se em design gráfico e comunicação visual nos Estados Unidos durante a década de 1960. De volta ao Brasil, foi um dos fundadores da primeira instituição de ensino do Brasil

(COSTA, 2001, p.61). Essa fala foi proferida em um período de amplo debate sobre a condição dos museus e sobre a renovação das práticas museológicas, o que implicou em críticas ao que vinha sendo desempenhado até então, nos museus.

O momento era o de propor novos modelos de gestão de museus e novas perspectivas conceituais de comunicação com a sociedade através deles, em contraposição à vigente lógica da instituição formulada pela especialização erudita e centrada em discurso disciplinar normativo, focado na preservação das referências materiais (coleções) e direcionado a um público específico, modelo conceitualmente designado como “museu tradicional ortodoxo”, como definido por Scheiner (1998). Havia, então, a emergência de se propor a institucionalização de outras formas de manifestação museística.

O Museu Integral, anunciado em 1972, foi um conceito desdobrado em noções diversas como a dos ecomuseus e museus comunitários. De onde vieram, também, as intervenções da nascente Ecomuseologia, que propôs a ação dos museus na premissa da participação ativa dos grupos sociais que deviam ser representados na condição de protagonistas, comportamento distinto da passividade dos públicos visitantes dos museus tradicionais. As populações (comunidades dos meios urbanos e rurais) reivindicavam representatividade em sua ampla diversidade e buscavam expressar suas memórias e identidades individuais, locais e regionais. Sobre esse momento de efervescente mudança Costa comentou, “O mero confronto do que era o museu no século XIX e princípio do século XX e em que se transformou nos tempos que correm faz ressaltar que critérios novos, muito profundos, metamorfosearam a instituição.”²³² e todo esse processo afetava diretamente o ofício dos museólogos. Então, quem era esse profissional, ou quem devia ser naquele mundo em transformação? Lygia Martins Costa apresentou sua visão a respeito das atribuições do profissional de museus específico (o museólogo) naquele cenário e seu discurso se alinhava, ainda, com a visão francófona do *conservateur* Georges Henri Rivière difundida em 1958, na qual ele separava Museologia e Museografia.

Sobre a Museologia, Costa entendia-a como uma ‘filosofia’ que embasava os processos técnicos dos funcionários e a missão institucional,

É a Museologia. Codificada, mas não cristalizada, pelo aporte das experiências vividas e refletidas durante décadas em todo o mundo, [a] introduzir na especificidade da instituição os que querem atuar como membros de seu corpo técnico-científico. (COSTA, 2001, p.63)

em Design Gráfico, a ESDI, Escola Superior de Desenho Industrial do Rio de Janeiro (1962). Autor do logotipo das comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro (1965) e da arte gráfica da série monetária do Cruzeiro Novo. O padrão gráfico criado por Aloísio Magalhães – o moiré – teve caráter inovador para o sistema de segurança das cédulas monetárias. O designer trabalhou em parceria com o conservador/museólogo do Museu de Valores do Banco Central, F. dos Santos Trigueiros, na implementação do seu projeto para as cédulas do Cruzeiro Novo.

²³² COSTA, 2001, p.63.

E mais à frente no texto afirma “[...] a Museologia vem sendo tida como elemento importante no preparo dos responsáveis pelos museus”. Quanto a Museografia explicou,

[...] que desenvolve nos museólogos a sensibilidade visual de que deve fazer uso freqüente – jogando e analisando técnicas de composição e apresentação de conjuntos e peças; acrescentando uma noção de proporções, materiais, texturas e cores para adequar vitrines, painéis ilustrativos e vários tipos de suportes ao material a ser exposto; informando acerca de letras e composição gráfica na confecção ou avaliação dos serviços da casa. (sic). (COSTA, 2001, p.64).

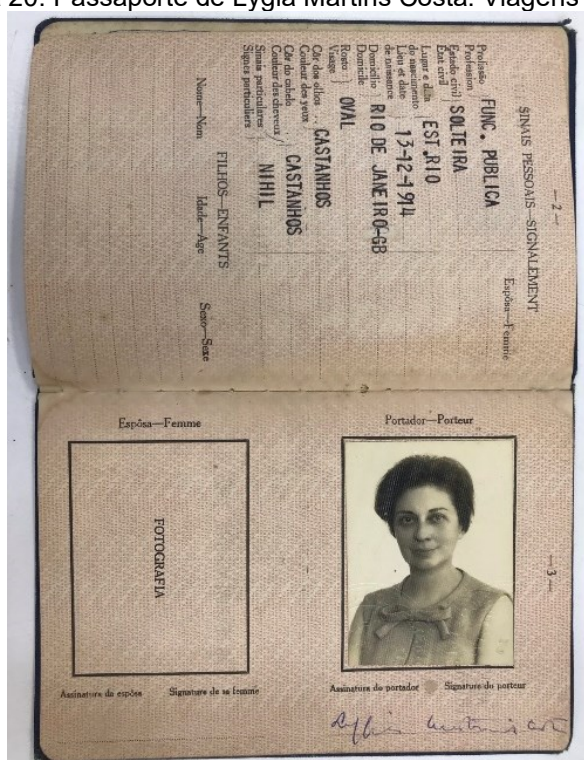
Para ela a Museologia era um saber específico, de caráter abstrato e a Museografia uma prática cotidiana de trabalho que reunia técnicas direcionadas à execução de ações que mantinham os museus alinhados com uma de suas funções básicas, a comunicação.

Contudo, ao apresentar seu pensamento sobre o museólogo diz, “De todos os que o servem [o museu], no entanto, o museólogo é o profissional específico. [...] atende a suas necessidades vitais e do dia a dia.”. Em 1982 Lygia Martins Costa encontrava-se na maturidade de seu pensamento sobre o campo, tendo em vista tudo o que havia passado através do exercício da carreira de “Conservador”. Seu pensamento sobre o perfil e a identidade do museólogo como profissional específico é justificado tanto pela sua experiência cotidiana, como pelo momento no qual a fala foi proferida, num período em que a luta pela regulamentação da profissão estava em seu ápice, completando quase 20 anos de resistência. Era preciso consolidar uma identidade profissional naquela luta política por esse reconhecimento. Para tanto, recorreu à representação social do cargo de “Conservador”, no qual trabalhou toda sua vida e onde exerceu atividades “vitais” à vida institucional dos museus. Quando Lygia diz que “o museólogo é o profissional específico” do museu, ela remonta sua retórica à imagem feita sobre o cargo que ocupou e aproxima-se das ideias expostas pelas colegas Maria Elisa Carrazzoni e Regina Monteiro Real, de que o conservador/museólogo era um executor multitarefas.

A percepção internacional com as quais Lygia manteve contato através das Conferências Gerais do ICOM e publicações desse Conselho, fundiram-se com sua noção de trabalho, adquirida via experiência laboral. Tal característica construiu, em Lygia e, em muitos de sua geração, uma percepção própria e característica sobre a profissão específica de museus, a saber: a valorização da experiência prática como fundamento da identidade profissional e o reconhecimento da necessidade de uma formação de especialidade, para além dos conhecimentos que permeiam as coleções de museus.

A participação como representante brasileira nas Conferências Gerais do Comitê Internacional de Museus está registrada em seus passaportes (figuras 21; 22; 23).

Figura 20. Passaporte de Lygia Martins Costa. Viagens de 1965 a 1972



Fonte da imagem: Coleção Lygia Martins Costa – LMC NUMMUS/UNIRIO
 foto da autora, 2021

Figura 21. Passaporte de Lygia Martins Costa. Viagens de 1965 a 1972. Carimbos das viagens realizadas para participar da VII Conferência Geral do ICOM



Fonte da imagem: Coleção Lygia Martins Costa – LMC NUMMUS/UNIRIO
 foto da autora, 2021

Figura 22. Passaporte de Lygia Martins Costa do período de 1965 a 1972. Carimbo da viagem ao Chile para participar da Mesa Redonda de Santiago do Chile



Fonte da imagem: Coleção Lygia Martins Costa – LMC NUMMUS/UNIRIO
foto da autora, 2021

Lembremos que uma mulher brasileira viajar sozinha para o exterior não era uma situação tão comum à época, devido às restrições impostas ao gênero feminino de forma legal, em nosso país. Como a imagem do passaporte aponta, havia a necessidade do acompanhamento do esposo para emissão do documento (fig. 21). Abrimos aqui uma observação, para destacarmos a ousada atitude dessas conservadoras em participar de eventos internacionais na condição de indivíduos pensantes e independentes e, também, o quanto que a formação em ensino superior e a posição no funcionalismo público, a partir do trabalho, deu-lhes reconhecimento na condição de especialista do campo dos museus e favoreceu a quebra dessa barreira social. Havia outras dificuldades para um profissional de museus latino-americano superar naquele tempo, a participação em eventos do ICOM, até o ano de 1971, era permitida somente aos representantes oficiais de cada país membro – delegações compostas por diretores e/ou funcionários de museus, geralmente homens em cargos de chefia. A posição ocupada por Regina Real e Lygia Martins Costa na administração pública, à frente de instituições museais ou setores do patrimônio, locais onde podiam comprovar *know-how*, foi determinante para que elas entrassem naquele ambiente, principalmente devido à competência que apresentaram no desempenho de suas funções.

O trabalho e o conhecimento técnico-científico favoreceram a inserção de Lygia e algumas de suas colegas nesse ambiente exclusivo de discussões. E como defende Seoane (2022), a atuação em Museologia colaborou para a emancipação feminina na sociedade brasileira.

Lygia Martins Costa foi Delegada do Brasil e Vice-Presidente da Conferência Geral de Museus do ICOM, em 1956, e Delegada do Brasil na VII Conferência Geral do ICOM, em

1965, e na VIII Conferência Geral, em 1968²³³. Representou nosso país no encontro realizado na cidade de Santiago do Chile²³⁴, em 1972, onde o conceito de Museu Integral foi apresentado pela primeira vez. A Mesa Redonda de Santiago, como ficou conhecido este evento, hoje percebido como um emblema para iniciativas conceituais e práticas do movimento da Nova Museologia e das recentes vertentes do pensamento abstrato da Museologia Social (ou Sociomuseologia, como preferem os portugueses), marcaram a conservadora brasileira, pois sua consciência sobre as mudanças que estavam em curso, e que foram aventadas em Santiago, apareceu em sua fala de 1982, anteriormente comentada.

Foi encontrado em sua coleção do NUMMUS um texto datilografado com anotações a lápis. Trata-se de um discurso elaborado para sua fala no IV Congresso Nacional de Museus, realizado em 1965 no MHN, em preparação para a Conferência do ICOM que ocorreria meses depois, sobre o mesmo tema. Uma fonte que registra a visão de Lygia Martins Costa sobre o tema da formação dos profissionais de museus, no ano em que essa discussão recebeu grande destaque. Costa se interessava pelo assunto, tendo sido a responsável pelo primeiro projeto de curso de Graduação em Museologia para a, então, recém-criada, Universidade de Brasília - UNB. A ideia, porém, não vingou por questões políticas e administrativas do período e a UNB veio a ter um curso de Museologia somente no ano de 2009.

Durante o IV Congresso, ao justificar sua opção pela formação do item B-b (ver figura 14), como indicavam as opções do temário: “B) Curso universitário a ser constituído ou reformulado, em que b) o treino profissional de museólogo se processe paralelamente a formação cultural.”, Lygia defendeu um treinamento de caráter prático como elemento chave para a formação profissional dos conservadores/museólogos. Em sua percepção a formação precisava aliar ação e experiência ao conteúdo teórico, de forma que ambos ocorressem de maneira paralela no ensino superior.

O treinamento prático, na visão de Lygia, deveria se constituir como uma etapa estrutural da formação, a fim de promover o contato dos estudantes com os problemas reais e cotidianos do trabalho em museus. Da mesma maneira que um estudante de Medicina não pode prescindir de sua residência médica, exemplo mencionado pela própria no documento. A opção pela proposta Bb demonstra a relevância que aquela geração de conservadoras conferia à prática laboral. Neste sentido, a autora fazia, sem o saber, menção à “socialização profissional” estudada por Dubar (2012). Esse processo é o que faz de um indivíduo leigo mudar sua condição para profissional especialista, agregando formação científica a partir da experiência (*práxis*). É no momento da “socialização profissional” que o estudante terá contato

²³³ Op. cit. p. 51-52.

²³⁴ Representante brasileira no lugar de Paulo Freire (1921, Recife, PE - 1997, São Paulo, SP), intelectual e pedagogo considerado subversivo pelo regime ditatorial militar que vetou sua participação, após convite da UNESCO (IBRAM, 2012, p.142-143).

com o ambiente profissional, seus jargões, técnicas, métodos de trabalho e, principalmente, os valores éticos da profissão.

E o curso de formação, já não existe no critério Bb no Curso de Museus do MHN? Não somos todos frutos dele? Os demais cursos a serem criados deverão tomá-lo por base? As recomendações do Congresso serão a resposta. (sic) (COSTA, 1965, fl.3).

Àquela altura, o ensino superior estava estabelecido na experiência do Curso de Museus - MHN, em vias de ser reformulado²³⁵. As diversas monções resultantes do IV Congresso apontaram para olhares diversos sobre a formação em Museologia no Brasil e, sobretudo, indicava que os cursos, em diferentes estados, deveriam atender às especificidades regionais de cada localidade²³⁶.

Lygia defendia que a formação precisava ser “múltipla” e “*sui-generis*”, onde o conservador é o responsável pelas atividades essenciais do museu. Lembremos que “Conservador de Museus” era um cargo que foi refletido na identidade profissional do museólogo.

A complexidade do trabalho em museus descrita por Lygia, na citação abaixo, foi apresentada para atestar a necessidade de um treinamento específico e baseado no cotidiano dos museus que as conservadoras e conservadores conheciam e viviam.

O Conservador de Museus pode, em um grande museu bem sortido de pessoal científico, ser apenas um pesquisador ligado a suas coleções. É o que de futuro ocorrerá em grandes museus como o Histórico Nacional e o Nacional de Belas Artes. **Mas não é o que se dá hoje, em que o Conservador de Museus não é apenas o estudioso, o conhecedor científico de seu acervo, o planejador de exposições permanentes e temporárias. É também o executor.** Examinemos a simples organização de uma exposição, que é a atividade educativa mais típica do Museu. Nela, o Conservador toma a si os encargos mais variados. É o museólogo e o museógrafo, aquele que se ocupa desde o planejamento da exposição e a redação de seu catálogo científico, à variação de se as peças estão em condição ou devem passar pela seção de restauração; de que modo será feita a apresentação, a escolha das vitrines, a distribuição dos objetos que nelas devem ser expostos, [...] Seria exaustivo enumerar tudo que cabe ao Conservador de Museu cuidar numa organização dessa, desde a apresentação do catálogo à programação do serviço educativo [...]. E não se esquecer de que nada foi dito se se tratar da mostra com material de empréstimo [...] numa exigência de atenção que força ao Conservador de Museu uma formação múltipla e *sui-generis*. (sic) (COSTA, 1965, fl.2, grifos nossos).

²³⁵ Reformulação que começou a ocorrer no ano seguinte, 1966, com a aprovação por Decreto de um novo Regimento para o curso. Documento mencionado algumas vezes em nossa pesquisa, pois tratasse daquele que explicitou o vínculo da diplomação no curso à ocupação no cargo de “Conservador”. Contudo, as mais impactantes transformações realizadas na instituição foram aquelas ocorridas entre 1970 e 1975, ou seja, quase dez anos depois dessa discussão.

²³⁶ Foram tecidos alguns comentários a partir de monções deste mesmo Congresso no capítulo 2, subseção 2.2.4, a partir da página 120.

Apesar de toda a forte influência que recebeu do pensamento propagado no exterior, através das Conferências do ICOM, percebemos, em vários trechos de sua fala, que a experiência prática de trabalho que ela teve no contexto nacional foi determinante para moldar sua visão sobre o perfil de formação dos profissionais de museus e, ainda, forjar uma profissão com perfil de especialidade. Observamos, também, a presença da visão francófona na divisão entre atividades atribuídas ao agente ólogo – como especialista conceitual – e ógrafo – como praticante, que pressupõe atividade técnica – museólogo/museógrafo²³⁷ num mesmo perfil.

Ao final de todas as considerações feitas, Lygia revela sua identificação com o grupo ocupacional ao qual pertencia. Esse elo construído pelo treinamento recebido (formação) e prática laboral comum, entre ela e seus pares, foram elementos determinantes no seu entendimento sobre a identidade profissional que defendia. A fala transcrita abaixo, expõe aspirações e críticas que visavam o avanço da ocupação quanto ao reconhecimento do seu *status* profissional. Lygia se refere à formação (continuada) e ao mercado de trabalho, como elementos cruciais para o desenvolvimento de um campo profissional.

Venho falar algo sobre minha experiência. **Justamente por ser um membro da família** é que acho que devo falar – um membro talvez mais inquieto, insatisfeito e curioso e que foi buscar lá fora o que não teve aqui, mas que não perdeu o amor à sua casa, à sua gente. **Que viu que lá fora o estudo é bem mais profundo – o que deve ser imitado – mas que também as condições são outras**; coleções riquíssimas, que já ensinam por si; bibliotecas as mais completas; arquivos de consulta de todos os gêneros, fartamente sortidos e acessíveis a todos os estudiosos; grandes especialistas estrangeiros, dando cursos, fazendo conferências, tendo nas universidades suas bibliotecas especializadas ao alcance dos estudantes. **E ainda por cima, mercado de trabalho, que não tem aqui, e que é o grande estímulo para qualquer carreira.**²³⁸ (COSTA, 1965, fl. 4, grifos nossos).

4.3 Therezinha de Moraes Sarmiento (1929 - 2012 Rio de Janeiro-RJ)

Destacamos nas subseções anteriores, as percepções sobre a Museologia, a Museografia e o ofício do “Conservador de Museus” a partir da perspectiva de duas conservadoras que representam, nesta investigação, o **ciclo de fundação** da ideia de uma profissão específica de museus no Brasil. Agora, a partir da trajetória de Therezinha de Moraes Sarmiento, diferentemente das anteriores, analisaremos pontos de referência para entendermos o **ciclo de conformação** dessa profissão, quando a busca pelo reconhecimento legal da profissão museólogo foi a principal estratégia para a efetiva mudança de *status* daqueles que foram identificados, por décadas, pelo seu ofício no cargo de “Conservador”.

²³⁷ Referências semânticas retiradas de RONDININI, 2009, p. 6-10.

²³⁸ Considerações em torno da formação profissional do Conservador de Museus. Texto datilografado/mimeografado. Rio de Janeiro 25 de Julho de 1965. Coleção Lygia Martins Costa - LMC NUMMUS/UNIRIO.

Therezinha Sarmiento foi uma agente política atuante no momento do estabelecimento de um dos principais perfis propostos para o profissional museólogo. Devido ao grupo ocupacional ao qual pertenceu, suas referências e argumentos estavam calcados na representação social do cargo de “Conservador de Museus”. Seu posicionamento, contudo, esteve na vanguarda quando o tema era a **defesa de uma profissão com perfil de formação específico**.

Fig. 23 Therezinha de Moraes Sarmiento. Foto com data atribuída c. 1961-65



Fonte: Coleção Therezinha Moraes Sarmiento – TMS NUMMUS/UNIRIO.

Sua atuação na carreira docente e presidente da ABM, a colocou dentre as principais personalidades que merecem ser analisadas para a melhor compreensão do processo de profissionalização da Museologia no Brasil, tendo como foco a **defesa do profissional museólogo**.

Entendemos que, no Brasil, a Museologia se constituiu primeiro como um campo profissional e depois disciplinar. Essa afirmação é feita com base em tudo o que a presente investigação demonstrou até aqui. E consideramos que através da atuação dos diversos agentes pertencentes ao grupo ocupacional dos “Conservadores de Museus”, esse campo profissional foi consolidado. Prova disso foi a conquista da regulamentação da profissão museólogo. Depreendemos, ainda, que as experiências empíricas desses membros de ocupação devem ser analisadas como materialidade do campo museal brasileiro, posto que suas experiências e posicionamentos servem, até a atualidade, como ponto de partida para diferentes proposições e reflexões acerca do papel social do museólogo.

Voltando à trajetória de Therezinha Sarmiento é importante entendermos um pouco de sua biografia. Nascida na capital federal, hoje cidade do Rio de Janeiro, em 23 de março de 1929, Therezinha Maria Lamego de Moraes Sarmiento, como foi batizada, teve os museus

presentes em sua vida desde muito jovem. Fotografias que compõem sua coleção doada ao NUMMUS demonstram que, desde a infância, pôde viajar com seus pais e visitar museus e monumentos em cidades da Europa. Essa vivência cultural, provavelmente, foi um dos fatores determinantes para sua escolha na continuidade dos estudos no ensino superior.

Matriculou-se no Curso de Museus - MHN no ano de 1956. Enquanto Regina Real e Lygia Martins Costa se formaram numa instituição de ensino com métodos inaugurais, Therezinha Sarmiento teve acesso às mudanças nas bases curriculares ocorridas após a “Reforma de 44”. Os conteúdos ministrados no curso foram, desde então, consolidados e amadurecidos e, como vimos, foi pensada a ampliação do escopo de atuação dos egressos para além do MHN.

Figura 24. Ficha do Curso de Museologia – Therezinha de Moraes Sarmiento

CURSO DE MUSEOLOGIA
(Decreto nº 16078 de 13 de junho de 1944)

SR. DIRETOR DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

Therezinha de Moraes Sarmiento nascida em D.F. (LOCAL)
NOVE POR EXCEÇÃO

Estado de 23 - Março - 1929 (DATA DO NASCIMENTO)

Filha de Francisco de Moraes Sarmiento e de Ana Luísa de Moraes Sarmiento
(ESTADO CIVIL) (PROFISSÃO)

So. Teia domiciliada em a
Av. Atlântica 1536/301 (RUA, NÚMERO E BARRIO) tel. 57-0924

vem requerer de V. Exa. a sua matrícula no Curso de Museologia, para o que junta os documentos abaixo relacionados.

1956
32

Rio, 15 de Março de 1956
 Therezinha de Moraes Sarmiento

3,00	0,40
------	------

DOCUMENTOS:

- 1 atestado de identidade nacional
- 2 carteira de identidade - Reg 879070.
- 3 V. técnicos escolares para o registro do
- 4 diploma, com os documentos que apresentarem
- 5 posterior ensino (nível no P. II). C. José.

Recibi os documentos acima.

Em 4 de Abril de 1956
 Therezinha de Moraes Sarmiento

FICHA PARA O CURSO DE MUSEOLOGIA - M.H.N. - D.M.E. 14

Fonte: Curso de Museus/Curso de Museologia NUMMUS/UNIRIO

Quando ingressou na instituição de ensino, o espaço de atuação do “Conservador” na administração pública estava estabelecido, apesar do cenário de crise que se instalara naquele que fora o primeiro “abrigo no mercado” de trabalho dos egressos do curso. Neste

sentido, os alunos ingressantes na década de 50 vivenciaram um dos períodos mais críticos da carreira e pareceu-nos que essa crise refletiu nas escolhas dos formandos daquelas turmas. A turma de 1958, ano em que se formou Therezinha Sarmiento, teve nela uma das poucas egressas a estabelecer-se na carreira. A maioria dos seus colegas de turma não seguiram na mesma ocupação ou não permaneceram nela por muito tempo, ou ainda, exerceram as atividades museológicas-museográficas de forma paralela a outras ocupações mais estabelecidas, de formação anterior ao curso, como demonstram seus currículos²³⁹.

Os professores com quem Therezinha Sarmiento teve aulas tinham formação em “Museologia-Museografia”, ou seja, não eram mais autodidatas. E ela, acabou por pertencer ao que Sá²⁴⁰ denominou como “terceira geração docente”, tendo ingressado no magistério superior para o ensino de “Museologia-Museografia”, em 1968, e se aposentado em 1993. Como integrante do quadro docente participou ativamente das reformas curriculares que preparam o curso para inserção definitiva na universidade (SÁ e SIQUEIRA, 2007, p. 137). O perfil docente foi uma particularidade em sua trajetória, em relação às colegas anteriormente analisadas. O trabalho com a formação dos profissionais museólogos refletiu em sua postura assertiva em prol da valorização e do reconhecimento social da profissão.

Seu histórico de atuação na carreira de conservadora teve início no ano de 1960, ao entrar para o quadro funcional do MHN onde integrou a primeira equipe do Museu da República, à época uma divisão daquele museu²⁴¹. Ocupou, também, o cargo de chefia da Seção de Pesquisa e Organização da Divisão de Museologia do MHN. Com relação aos acervos, especializou-se em técnicas de manufatura de mobiliário, vidros, cristais, faianças e porcelanas e tudo o que compreendesse o universo identificado como artes decorativas²⁴². Trabalhou em diferentes tipologias de museus, implantou e reformulou o Museu da Irmandade da Candelária (1972-73), Museu Mariano Procópio de Juiz de Fora (1982-83) e Museu da Irmandade da Nossa Senhora da Glória do Outeiro (1982-85) e prestou inúmeras consultorias para fins de validação da autenticidade de objetos musealizados ou de coleções particulares.

A fim de complementar sua formação obteve três bolsas de estudos, duas ligadas ao campo das artes e artes decorativas, sua área de concentração com os acervos, “Bolsa de Estudos em Lisboa, concedidas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, (1964)”; e bolsa de estudos da “Fundação Calouste Gulbenkian (1965)” (SÁ e SIQUEIRA, 2007, p. 136); e uma no âmbito específico da Museologia, “Bolsa de Estudos, concedida pela

²³⁹ SÁ, Ivan Coelho de. SIQUEIRA, Graciele Karine. Curso de Museus - MHN, 1932-1978: alunos, graduandos e atuação profissional. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Museologia, 2007. p.134-138.

²⁴⁰ Quadros Docentes do Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional e Curso de Museologia FEFIERJ/UNI-RIO, instalados na Escola de Museologia UNIRIO, em 2007, para as comemorações dos 75 anos do ensino de Museologia no Brasil, a partir da criação do Curso de Museus.

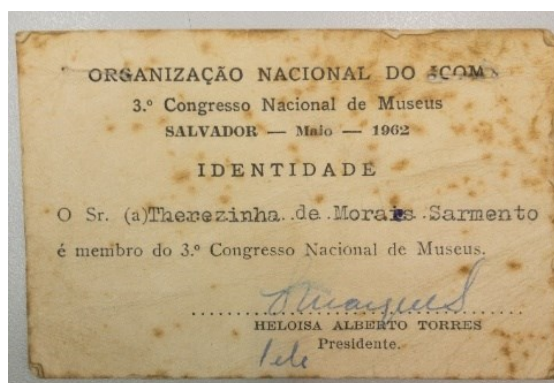
²⁴¹ Idem, 2007. p. 136-138.

²⁴² Ibidem.

OEA, para Museologia, no México, onde participou do *Curso Interamericano de Capacitación Museográfica do Instituto Paul Coremans / Instituto Nacional de Antropologia e História, 1973* (Idem).

Acompanhou os primeiros passos da articulação para a regulamentação das atividades dos profissionais de museus. Como jovem conservadora esteve presente no evento de maior relevância para o assunto da profissionalização, o já comentado III Congresso Nacional de Museus.

Figura 25. Credencial de participante de Therezinha de Moraes Sarmiento no III Congresso Nacional de Museus



Fonte: Coleção Therezinha Moraes Sarmiento – TMS NUMMUS/UNIRIO.

Participou ativamente da ABM, da qual foi sócia-fundadora. Vivenciou todo o processo de autorreconhecimento de seu grupo ocupacional enquanto profissionais museólogos e demonstrou consciência de classe profissional quando esse comportamento, segundo nosso entendimento, ainda não era compartilhado pela maioria de seus colegas. A exemplo disso apresentamos um registro em Ata da VI reunião da ABM, do ano de 1964, onde consta uma fala de Therezinha Sarmiento que nos chamou a atenção. A pauta em questão era sobre a organização da ABM para ministrar curso preparatório de mediadores de museus do Estado da Guanabara, a fim de capacitar pessoal para o atendimento dos públicos, que seriam em maior número, no contexto das comemorações do IV Centenário da fundação da cidade, a ser celebrado no ano seguinte. O curso foi uma ideia da presidente da Associação, Regina Real, com a prerrogativa de garantir o controle à ABM sobre as ações relacionadas ao evento e que envolviam os museus, nos quais a maioria dos associados trabalhavam. O curso, segundo relato no documento, abriria inscrições para vários perfis de formação, todos afins aos assuntos e temas dos museus participantes das comemorações. Seria exigido um comprovante de curso superior e isso incluía o diploma do Curso de Museus. Logo após esse relato, a redatora da Ata registrou a fala de Therezinha Sarmiento que fez uma observação interessante para o momento. A conservadora reivindicou que os egressos do Curso de

Museus tivessem a preferência na matrícula e caso sobrassem vagas, aí sim, fossem aceitas inscrições de diplomados em outra formação.

A partir dessa fala, entendemos que Therezinha Sarmiento pretendia não só valorizar a formação em “Museologia-Museografia” como, também, diferenciá-la das demais e preservar uma reserva de atuação, a partir do critério da especialidade. Depreendemos que mesmo sem uma sistemática consciente, ela estava a defender um “abrigo no mercado” e a valorizar o “saber esotérico” das conservadoras e conservadores de museus com formação específica, os pilares para uma mudança de *status* daquela ocupação. A discussão sobre a divergência no entendimento do ponto não ficou registrado em Ata. Ao fim e ao cabo, o referido curso de mediadores foi aberto para um perfil amplo de pessoas com curso superior em assuntos afins aos museus participantes das comemorações do IV Centenário.

A visão corporativa, no sentido da busca por uma autorregulação da aplicação dos saberes e técnicas, de Therezinha Sarmiento, precedeu à maioria de seus colegas de ofício. Durante os primeiros anos de funcionamento da ABM, não eram comuns falas com propostas autorreguladoras em defesa de um único perfil de ocupação, a partir da formação específica, para o trabalho em museus. Nossa análise, como exposta no capítulo 3, demonstrou que o processo de autorreconhecimento profissional, entre os membros de ocupação do cargo de “Conservador” do DASP, levou um tempo de maturação até ser compreendido em comum acordo entre eles.

Therezinha Sarmiento participou e contribuiu com ações que repercutiram no fortalecimento da profissão, fosse em questões concernente à formação ou em atenção às ameaças aos direitos de planos de cargos e salários dos servidores do DASP.

Quanto à formação foi uma das principais professoras do curso a atuar nas “Reformas Experimentais” ocorridas entre 1974-1977. Quando o currículo passou pelas mudanças mais significativas (desde 1944), com a inserção de termos e conceitos mais específicos na grade curricular, como o próprio nome da disciplina Museologia. Na condição de chefe do Departamento de Museologia, não somente sistematizou as propostas de suas colegas de magistério como defendeu uma formação que coadunasse com aquilo que ela entendia ser o espaço de atuação dos museólogos. Sempre relacionando formação e atuação prática do profissional.

Em reunião do Conselho Departamental, ocorrida em 29 de setembro de 1976, foi enfatizado, pela Prof^a. Therezinha Sarmiento, aos professores sobre **a necessidade de se formar profissionais qualificados para exercer a profissão. Afirmou ainda que o museu não se restringe a expor objetos, é preciso antes classificar, identificar, catalogar etc. para então se realizar a exposição. Por isso mesmo, o profissional formado pelo Curso deve ser entendido de todo este processo.** (TOSTES, 2017, p. 75. Grifos nossos)

Ainda no início dos anos 70, o cargo de “Conservador” recebeu uma nova nomenclatura na estrutura da administração pública federal. A mudança para Técnico em

Assuntos Culturais (TAC) ocorreu com a implementação de reformas realizadas no ano de 1973. A mudança do nome do cargo não foi um problema, pois àquela altura o termo museólogo estava cada vez mais difundido. Entendemos, no entanto, que essa troca de nome do cargo serviu para fortalecer a busca pela mudança de *status* daquela ocupação, não somente na terminologia, mas no cotidiano de trabalho, e diante da sociedade, pois ainda havia quem sobrepusesse as imagens do cargo e da profissão. E o termo museólogo, desde então, passou a ser associado a um campo do conhecimento e não somente às atribuições laborais da instituição museu.

Essas reformas no serviço público federal trouxeram de volta um cenário de crise, que na verdade nunca havia terminado por completo. Nova desvalorização do diploma provocara o não reconhecimento do cargo como de nível superior. Quem ocupava o cargo de TAC não tinha o mesmo plano de cargos e salários que os TAE (Técnicos em Assuntos Educacionais), o que provocou um movimento de protestos entre os museólogos concursados do DASP. Esse problema perdurou por alguns anos e essa situação fortaleceu, a nosso ver, a luta pela regulamentação da profissão entre aqueles membros, intentando garantir seus direitos e resguardar sua prática, bem como o propósito da profissão em preservar o patrimônio cultural brasileiro com base em saberes e técnicas qualificadas.

Therezinha Sarmiento foi eleita presidente da ABM para o triênio de 1979-1982, gestão na qual ocorreu a mudança para o nome de Associação Brasileira de Museologia. É preciso destacar sua atuação ao presidir a Associação, ainda que esse período extrapole o recorte proposto em nossa investigação. A mudança de *status* da ocupação para a profissão museólogo vinha num crescente e o mandato de Therezinha Sarmiento ocorreu num momento de grande visibilidade para as discussões sobre a regulamentação profissional. Foi um período no qual foram publicadas muitas reportagens sobre a condição da profissão, seus conflitos e disputas no mercado de trabalho, bem como eram noticiados os pedidos aos parlamentares sobre o pleito. As negativas para os pedidos de regulamentação colocavam em dúvida a posição de especialista dos museólogos. Muitos parlamentares entendiam que os museus eram espaços de trabalho de mais de uma profissão e que, assim, não deveriam garantir privilégios para atuação de uma delas, não compreendiam que reconhecer o papel do museólogo como agente gestor dos museus não invalidava a prática de outras profissões naquele mesmo espaço.

Durante o período que presidiu a ABM, a atuação de Therezinha Sarmiento não foi, apenas, para a defesa da segurança jurídica do exercício das atividades exercidas pelos museólogos, mas abrangia a valorização de uma identidade profissional, a fim de persuadir seus interlocutores sobre o papel da profissão e sensibilizá-los sobre as implicações dessa atividade profissional na preservação da memória e do patrimônio brasileiro.

Therezinha Sarmiento posicionava-se não apenas sobre a questão da regulamentação, mas também sobre a questão do reconhecimento social do museólogo, ponto mais profundo e complexo para o contexto da profissionalização. Ao lermos as páginas de um ofício que escreveu, na condição de presidente da ABM (figuras 27 e 28), em resposta à então presidente da FEMURJ, Fernanda de Camargo Moro – também museóloga de formação e ofício –, nossas afirmações são comprovadas. O documento reproduzido foi localizado na coleção TMS – NUMMUS/UNIRIO, porém a correspondência que gerou a resposta não foi encontrada.

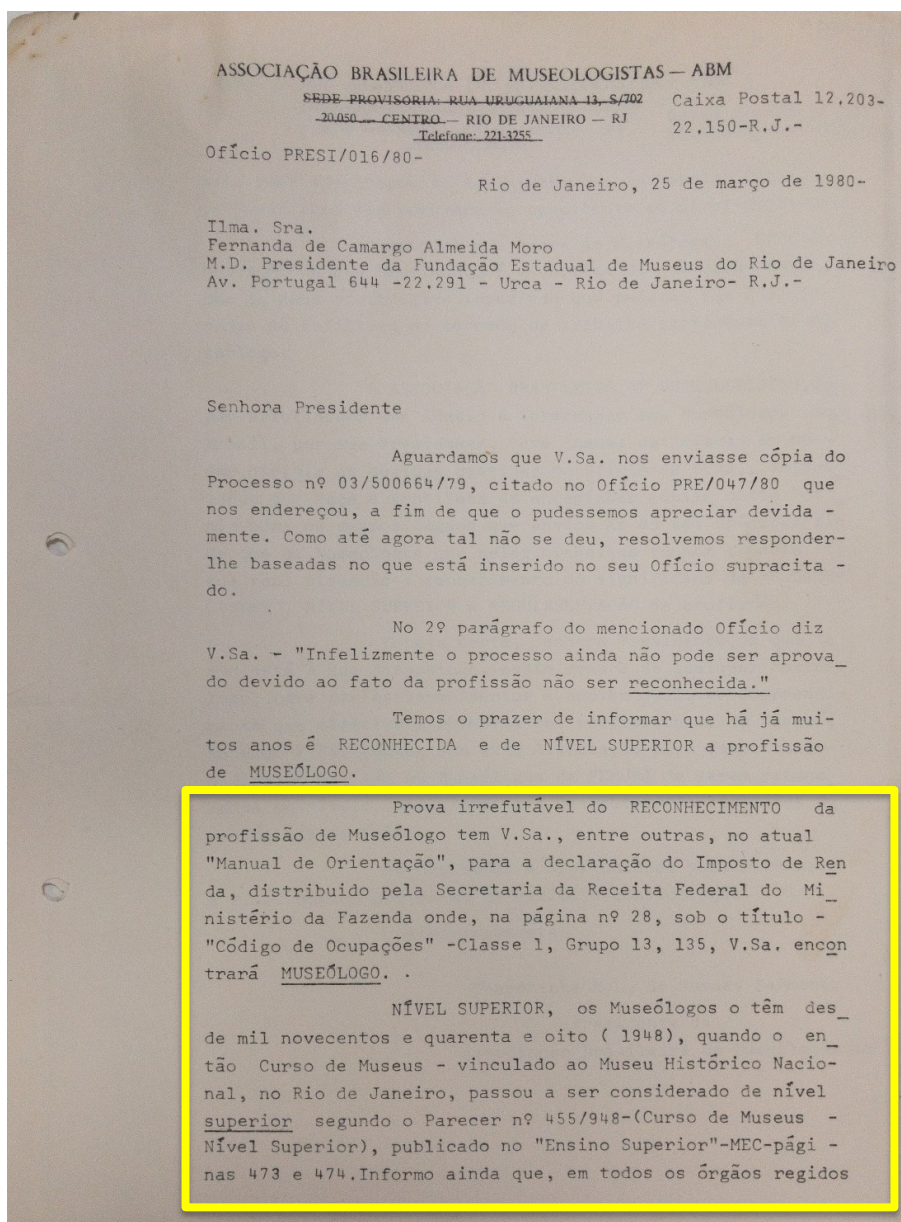
Inferimos que a troca de mensagens começou a partir de algum pedido do corpo de museólogas da FEMURJ endereçado à ABM, provavelmente solicitando apoio em questão de âmbito trabalhista. Não temos como afirmar, pois não localizamos o documento mencionado – Ofício Pre/047/80 –, todavia, o questionamento da presidente da ABM sobre um processo, dá a entender que alguém da FEMURJ solicitara ajuda à Associação sobre um ponto no tocante ao desprestígio da profissão em seu cotidiano laboral, o que era recorrente. No decorrer da mensagem fica claro que o pedido de vista do processo não foi atendido e a presidente da ABM responde, apenas, com base em relatos que recebera. Contudo, o que é pertinente destacar nessa mensagem é a visão assertiva de Therezinha Sarmiento quanto a condição das museólogas, não só da FEMURJ, mas enquanto classe profissional. Vejamos o destaque do texto:

Temos o prazer de informar que já há muitos anos é RECONHECIDA e de NÍVEL SUPERIOR a profissão de MUSEÓLOGO.

Prova irrefutável do RECONHECIMENTO da profissão de Museólogo tem V. S.^a, entre outras, no atual “Manual de Orientação”, para a declaração do Imposto de Renda, distribuído pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda onde, na página nº 28, sob o título – “Código de Ocupações” – Classe 1, Grupo 13, 135, V.S.^a encontrará MUSEÓLOGO.

NÍVEL SUPERIO, os Museólogos o têm desde mil novecentos e quarenta e oito (1948), quando o então Curso de Museus – vinculado ao Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, passou a ser considerado de nível superior segundo Parecer nº 455/948 – (Curso de Museus - Nível Superior), publicado no ‘Ensino Superior’-MEC-páginas 473 e 474. Informo ainda que, em todos os órgãos regidos pelo DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público), os Museólogos têm remuneração condizente ao nível superior.

Figura 26. Ofício Nº 16 de 1980 Presidência da ABM, página 1



Fonte: Coleção Therezinha Moraes Sarmiento – TMS NUMMUS/UNIRIO.

Os argumentos que embasam a defesa da profissão para refutar uma colocação da colega traduzem bem, a nosso ver, a consciência política a respeito da questão, não somente do *status* profissional, mas de uma identidade que Therezinha Sarmiento valorizava para si e seus pares.

Em 1980, ainda era preciso defender a condição de profissão com formação em ensino superior e destacar o valor da diplomação referente à treinamento no conhecimento específico, consolidado desde a década de 1940. O histórico do curso de formação, que

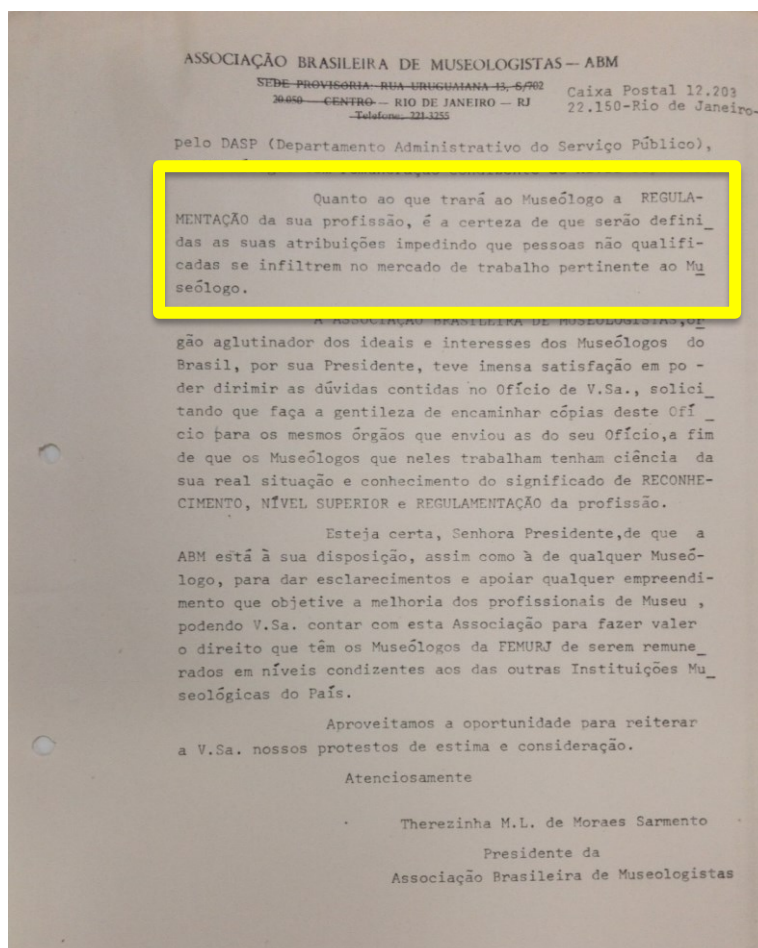
Therezinha Sarmiento detalha na mensagem, é usado como recurso argumentativo para defender a profissão e os direitos de seus agentes.

Como prova material de que a profissão possuía reconhecimento social há menção sobre o fato de a ocupação estar discriminada no “Manual de Orientação” para preenchimento da Declaração do Imposto de Renda, ou seja, um reconhecimento institucional conferido pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda. O argumento é válido, porém, o reconhecimento social não envolve somente as instituições, mas o autorreconhecimento entre os membros da mesma ocupação sobre sua identidade e a validação da sua “clientela”, como os sociólogos das profissões chamam o público leigo a quem a profissão serve. Outros que precisam reconhecer a profissão são os grupos ocupacionais concorrentes que, ao entenderem seus limites de atuação, apontam para o reconhecimento da *expertise* que não dominam.

Quanto à regulamentação, Therezinha Sarmiento a distingue, acertadamente, do reconhecimento social. A museóloga sabia que a regulamentação deveria assegurar o exercício das atividades por pessoal com formação específica e, portanto, com habilidades técnicas para executar ações quanto à preservação dos patrimônios musealizados e, em suas palavras,

Quanto ao que trará ao Museólogo a REGULAMENTAÇÃO de sua profissão, é a certeza de que serão definidas as suas atribuições impedindo que pessoas não qualificadas se infiltrem no mercado de trabalho pertinente ao museólogo.

Figura 27. Ofício Nº 16 de 1980 Presidência da ABM, página 2



Fonte: Coleção Therezinha Moraes Sarmiento – TMS NUMMUS/UNIRIO.

As vivências de Therezinha de Moraes Sarmiento demonstram-nos que o processo de profissionalização da Museologia no Brasil foi conformado de maneira cíclica, o que aponta para uma postura de vigilância constante entre os agentes da classe profissional, visto que muitas ameaças permanecem.

É sabido que a regulamentação não garante que o espaço de trabalho não seja disputado com outros agentes. A lei é um instrumento necessário, porém, o não reconhecimento social da profissão dificulta que a legislação seja cumprida e que o espaço profissional não seja invadido por leigos e/ou concorrentes. Por isso, cada profissional deve desenvolver ações no âmbito prático, político administrativo e acadêmico em defesa do “saber esotérico”, como algo necessário ao interesse público. Neste sentido, ao passo que uma identidade profissional é conformada, o campo de conhecimento também é desenhado.

O ciclo de conformação da profissão museólogo teve como um de seus indicadores a mudança de nome do movimento associativo para Associação Brasileira de Museologia

(1979-80), conforme alterado por Sarmiento em sua gestão, posição bastante sintomática da tendência que se estabelecia em âmbito nacional e internacional de construção de uma base cognitiva da Museologia, ao problematizar seu caráter disciplinar e científico. Os acontecimentos que ocorreram desde essa transferência de foco – do profissional e seu ofício, para o campo do conhecimento – não foram analisados no escopo desta investigação. Os ciclos da profissionalização da Museologia, no qual nos detemos, foram aqueles que abrangeram eventos onde conservadoras e conservadores passaram por uma fase de autorreconhecimento e construção de sua identidade profissional, em busca de consolidar seu lugar na divisão social do trabalho em museus. Assim, aquele grupo foi revestido pela luta na conquista de interesses corporativos, devido a uma determinada conjuntura de experiências cotidianas, tendo em vista todo o histórico de desprestígio e não reconhecimento social de seu ofício.

Não obstante, é preciso que esteja claro, vencida a etapa de autorregulação do seu próprio trabalho, a classe profissional dos museólogos deve estar atenta para não se afastar do seu propósito maior, que consiste em atender aos interesses públicos. No caso da Museologia, assegurar aos diversos processos de memória a preservação dos patrimônios (materiais e imateriais) dos diferentes grupos formadores da sociedade. A garantia desse interesse deve estar atrelada às reivindicações da classe profissional. Para tanto, as ações profissionais devem ser constantemente avaliadas não só pelos seus agentes praticantes, administradores e acadêmicos, mas também pela “clientela” a quem o profissional serve (FREIDSON, 2009, 159-162). O resguardo dos direitos profissionais deve mirar os interesses públicos, aos quais a profissão atende a partir de sua condição de especialista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentou e discutiu fatores que proporcionaram, no Brasil, a construção de uma **profissão específica de museus** com base em uma **educação formal** e na **prática laboral** exercida num contexto da administração pública federal. Um grupo de membros de ocupação, egressos do Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional e que trabalhavam em museus federais lideraram a abertura do caminho para o reconhecimento legal da profissão museólogo e comunicaram uma representação social dessa profissão, que teve como base a imagem icônica do cargo de “Conservador de Museus”, por eles ocupado. Num país em crescente estágio industrial e com uma economia política de forte **intervenção estatal**, o cenário foi propício à **fundação e conformação de um perfil profissional de especialidade para o trabalho em museus**.

O treinamento no conhecimento, base da formação das conservadoras e conservadores, protagonistas do objeto de nossa pesquisa, deu-se numa instituição de ensino ligada ao Ministério da Educação e Saúde. Dessa maneira, os estudantes formados no Curso de Museus - MHN tinham seu estudo legitimado pelo Estado, bem como, um “abrigo no mercado” de trabalho inaugurado e estabelecido em cargo da administração pública federal, via concurso público e considerando a diplomação de especialidade que possuíam. Esses fatores garantiram aos egressos daquele curso a aplicação de seus saberes e técnicas no trabalho em museus. Assim, treinamento e ofício, em Museologia-Museografia, foram legitimados pela máquina estatal do Brasil das décadas de 1930-40.

No tocante à transformação do *status* ocupacional do cargo público para o de uma profissão, pondera-se que a representação social criada naquele momento foi importante para o autorreconhecimento dos membros de ocupação do cargo de “Conservador de Museus” enquanto profissionais museólogos, agentes qualificados a atender às funções institucionais dos museus e, posteriormente, ao campo disciplinar da Museologia, cujas bases cognitivas passaram a ser constituídas em paralelo ao fenômeno da profissionalização. Contudo, é bom que seja dito, a imagem representacional do museólogo – profissão específica da *práxis* museológica – pode ser variada, a depender da realidade de trabalho e das aspirações políticas e ideológicas que envolvem os projetos museísticos. Não obstante, a representação social cuja familiarização se fez na experiência cotidiana de conservadoras e conservadores de museus é, até o presente momento, a imagem mais comum cultivada pelo leigo sobre o campo de atuação do museólogo, até porque essas experiências tiveram respaldo em atividades pré-estabelecidas, no mínimo, durante três séculos, a contar do fenômeno do colecionismo moderno.

Os membros de ocupação do cargo de “Conservadores” do DASP tinham uma representação social a respeito do ofício que exerciam e inferimos que, essa representação social, também serviu à ideia de uma profissão específica para a prática em museus no Brasil, tornando-se argumento para a defesa de um perfil de profissão que necessitava de regulação para suas práticas e, conseqüente reconhecimento social.

O Curso de Museus, atual Curso de Museologia da UNIRO, representa a inauguração e consolidação de um treinamento específico para o trabalho em museus no Brasil, tendo colaborado para a formulação de saberes e técnicas voltados à essa prática. A instituição de ensino apresentou conteúdos de forma sistematizada, seguindo orientações discutidas durante o período entreguerras em âmbito internacional e, desde então, atualizando-as de acordo com questões vivenciadas no país e as mudanças geracionais ocorridas em seu corpo docente. Serviu, também, de inspiração para a criação de outras instituições de ensino formal em Museologia-Museografia, ainda que com abordagem e método distintos, ou mesmo com proposta de diplomação diferente.

No que concerne à Museografia, o treinamento desenvolvido no Curso de Museus - MHN acompanhou as diretrizes mais atuais desenvolvidas no início do século XX. Contudo, ao que tange às abordagens interpretativas dos acervos sob o tema principal do museu sede, o Museu Histórico Nacional, as primeiras gerações do corpo docente seguiram critérios discursivos da História oficial e, portanto, de estrutura civilizatória e hoje compreendida como colonialista. Quanto aos métodos de análise da cultura material, os estudos foram desenvolvidos na interseção de uma tradição com feição antiquária e de uma orientação de abordagem metodológica positivista. Tais métodos de estudo foram aqueles que construíram as narrativas históricas dos principais museus nacionais da Europa e inspiraram a classe dirigente brasileira, que dominava os espaços de poder em nosso país. Como vimos no segundo capítulo, os professores pioneiros reproduziram narrativas históricas e concepções de brasis legitimadas pela estrutura do IHGB, que difundia sua concepção de História aos vários níveis de ensino. Verifica-se, assim, que a abordagem narrativa voltada às elites vinha do discurso disciplinar da História e não da Museografia que, naquele contexto, servia à sistematização dos dados intrínsecos à cultura material presentes nas coleções museais.

Dentro do contexto sociocultural de inauguração e desenvolvimento do Curso de Museus, o nacionalismo foi uma das principais ideologias, o que não destoava do pensamento predominante no momento de sua criação. O interesse pelo objeto autêntico, conceito que embasa a noção de objeto testemunho original e da autoria das obras de arte, foi outro ponto de interesse observados no ensino daquele curso. O que havia de mais inovador no Curso de Museus - MHN era, contudo, o ensino da Museografia, até então, inédita no incipiente cenário museal brasileiro, assim como o estudo das manifestações artísticas produzidas desde o

período colonial e pré-cabraliano, no território brasileiro. É importante destacar, no entanto, a parte que é mais específica sobre a “Museologia-Museografia” no ensino daquele curso.

Difundidos entre os países com representação no Escritório Internacional de Museus durante o período entreguerras, caso do Brasil, os saberes e as técnicas entendidos como Museografia alicerçaram o ensino formal de caráter específico para o trabalho em museus em diferentes países. Os museus brasileiros estavam repletos de amadores, estudiosos diletantes em temas musealizáveis e, após a criação de uma instituição de ensino voltada à formação em “Museologia-Museografia”, ocorreram avanços técnicos na gestão e na criação de museus, a partir da atuação daqueles que se formaram no Curso de Museus criado no MHN.

As técnicas museográficas foram difundidas para todo o país através de estudantes advindos de diversas regiões e estados, oportunidade viabilizada pelo sistema de bolsas implementado na década de 1940 naquela instituição de ensino. Outra fonte de difusão dessas técnicas foi a publicação, em dois volumes, dos livros “Introdução à Técnica de Museus - Parte Geral – Noções de Organização, Arrumação, Catalogação e Restauração” e “Introdução à Técnica de Museus - parte especializada”, ambos elaborados a partir das aulas ministradas no MHN pelo professor e intelectual, Gustavo Barroso. Numa época em que informações sobre as práticas em museus eram de difícil acesso, os volumes I e II de I.T.M tiveram um papel importante no sentido de difundir os saberes e técnicas específicos sobre essa prática, sobretudo, em museus históricos e artísticos.

A publicação sistematizou os conteúdos de Museografia disponíveis na época, como “organização”, “arrumação”, “catalogação” e “restauração”, termos selecionados pelo autor Gustavo Barroso, que denominou o conjunto de atividades como “Técnica de Museus”, como também era denominada a disciplina dedicada a estes conteúdos no Curso de Museus - MHN. É importante lembrar que I.T.M foi elaborada e publicada num momento em que o interesse pela organização institucional do museu era predominante em relação ao pensamento abstrato (museologia), quase inexistente até então.

As questões técnicas sobre o processamento dos acervos estavam em consonância com as experiências de trabalho dos museus europeus, enquanto o pensar a recepção dos públicos e a função educativa dos museus recebia influência das reflexões e experiências dos norte-americanos, que também instigavam os europeus. Todo esse conjunto de pensamentos e informações era encontrado nas publicações de maior referência da época, a Revista *Mouseion* ou nos *Anais de Muséographie*.

A vocação educativa era ponto pacífico entre os diretores dos museus brasileiros durante as décadas de 1920 e 1940. Contudo, encontramos poucas inovações metodológicas, além daquelas do guiamento dos diferentes públicos entre as salas expositivas por alguém que tivesse erudição ou o domínio do conhecimento disciplinar a ser apresentado (o

especialista). Propostas de inovação vieram após o início dos debates, nos anos 50, entre aqueles que trabalhavam em museus e participavam dos encontros organizados pela ONICOM, Organização (ou Comitê) Nacional do ICOM, vinculado ao Comitê Internacional, com a finalidade de acompanhar as discussões transnacionais que ocorriam entre as ocupações de museus existentes nas diferentes regiões do mundo (principalmente do norte global). Esses encontros proporcionaram um significativo intercâmbio de ideias e troca de experiências entre diferentes realidades, nacionais e internacionais. A prática e a vivência de trabalho, sem dúvida, trouxeram maiores contribuições ao tema da educação, como no caso dos egressos do Curso de Museus que realizaram iniciativas, nesse sentido, no decorrer de suas carreiras. Um exemplo importante é o livro “Educação e Museu”, publicado em 1958, de autoria de F. dos Santos Trigueiros, como também o mencionado, algumas vezes, neste trabalho “Museu ideal”, de Regina Real, do mesmo ano. Outro exemplo é o relato sobre o projeto “O Museu vai à Escola”, realizado em 1967, sob a idealização de Maria Augusta Machado e que contou com a participação de colegas de ofício e formação lotadas no Museu da República, à época seção do MHN, e Museu Nacional de Belas Artes.

E, sobre a **relação treinamento x trabalho**, a instituição de ensino já previa, desde sua criação, a absorção dos seus egressos pelo serviço público, corroborando com o espírito e ideias que geraram, no início da década de 30, a reforma administrativa que gerou o DASP, instituído em 1938. O primeiro cargo designado para as atividades específicas de cuidado e organização das coleções do MHN foi o cargo de terceiro oficial. No intuito de habilitar esse servidor é que o curso foi criado. Se regressarmos ainda mais neste histórico, de relação entre formação específica e atuação prática, veremos que no ano de 1922, quando um primeiro curso com objetivo de formar profissionais para atuar com os patrimônios foi pensado no Brasil, houve a previsão do cargo de amanuense, que consistia numa função pública qualificada para trabalhar no Arquivo Nacional, na Biblioteca Nacional e no Museu Histórico Nacional, então recém-criado. A reforma administrativa no serviço público federal ocorrida no período varguista passou a realizar concursos e, assim, a contratar servidores por mérito e não mais por meio do nepotismo e o coleguismo, vigentes até então.

As mudanças ocorridas a partir daquele momento fizeram parte de um projeto político de valorização dos museus enquanto instrumento de difusão dos ideais nacionalistas, marca da Era Vargas, o que ocasionou uma exagerada dependência do cargo de “Conservador de Museus” ao governo que o criou. A estrutura política e econômica, configurada no país para as ocupações liberais, desde a criação do DASP, teve como um dos objetivos compor um corpo técnico de servidores a serviço do Estado Nação e selecionados através do mérito técnico. Assim, o cargo de “Conservador” foi institucionalizado no serviço público brasileiro e seu espectro de atuação ampliado, em relação aos conservadores que existiam até aquele momento e cuidavam de algumas coleções oficiais, principalmente da pinacoteca e das

coleções da Escola Nacional de Belas Artes. Houve, naquele primeiro momento, o que os autores da Sociologia das Profissões denominam como “abrigo no mercado” de trabalho. Esse abrigo, no entanto, estava totalmente atrelado às diretrizes do governo. E, assim, aquela realidade, em curto e médio prazos, foi diluída e a constatação da falta de uma autonomia técnica autorreguladora, por aqueles que ocupavam o cargo, foi evidenciada.

A criação de uma estrutura estatal de serviços que priorizavam o conhecimento técnico para atender aos interesses públicos, ainda que de maneira não democrática, fez parte do projeto político varguista que reordenou os serviços prestados pelo Estado. No âmbito dos museus, a busca pela eficácia dos seus serviços, no que tange à preservação do patrimônio nacional, oficializou a existência de um cargo específico para o trabalho naquelas instituições, trabalho esse que devia seguir o mesmo sentido de serviço à Nação. Esse ideário foi um fundamento estruturante dos anos da década de 1940, quando a classe de membros de ocupação do cargo de “Conservador de Museus” ficou estabelecida.

Ainda na década de 1940 foi criada a ONICOM, Organização Nacional do ICOM, que teve, em suas primeiras décadas, uma maioria de associados ligados ao serviço público, ocupantes de variados cargos em museus brasileiros, o que foi um indicativo de busca por novas informações para o aperfeiçoamento dos museus brasileiros, repetindo a tradição de acompanhar o que acontecia no exterior e adaptar à realidade do nosso país, como o fizeram Regina Real e Lygia Martins Costa em suas trajetórias, sempre atentas ao que ocorria no ICOM. A ONICOM, criada da iniciativa destas duas conservadoras de museus e diplomadas no Curso de Museus - MHN, não foi uma organização de classe, mas sim uma entidade que promovia pontes entre o campo museal brasileiro e a realidade estrangeira, sobretudo, dos países vinculados à UNESCO.

Não obstante, para que os museus apresentassem avanços em suas funções institucionais, era necessário que as ocupações que neles trabalhavam tivessem seus ofícios definidos e fortalecidos. Porém, com o passar dos anos, já na década de 1950, o cenário político e administrativo brasileiro caminhava para um movimento inverso...o diploma daqueles que estudavam especialmente para o trabalho em museus com formação em ensino superior no Curso de Museus - MHN (único com essa especialidade, até então) deixou de ser exigido. A mudança de entendimento quanto ao diploma do curso ser um requisito mínimo para concorrer ao cargo foi uma perda significativa, bem como a diminuição dos concursos, ao passo que aumentavam as contratações comissionadas de pessoas sem qualificação e formação específica. Com esse cenário instalado, os membros de ocupação do cargo de “Conservador de Museus” lideraram diferentes ações a fim de se organizarem em busca da regulamentação de suas atividades laborais. Surgiu, assim, o primeiro movimento associativo de classe brasileiro ligado aos museus e à Museologia-Museografia, a Associação Brasileira de Museologistas (1963).

A ABM foi uma variável determinante do processo de profissionalização da Museologia no Brasil. Todavia, sua contribuição só foi uma realidade devido aos fatores que a antecederam. Esse movimento associativo de classe, a partir da luta pela regulamentação das atividades desempenhadas nos museus, consolidou, na organização social brasileira, o singular histórico de conformação de uma profissão de museus específica. Essa profissão teve, em sua identidade, marcas da realidade laboral dos museus públicos que, ao mesmo tempo que enfrentava escassez de pessoal qualificado e treinado, também possuíam indivíduos formados numa instituição de ensino com caráter específico para atender às demandas técnicas dos museus. Assim, as reuniões e encontros promovidos pela ABM permitiram consolidar uma identidade profissional àqueles que trabalhavam em museus e haviam recebido treinamento específico para tal.

Como apresentado no terceiro capítulo, este movimento associativo foi criado para unir forças entre as ocupações de museus e se pensar estratégias para a regulamentação dessas práticas, independentemente da formação. Mais tarde e durante as articulações políticas entre os associados, composto de uma maioria de membros de ocupação do cargo do DASP, passou-se a vislumbrar um perfil profissional específico com base na formação e no ofício dos “Conservadores”. Encontros liderados por aquele corpo associativo fomentaram as discussões que levaram à conformação de um dos perfis profissionais do museólogo, o de executor multitarefas, capaz de atender às atividades essenciais dos museus e gerenciar suas funções. Assim, um dos perfis mais reconhecidos da profissão museólogo foi forjado dentro dos anseios de um grupo ocupacional ligado ao cargo do DASP e a lideranças dentro da ABM. Tratamos desse perfil a partir do conceito de representações sociais de acordo com a Teoria das Representações Sociais, de Serge Moscovici.

A percepção que o estudo das representações sociais agregou à nossa pesquisa foi a compreensão da face icônica e simbólica (MOSCOVICI, 2015, p. 46) da profissão de museus para aquele grupo ocupacional, ou seja, da ideia de **conservador de museus/museólogo** presente **no período de nossa análise**, pois estas significações fizeram parte do autorreconhecimento profissional daquele grupo, bem como da identificação por leigos e concorrentes, inclusive. Alguns persistentes até hoje.

A construção de uma profissão envolve questões institucionais que permeiam a organização social de um dado espaço/tempo, como aponta a abordagem freidsoniana, mas também, por meios cognitivos, compondo uma “noção ou imagem”, como argumenta Moscovici (2015, p.31), na qual estão e são elaboradas mensagens de comunicação entre os sujeitos partícipes daquele contexto. O que pretendemos dizer com isso? Que as variáveis institucionais em interação numa dada organização social são estruturantes do processo de profissionalização, porém, estão relacionadas a elas as representações sociais da ocupação.

No Brasil há o entendimento de que o museólogo é uma profissão que agrega conhecimento técnico-científico (ocupação prática) e teórico abstrato (ocupação intelectual), contudo, percebemos um descompasso entre a definição da base cognitiva da Museologia, sua disciplinarização – sistematização de informações por meio de métodos científicos (BURKE, 2016, p.44) – e a profissionalização do ofício. **A profissão começou a ser estabelecida antes de uma base cognitiva ter sido consolidada**, não que isso seja uma regra, mas tal desencontro pode ser um dos responsáveis pela morosa conquista de reconhecimento social da profissão. Ora, para que uma profissão possa reivindicar seu espaço de atuação é preciso que o conhecimento técnico-científico seja executado pelo profissional por meio de métodos e conceitos que a sociedade identifique como algo que só pode ser executado por alguém qualificado e especializado, e isso não ocorre no caso da Museologia, representada por seu agente, o museólogo.

Disciplinarização e profissionalização, fenômenos interdependentes

A profissão de museólogo foi regulamentada no Brasil pela Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984, todavia, o reconhecimento legal não vem acompanhado de reconhecimento social e muito menos garante a autonomia profissional. E não nos parece que tanto reconhecimento social quanto autonomia estejam estabelecidos em relação à profissão museólogo. Por este motivo faz-se mister pensarmos a Museologia não somente em sua dimensão disciplinar, mas profissional, também, visto que a realidade brasileira apresenta um histórico singular e relevante sobre o entendimento de um profissional de museus específico.

A disciplinarização e a profissionalização são fenômenos que caminham juntos em sociedades industriais. Segundo o historiador inglês Peter Burke (2016), o século XIX foi o palco do fenômeno da disciplinarização do conhecimento. Os diversos conhecimentos que vinham sendo racionalizados desde o movimento iluminista passaram pelo processo de disciplinarização e assim foram separados em “departamentos, divididos fisicamente em prédios diferentes ou por salas ou andares de um mesmo prédio.” (BURKE, 2016 p. 45). O autor descreve este cenário no contexto das universidades, entretanto, este entendimento ressoou nos museus, em seus setores e divisões (caso dos museus enciclopédicos) e em suas tipologias, criadas em consenso com as disciplinas modernas e sob suas especificidades metodológicas e interpretativas. O autor, também, chama a atenção para a relação entre os dois fenômenos – disciplinarização e profissionalização – e aceita que o segundo atenda mais efetivamente “às ocupações práticas do que às humanidades” (VERSEY apud BURKE, 2016 p. 61). Como exemplo, Burke usa o caso entre bibliotecários e historiadores, o primeiro como ocupação eminentemente prática e o segundo como ocupação intelectual e diz da dificuldade de demarcar a profissionalização do historiador diferentemente do bibliotecário, isso porque as ocupações práticas se organizam em grupos profissionais coesos e se identificam por suas

habilidades, o que é refletido em associações de classe, enquanto as ocupações intelectuais não realizam o mesmo movimento. **Seria mais fácil, segundo ele, reconhecer uma profissão a partir das habilidades práticas da ocupação, do que a partir das contribuições conceituais de foro intelectual.**

No caso da Museologia esta interpretação de Burke deve ser considerada, pois no período de atuação das conservadoras e conservadores de museus, este grupo ocupacional possuía maior domínio prático do que conceitual, visto que o segundo estava em momento de construção – **museologia** – enquanto o primeiro – **museografia** – tinha fundamento empírico em experiências anteriores e pré-estabelecidas. Observamos, ainda, a relação do enfraquecimento dos movimentos associativos dos museólogos após o crescimento conceitual e amadurecimento teórico da Museologia no Brasil (após a década de 1990), o que afirmaria a visão de Burke sobre o fenômeno da profissionalização ser mais contundente em ocupações de viés majoritariamente prático em relação às de domínio intelectual. E, ainda, neste mesmo sentido, proposto por Burke, encontramos outro exemplo neste início de século XXI, no Brasil, e que envolve os museus. Trata-se da organização social que se desenha a partir do grupo ocupacional que se autorreconhece como “educadores museais”. Este grupo tem empreendido a ideia de profissionalização de sua ocupação e articulado a criação de uma Associação de Educadores Museais, movimento este sintomático do que se configura como um fenômeno de profissionalização moderno, a partir da divisão social do trabalho nos museus. Com este exemplo percebemos o quanto uma ocupação prática encontra no movimento associativo sua forma para impulsionar seu reconhecimento profissional, enquanto uma disciplina acadêmica utiliza-se mais de outras ferramentas, como a universidade e as publicações científicas.

O **museólogo** ainda não é reconhecido socialmente como **o profissional gestor das práticas museológicas**, mesmo com os avanços conceituais da Museologia, hoje entendida, por uma ampla maioria, como um conhecimento específico relacionado às questões que envolvem os museus em seus diferentes modelos conceituais e de gestão, assim como diferentes dimensões que não somente a institucional.

No Brasil, um conjunto de leis confere ao **museólogo** poder de **consultor** no que se refere à gestão e preservação dos processos museológicos, às memórias e aos patrimônios musealizados formadores da sociedade brasileira (Lei nº 11.904/2009). Essa legislação reflete o histórico de profissionalização que buscamos evidenciar nesta tese e que é reflexo da organização social analisada. **A legislação brasileira reconhece e regula as práticas museológicas como atividade de um agente específico que deve atender e promover um interesse público específico – o direito à preservação e acesso às memórias e aos patrimônios dos diferentes grupos sociais brasileiros em sua mais diversa pluralidade.**

Contudo, a autonomia sob os mecanismos de autorregulação dos saberes e técnicas específicos da Museologia e de sua aplicação pelo agente legalmente responsável por administrá-las e fomentá-las, ainda não é uma realidade no cenário brasileiro. É preciso que os museólogos dominem espaços estratégicos na esfera política e administrativa, com o intuito não só de defender seu espaço de atuação, mas sim defender o papel da Museologia na engrenagem da preservação e no acesso às memórias e aos patrimônios que constituem a sociedade. Para tanto, claro, é preciso que essas categorias (a memória e o patrimônio) sejam entendidas como instrumentos de desenvolvimento social pelos governos.

Em busca da autonomia profissional

A profissão museólogo demonstra, em seu percurso de profissionalização, a dependência às diretrizes governamentais, sendo refém de suas decisões. Este diagnóstico resulta numa falta de autonomia para autorregular seu próprio trabalho, quanto às políticas promotoras do interesse público relacionado à Museologia. E, como indica Freidson (2019), a autonomia é o indicativo de maior relevância para que uma ocupação passe ao *status* de profissão e alcance seu reconhecimento social.

A formação – domínio dos saberes e técnicas específicos de um campo do conhecimento – é a estrutura constituidora da identidade da classe profissional, tendo no saber técnico o elemento genérico que toda profissão precisa para afirmar sua competência e demonstrar qualificação diferenciada (FREIDSON, 2019, p. 71), e por técnica entenda-se “categoria da ação ou da prática” (DOMINGUES, 2016, p.10). No entanto, o processo de profissionalização não terá resultados que garantam a manutenção do *status* de profissão e seu reconhecimento social sem o domínio político e administrativo sobre as diretrizes que regulam e normatizam o trabalho exercido pela ocupação, a partir do seu saber técnico. Do processo técnico sistematizado caminha-se à conceituação abstrata, onde estão os fundamentos estruturadores das práticas que viabilizam as ações do campo de conhecimento à serviço da sociedade.

As ocupações precisam ter **controle político sobre as estruturas institucionais que garantem, não só o “abrigo no mercado” de trabalho aos especialistas, mas o domínio das diretrizes normativas e intelectuais, independente das diferentes abordagens que os agentes do campo possam apresentar.** Os profissionais detentores da *expertise* precisam ocupar vagas em diferentes postos estratégicos, de diferentes governos – ministérios, secretarias, presidências em autarquias e institutos, ou seja, nas instituições relacionadas ao seu campo de conhecimento – a fim de regular os agentes e espaços de atuação na divisão social do trabalho. Esta posição mantém os profissionais enquanto representantes do conhecimento técnico-científico e, sobretudo, agentes atuantes na garantia do interesse público relativo ao propósito do seu campo de conhecimento.

Quanto ao **conhecimento** é preciso que saberes e técnicas sejam bem definidos e que os membros de ocupação/profissionais detenham não só o controle sobre a aplicação prática, mas também sobre a produção do conhecimento e do treinamento àqueles que serão integrados à profissão. O acesso à formação especializada e aos domínios da prática laboral são elementos necessários à autonomia, pois viabiliza a produção do conhecimento, ainda que com base cognitiva diversificada entre os pensadores da profissão. O conhecimento desenha as políticas públicas referentes ao campo de atuação e propõe ferramentas de trabalho para a promoção do interesse público. Isso tudo exige organização do ensino formal a partir dos próprios agentes do campo, ainda que em interação e diálogo com outros agentes disciplinares, a fim de não se distanciar do interesse público, como recomendado por Freidson (2009).

As profissões, percebidas a partir da ideia de divisão social do trabalho, são essenciais para o atendimento dos interesses públicos e da efetivação de políticas que façam desses interesses uma realidade. No caso da Museologia o interesse público é o direito à preservação das memórias, mediante processos de salvaguarda dos patrimônios em sua pluralidade e diversidade cultural, como também, garantir o acesso e à promoção dos bens culturais produzidos por esses diferentes grupos sociais. Se o profissional especialista atua com autonomia técnica e política em prol desse interesse público, sua atuação torna-se reconhecidamente relevante mediante a “clientela” e seus concorrentes, ou seja, a sociedade como um todo. É essa a característica que diferencia um profissional de um trabalhador assalariado, executor de um ofício no qual ele não tem o domínio político e administrativo sobre o saber, a técnica e as diretrizes do seu trabalho. O trabalhador assalariado não regula e normatiza suas próprias atividades; não difunde reflexões que possam mudar as orientações conceituais sobre suas práticas.

A conquista da regulamentação da profissão, apesar de não ser elemento garantidor da autonomia profissional, é um primeiro passo. Não obstante, o conceito de autonomia em Freidson não se limita às conquistas de direitos e privilégios à classe profissional no que tange ao mercado de trabalho, pelo contrário, o autor, a partir de suas investigações sobre a profissão médica, provoca as classes profissionais a pensarem sobre seus poderes e domínios, seja quanto à autorregulação de suas práticas, seja no âmbito da formulação das políticas e normativas da área de conhecimento em questão. O autor explica que a autonomia não deve ser tão ampla a ponto de isolar os profissionais em suas próprias questões, transformando a profissão num fim em si mesma.

As profissões devem alcançar autonomia técnica, ou seja, precisam ser autônomas na defesa de sua formação e conhecimento técnico-científico, mas não apenas para garantir direitos individuais de seus agentes no exercício profissional. Assim, sua autonomia pode ser compreendida como parcial, porque se refere ao domínio técnico-científico e às diretrizes

reguladoras sobre treinamento e execução do ofício, contudo, os interesses autorreguladores não devem extrapolar a finalidade da profissão, que é atender aos interesses públicos da sociedade. **A autonomia não deve isolar o profissional das avaliações de sua “clientela” e dos seus concorrentes, mas precisa garantir que o profissional possa intervir na realidade social a partir de sua expertise.** A classe profissional deve, de maneira dialógica, construir a autonomia profissional na intersecção com os demais agentes que atuam no meio envolvente de sua especialidade, assim como com aqueles que usufruem dos benefícios gerados pelo conhecimento profissional. Ao chegar neste ponto de reflexão, o teórico Eliot Freidson contribuiu para a identificação de questões que nos levam a pensar a profissionalização e as reivindicações da classe profissional sem restringi-las ao discurso corporativo. Suas investigações sobre a profissão médica identificaram, no contexto norte-americano, como que uma classe profissional que conquistou a autonomia de forma plena, perdeu-se em seus próprios interesses e sufocou aquilo que é do interesse público, quando se trata da Medicina, a promoção à saúde.

Entendemos que a valorização do museólogo e a conquista do seu reconhecimento social, não deve resultar na promoção dos interesses individuais dos profissionais para garantias de acesso e permanência no mercado de trabalho, apenas, mas deve sim e sobretudo, proporcionar consciência para a defesa dessa profissão como baluarte para a implementação realística de políticas e ações que levem ao desenvolvimento social de populações e comunidades formadoras do país por meio da preservação de suas memórias, considerando que o direito à preservação e ao acesso aos bens culturais de diferentes categorias e origens, gera benefícios transformadores à sociedade.

O patrimônio, enquanto categoria de memória e identidade, tem sua produção e identificação de forma plural e diversa. São muitos os agentes participantes de sua preservação, porém, estes processos têm um caráter específico que, por mais que necessitem de um trabalho colaborativo entre grupos sociais, indivíduos e saberes diversos deve ter um conhecimento e um agente mediador, dedicados a sistematizar questões para resolver problemas concernentes à memória e à identidade, formadoras dos patrimônios.

A seguir apresentamos um Quadro Sinóptico que demonstra o recorte desta pesquisa tese cujas reflexões identificaram outros demarcadores, por períodos, para além do que foi analisado até aqui. Do lado esquerdo, estão demarcadores contemplados na tese, do lado direito, aqueles que precisam de análise. A proposta de continuidade das investigações é premente, pois o escopo do objeto de estudo desta tese não foi esgotado. Os questionamentos e análises sobre o processo de profissionalização da Museologia no Brasil perduram. Deste modo, **nossas considerações têm, como resultado, o mapeamento de diferentes períodos identificados nos ciclos de fundação e conformação da profissão**

museólogo, o que envolve os desdobramentos da Museologia enquanto campo científico e disciplinar, em paralelo à construção do campo profissional.

QUADRO 5 – CICLO DA CONSTRUÇÃO DE UMA PROFISSÃO DE MUSEUS ESPECÍFICA NO BRASIL

CICLO DE FUNDAÇÃO 1932-1967		CICLO DE CONFORMAÇÃO 1967-atual
PERÍODOS	1932-50: trabalho em museus como fim. Museografia como fundamento. Inauguração do treinamento no conhecimento em ensino formal. Criação de um cargo no serviço público, como “abrigo no mercado” de trabalho pelo poder do Estado.	1967-1984: conformação de uma identidade profissional relacionada a um ofício e a uma formação específica. Desenvolvimento de uma base cognitiva para a Museologia.
	1951-1967: Consolidação do ensino formal de “Museografia-Museologia”. Formulação da representação social do Conservador enquanto imagem de um perfil profissional em construção. Crise no mercado de trabalho existente no serviço público federal brasileiro. Princípio da luta associativa pela regulamentação das profissões de museus.	1984-atual: Conquista da regulamentação da profissão de museólogo. Criação dos Conselhos Federal e Regionais de Museologia. Crise na compreensão do perfil profissional do museólogo em relação à representação social familiarizada com o cargo de “Conservador de Museus”. Desenvolvimento da percepção do museólogo enquanto trabalhador social.

Fonte: Elaborado pela autora

Consideramos, então, que o ciclo de conformação da profissão está para além do nosso recorte cronológico e perdura até a atualidade, porque o processo de profissionalização não está acabado e, não acaba, na realidade, mas muda de ciclos e fases de acordo com a consciência da classe profissional e dos desdobramentos das relações entre profissionais e sociedade. Isso posto, depreendemos que, até o presente momento de defesa desta pesquisa tese, a classe profissional composta de museólogas e museólogos ainda não conquistou plenamente sua autonomia para autorregulação de sua *práxis*.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Paulo Roberto. (2014, fevereiro 14). A Divisão do Trabalho em Durkheim, Marx e Weber. **Diálogos Interdisciplinares**, 3(1), 46-58. Recuperado de <https://revistas.brazcubas.br/index.php/dialogos/article/view/43>. Acesso em: 29/07/2021.
- ALVES, Thiara dos Santos. (2019). Contribuições da sociologia das profissões para a análise das profissões de arquivista e museólogo no Brasil. **REVES Revista Relações Sociais**, 2(2) 0264-0280. Disponível em: <https://doi.org/10.18540/revesv2iss2pp0264-0280>. Acesso em: 29/07/2021.
- ANGELIN, Paulo Eduardo. **Profissionalismo e profissão: teorias sociológicas e o processo de profissionalização no Brasil**. REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v. 3, n. 1, jul/dez. 2010. Disponível <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd/article/viewFile/4390/3895>. Acesso: 02/03/2021.
- ANUÁRIO DO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES**. N. 2. 1940. II. O museu e o preenchimento das vagas de seu corpo técnico. p.24-26.
- ANUÁRIO DO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES**. N. 9 1947- 48. IX. Do que vi eu vi nos museus norte-americanos. p. 179-225
- BALLÉ, Catharine. Ciências e técnicas: uma tradição museal? In: **Inovações, coleções, museus**. Maria Eliza Linhares Borges, (org). Soraia Maciel Mouis (trad). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- BARROS, José D'Assunção. Considerações sobre o paradigma positivista em História. **Revista Historiar** -Universidade Estadual Vale do Acaraú – v.4. n. 4 (jan./jun. 2011). Sobral-CE: UVA, 2010. ISSN 2176-3267 [www.uvanet.br/revistahistoriar].
- BARROSO, Gustavo. **Introdução à técnica de museus. Parte geral e parte básica**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1946. Vol. I.
- _____, Gustavo. **Introdução à técnica de museus. Parte especializada**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1947. Vol. II.
- BARROSO, Gustavo. Museu Ergológico brasileiro. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Ano 1942.Vol. III. Rio de Janeiro. p. 433-448. 1945.
- BARROSO, Gustavo. O Curso de Museus. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Ano 1944. Vol. V. Rio de Janeiro. p. 191-198. 1955.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARBOSA, Maria Lígia. **Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política**. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 14, n. 39, p. 186-190, Fev. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091999000100013&lng=en&nrm=iso>. ISSN 1806-9053. Acesso: 02/03/2021.
- BASCÓN, Antonio José García. **La Conferencia de Madri de 1934, sobre arquitectura y acondicionamiento de museos de arte**. Tesis Doctoral. Universidad de Granada. Programa de Doctorado en Artes. Director Dr. D. Ignacio Henares Cuéllar. Granada, 2017.
- BÍBLIA SAGRADA, Nova Tradução Internacional – NVI.

BISERRA, Natália de Figueirêdo. **Memória da Associação Brasileira de Museologia: contribuições para a institucionalização de um campo de atuação profissional**. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2017.

BEZERRA, Rafael Zamorano. O "olhar treinado" e a autoridade do especialista. **XVI Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia**. UFCG/UEPB, Campina Grande, Paraíba. 15 a 18, outubro, 2018. Disponível em https://www.16snhct.sbhct.org.br/resources/anais/8/1545178035_ARQUIVO_Texto16SBHC_Zamorano-rev.pdf. Acesso em 11/02/2023.

BITTENCOURT, José. Cada coisa em seu lugar. Ensaio de interpretação do discurso de um museu de História. **Anais do Museu Paulista**, 2003/vol.8/9, n009. São Paulo, Brasil. p. 151-176.

BITTENCOURT, José Neves. Um museu em tinta e papel. Os ANAIS do Museu Histórico Nacional, 1940-1995. In. **ANAIS do Museu Histórico Nacional**, vol. 36. p. 181-202. Museu Histórico Nacional. Brasil. Rio de Janeiro, 2004.

BLOM, Philipp. **Ter e Manter**. Uma história íntima de colecionadores e coleções. Tradução Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

BOMAR, William Frank. **Graduate Museum Studies Curricula: Meeting the needs of the field**. Dissertation Doctor of Philosophy in the Department of Educational Leadership, Policy, and Technology Studies in the Graduate School of The University of Alabama. TUSCALOOSA, ALABAMA. 2012.

BONELLI, Maria da Glória. Origem social, trajetória de vida, influências intelectuais, carreira e contribuições sociológicas de Eliot Freidson. In: **Renascimento do Profissionalismo: Teoria, Profecia e Política**. Trad. Celso Mauro Paciornik. 1.ed. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019. p.11-30.

BOSI, Maria Lúcia Magalhães. **Profissionalização e conhecimento, a nutrição em questão**. Editora HUCITEC. São Paulo, 1996. p.35-56.

BOYLAN, Patrick J. The museum professional: definition and functions. In: Sharon J. Macdonald (ed); **Blackwell Companion to Museum Studies** (Malden, MA. & Oxford: Blackwell Publishing). 2010. p.415-430.

BRASIL, Felipe Gonçalves; CEPÊDA, Vera Alves; MEDEIROS, Thiago Batista. O DASP e a formação de um pensamento político-administrativo na década de 1930 no Brasil. **Temas de Administração Pública**, v. 9, n. 1, p. 60-90, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/125197>>. Acesso em: 02/03/2021.

BRODSKY-PORGES, Edward. The grand tour travel as an educational device 1600-1800. **Annals of Tourism Research**. Volume 8, Issue 2, 1981. p. 171-186. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0160-7383\(81\)90081-5](https://doi.org/10.1016/0160-7383(81)90081-5). Acesso em 17/04/2022.

BRULON, Bruno. Provocando a Museologia: o pensamento geminal de Zbyněk Z. Stránský e a Escola de Brno. **Anais do Museu Paulista**. v. 25. n.1. jan.-abril 2017.

BURKE, Peter. **O que é História do Conhecimento**. Trad. Claudia Freire. 1ª ed. São Paulo: Ediuoro Unesp, 2016.

_____. O polímata: a história cultural e social de um tipo intelectual. Trad. Ezequiel Theodoro da Silva. Artigo Internacional. **Leitura: Teoria & Prática** - Associação de Leitura do Brasil (ALB). v. 29, n. 56. 2011. Disponível em: <https://ltp.emnuvens.com.br/ltp/article/view/51>. Acesso: 31/06/2021.

_____. **O polímata: uma história cultural de Leonardo da Vinci a Susan Sontag**. Traduzido por Renato Prelorenzou. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

_____. O que é história cultural? Tradução Sergio Goes de Paula. 2ª ed. Ver. E ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CASTRO, Aloisio Arnaldo Nunes de. **Do Restaurador de quadros ao conservador-restaurador de bens culturais: o *corpus operandi* na administração pública brasileira de 1855 a 1980**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Artes da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais: UFMG.2013. Orientadora: Profa. Dra. Yacy-Ara Froner Gonçalves.

CHAGAS, Mario. **A imaginação museal: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009. Originalmente tese (doutorado) defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS) da UERJ, 2003.

CARRAZZONI, Maria Elisa. Que é um conservador de museu? Revista do MEC – Ministério da Educação e Cultura. Serviço de Divulgação Nº 37. 1967. p.32-33.

CERQUEIRA, Erika Moraes. **Habitar o passado: Gustavo Barroso e o seu tempo**. 1 ed. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

CURY, Marília Xavier. Museologia e Conhecimento, Conhecimento Museológico – uma perspectiva dentre muitas. In: **Museologia & Interdisciplinaridade**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação. v. III, n. 5. Brasília: Ed. UnB, 2014. p. 55-73.

COSTA, Lygia Martins. De museus, museologia e museólogos. In: **De Museologia, Arte e Políticas de Patrimônio**. Clara Emília Monteiro de Barros. Projeto original e pesquisa. Edições do Patrimônio. Rio de Janeiro, 2001. p. 61-72.

_____. A defesa do patrimônio cultural móvel. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 22. Ano 1987. p 145-153.

COSTA, Ludmila L. M da. **Termo/conceito museólogo**: identificando e definindo sua atuação em coleções de artistas plásticos contemporâneos. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio UNIRIO/MAST. Rio de Janeiro, 2013. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Diana Farjalla Correia Lima.

COSTA, L. L. M.; LIMA, D. F. C. O termo museólogo e seu conceito: análise da atividade profissional em coleções de artistas plásticos contemporâneos. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 14**, 2013, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UFSC, 2013. Não paginado.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (ed.). **Dictionnaire encyclopédique de muséologie**. Paris: Armand Colin, 2011.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (ed.). Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury (tradução e comentários). **Conceitos-chave de museologia**. ICOM, ICOM-BR: Pinacoteca do Estado de São Paulo. Secretaria de Estado de Cultura. 2013. p.81-85.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. Trad. Eduardo Brandão. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Coleção tópicos.

DUBAR, Claude. A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional. In: **Cadernos de Pesquisa**. v.42 n.146 p.351-367 maio/agosto 2012.

DOMINGUES, Ivan. **O trabalho e a técnica**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016. Filosofias: o prazer do pensar. Dirigida por Marilena Chauí e Juvenal Savian Filho.

ECHTERNACHT, Anna Laudicea Itaborai. **Contexto e impacto do programa de bolsas de estudos portuguesas na formação em Museologia no Brasil (1964-1973): experiência de Maria Augusta Machado**. (Dissertação de Mestrado) Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - PPG-PMUS / UNIRIO / MAST, 2018. Orientador: Prof. Dr. Ivan Coelho Sá.

EDSEL, Robert M. **Caçadores de obras-primas: salvando a arte ocidental da pilhagem nazista**. Robert M. Edsel com Bret Witter; tradução de Talita M. Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Tradução, Pedro Sússekind. Prefácio, Roger Chartier. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FARIA, Ana Carolina Gelmini de. **Educar no Museu: O Museu Histórico Nacional e a educação no campo dos museus (1932-1958)**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, URGs. Porto Alegre, 2017.

FERREIRA, Jaime M. M. 275º Aniversário do nascimento de Joseph Hilarius Eckhel (1737–1798) "O Pai da Numismática". In: **A Permuta**. Órgão Informativo da Sociedade Portuguesa de Numismática. Porto. Nº 130 – 133 janeiro / Dezembro, 2012.

FRAGA, André Barbosa; LAGO, Mayra Coan. As apropriações dos símbolos nacionais pelo governo Vargas e pelas pessoas comuns (1930-1945). **Sillogés – v.4. n.1**. jan./jun. 2021. p.299-327.

FRANZOI, Naira Lisboa. Profissão. In: **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. 2009. p. 328-333. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l43.pdf>. Acesso em: 27/07/2021.

FREIDSON, Eliot. **Renascimento do Profissionalismo: Teoria, Profecia e Política**. Trad. Celso Mauro Paciornik. 1.ed. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.

FREIDSON, Eliot. **Profissão Médica**. Um estudo de sociologia do conhecimento aplicado. Trad. André de Faria Pereira Neto e Kevieta Brezinova de Moraes. São Paulo: Editora UNESP; Porto Alegre, RS: Sindicato dos Médicos.2009.

FUNARI, Pedro Paulo e CARVALHO, Aline Vieira de. Cultura material e Patrimônio científico. In: Marcus Granato e Márcio F. Rangel. **Cultura Material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia. Museu de Astronomia e Ciências Afins, MAST**. Rio de Janeiro, 2009.

FREECE, H. L. **A New Era for Museums: Professionalism and Ideology in the American Association of Museums, 1906- 1935**. 2010. Retrieved from <https://doi.org/10.14418/wes01.1.1631>. Acesso 14/08/2022.

GINZBURG, Carlo. O alto e o baixo: O tema do conhecimento proibido nos séculos XVI e XVII. In: **Mitos Emblemas e Sinais**. Morfologia e História. trad. Federico Carotti. São Paulo. Companhia das Letras, 1989. p. 95-117.

GOB, André. **A museologia: história, evolução, questões atuais**. André Gob, Noémie Drouguet. Tradução Dora Rocha e Carlos Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca. **Planteamientos teóricos de la museología**. Ediciones Trea, S.L. España. 2006.

HORTA BARRETTO, Maria de Lourdes. Museology and Museums: building the road through walking. In: **SYMPOSIUM MUSEOLOGY AND MUSEUMS**. ISS: ICOFOM STUDY SERIES, Helsinki-Espoo, ICOM, International Committee for Museology/ICOFOM, n. 12, p. 151-159, Sept. 1987.

IBRAM, Instituto Brasileiro de Museus. **Mesa Redonda sobre la Importancia y el Desarrollo de los Museos en el Mundo Contemporáneo**. Organización: José do Nascimento Junior, Alan Trampe, Paula Assunção dos Santos. Programa Ibermuseos. 1ª Edición • Brasília, 2012. p. 142-143.

MARTINS, Ludson Rocha. Teoria das profissões e a análise dos fundamentos do serviço social. **Verinotio** – revista on-line de filosofia e ciências humanas. **Espaço de interlocução em ciências humanas**. n. 20, Ano X, out./2015. Disponível em: <http://www.verinotio.org/conteudo/0.46616944434696.pdf>. Acesso: 05/06/2021.

MARÓÉVIC, Ivo. **Introduction to Museology – The European approach**. München: Verlag. Dr. Christian Müller-Straten, 1998.

MENSCH, Peter van. O objeto de estudo da Museologia. In: **Pretextos Museológicos I**. Centro de Ciências Humanas. Escola de Museologia. Museu Universitário Gama Filho. Universidade do Rio de Janeiro. Universidade Gama Filho. 1994. p.1-22.

_____. Museology as a profession. **Study series Cahiers d'études**, Paris, n. 8, 2000. p. 20-21.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Editado em inglês por Gerard Duveen. Trad. Pedrinha A. Guareschi. 11ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. Imagens de uma luta silenciosa: a constituição do Acervo do Museu Histórico Nacional. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 32, 2000, p. 233-247.

MEADOW, Mark A. Introduction. In: **The Frist Treatise on museum. Samuel Quiccheberg's inscriptions 1565**. Translation by Mark A. Meadow and Bruce Robertson.

Edited by Mark A. Meadow with Bruce Robertson. Getty Research Institute, Los Angeles. 2013.

MELO, Thais. Da Historiografia à Academia: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na educação e na política educacional do início do século XX (1900-1920). **Revista História e Cultura**. v. 7 n. 2 (2018): Dossiê A produção dos saberes em língua portuguesa.

MOMIGLIANO, Arnaldo. História Antiga e o Antiquário. In: **DOSSIÊ História e cultura histórica no alvorecer da época moderna (séculos XIV-XVII)**. Tradução do inglês de Pedro Telles da Silveira; do alemão, italiano, francês e latim respectivamente Sérgio da Mata, Gabriela Jaquet, Fernando Nicolazzi e Alexandre Agnolon. Revisão geral de Fernando Nicolazzi (Nota do editor). Anos 90, Porto Alegre, v. 21, n. 39, p. 19-76, jul. 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br>. Acesso em 21/03/2022.

MORA, José Ferrater. **Dicionário de Filosofia**. Trad. Roberto Leal Ferreira; Álvaro Cabral. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MORO, Fernanda Camargo de. NOVAES, Lourdes. ICOM e Brasil: um diálogo – lembranças (1946-1993). p. 24-81. In: **O ICOM/Brasil e o pensamento museológico brasileiro: documentos selecionados**. Volume 1. Organização Maria Cristina Oliveira Bruno. – São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010.

MUSEUS EM NÚMEROS. **Instituto Brasileiro de Museus**. Brasília. IBRAM. 2011.

MuWoP: **Museological Working Papers DoTraM**: Documents de Travail en Muséologie. Museology – Science or just practical museum work, Stockholm, ICOM, International Committee for Museology/ICOFOM/Museum of National Antiquities, v. 1. 1980.

NASCIMENTO JÚNIOR, José do. **De João a Luiz: 200 anos de Política Museal no Brasil**. Rio de Janeiro. Vermelho Marinho, 2020.

NERSESSIAN, Sir Arpie Der. **Myrtila Avery 1869–1959**, *College Art Journal*, 19:3, DOI: 10.1080/15436322.1960.11466238. 2015. p.255. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15436322.1960.11466238?journalCode=rcaj1>. Acesso: 06/07/2022.

NICOLAU, Pedro Manerich. **Análise da evolução histórica do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) – 1938-1986**. Trabalho de Conclusão de Curso. Monografia. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Socioeconômico. Departamento de Economia e Relações Internacionais. Florianópolis, 2014. Orientador: Pedro Antonio Vieira.

OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de. **O conservadorismo a serviço da memória: Tradição, museu e patrimônio no pensamento de Gustavo Barroso**. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). Rio de Janeiro: PUC, 2004.

PAIVA, Evelyn Morgan Monteiro. Antiquarismo e História Perfeita: relações entre erudição e historiografia moderna. In ANPUH. **XIV Encontro Nacional ANPUH-Rio**. Memória e Patrimônio. ISBN 978-85-60979-08-0. Rio de Janeiro, 19 a 23 de julho de 2010.

PASSINI, Michela. Le métier de conservateur: la construction transnationale d'une nouvelle figure professionnelle dans l'entre-deux-guerres. **Revue Germanique Internationale**. La part étrangère des muées. 21. 2015. Hhttps://doi.org/10.4000/rji.1526.

PERINO, Gustavo. A obra de arte frente ao perito: a falsificação na história da arte. **Revista Restauero**. Arte. Museu. Arquitetura. Cidade. 1ª parte. 2020. Disponível em: <https://revistarestauero.com.br/a-obra-de-arte-frente-ao-perito-a-falsificacao-na-historia-da-arte/>. Acesso em: 29/09/2022.

_____. A obra de arte frente ao perito: a falsificação na história da arte. **Revista Restauero**. Arte. Museu. Arquitetura. Cidade. 2ª parte. 2020. Disponível em: <https://revistarestauero.com.br/a-obra-de-arte-frente-ao-perito-a-falsificacao-na-historia-da-arte-2a-parte/>. Acesso em: 29/09/2022.

PIGOZZI, Marinella di. Lo specchio del mondo. In: Neichel, Caspas Friedrich. **Museografia. Guida per una giusta idea ed um utile allestimento dei Musei** / cura e saggi di Marinella Pigozzi, Erika Giuliana, Antonella Huber. Bologna: CLUEB, 2005. p. 7-26.

PIRES, Denise Elvira. Divisão Social do Trabalho. In: **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. 2009. p. 125-130. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l43.pdf>. Acesso em: 28/07/2021.

PITAGUARY, Geraldo. A lembrança de Ouro Preto continua sempre comigo: memória de um aluno da primeira excursão do Curso de Museus-MHN em 1945. Organização e notas de Ivan Coelho de Sá. Rio de Janeiro: UNIRIO, Escola de Museologia, 2006.

POULOT, Dominique. **Museu e Museologia**. Guilherme João de Freitas Teixeira (trad.). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. Coleção Ensaio Geral.

RABELO, Fernanda Lima. Na Era da Expertise: Formação e Qualificação dos Servidores Públicos durante a Segunda Guerra Mundial. **Revista Mundos do Trabalho**. Florianópolis. vol. 11. 2019. p. 1-21. Acesso em: 31/08/2022. Acesso: <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2019.e66821>.

RANGEL, Marcio Ferreira. Políticas Públicas e Museus no Brasil. In: **MAST Colloquia**. Vol 12. O Caráter político dos museus. Museu de Astronomia e Ciências Afins. MCT. Rio de Janeiro, 2010. p 118-138.

_____. A museologia no mundo contemporâneo. **Ci. Inf., Brasília**, DF, v. 42 n. 3, p.408-418, set./dez., 2013.

REAL, Regina Monteiro. **O Museu Ideal**. Belo Horizonte.1958.

REYS, Nathalia Gianini. **Descobrendo Trajetórias: análises, aspectos e idealizadores do 1º Congresso Nacional de Museus de 1956 em Ouro Preto**. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília. Curso de Museologia. Brasília. 2018. Orientadora: Ana Lúcia de Abreu Gomes.

RIBEIRO, Andressa de Freitas. Taylorismo, fordismo e Toyotismo. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol.19 n.35, p.65-79, jul./dez. 2015.

RIBEIRO, Henrique de Vasconcelos Cruz. **Um capítulo na história da Museologia no Brasil: um olhar sobre o surgimento do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional (1922- 1935)** / Henrique de Vasconcelos Cruz Ribeiro. Ivan Coelho de Sá; orientador – 2014.

RIVIÈRE, Georges Henri. **Stage regional d'études de l'Unesco sur le role éducatif des musées**, Rio de Janeiro, Brésil, 7-30 Septembre 1958. ED/CUA.60.XII.38.F. Georges Henri Rivière (directeur ICOM). UNESCO.1960. 63 p.

ROMERO, Edgar de Araújo. Numismática Geral. Apostilas. Curso de Museus. 1º Ano. Ministério da Educação e Cultura. Museu Histórico Nacional. Brasil. Rio de Janeiro, 1957.

_____. Numismática Geral. Apostilas. Curso de Museus. 2º Ano. Ministério da Educação e Cultura. Museu Histórico Nacional. Brasil. Rio de Janeiro, 1957.

RONDININI, Roberto B. Análise das formações com –logo e –grafo segundo a Morfologia Derivacional. *ReVEL*, vol. 7, n. 12, 2009. [www.revel.inf.br].

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Museu, Museologia, museólogos e formação. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (organização), Maria Inês Lopes Coutinho e Marcelo Mattos Araújo (colaboração). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri. Textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado de Cultura, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, ICOM – BR, Volume 1, Parte 3, 2010. p 243-252.

SÁ, Ivan Coelho de. SIQUEIRA, Graciele Karine. **Curso de Museus - MHN, 1932-1978: alunos, graduandos e atuação profissional**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Museologia, 2007.

SÁ, Ivan Coelho de. História e Memória do Curso de Museologia: do MHN à UNIRIO. In: **Anais do Museu Histórico Nacional. v. 39**. Ano 2007.

_____. Pesquisa recuperação e preservação da memória da museologia no Brasil. **XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XIII ENANCIB 2012**, GT9: Museu, Patrimônio e Informação. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/183071>. Acesso em: 02 abr. 2023. p. 1-14.

_____. As matrizes francesas e origens comuns no Brasil dos cursos de formação em arquivologia, biblioteconomia e museologia. In: **Revista Acervo, Rio de Janeiro, v. 26, Nº 2**, p. 31-58, jul-dez 2013.

_____. Formação em Museologia no Brasil: a contribuição da UNIRIO e as recentes transformações. In: BARJA, Wagner (org.). **Gestão museológica: questões teóricas e práticas**. Brasília: Câmara dos Deputados, p. 123-129, 2013b.

_____. Institucionalização das práticas museológicas: oitenta anos do Curso de Museus. In: **90 Anos do Museu Histórico Nacional em debate (1922-2012)**. Org. Aline Montenegro Magalhães, Rafael Zamorano Bezerra. Ministério da Cultura. Rio de Janeiro. Museu Histórico Nacional, 2014. p.223-243.

_____. Lygia Martins Costa: Narrativa sobre suas contribuições à Museologia e ao Patrimônio. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília**. Museologia e Interdisciplinaridade. Vol. IV, nº 8, dez de 2015.

_____. **Matrizes do Pensamento Museológico de Gustavo Barroso**. Prefácio de Paulo Knauss. 1ª edição. Rio de Janeiro: Escola de Museologia-UNIRIO, 2019.

_____. Formação em Museologia no Brasil: rupturas e transformações nas décadas de 1960 e 1970. In: Fernando Magalhães; Luciana Ferreira da Costa; Francisca

Hernández; Alan Curcino;. (Org.). **Museologia e Patrimônio - Volume 2**. 1ed.Leiria - Portugal: Instituto Politécnico de Leiria, 2019b, v. 2, p. 246-276.

_____. Perspectivas para o estudo da Museologia: O *Office International des Musées* e o desenvolvimento da Museografia. In: Fernando Magalhães; Luciana Ferreira da Costa; Francisca Hernández; Alan Curcino;. (Org.). **Museologia e Patrimônio - Volume 4**. 1ed.Leiria - Portugal: Instituto Politécnico de Leiria, 2020, v. 4, p. 128-156.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Gramond, MinC, IPHAN, DEMU, 2006.

SANTOS, M. P. dos. **A teoria das representações sociais como referencial didático-metodológico de pesquisa no campo das ciências humanas e sociais aplicadas** (The theory of social representations as a teaching-methodology.) Doi: 10.5212/Emancipacao.v.13i1.0001. Emancipação, 13(1), 9-21. Recuperado de <https://revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/3122>. Acesso: 05/06/2021.

SCHEINER, Tereza C. Sociedade, Cultura, Patrimônio e Museus num país chamado Brasil. In: **ICOFOM LAM II ENCONTRO REGIONAL. Museus, Museologia, Espaço e Poder na América Latina e no Caribe**. Quito, 1993, não paginado.

_____. **Apolo e Dioniso no Templo das Musas**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação. Rio de Janeiro: UFRJIECO, 1998. p. 62-73. Orientadores: Paulo Vaz e Lena Vania Ribeiro Pinheiro.

_____. Qualificação profissional para museus: trajetórias, conquistas e provocações. **Museus e Museologia na América Latina: compartilhando ações para a pesquisa, a qualificação profissional e a valorização de estratégias inclusivas**. Org. Teresa Cristina Scheiner e Marcus Granato. – Rio de Janeiro: UNIRIO/PPG-PMUS/MAST, 2020. 1 EBOOK. 463p: il. p.72-101.

SEOANE, Raquel Villagrán Reimão Mello. **A reforma de 1944 do curso de museus – MNH e o perfil do conservador de museus na era Vargas**: os reflexos da política nacionalista e as transformações na área dos museus. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio UNIRIO/MAST. Rio de Janeiro, 2016.

_____. **Reverberando as musas**: perspectivas sobre representatividade feminina nos museus, na museologia e no patrimônio a partir da atuação das egressas do curso de museus das décadas de 1930, 1940 e 1950. Tese de doutorado. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio UNIRIO/MAST. Rio de Janeiro, 2022.

SHRIMPER, George D. The Univ The University of Iowa Museum of Natur ersity of Iowa Museum of Natural Hist al History: An Hist y: An Historical Perspective. **Journal Iowa Academy of Science**: JIAS. Vol. 99. Article 8. p. 91-93. 1992.

SILVA, Ana Paula. Sentidos da formação em Museologia o Curso de Introdução à Museologia de Maria Barreto, no Museu Nacional da Universidade do Brasil. **v. 53 (2020): Anais do Museu Histórico Nacional**. p.220-233.

SIQUEIRA, Graciele Karine. **Curso de Museus - MHN, 1932-1978. O perfil Acadêmico-profissional**. Orientador Ivan Coelho de Sá. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio UNIRIO/MAST. Rio de Janeiro, 2009.

THE FRICK COLLECTION ARCHIVES. **Sachs, Paul J. (Paul Joseph)**, 1878-1965. Disponível em: <https://research.frick.org/directory/detail/1284>. Acesso: 06/07/2022

TOSTES, Gustavo. **Transformações conceituais do Curso de Museus - MHN e do Curso de Museologia - FEFIERJ/UNIRIO: Um novo olhar sobre a formação em Museologia na década de 1970**. Orientador Ivan Coelho de Sá. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio UNIRIO/MAST. Rio de Janeiro, 2017.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: _____ **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1980.

VICKERS, Michael. Greek and Roman antiquities in the seventeenth century. In: **The origins of Museumism**: the Cabinet of Curiosities in Sixteenth and Seventeenth Century Europe. Edited by Oliver Impey and Arthur MacGregor. Ashmolean. University of Oxford. 2017. p. 221-231.

Legislação

BRASIL. Decreto nº 6.116, de 9 de fevereiro de 1876. Reorganiza o Museu Nacional.

BRASIL, Decreto nº 983 de 08 de novembro de 1890. Aprova os estatutos para a Escola Nacional de Bellas-Artes.

BRASIL, Decreto nº 1.603 de 14 de maio de 1855. Dá novos Estatutos à Academia das Bellas Artes.

BRASIL, DECRETO N.º 19.444, DE 01 DE DEZEMBRO DE 1930. Dispõe sobre os serviços que ficam a cargo do Ministério da Educação e Saúde Pública, e dá outras providências

BRASIL. Decreto 21.129. Cria no Museu Histórico Nacional o "Curso de Museus". 7 de março de 1932. Diário Oficial Da República nº 61. Ano LXXI 44º.

BRASIL. LEI ° 452, DE 5 DE JULHO DE 1937. Organiza a Universidade do Brasil.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 579 de 30 de julho 1938. "Organiza o Departamento Administrativo do Serviço Público, reorganiza as Comissões de Eficiência dos Ministérios e dá outras providências."

BRASIL. Lei Nº 3.780 de 12 de julho de 1960. Implementada pela Portaria de 23 de abril de 1968.

BRASIL. Decreto 58.800. Regimento do Curso de Museus. Ministério da Educação e Cultura. Museu Histórico Nacional. 13 de julho de 1966. Diário Oficial [Estados Unidos do Brasil]. 18 de julho de 1966. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-58800-13-julho-1966-399442-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 23/03/2021.

BRASIL, Decreto nº 72.493/1973. Dispõe sobre o Grupo - Outras Atividades de Nível Superior, a que se refere o artigo 2º, da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d72493.htm#:~:text=DECRETO%20No%2072.493%2C%20DE,1970%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso: 08/05/2021.

BRASIL, Decreto nº 83.327, de 16 de Abril de 1979. Concede reconhecimento ao curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia, com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-83327-16-abril-1979-432698-publicacaooriginal-1-pe.html>Acesso: 02/08/2021.

BRASIL, Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984, que dispõe sobre a profissão de Museólogo e autoriza a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Museologia. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7287.htm. Acesso em 23/03/2021.

BRASIL, Decreto 91.775 de 15 de Outubro de 1985. Regulamenta a Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984, que dispõe sobre a profissão de Museólogo e autoriza a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Museologia. In: COFEM, Conselho Federal de Museologia. Documentos Oficiais. Gestão 2006-2007.

CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1937.

Sítios eletrônicos

CBO. Ministério do Trabalho. Disponível em: <http://cbo.maisemprego.mte.gov.br/cbosite/pages/informacoesGerais>. Acesso: 03/08/2022.

Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil - CNPq LATTES. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp>. Acesso 14/02/2021.

École du Louvre. Histoire. Disponível em: <http://www.ecoledulouvre.fr/ecole-louvre/histoire>. Acesso: 26/10/2020.

RUTGERS UNIVERSITY LIBRARIES. Home – Newark. About Dana Library. Disponível em: <https://www.libraries.rutgers.edu/newark/about-dana-library>. Acesso: 06/07/2022.

Entrevistas

COSTA, Lygia Martins. Entrevistador Eduardo Costa. 15/10/2013. Residência Lygia Martins Costa. Rio de Janeiro. Duração: 01:43m03s. Cópia de transcrição. Coleção Lygia Martins Costa – LMC. NUMMUS/UNIRIO.

COSTA, Lygia Martins. LYGIA MARTINS COSTA 100 ANOS. [Entrevista concedida ao NUMMUS.UNIRIO/CCH/Escola de Museologia/DEPM]. Vídeo documental. Arquivo. Rio de Janeiro, 2014.

Documentos

A expansão da cultura brasileira. O que é o Curso de Museus Professado no Museu Histórico Nacional. Uma palestra com o Professor Angyone Costa. In: **Jornal Diário de Notícias, Rio de Janeiro, Domingo, 22 de abril de 1934**. Transcrição. NUMMUS/UNIRIO.

“Ante-projeto de Decreto Lei. Dispõe sobre a profissão de museólogo e regula seu exercício.” (sic). Coleção Lygia Martins Costa – LMC NUMMUS/UNIRIO.

Bilhete de Regina Real à Lygia Martins Costa. Dezembro de 1968. Coleção Lygia Martins Costa – LMC NUMMUS/UNIRIO.

BOLETIM DA ABM 1963. Coleção Therezinha de Moraes Sarmiento – TMS. NUMMUS/UNIRIO.

BOLETIM DA ABM 1967. Coleção Therezinha de Moraes Sarmento – TMS. NUMMUS/UNIRIO.

CADERNOS DE INSTRUÇÕES DO CURSO DE MUSEUS. Ano 1941. NUMMUS/UNIRIO.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Jurisprudência. Parecer Nº 455/948. Escola de Museologia: Leis, Decretos, Pareceres, Resoluções, Portarias, Ofícios, Estatutos, Regimentos e outros. Vol. II. Décadas de 1940-1950. Compilação e organização Ivan Coelho de Sá e Anna Laudicea Itaboraí Echternacht. 2010-2011. NUMMUS/UNIRIO.

COSTA, Lygia Martins. Considerações em torno da formação profissional do Conservador de Museus. Justificativa da opção pelo item Bb do temário. 1965. Documento. Cópia datilografada. Coleção Lygia Martins Costa. Núcleo de Memória da Museologia no Brasil- NUMMUS.

Diário de Notícias. 17 de março de 1950. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

ESTATUTOS DA ABM. Coleção Therezinha de Moraes Sarmento – TMS. NUMMUS/UNIRIO.

Folder do III Congresso Nacional de Museus. Salvador, Bahia. 1962. Coleção Therezinha de Moraes Sarmento – TMS. NUMMUS/UNIRIO.

LIVRO DE ATAS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUSEOLOGISTAS, 1963-1992. NUMMUS/UNIRIO.

MATRIZES CURRICULARES DO CURSO DE MUSEOLOGIA UNIRIO. Vol 1. Org. Ivan Coelho de Sá. Gustavo Oliveira Tostes. Luana da Conceição Martins. Projeto Recuperação e Preservação da Memória da Museologia no Brasil. NUMMUS/UNIRIO/CCH/Escola de Museologia.

MOÇÃO CM/15. Moções acerca dos anos do IV Congresso Nacional de Museus (1965). Coleção Regina Liberali Laemmert – RLL 9663. Núcleo de Memória da Museologia no Brasil- NUMMUS. UNIRIO.

NOUVELLES DE l'ICOM. Vol 21. Nº 3. ICOM NEWS. November 1968. Coleção Lygia Martins Costa - LMC. NUMMUS/UNIRIO.

Portaria Nº 1, de 19 de março de 1959, Ministério da Educação e Cultura, Casa Rui Barbosa (Arquivo Histórico e Institucional FCRB).

Portaria Nº 398, de 04 de junho de 1964, Ministério da Educação e Cultura, Casa Rui Barbosa (Arquivo Histórico e Institucional FCRB).

III Congresso Nacional de Museus. 1962. Art. 2º Das finalidades. Seleção. Trabalho apresentado pela relatora: Regina M. Real. Conservadora da Casa Rui Barbosa. fl. 4. Coleção Therezinha de Moraes Sarmento – TMS NUMMUS/UNIRIO.

Artigos Anais do MHN

BARROSO, Gustavo. A carreira de conservador. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Ano 1947. Volume VIII. Rio de Janeiro. p. 229-234. 1957.

CARVALHO, Nair de Moraes. O Barão da Vitória no Museu Histórico. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Ano 1942. Volume III. p. 227-239. 1945.

COSTA, Angyone. Manifestações de Arte na Arqueologia do Brasil". In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Ano 1943. Volume IV. Rio de Janeiro. p. 145-154.1947.

DREYFUSS, Jenny. O escudo d'armas de D. Teresa Cristina Maria de Bourbon. In: **ANAIS do Museu Histórico Nacional**. Ano 1940. Volume I. Rio de Janeiro. p. 151-157.1941.

DREYFUSS, Jenny. A louça brasonada do Museu Histórico. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Ano 1942. Volume III. p. 265-242. 1945.

DUMANS, Adolpho. O Almirante Visconde de Inhaúma. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Ano 1943. Volume IV. Rio de Janeiro. p. 523-532.1947.

MENEZES DE OLIVA, Joaquim. As aculturações oleiras e a técnica da cerâmica na Arqueologia do Brasil. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Ano 1945. Volume VI. Rio de Janeiro. p.35-52. 1950.

MENEZES DE OLIVA, Joaquim. Tentativa de classificação dos balangandans. In: **ANAIS do Museu Histórico Nacional**. Ano 1941. Volume II. Rio de Janeiro. p.37-47 1943.

OLINTO, Paulo. Lenço comemorativo da República Rio-Grandense. In: **ANAIS do Museu Histórico Nacional**. Ano 1940. Volume I. Rio de Janeiro. p.111-118.1941.

RUSINS, Alfredo Teodoro. As carruagens imperiais do Brasil. In: **ANAIS do Museu Histórico Nacional**. Ano 1941. Volume II. Rio de Janeiro. p. 221-239. 1943.